UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

DEUSDEDITH ALVES ROCHA JUNIOR

“*PELLO RIO DOS TOCANTINS À BAYXO ATHE BELLEM DO GRAM PARÁ*”: TERRITORIALIDADE E SABER SOBRE O ESPAÇO NOS SETECENTOS

Brasília
2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

DEUSDEDITH ALVES ROCHA JUNIOR

"*PELLO RIO DOS TOCANTINS À BAYXO ATHE BELLEM DO GRAM PARÁ*": TERRITORIALIDADE E SABER SOBRE O ESPAÇO NOS SETECENTOS

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

Brasília
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rocha Junior, Deusdedith Alves.
"Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará": territorialidade e saber sobre espaço nos setecentos / Deusdedith Alves Rocha Junior. – Brasília, 2015.
224 f.: il.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2015.
Orientador: José Luiz de Andrade Franco

1. Brasil Colônia. 2. Goiás Colonial. 3. Rio Tocantins. 4. Territorialidade. 5. Cartografia Histórica

CDU 94(81)

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

TERMO DE APROVAÇÃO

“Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará”: Territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos

Deusdedith Alves Rocha Junior

Tese oferecida como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Pror. Dr. José Luiz de Andrade Franco
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS/UnB
Orientador

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa
Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB
Examinador

Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente em Desenvolvimento Rural (MADER-UnB)
Examinadora

Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto
Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Porangatu – UEG-Porangatu
Examinadora

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva
Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente
PPSTMA/UniEVANGÉLICA
Examinador

Aos meus pais, Deusdedith Alves Rocha e Virgínia Borges Maia Rocha.

AGRADECIMENTOS

Com tantos anos dedicados a este estudo, a muitas pessoas com quem convivo e convivi eu devo os resultados que alcancei, sem que sobre elas recaia qualquer responsabilidade sobre o que foi dito. Todos os meus familiares torceram e facilitaram o meu desempenho, e deles lembro aqui de Luciana, minha querida esposa, meus filhos Victor Hugo e Anna Carolina, além das minhas irmãs e sobrinhos, cada um ao seu modo tornou leve o meu fardo. Dos meus pais, Deusdedith e Virgínia, a confiança que depositaram em mim, desde a juventude, foi a mais importante orientação que tive na vida.

Minhas primeiras incursões pelos sertões de Goiás foram conduzidas pelo professor Francisco Barradas. Com ele aprendi ver o Cerrado na sua complexidade e na sua interação com a vida humana. Sou-lhe grato pelas oportunidades e pelos ensinamentos.

Sou grato também aos muitos amigos que incentivaram e cobraram a labuta e o ócio, e que viveram as duas coisas comigo. Represento-os na pessoa da querida amiga Joelma Rodrigues e me eximo de deixar algum importante nome de fora. Os amigos Reinaldo Córdoba e Leonardo Soares, companheiros do Nethistória, muito me acompanharam nesse trajeto, incentivando e estimulando a minha vida de historiador.

No trabalho, contei e conto com a confiança de chefes que me orientam na boa conduta da profissão, e agradeço de coração aos professores Carlos Alberto Cruz, Dalva Reis e Mara Castilho. Os colegas do Comitê de Ética em Pesquisa, em especial Marília Jácome, e da Comissão Própria de Avaliação do UniCEUB, sempre me estimularam e incentivaram para a boa condução deste trabalho. Também são muitos os colegas do curso de História do UniCEUB, bem como das disciplinas de Ética e Sociologia, a quem devo gratidão. Marcelo Santos, Cristiane Portela, Salatiel Ribeiro, Ana Lúcia Figueiró, Leandro de Jesus, Gilvaci Pinho, são alguns deles.

Antônio Pinheiro, no Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central – IPHBC, ajudou-me especialmente na transcrição paleográfica da “Derrota do rio

Tocantins”, dirimindo dúvidas e compartilhando questões da técnica paleográfica. Sou-lhe grato e devedor por tão importante ajuda.

Não posso esquecer dos professores e orientadores que tive ao longo dessa jornada, a quem agradeço profundamente à querida Vanessa Brasil, que acreditou na proposta, aos professores Jaime de Almeida e Juciene Ricarte, e ao professor José Luiz Franco, todos grandes incentivadores e prontos orientadores.

Por fim, sou grato ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, pelo apoio e pela confiança no meu trabalho e à Universidade de Brasília – UnB, bem como ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis-UnB, pela acolhida. Econômico, devo ter ocultado muitos nomes, reconheço que a solidão da tese é uma ilusão, pois nunca estamos sozinhos.

“Chama-se o Rio dos *Tocantins*, por uma nação de Índios deste nome, que quando os Portugueses vieram ao Pará o habitavam: mas desta, como de muitas outras, apenas se conserva hoje a memória e muitas ruínas de uma pequena aldeia” (Antônio Vieira).

“- É lindo o seu planeta. Aqui há oceanos?
- Não sei dizer – respondeu o geógrafo.
- Ah! – O pequeno príncipe estava desapontado. – E montanhas?
- Também não sei – repetiu o geógrafo.
- Mas o senhor não é geógrafo?
- Sim, sou – confirmou o velho. – Mas não sou explorador. Necessito de exploradores. Não cabe ao geógrafo contar cidades, rios, montanhas, mares, oceanos e desertos. Ser geógrafo é importante demais para cuidar desse tipo de tarefa. Não saio do escritório. Porém, recebo exploradores e converso com eles, anoto suas pesquisas. E se a pesquisa de um deles me parecer importante, procuro saber se o explorador falou a verdade” (Saint-Exupéry).

RESUMO

ROCHA Jr., D. A. "*Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará*": Territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos. Orientador: José Luiz de Andrade Franco. Doutorado em História. – Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF, 2015

A presente tese se propôs a análise do sentido de territorialidade portuguesa na América, a partir das representações do espaço nas narrativas e na cartografia da primeira metade do século XVIII, tratando em especial da região do rio Tocantins. Considerando que o discurso da territorialidade se constrói através da produção de saber sobre o espaço, a análise em questão observou os modos como as narrativas sobre o rio Tocantins se apropriaram e produziram informações e conhecimentos que constituíram um modo português de identificar o território e identificar-se com ele. A percepção das primeiras incursões pelo rio Tocantins foi destacada com a intenção de verificar a penetração pelo território, seguida do processo de colonização e consolidação da burocracia portuguesa na comarca de Goiás. O contraponto entre os espaços colonizados e a resistência indígena, contrapondo "civilização" e "sertão", implicou no avanço da territorialidade portuguesa e na consolidação do discurso que impôs um novo olhar sobre o espaço. Também a percepção geográfica do rio Tocantins serviu de base para que se pudesse analisar os discursos identificados nas narrativas coloniais, em especial a carta do padre Antônio Vieira (1653), a memória do alferes Silva Braga (1734) e a "Derrota do rio Tocantins", de José da Costa Diogo (1735). Nesta análise foi evidenciada a organização das informações sobre o rio, bem como as representações construídas sobre o espaço, com a finalidade de identificar o sentido de territorialidade que neles era evocado. A ênfase para os roteiros das viagens de José da Costa Diogo ("Derrota do rio São Francisco" e "Derrota do rio Tocantins") permitiu analisar a condição especial de um produtor de informações sobre o espaço, cuja narrativa manteve relação direta com a produção cartográfica da segunda metade do século XVIII. Nesta perspectiva encaminhou-se para a percepção do rio Tocantins na cartografia deste período, pela sua ausência ou a sua presença, analisando o caso especial da relação entre a narrativa "Derrota do rio Tocantins", de José a Costa Diogo, e a *Carte de l'Amérique Méridionale*, de D'Anville (1748). Concluiu-se que os processos de produção de saber sobre o espaço participam da construção de sentidos nos discursos sobre territorialidade, e que a introdução do rio Tocantins na cartografia da primeira metade do século XVIII foi objeto desta afirmação da territorialidade portuguesa na América.

Palavras-chave: Rio Tocantins; Territorialidade; Representação do espaço; Narrativas coloniais.

ABSTRACT

ROCHA Jr., D. A. " The river of the Tocantins to down to the Bellem of Gram Pará": territoriality and learn about space in seven. Advisor: José Luiz de Andrade Franco. Doctorate in history. - Graduate Program in History / University of Brasilia - UnB, Brasília-DF, 2015

This thesis aims to analyze the sense of territoriality Portuguese in America, from the representations of space in the narrative and cartography the first half of the eighteenth century, dealing especially the Tocantins River region. Considering the discourse of territoriality is built through the production of knowledge about space, the analysis in question noted the ways in which narratives on the river Tocantins appropriated and produced information and knowledge that constituted a Portuguese means to identify the territory and to empathize with him. The perception of the first forays into the Tocantins River was highlighted with the intention of checking the penetration through the territory, followed by the colonization process and consolidation of Portuguese bureaucracy in the region of Goiás. The contrast between the colonized spaces and indigenous resistance, opposing "civilization" and "wilderness", involved in the advancement of Portuguese territory and the consolidation of the speech that imposed a new look at space. Also the geographical perception of the Tocantins River served as the base so that it could analyze the discourses identified in colonial narratives, especially the letter from Father Antônio Vieira (1653), the memory of lieutenant Silva Braga (1734) and "Defeat the Tocantins River "José Diogo da Costa (1735). This analysis has shown the organization of information about the river, as well as the representations built on space, in order to identify the sense of territoriality which was evoked in them. The emphasis on the itinerary of travel of Jose Costa Diogo ("Defeat of the São Francisco river" and "Tocantins river Defeat") allowed analyzing the special status of a producer of information on the area, whose narrative remained directly related to production cartographic the second half of the eighteenth century. In this perspective walked to the perception of the Tocantins river in the cartography of this period, by its absence or its presence by analyzing the special relationship case between narrative "Tocantins River Defeat" by José Costa Diogo, and Carte l'Amérique Méridionale, D'Anville (1748). It is concluded that the processes of production of knowledge about the area participate in the construction of meaning in discourse on territoriality, and the introduction of the Tocantins river in the cartography of the first half of the eighteenth century was the subject of this statement of the Portuguese territoriality in America.

Key words: Tocantins river; territoriality; Representation of space; Colonial narratives.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

OS RIOS NAS NARRATIVAS COLONIAIS 1

O RIO TOCANTINS NAS NARRATIVAS 3

A REGIÃO DO RIO TOCANTINS 4

PESQUISANDO O RIO TOCANTINS 11

1 TERRITORIALIDADE E NATUREZA NOS DOCUMENTOS DE GOIÁS COLONIAL 16

1.1 COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABER SOBRE O ESPAÇO 16

1.2 BUROCRACIA E CONSOLIDAÇÃO DA TERRITORIALIDADE 23

1.3 SABER VENCER OS SERTÕES 27

1.4 CONHECER E CONQUISTAR OS SERTÕES DOS GOYAZES 36

2. O RIO TOCANTINS NAS NARRATIVAS COLONIAIS 54

2.1 AS DESCOBERTAS DO RIO TOCANTINS 54

2.1.1 “PARA ONDE IRIA O TOCANTINS?” 54

2.1.2 NOTÍCIAS DO RIO TOCANTINS 60

2.2 O RIO TOCANTINS NA PENA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA 69

2.3 O RIO TOCANTINS NA MEMÓRIA DE SILVA BRAGA 81

2.4 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE O ESPAÇO NOS SERTÕES 86

3 O RIO TOCANTINS NA NARRATIVA DE JOSÉ DA COSTA DIOGO 93

3.1 A “DERROTA” DO RIO TOCANTINS: UMA NARRATIVA DE VIAGEM 93

3.2 SABERES E REPRESENTAÇÕES DO RIO TOCANTINS NA NARRATIVA DE JOSÉ DA COSTA DIOGO.....100

3.2.1 “DERROTA DO RIO DE SÃO FRANCISCO PELO UROCUYA A SIMA THE AS MINAS DOS GOYAZES EM [1]734” 104

3.2.2 “COPEA DA DERROTA QUE FIZ PELLO RIO DOS TOCANTINS A BAYXO ATHE BELLEM DO GRAM PARÁ” – 1734-1735.....116

3.3 MOTIVAÇÕES E DESFECHOS DA NARRATIVA 135

4 O RIO TOCANTINS NA CARTOGRAFIA: NARRATIVAS E DESENHOS.....140

4.1 NARRATIVAS E MAPAS.....140

4.2 A RIQUEZA DO TEXTO DE JOSÉ DA COSTA DIOGO 143

4.3 O RIO TOCANTINS NOS MAPAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII 155

4.3.1 GUILLAUME DELISLE E A CARTE DE LA TERRE FERME, DU PEROU, DU BRESIL, ET DU PAYS DES AMAZONES – 1708.....160

4.3.2 NICOLAS DE FER E O MAPA LE BRESIL DONT LES COTES SONT DIVISÉES EM CAPITANIERIES – 1719 164

4.3.3 HERMAN MOLL E O MAPA *SOUTH AMERICA* – 1732 168

4.4 O RIO TOCANTINS NO MAPA DE D’ANVILLE.....173

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....192

BIBLIOGRAFIA 196

APÊNDICES 208

DERROTA DO RIO SÃO FRANCISCO (AHU-GOIÁS 0008) TRANSCRIÇÃO 208

DERROTA DO RIO TOCANTINS (AHU-GOIÁS 0012) TRANSCRIÇÃO 212

INTRODUÇÃO

OS RIOS NAS NARRATIVAS COLONIAIS

As narrativas sobre os rios participam do processo de produção de sentidos sobre o espaço (considerado em seus processos políticos e suas características geográficas) e a natureza. Elas são tecidas a partir das interações entre os seres humanos, e dos seres humanos com a natureza, e contribuem para a configuração de valores constitutivos dos diversos modos de ver e viver lugares, regiões e territórios.

A grande quantidade de rios do território brasileiro logo foi percebida e citada nos documentos informativos coloniais, e os grandes rios desde muito cedo, estão presentes nos livros escritos para a propaganda das terras portuguesas na América, como as obras de Frei Vicente do Salvador (História do Brasil) e Pero Magalhães Gandavo (História da província de Santa Cruz). Ora associados à riqueza, à grandeza ou aos aspectos selvagens da natureza, também são tratados como divisores territoriais, entre o que se compreende por terras portuguesas e espanholas. É o que diz Gandavo, ao descrever o rio São Francisco: “Este rio procede de um lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria” (GANDAVO, 2008:97).

A história do Brasil que se construiu a partir do esforço do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1838) valeu-se das crônicas e narrativas produzidas desde as primeiras décadas da ocupação portuguesa, impressas ou manuscritas, para compor o quadro histórico da ocupação colonial. E fossem elas voltadas para a propaganda do novo território incorporado à coroa portuguesa ou informativos destinados às ações missionárias ou administrativas (DAHER, 2014), eram pujantes de imagens da natureza. Matas densas e rios caudalosos estão presentes constantemente nas narrativas coloniais, representando sinais que justificam o processo colonizador.

As abordagens dos historiadores, que em um primeiro momento foram dedicadas à verificação dos dados sobre os rios e sobre a precisão deles, como as de Varnhagem (1857) e Capistrano de Abreu (2002), tomaram os cursos d’água por

determinantes dos movimentos de internalização portuguesa. Mais tarde, o foco se concentrou sobre a percepção do imaginário e das representações sobre a natureza, sobre os índios e sobre o próprio processo colonizador, como foi tratado por Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* (2000).

É ainda com Sérgio Buarque de Holanda, interessado em analisar os processos de adaptação do colonizador aos hábitos indígenas e ao ambiente natural, que os rios reaparecem enfatizados. Em *Caminhos e Fronteiras* (2005), como também em *Monções* (1989), as interações entre os seres humanos e a natureza perdem o caráter determinista da historiografia pregressa, e a cultura e sociedade paulistas são forjadas em meio a adaptações, transformações, intrusões e conflitos que põem em movimento sociedade e ambiente.

Sem que desaparecesse da história como objeto de estudo ou como temática que se associava a pesquisas sobre a internalização portuguesa, os novos enfoques para a história dos rios foram incluindo as relações entre os rios e as cidades, entre os rios e a integração nacional ou entre os rios e as fronteiras internas e externas do Brasil. E isso se verifica em muitas pesquisas de pós-graduação, em grupos de estudos de instituições universitárias e em financiamentos governamentais voltados para projetos que envolvem a hidrografia brasileira[1].

Presente na historiografia, ora como componente do espaço territorial geomorfologicamente identificado, ora como produtor de sentidos que se estabelecem a partir das relações entre os seres humanos e a natureza, os rios participam constantemente das discussões sobre fronteiras, territorialidade[2], identidade e imaginário. Essa diversidade de abordagens inclui incursões pelos textos coloniais sobre os rios, com o intuito de perscrutar as representações que produzem sobre a territorialidade e a natureza, e de mostrar como essas representações dialogam com os sentidos de ordem, hierarquia, com a própria produção de conhecimento e com outras práticas da sociedade colonial. Desse modo, torna-se possível investigar nas narrativas sobre rios os aspectos políticos, ideológicos, culturais e sociais.

---

[1] Ver FERREIRA (1977); BRASIL e GANDARA (2010); FLORES (2006); GANDARA (2008); LEONARDI (1999).

[2] Por territorialidade, deve-se considerar que são as ações relacionadas com a ocupação, o uso, o controle e a identificação com uma parte do espaço (ambiente físico), que o transforma em território (LITLE, 2002:03).

O rio Tocantins, objeto de imagens e representações dos mapas coloniais e de muitas narrativas que se integraram ao conjunto do conhecimento sobre o território brasileiro por parte da coroa portuguesa, é uma temática propícia para a percepção e compreensão dessas representações.

O RIO TOCANTINS NAS NARRATIVAS

O rio Tocantins foi descoberto e percorrido da jusante à montante e, depois, em sentido contrário, desde princípios do século XVII, por franceses, jesuítas, bandeirantes paulistas e criadores de gado oriundos do Nordeste do Brasil. Há muitos registros das entradas de franceses vindos do Maranhão em princípios do século XVII, até as proximidades da confluência com o rio Araguaia. Além disso, há relatos das ações dos jesuítas em missões que partiam de Belém nas primeiras décadas desse mesmo século (LEITE, 2006).

De outra parte, nas cabeceiras do Tocantins, no Planalto Central Brasileiro, bandeirantes paulistas já conheciam caminhos que os conduziam aos índios das margens do rio, que eram capturados e escravizados desde as primeiras décadas do século XVII. Mais tarde, os bandeirantes alcançaram o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Eles são citados nas cartas dos jesuítas que partem de Belém e transitam pela região do baixo Tocantins como caçadores que percorrem o rio até depois da desembocadura do rio Araguaia. Os fazendeiros do Maranhão e do Piauí, juntamente com os baianos que atravessavam o São Francisco, também estavam indo ao encontro da margem direita do Tocantins pela mesma época (BERTRAN, 2000).

O português António Ladislau Monteiro Baena, em seu *Ensaio Chorographico sobre a província do Pará*, de 1839, anota que foram os franceses os primeiros europeus a explorar o rio Tocantins:

> Em 1610, *monsieur* de Baut, um dos quarenta soldados expedidos do Maranhão ao Pará, por La Ravardière, e sob o mando de *monsieur* de La Blanjartier, topara com a Serra dos Pacajás (…). Seguiram-se novas investidas dos franceses no rio Tocantins, mais acima. Em 18 de julho de 1613, partiu de São Luís do Maranhão uma expedição chefiada por La Ravardière, com 40 soldados, 10 marinheiros e 20 chefes indígenas (…) (apud SILVA, 1996:28).

Pelo rio Tocantins abaixo, ou buscando-o na confluência com o rio Araguaia, os bandeirantes paulistas percorreram o Brasil Central desde 1618. Mas são ainda anteriores as notícias de que o capitão português Domingos Luís Grou, vindo do Nordeste, por volta de 1590, conduzindo uma pequena bandeira, chegou às nascentes do rio Tocantins e descobriu metais preciosos (BERTRAN, 2000:42).

Os encontros com o rio Tocantins, em diversos pontos do seu curso, não foram tão tardios quanto a sua ocupação colonizadora, que só se tornou mais significativa na época dos achados auríferos do século XVIII, no seu curso superior. Por isso, não convém atribuir uma descoberta primeva, originária mesma do processo de ocupação, pois o rio foi palmilhado por mais de um século, e foi cenário das caçadas dos preadores de índios, das buscas por pastos naturais para o gado, das ações catequistas dos jesuítas e da procura paciente de metais preciosos.

A partir da passagem da bandeira do segundo Anhanguera, entre 1722 e 1725, pelo Planalto Central Brasileiro, em busca da Serra Geral do Paranã e da Serra dos Pireneus, de onde retornou para a região do rio Vermelho e estabeleceu os primeiros povoados goianos decorrentes dos achados de ouro, ficou desenhado um traçado em direção às montanhas que formaram, nas nascentes do rio Tocantins, a “segunda maior e mais rica região aurífera de Goiás” (BERTRAN, 2002:41). Nessa região, Meia Ponte (atual Pirenópolis) tornou-se uma cidade que exercia um papel de liderança no território. Lá o capitão Manoel Rodrigues Tomar encontrou ouro em 1731, e de lá ele partiu na direção do Tocantins para descobrir novas jazidas, entre os anos de 1733 e 1736, em Traíras (atual Tupiraçaba), em São José do Tocantins (atual Niquelândia), nos arraiais de Água Quente, em Santa Rita, em Cachoeira e em Moquém (BERTRAN, 2002:41). Esses foram os primeiros povoados das margens ou das proximidades do rio Tocantins, nascidos do rescaldo da bandeira do Anhanguera.

A REGIÃO DO RIO TOCANTINS

O “teatro geográfico” brasileiro, conforme ensina Aziz Ab’Saber, é marcado por “uma faixa territorial típica do mundo tropical” (AB’SABER, 1985:55), e essa tropicalidade está associada à umidade varrida do oceano, juntamente com os altos

índices de pluviosidade e os rigores dos raios de sol que o “terreno antigo” recebe. Essa realidade vem formar uma “certa homogeneidade no conjunto da terra brasileira” (AB’SABER, 1985:56).

Para Aziz Ab’Saber, a rede hidrográfica que se forma extensivamente sobre o país também contribui para a prevalência da umidade e dá origem à “mais densa e importante rede de cursos d’água do globo, não se conhecendo, em todo o território brasileiro, nenhum caso de drenagem interior, ficando todos os rios brasileiros com um roteiro aberto diretamente para o oceano” (AB’SABER, 1985:57). Disso se pode inferir que os grandes rios foram descobertos pelos portugueses (ou por outros europeus) a partir de suas fozes, tendo sido a costa litorânea o ponto de partida para a ocupação do território brasileiro.

As paisagens naturais do Brasil são resultantes da conjunção de fatores geológicos, climáticos, vegetacionais e hídricos, que formam no “edifício geológico do país” um “mosaico de terrenos antigos e extensas bacias sedimentares, soerguidas em planos altimétricos diversos” (AB’SABER, 1985:59). Esses terrenos antigos, em seus maciços rochosos, são formadores de um “vasto conjunto de planaltos cristalinos, serras e escarpas locais, enquanto as bacias sedimentares associadas ou não a basaltos dão origem a gigantescos planaltos típicos (chapadas e chapadões brasileiros)” (AB’SABER, 1985:59).

É nesses terrenos antigos onde se destacam as grandes jazidas minerais e que se assenta o Planalto Central Brasileiro, cuja assimetria caracteriza um perfil que descai para o sudeste, por meio de “íngremes e gigantescas escarpas de falhas”, e para o Norte, em direção à Amazônia. “Traduz-se por uma rampa suave e imperecível que vai morrer nas formações sedimentares do sinclinal amazônico” (AB’SABER, 1985:61). É nesse descaimento suave que nasce e corre lentamente o rio Tocantins, alargando-se a cada encontro de um rio contribuinte mais caudaloso, vindo das serranias que empurram para a sua calha.

Até que desemboque no estuário formado pelos rios Pará e Guamá, para desaguar na Baía de Marajó, o rio Tocantins terá percorrido 2.416 km, desde as suas nascentes, no Planalto Central, onde é formado, principalmente, pelo rio das Almas, o rio Maranhão e o Tocantinzinho (BRASIL, 2006:21). Sua nascente mais longínqua se localiza nas divisas dos municípios de Ouro Verde e Petrolina, no

estado de Goiás, mas o seu nome definitivo é assumido somente após o encontro das águas do Tocantinzinho com o Maranhão, na Chapada dos Veadeiros.

Tocantins, no entanto, é um nome atribuído pelos portugueses, a partir da sua foz, em que pese o fato de que esse mesmo rio foi "encontrado" por colonizadores portugueses em diversos pontos. Essa coincidência veio provocar significativas confusões, tanto no que se refere à atribuição do seu nome, quanto ao entendimento de que os rios Tocantins e Araguaia eram os mesmos. Os bandeirantes que partiam de São Paulo nomeavam Paraupava ao rio Araguaia, compreendendo que ele se encaminhava até a Ilha de Marajó, e tratavam o Tocantins por Ibeberi, entendendo que era afluente do Araguaia. Já os sertanistas que partiam de Belém do Pará, desde a sua fundação em 1616, denominavam ao curso inferior do Araguaia de Tocantins, e ao superior de Araguaia, por vezes tomando o próprio curso do Araguaia como sendo o Tocantins. O atual Tocantins figurava nos documentos de Belém como um rio sem nome. Desse modo, Manoel Rodrigues Ferreira argumentava que "é preciso pois cuidado ao considerar os documentos do primeiro século de Belém do Pará, onde o nome do atual Araguaia era confundido com o Tocantins" (FERREIRA, 1977:196)[3].

A cartografia que retratava o Brasil no período colonial produziu sobre o rio Tocantins um discurso de sentido plural, tanto devido às confusões feitas entre os rios Araguaia e Tocantins, como pelos sentidos e representações mais amplas sobre o território. Esse é o caso das representações de insularidade da região pretendida e ocupada pelos portugueses, em relação aos territórios espanhóis na América do Sul. Mesmo ao longo da primeira metade do século XVIII, quando os sertões do Planalto Central Brasileiro já haviam sido palmilhados pelos bandeirantes paulistas e descritos em documentos da administração portuguesa que se instalava nas regiões auríferas (com pormenores úteis à cartografia), permanecem as representações alusivas ao desconhecimento do território ou às riquezas ocultas do interior do Brasil. Isso era descrito nos mapas impressos ou manuscritos para fins políticos.

Dentre as narrativas específicas sobre o rio Tocantins, destaca-se a "Derrota do rio Tocantins", um documento apócrifo que pode ser atribuído a José da Costa

[3] A polêmica dirimida por Manoel Rodrigues Ferreira (1977) foi mantida durante muito tempo por historiadores que afirmavam que o nome Paraupava era como os paulistas se referiam ao rio Tocantins, como o faz Americano do Brasil (1961).

Diogo. Ele foi um pequeno comerciante vindo de Minas Gerais para Goiás, em 1734, que tendo confiscada toda a sua mercadoria, resolveu aprender a mineração e arriscar na busca de descobertos auríferos pelo rio Tocantins. Suas jornadas, de Minas Gerais para Goiás, e depois ao longo do curso do rio Tocantins até Belém do Pará, ficaram registradas em dois documentos escritos em Lisboa, depois do ano de 1735 (AHU-GOIÁS, Documentos 0008 e 0012).

Quase cem anos antes, em 1653, em uma jornada rio acima, o padre jesuíta Antônio Vieira percorrera o rio Tocantins até a altura das cachoeiras do Itaboca, hoje a hidrelétrica de Tucuruí deixou, como era praxe dos jesuítas, um relato detalhado da sua missão catequista realizada com o apoio da coroa portuguesa, mas em oposição aos interesses do governo do Maranhão e Grão Pará (LEITE, 2006; VIEIRA, 2003).

Há ainda, o relato, datado do ano de 1734, do alferes José Peixoto da Silva Braga, que se separou da bandeira do Anhanguera Segundo, entre os anos de 1722 e 1725, e percorreu o rio Tocantins, das suas nascentes até Belém do Pará, de onde retornou para São Paulo pela costa marítima. Silva Braga relatou a sua jornada ao padre geógrafo Diogo Soares, dez anos depois de ter percorrido o rio Tocantins, o que lhe deixou com lembranças gerais e pouco detalhadas do seu percurso (BERTRAN, 2000; TAUNAY, 1981).

Essas três narrativas de viagens sobre o rio Tocantins descrevem parte do território percorrido desde o século XVII pelos portugueses, configurando uma territorialidade que vai ser reivindicada por eles, em meados do século XVIII, na partilha com os espanhóis, definida pelo Tratado de Madri (1750). As concepções que legitimaram a partilha se baseavam em um conjunto de saberes e de valores reconhecidos tanto por portugueses como por espanhóis. Os saberes sobre o território produzidos pelos outros habitantes, os índios, eram ressignificados ou descredenciados. Um sentido ocidental, cristão e civilizado sobre o território foi construído por meio das representações sobre a natureza, e entre elas as sobre o rio Tocantins. O conhecimento sobre o rio assegurava e dava sentido a sua ocupação civilizadora. Os índios eram representados como ameaçadores e os seus direitos sobre o território eram negados (APOLINÁRIO, 2005).

A ocupação do território do rio Tocantins, rio acima, segue-se com as missões indígenas do Pará e o gado do Maranhão e Piauí em busca da margem direita do

rio, e rio abaixo, com os achados auríferos nas proximidades das nascentes, ao longo do século XVIII, em uma feroz concorrência com os diversos grupos indígenas que ali viviam e reagiram à ocupação branca desse território. Nos relatos sobre o rio Tocantins, bem como nos demais documentos que se referem a ele, encontramos nós expressões e sentenças que dão sentido ao território incorporado pelos portugueses, que buscam torná-lo familiar e inseri-lo em uma estratégia de domínio "civilizador" (ARRUDA, 2002).

As representações de natureza contidas nesses documentos permitem interpretar aspectos das hierarquias sociais instituídas e compreender as relações entre os sujeitos e entre estes e a natureza. Uma visão antropocêntrica, característica da modernidade, atribui um caráter religioso e/ou racional sobre o mundo natural, conferindo-lhe valores que orientam as relações com os seres humanos. A natureza é percebida, ao mesmo tempo, como inóspita, como ordem, como dádiva ou como castigo. Tais sentidos organizam tanto um saber quanto uma prática, que explicam os modos como agem os sujeitos (CHARTIER, 2002).

Os europeus, ao produzirem representações sobre a natureza, enfatizam elementos simbólicos como "mãe" (geradora), "terra" (habitat), "vida" (bios), "selva" (em oposição à cidade), "meio" (relacionado ao ser humano), "riqueza" (produtos), "paraíso", "ente", "máquina/ordem", os quais estão associados tanto ao que pensam os sujeitos individualmente, como ao conjunto de valores sociais que carregam consigo quando discursam. As representações sociais possuem uma dimensão afetiva, outra cognitiva e outra social. Isso significa que, quando um indivíduo profere um discurso, é possível verificar aspectos da sua personalidade, do conhecimento que ele possui sobre o mundo e dos valores de que ele se apropria para se posicionar socialmente no mundo (SÊGA, 2000). É nessa perspectiva de conhecimento sobre o mundo que se inserem as representações da natureza e, mais especificamente, do rio Tocantins, como um conjunto de valores que orienta e dá sentido às práticas do processo de ocupação do território brasileiro.

Nos séculos XVII e XVIII há uma significativa produção cartográfica, na maioria dos casos, manuscritos encomendados pelos Estados colonizadores e "impressos" em livros especializados vendidos na Europa. Reproduções melhoradas de mapas anteriores ou inovadas com informações colhidas de colaboradores especializados, a cartografia setecentista construía um discurso e um conhecimento

sobre o mundo bastante complexo e diverso, ora reforçando antigos valores instituídos sobre o mundo representado, ora revelando novos contornos que alimentavam os debates sobre as conquistas colonialistas.

Os mapas e desenhos produzidos sobre o território colonial português na América, em geral obra de geógrafos consagrados na França, Holanda, Itália e em outras regiões da Europa, apresentam uma grande diversidade na forma de representar os rios, principalmente no que se refere aos sentidos atribuídos a eles. Seja como divisores naturais de vastas porções territoriais, ou como cursos que abrigam riquezas, servem como caminhos naturais, se constituem em obstáculos ou abrigos de perigos. Mesmo estando dissociada das imagens que compunham os mapas até meados do século XVII, a cartografia setecentista privilegia topônimos e recortes regionais, principalmente através dos rios, que favorecem a associação dos territórios a um colonizador, ou representa vazios passíveis de colonização[4].

Finalizado no ano de 1748, após dez anos de trabalho sob a encomenda do embaixador português dom Luís da Cunha, o mapa de D'Anville, *Carte de l'Amérique Méridionale*, produz grande salto qualitativo quanto aos registros cartográficos. Nele encontra-se um contraponto tanto das informações de mapas posteriores – é o caso do Mapa das Cortes, de 1750, orientado por Alexandre de Gusmão, quanto aos mapas anteriores, como o mapa da expedição de La Condamine (desenhado pelo próprio D'Anville, em 1744), ou o mapa de Delisle, de 1703 (em anexo). Ele aponta detalhes regionais, com a indicação de cursos d'água e topônimos que organizam um outro modo de olhar para a América portuguesa. Isso se manifesta de tal modo que o referido mapa foi preterido nas negociações do Tratado de Madri, de 1750 (CINTRA e FURTADO, 2011).

No campo das representações sociais, em vez de identificar a precisão que os mapas possuem em relação ao globo, interessa perceber como os topônimos, as indicações de espaços vazios e as diversas formas de estabelecimento de fronteiras são desenhados, produzindo um conhecimento específico que assegura, seja por meio de argumentos racionais ou outros, a validade do saber que se associa às práticas colonizadoras.

---

[4] Júnia Ferreira Furtado, em **Oráculos da geografia iluminista:** Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, destaca as transformações que o racionalismo iluminista trouxera para a cartografia e a geografia, sem que isso eliminasse os aspectos subjetivos e políticos dos mapas.

Ao se comparar a *Carte de l'Amerique Meridionale*, de 1748, com o roteiro do Tocantins escrito por José da Costa Diogo, por volta de 1735, revela-se uma sucessão de coincidências, suficientes para sustentar a hipótese de que D'Anville fora leitor desse outro roteiro. E, para além da transição da palavra ao traço cartográfico, pode-se inferir que ambos os discursos produzem representações sobre o território e a natureza que organizam os sentidos de ordem do mundo para os seus autores e os grupos sociais a eles vinculados, pois, como observa Serge Moscovici, a representação social estabelece modelos e prepara para a ação:

> Se uma Representação Social é uma "preparação para a ação", é-o, não somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo, na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio em que o comportamento deve efetuar-se (MOSCOVICI, 1976:47).

Vigiado, narrado, cartografado, percorrido, ocupado e disputado por grupos sociais distintos, o rio Tocantins foi tratado na documentação portuguesa com a intensidade que as preocupações políticas do Estado português impunham, pois ali operavam diversas modalidades de fronteiras. Fronteiras sociais entre o Estado e colonos portugueses, com a burocracia governamental vigiando e impondo as regras e valores do reino; fronteiras entre grupos e classes sociais distintas, que se organizavam em torno do mesmo espaço, sustentando hierarquias e modelos consagrados de sociedade; fronteiras entre colonos e escravos, e entre colonos e grupos indígenas, estabelecendo formas de convivência e de enfrentamento entre vilas e quilombos, e entre vilas e territórios indígenas, cujo reconhecimento estabelece seus impedimentos nas próprias representações dispostas em seus discursos; fronteiras entre as compreensões leigas e religiosas sobre os modos de agir nos confrontos que se estabeleceram entre colonos, negros e grupos indígenas. Por fim, fronteiras territoriais entre estados europeus que disputavam áreas de influência política e do exercício de dominação dos povos incluídos nos seus territórios.

As narrativas sobre os rios, como se verificou acima, ao participar do processo de produção de sentidos sobre o território e a natureza, contribuem para que se perceba a configuração dos valores culturais e sociais que compõem os modos de ver e de viver em sociedade. Por meio delas, recompõem-se as hierarquias, as ideologias e os demais valores presentes nos processos históricos vividos.

A compreensão das representações do espaço (como território e territorialidade) sobre o rio Tocantins na primeira metade do século XVIII tornaram-se o principal objetivo deste estudo. Em seguida, procurou-se entender como as noções de territorialidade e natureza são produzidas pelo colonizador português; quais as percepções da territorialidade e as concepções de natureza nas narrativas do rio Tocantins da primeira metade do século XVIII; quais as formas possíveis de identificação, classificação, análise e síntese histórica dos sentidos discursivos dos mapas históricos que retratam o território brasileiro na primeira metade do século XVIII e os possíveis diálogos que envolvem os documentos administrativos e a cartografia. Deu-se também ênfase aos documentos que se referem ao rio Tocantins e, em especial, à narrativa de José da Costa Diogo, descrevendo a sua jornada por esse rio, das suas nascentes até Belém do Pará, entre os anos de 1734 e 1735.

PESQUISANDO O RIO TOCANTINS

A temática da territorialidade na América portuguesa do século XVIII envolve diversos aspectos, como as ações cotidianas, as decisões de Estado, as relações entre grupos ou classes sociais envolvidas. Esses aspectos podem ser percebidos também de diversas maneiras e envolvem os gestos e vontades individuais, os valores sociais e culturais, os quais podem ser compreendidos pelos estudos das representações sociais.

Quando se considera o processo de interiorização do território colonial e as disputas por domínios espaciais entre portugueses e espanhóis, as concepções de território e natureza em geral contribuem para legitimar seus interesses, além de reafirmarem valores e hierarquias sociais que lhes são caras. Trata-se aqui da oportunidade de compreender os sentidos de territorialidade presentes em documentos da primeira metade do século XVIII. Isso permite comparar tais ideias com o discurso iluminista que lhe acompanha.

Como entre as pesquisas sobre o rio Tocantins predominam os séculos XIX e XX, tendo sido pouco cotejados os documentos do século XVIII sobre essa região, sobretudo no que diz respeito às noções de territorialidade e natureza, este estudo trilha um caminho ainda bem pouco desbravado. Os recentes investimentos que

tornaram acessíveis a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e da Biblioteca Nacional (BN) trouxeram novas perspectivas para a pesquisa histórica em regiões e temporalidades pouco estudadas. Muitos documentos ainda não transcritos e esquecidos pelas análises históricas, são de grande importância, tanto para ratificar proposições teóricas e interpretações históricas do período colonial, como para encaminhar narrativas e abordagens ainda não cotejadas.

Sabe-se contudo, como bem observa Arlete Farge, que as fontes documentais de que nos dispomos não nos revela o passado em toda a sua existência, com todas as suas lembranças, pois “se a história é ressurreição intacta do passado, a tarefa é impossível; porém, esse aglomerado persistente parece uma súplica” (FARGE, 2009:21). Mas em resposta ao documento que pede a impossível restituição do passado, a interpretação histórica surge como uma simples consciência, sobre a impossível onisciência.

Este estudo aborda os modos como as concepções de territorialidade e natureza foram tratadas pelo colonizador português na região do rio Tocantins, na primeira metade do século XVIII. Contempla também as concepções de paisagem, a apropriação ou negação de topônimos e a compreensão da relação com o outro (os grupos indígenas, colonos portugueses e escravos africanos) e com o ambiente natural. A documentação administrativa disponível revela as concepções sobre a territorialidade e a natureza no processo de ocupação e formação do território português. Essa documentação ainda não foi pesquisada intensamente e oferece múltiplas oportunidades para o historiador.

Metodologicamente, este trabalho propõe uma análise dos vários processos históricos que caracterizam a busca pela ocupação do território e a política de fronteiras no Planalto Central Brasileiro, especialmente no rio Tocantins. Implica em pesquisa que reúne, examina e classifica informações produzidas por relatos de viajantes e documentos administrativos. Essas são fontes relevantes para a compreensão dos sentidos de territorialidade e fronteira. Trata-se de uma crítica e de uma interpretação das fontes, com o intuito de gerar um melhor entendimento e esclarecimento do tema proposto. As representações sociais serão também pesquisadas em cartas geográficas e mapas.

O método histórico clássico compreende fundamentalmente o trabalho de seleção das fontes que serão tratadas na pesquisa (heurística), na verificação da

validade das fontes (crítica interna), na análise dos conteúdos das fontes e das possíveis contradições e outras relações que elas possuem entre si (crítica externa), bem como na interpretação dos documentos, verificando o quanto as informações contidas neles respondem às questões previamente levantadas (hermenêutica) (RUSEN, 2007).

Há na pesquisa documental um caráter qualitativo, já que o exame dos documentos exige do historiador uma interpretação do seu conteúdo, considerando aspectos particulares dos diversos momentos históricos, bem como de seus atores e dos produtores dos vestígios que sobreviveram e se tornaram fontes primárias. Nessa perspectiva, os sentidos produzidos pelos fatos sociais e os fenômenos históricos ganham mais importância, tendendo para a comparação e a explicação (NEVES, 1996).

Parte da documentação pesquisada se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), totalmente digitalizada e disponível em instituições de pesquisa do Brasil. A sua análise depende da técnica da leitura paleográfica e da crítica documental. A seleção e cotejamento, principalmente da parte da documentação que se refere ao rio Tocantins, depositada sob o tópico “capitania de Goiás”, constitui parte importante deste trabalho.

O viés adotado nesta pesquisa ressalta o trabalho do historiador como produtor de sentidos sobre o passado, por intermédio de uma narrativa que resulta da crítica das fontes e da percepção de como os atores históricos viam a sociedade e o mundo natural. Metodologicamente, a investigação histórica resulta em uma síntese interpretativa do passado. A síntese que se quer produz aqui diz respeito às representações sociais contidas na documentação referida, e então analisada.

A presente pesquisa trata das representações do território e da natureza nos documentos sobre o rio Tocantins na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, a teoria das Representações Sociais (RS) proposta por Serge Moscovici, ao mostrar que os objetivos e procedimentos de um grupo são vividos coletivamente por intermédio de uma rede de conhecimentos que organiza as representações sobre a realidade, permite interpretar e refletir sobre o tema da pesquisa proposta. A RS possibilita uma compreensão da realidade cotidiana desenvolvida pelos indivíduos e grupos por meio da cultura, dos símbolos, dos valores e das ideologias (MOSCOVICI, 2004).

São as ações do grupo, socialmente induzidas, que permitem pensar e interpretar a realidade cotidiana, fixando, para os indivíduos, posições relacionadas a situações, eventos, comunicações e objetos que lhes dizem respeito. A teoria de Serge Moscovici desenvolveu-se a partir do conceito de representações sociais as quais correspondem a:

> Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2004:21).

Pensar as relações entre os sujeitos e a sociedade, considerando os modos como são constituídos os saberes sobre o mundo, através dos códigos e linguagens, também possibilita avaliar os modos como são classificados e posicionados os indivíduos e grupos sociais. Para Moscovici, as RS “são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos” (MOSCOVICI, 2004:208).

Assim, as representações da natureza no Brasil repetem e reforçam os modelos de representação das relações sociais, estabelecendo ordens, hierarquias e situações de dominação. Ao tratar da natureza e ao considerar o espaço como uma territorialidade, ou seja, como os modos com que os grupos humanos se relacionam e se identificam com o território, o conjunto de símbolos de que fazem uso estão ancorados no sistema de valores, nas ideias e nas práticas que realizam.

No primeiro capítulo desta pesquisa, pretendeu-se analisar o processo de formação da burocracia administrativa da comarca de Goiás (até 1749 é apenas uma comarca da capitania de São Paulo), e o modo como se produziu uma rede de informações através de cartas, pareceres e outros documentos. O Arquivo Histórico Ultramarino reúne, para o período de 1731 a 1749, muitos documentos cuja temática remete às questões da territorialidade e da natureza, enfocando caminhos, descobertos auríferos, formação de vilas, distâncias e fronteiras internas, como o Regimento do Anhanguera (AHU-GOIÁS 0003), a “Derrota” do rio São Francisco (AHU-GOIÁS 0008), a criação de novas vilas (AHU-GOIÁS 0026), documentos

relativos à proibição de tráfego ou à abertura de novas estradas(AHU-GOIÁS 0015, 0021, 0131) e sobre as distâncias e comunicação entre as minas e outras regiões da colônia (AHU-GOIÁS 0066, 0068, 0146, 0022, 0089, 0228). O relatório de Ângelo Cardoso (AHU-GOIÁS 0740), por sua vez escrito em 1755, condensa uma análise das condições sócio-políticas das minas de Goiás, e servirá de base para a construção da interpretação histórica proposta.

No segundo capítulo, procurou-se abordar as várias descobertas do rio Tocantins, cuja principal referência é a obra de Manoel Rodrigues Ferreira (1977), as bandeiras do Paraupava, e em seguida analisar as principais narrativas coloniais sobre o rio Tocantins: o relato do padre Antônio Vieira, de 1653, e o relato do alferes Silva Braga, que abandonou a bandeira do Anhanguera, percorreu o dito rio, deixando um relato póstumo, em 1736. Segue-se a essa análise um levantamento e análise dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino que se referem ao rio Tocantins até 1749.

No terceiro capítulo, especulou-se especificamente sobre a narrativa deixada por José da Costa Diogo em sua jornada de 83 dias descendo o rio Tocantins, entre os anos 1734 e 1735, fato que resultou em um roteiro depositado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-GOIÁS 0012).

No quarto e último capítulo, partindo de um levantamento de mapas impressos e manuscritos produzidos na primeira metade do século XVIII, foram analisados os registros das representações do rio Tocantins. A ênfase será dada ao mapa *Carte de l'Amérique Méridionale*, de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville (1748), depositado na Biblioteca Nacional (do Brasil), com o intuito de verificar as coincidências que as representações do rio Tocantins no mapa apresentam com o documento de José da Costa Diogo.

1 TERRITORIALIDADE E NATUREZA NOS DOCUMENTOS DE GOIÁS COLONIAL

1.1 COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABER SOBRE O ESPAÇO

Em 1750, a diplomacia portuguesa selou o acordo que estabelecia novos limites entre os estados portugueses e espanhóis na América do Sul. A ocasião coroou o esforço de uma plêiade formada por funcionários ilustrados do reino, dentre os quais figuravam os nomes de Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha, integrantes de uma extensa rede formada em torno dos interesses do reino, a qual dentro e fora da Europa articulava o refino do conhecimento dos territórios coloniais, analisava os conflitos e buscava soluções para ele (FURTADO, 2012). O saber acumulado pela diplomacia portuguesa sobre os sertões recém ocupados pelos súditos da coroa, vindo de relatórios, cartas e outros documentos, era tão profundo quanto o saber daqueles que viviam nos mesmos sertões. Mais ainda, havia um conhecimento sobre o território que punha em interação os saberes locais e as elaborações racionais patrocinadas pela coroa portuguesa.

Nessa época saltavam textos manuscritos de diversas formas para todos os lados, com informações suficientes para que se recompusessem os velhos mapas com novos rios, povoações, caminhos, e estabelecessem a atualização das fronteiras entre europeus, e também entre esses e os nativos da América. Sabia-se melhor das distâncias, e foi aprimorado o conhecimento das regiões, dos rios e dos outros acidentes geográficos, que foram corrigidos ou mantidos conscientemente.

O processo colonizador português trouxe consigo uma “vontade de saber” sobre o território que era colonizado, cuja realização se concretizou em cartas, manuscritos e publicações, acumuladas entre documentos e textos de caráter historiográficos, acenando para a constante presença de “produtores de saber”. Entre os poucos letrados, padres e funcionários da coroa deram notícias que foram parar em mapas e livros, no mais das vezes restritos e considerados segredos de Estado.

Os territórios portugueses foram ampliados e confirmados em mapas e documentos, não sem antes estabelecer de quem seria retirado e com quem se

afirmaria o direito de posse sobre as novas terras. O conhecimento sobre o território e a reivindicação de posse sobre ele andavam juntas. Enquanto ocupavam novas parcelas do território, portugueses estabelecidos ou nascidos no Brasil faziam uso do instrumento legal da coroa para garantir direitos sobre terras e índios.

No caso dos sertões das Minas Gerais, onde bandeirantes paulistas encontraram os primeiros grandes veios de ouro e empreenderam a mineração desde fins do século XVII, e para onde também acorreram portugueses de diversas regiões do Império, a garantia dada aos paulistas, pelo ato real de 18 de março de 1694 (HOLANDA, 1989b:297) foi, seis anos depois, em 16 de abril de 1700, reivindicada novamente pela Câmara Paulista. Ela exigia:

> Que as terras do território das minas de Cataguases, assim campos como matos lavradios, de direito pertenciam aos paulistas, para as possuírem por datas de S.M. ou do donatário, por eles foram os que conquistaram e descobriram as minas de ouro que de presente se lavram, o que é notório e patente, o que tudo fizeram às custa de suas vidas e fazendas, sem dispêndio algum da fazenda real, e que seria grande injustiça, concederem as ditas terras aos moradores do Rio de Janeiro, que nunca tiveram parte tanto na conquistas, como descobrimentos (ROMEIRO, 2005:397).

Assim, essa região, como as novas descobertas do Planalto Brasileiro, em Cuiabá (1717) e Goiás (1725) serão incorporadas por decretos reais, ampliando a capitania de São Paulo por uma vasta extensão territorial que compreendia ecossistemas distintos e a presença de povos indígenas diversos. Foi, portanto, a atividade do bandeirante paulista que permitiu, juntamente com a literatura dos padres e da burocracia, a produção de um sentido geral para o território que se incorporava ao Império português. E a contribuição das atividades de bandeirantes para o conhecimento do território que se incorporava ultrapassou a ação de penetração e ocupação do território, convertendo-se também em textos manuscritos que, em geral, chegavam aos especialistas capazes de transformá-los em mapas.

Ainda entre fins do século XVII e princípios do século XVIII, franceses e espanhóis foram retirados à força de áreas pretendidas por portugueses (ao Sul e ao Norte do atual território brasileiro), que também vieram se estabelecer em áreas reivindicadas pelos reinos espanhóis e franceses. Nenhum deles reconheceu aos grupos indígenas o domínio sobre seus territórios, ora explicando as negativas com argumentos religiosos, ou ainda com argumentos jurídicos racionais.

Os sertões apareceram nomeados nos mapas, relacionados com a presença de grupos indígenas, mas longe de configurar um reconhecimento da territorialidade, indicando um vazio identificado, um lugar cuja ausência de civilização é representada por índios que, creem, devem ser vencidos pela guerra ou pela conversão[5].

O fomento da informação na primeira metade do século XVIII acompanhou uma reconfiguração da burocracia do Estado, principalmente nas novas áreas ocupadas pelo Império português na América. A organização de núcleos urbanos, a concessão da posse de terras e a aplicação da justiça e das taxas sobre a produção econômica avançaram rapidamente sobre os sertões conquistados, em uma explosão de cargos e uma larga movimentação dos novos quadros da coroa para a administração do Estado.

O território goiano, uma comarca da capitania de São Paulo, antes mesmo de se tornar uma capitania com governo próprio, em 1749, apresentava um quadro administrativo ampliado. Nos 100 primeiros documentos arquivados como pertencentes à capitania de Goiás no Arquivo Histórico Ultramarino, compreendendo os anos de 1731 a 1740, a distribuição de cargos e os cargos citados na correspondência, somente aqueles que dizem respeito à capitania de São Paulo e a sua intendência de Goiás e Tocantins, somam 42 postos, entre militares, administrativos do governo da capitania, fiscais e coletores de impostos, além de eclesiásticos.

São capitães, tenentes, coronéis, escrivães, desembargadores, tabeliões, tesoureiros e o governador e capitão general de São Paulo, dentre outros cargos, o que demonstra a complexidade que a coroa criara ainda na primeira década da incorporação do território goiano ao Império português. Em correspondência direta com o Conselho Ultramarino, são tratados os valores arrecadados pelo fisco, a posse de escravos e a distribuição de terras, que eram informadas juntamente com quadros que relacionavam povoados, populações de brancos e negros, bem como distâncias e direções entre os povoados.

A estrutura da administração colonial entre os séculos XVII e XVIII já se tornara complexa, distinguindo na colônia os postos que diziam respeito aos

[5] Isto pode ser observado verificando-se o mapa de Tosi Colombina, em anexo.

governos gerais, aos governos das capitanias e à administração das vilas e arraiais, assegurando os vínculos com o reino e a autonomia da organização municipal. Cláudia Damasceno Fonseca observa que a autonomia judiciária (em primeira instância) e administrativa, com as câmaras de vereadores, foi um "modelo de organização do poder local que a Coroa portuguesa, desde o século XVI, procurou transferir, praticamente sem alterações, às suas colônias" (FONSECA, 2011:27).

Além disso, a sede por informações sobre os territórios dos sertões que se integravam ao Império saciava-se, de modo indireto, na intensa correspondência administrativa que os novos quadros da burocracia desenvolveram. Júnia Ferreira Furtado observa o quanto a elite intelectual formada com o amparo do Estado buscava valorizar as letras, aproximar intelectuais, formar opinião pública e promover academias e bibliotecas, construindo uma *república de letras*, que caracterizou o Iluminismo português, por todo o século XVIII (FURTADO, 2014:66).

Em torno da Academia dos Generosos (fundada em 1647), e mais tarde da Academia de História Portuguesa (fundada em 1720), a elite intelectualizada defendia o conhecimento racional do mundo e do homem, e incentivava o mecenato régio para a divulgação do conhecimento científico. Seus membros estavam ligados principalmente à diplomacia, e a distância entre eles incentivou uma permanente correspondência aberta que os mantinha em uma rede que tratava de todos os assuntos.

O seu principal articulador na primeira metade do século XVIII, D. Luís da Cunha, a quem muito se recorria para assuntos da diplomacia portuguesa, foi responsável, dentre outras coisas, pela organização das informações que resultaram no mapa de Jean-Baptiste Bourgignon D'Anville, a *Carte de L'Amérique Méridionale*, de 1748, com informações detalhadas sobre os sertões do Brasil, suficientes para assegurar a vantagem portuguesa nas negociações das novas fronteiras do Império na América do Sul (FURTADO,2012).

Por outras vezes, de forma mais direta, as informações chegavam ao reino por meio do Conselho Ultramarino ou de outro órgão, em documentos escritos especialmente para informar sobre povoações, caminhos, fazendas, e suas relações com acidentes geográficos. São relatos, cartas, roteiros escritos para auxiliar a produção de mapas e orientar acordos. Por todo o século XVIII, enviaram-se correspondências com roteiros de caminhos percorridos por bandeiras e grupos

montados para explorar regiões inóspitas, como foram os muitos casos citados por Capistrano de Abreu (1988).

Ao mesmo tempo que informam e reconhecem o desconhecimento dos sertões, seus narradores produzem representações sobre o espaço e a natureza. A título de exemplo, o já referido por Afonso de Escragnlle Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, “Diário da navegação do rio Tieté, rio Grande, Paraná e rio Gatemy: em que se dá relação, de todas as cousas mais notáveis destes rios, seu curso [e] sua distancia”, escrito pelo militar português Teotônio José Juzarte (ou ainda Zuzarte, Luzarte), em 1769, narrando a jornada de uma comitiva com quase 800 pessoas levadas para povoar o recém fundado povoado de Nossa Senhora dos Prazeres, e que partira de Araraitaguaba (atual Porto Feliz), descreve os percursos dos rios, as embarcações e seus usos, os animais, as doenças, a incomensurabilidade dos sertões e as distâncias dos centros urbanos. Isso revelou a natureza desconhecida das moscas, jararacas, cascavéis, corais, onças, tigres, jacarés, antas, capivaras, tatus, jabotis, tuiuiús, emas e macacos (ZUZARTE, 1769), que assistiam ao encontro de cristãos e índios de costumes distintos, cujos narradores descreviam com admiração, dimensionando as distâncias entre o sertão e a civilização.

Mesmo quando a intenção não estava diretamente relacionada com a produção de novas cartas geográficas, o esclarecimento sobre distâncias, direções e a presença de índios ou de riquezas minerais era bem recebido e se tornava útil para a compreensão do avanço português sobre o sertão. A carta do ouvidor-geral de Goiás para o rei D. José I, em 1758, relatando os lugares e as povoações da capitania de Goiás com a intenção de colaborar para a formação de uma carta topográfica, onde se informava as distâncias entre as povoações, os rios e os sertões, é prova da contínua relação entre a produção de informações sobre os territórios interiores do Brasil e as políticas gerais de fronteiras e de “civilização” dos sertões (AHU-GOIÁS 0892).

Os mapas do território goiano, especificamente, surgiram em fins da primeira metade do século XVIII. Atribui-se a Tosi Colombina o primeiro mapa de Goiás, com data de 1750. Mas em carta ao Conselho Ultramarino, o secretário de governo de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, informa, em 1755, que, ao descobrir que se interessava por Geografia, “pedio-me o referido Columbina, a copia do Mapa, que eu já antecedentemente tinha na maõ, de que havia remetido o Original para a Corte a

Alexandre de Gusmaõ, e dele se valeo para formar outro com pouca diferença" (AHU-GOIÁS 0740)[6].

Com esses e outros relatos e descrições de lugares e regiões, o território goiano foi se tornando cada vez mais português, no sentido de ser referido nos mapas, nos documentos e nas falas que se propagam para outros lugares com topônimos e traços de identidade portuguesa, adaptada da conjunção que essa língua e o tupi-guarani dos bandeirantes paulistas expandem para onde não havia nem uma nem outra.

E havia ainda, por razão semelhante entre os jesuítas, de compartilhar suas experiências vividas no processo da catequese, uma intensa troca de cartas que informavam sobre lugares e povos, com detalhes que por muitas vezes superavam o que já se conhecia. Esses, porém, permaneciam restritos à ordem e não contribuíam para a revisão dos mapas.

Entre os séculos XVII e XVIII, enquanto as ciências naturais, em especial a matemática, apontavam para a exatidão e a infalibilidade do conhecimento sobre o mundo e reforçavam os ceticismos sobre as respostas das ciências humanas de métodos pouco eficazes, o mundo da fé, de protestantes e católicos, fazia uso de novas fontes e métodos para incrementar as hagiografias e as retóricas históricas, de orientação providencialista, apoiada em relatos e crônicas epistolares. Esses registros, no caso dos jesuítas no Brasil, como sugerem Alcir Pécora e Alírio Cardoso "devem ser considerados a partir das fórmulas tradicionais, capazes de acomodar eventos, datas e processos a um sentido edificante e mesmo profético" (PÉCORA e CARDOSO, 2012:18 e 19).

Não se pode, portanto, buscar ali um sentido etnográfico, senão observar as representações e ideologias que organizam para dar sentido ao projeto catequizador e civilizador que pretendem os jesuítas. Servindo-se das tradições europeias, dos referenciais bíblicos aos métodos da narrativa e da retórica, os jesuítas traduzem o mundo a partir de um corpo teórico que trazem consigo o que no campo das representações sociais se considera uma "objetivação", dando significados ao que

[6] As palavras abreviadas nos textos dos documentos do AHU foram desdobradas, de acordo com as normas técnicas para a transcrição paleográfica proposta pelo Arquivo Nacional (AN), mantendo as letras ocultas destacadas com sobrescrito. Veja: http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf.

encontram de novo com os elementos da sua própria cultura. Isso os analistas chamam de “ancoragem” (FRANCO, 2004:172).

A epistolografia jesuítica, assevera Serafim Leite, é a primeira literatura do Brasil colonial. Muitos desses religiosos abordaram a história natural, a fauna, flora, botânica, ictiologia, elementos etnográficos e folclóricos, do ponto de vista humanista, considerando a formação dos padres que, como Anchieta e Fernão Cardim, deixaram inúmeros sermões, biografias e relatos históricos (LEITE, 2006, Tomo II: 532).

Destaca-se que se formou um arquivo bem organizado, desde meados do século XVI, com cartas que se trasladavam do Brasil para Lisboa e para outras partes do mundo, informando e propondo uma uniformidade à ação religiosa. Desde 1584, o Visitador Gouveia estabeleceu as regras da produção epistolar:

> Foi êle, de facto, quem regularizou êstes serviços: cada sábado pergunte-se o que há de interessante e se aponte. Cada colégio escreva aos outros, em Dezembro ou pouco antes, uma carta *ânua*; e cada Aldeia ao seu Colégio, cada três meses; as cartas vindas do Reino guardem-se cuidadosamente. Deem-se a ler pelas Residências, e voltem para o Colégio para se arrecadarem com amor (LEITE, 2006, Tomo II: 536).

Também foram estabelecidas precauções, como não escrever diretamente ao rei a necessidade de enviar cópias a Portugal e Roma, censurar cartas longas e que tratassem de assuntos não autorizados, não tratar de problemas relacionados a índios nas *ânuas*, manter cópias e destruir as cartas que caíssem em mão de piratas, usar cifras e selos secretos etc. (LEITE, 2006, Tomo II: 537-539).

Em todo caso, a correspondência dos jesuítas, mantida até que fossem expulsos, em 1759, revela a largura do comportamento informativo que grassava o Império por esses princípios do século XVIII, e se misturavam, nas suas intenções informativas, a práticas semelhantes da administração colonial. Se, por um lado, as novas conquistas de territórios e de riquezas estimulavam essas práticas, por outro, envolviam também valores culturais, mais racionalistas, mais pragmáticos, que valorizavam o comportamento investigador e de “esclarecimento” na burocracia portuguesa.

A diplomacia portuguesa, observa Júnia Ferreira Furtado (2012), lançava mão de toda sorte de informação que circulava, publicamente, por meio de jornais, ou no âmbito da burocracia administrativa. Isso visava compreender e organizar as ações

que o Império português deveria tomar para estabelecer, manter e conquistar novas fronteiras.

Conclui-se que a documentação acima referida demonstra o quanto a preocupação com a informação sobre os territórios que se iam incorporando à coroa portuguesa era intensa e atuava por vários lados. Se, de um lado, a burocracia política e intelectualizada dos embaixadores e negociantes dos limites fronteiriços estimulava a produção de relatórios, roteiros, mapas e pareceres sobre as regiões que ainda permaneciam desconhecidas, por outro, os fiscais e coletores de impostos se esmeravam na produção de relatórios, quadros e contas da capitação ou do quinto, e funcionários da burocracia administrativa local dissertavam em cartas, requerimentos, consultas e ofícios sobre as distâncias, os conflitos com os índios, o valor dos escravos, a posse de sesmarias, o cumprimento das leis e outras questões que importavam no processo civilizador em que estavam envolvidos e desempenhavam seus papéis.

E havia ainda as cartas de particulares solicitando concessões, perdões e amparos, ou esclarecendo situações vividas sob o desmando dos potentados locais, que iam parar junto dos documentos oficiais e, no conjunto, informavam sobre lugares, percursos, populações, riquezas etc. A informação deixava os dirigentes portugueses satisfatoriamente sabedores do que dispunham e do quanto precisavam negociar para garantir a territorialidade portuguesa, na sua parcela da América do Sul.

Nessa perspectiva, todo o aparato burocrático do Estado, reformulado e atualizado a partir da Restauração, se organizava em torno de uma intensa produção documental e uma estrutura hierárquica complexa que incluía, na gestão e na segurança do território, uma boa parcela da população.

1.2 BUROCRACIA E CONSOLIDAÇÃO DA TERRITORIALIDADE

Pode-se considerar que a estrutura administrativa do Império português estava estruturada em quatro grandes esferas, os quais eram compostas pelos poderes da coroa (metropolitanos), os governos gerais, os governos das capitanias e a gestão das vilas e arraiais. A coroa, no âmbito da metrópole, estava organizada

com o Desembargo do Paço, a Casa da Suplicação, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e a Secretaria do Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (essa última até o século XVII). A esses órgãos ainda estavam vinculados a Direção Geral dos Diamantes, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, a Mesa de Consciência e Ordens e o Conselho Ultramarino.

É a este último que estará subordinado o Governador Geral (ou Vice-Rei). E no âmbito do Governo Geral, assim como nas estruturas anteriores, os cargos e funções vinculavam-se tanto às esferas locais, como às superiores. Desse modo, subordinava-se ao Vice-Rei (e aos órgãos da metrópole), a Junta da Fazenda (do Rio de Janeiro), as Intendências Gerais do Ouro, as Tropas de Linha, a Relação da Bahia e a Relação do Rio de Janeiro.

O Governador e Capitão-Mor incumbia-se do Erário Régio, do Conselho da Fazenda, da Alfândega, da Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, da Intendência da Marinha e Armazéns Reais, do Corregedor, das Tropas Auxiliares e Milícias. Nesse âmbito, se alinhavam, sem a condução do Governador, a Justiça, a Intendência dos Diamantes e as Casas de Inspeção.

Paralelamente a essa estrutura, e vinculado apenas à coroa e à Mesa de Consciência e Ordens, esta que é uma simbiose entre a Igreja e o Estado, vinculam-se o Arcebispado do Brasil, o Bispado, as Prelazias e as Freguesias e Paróquias.

No âmbito local, por fim, organizavam-se o Senado da Câmara, as Tropas Auxiliares e Ordenanças, os Juízes de Fora, dos Órfãos e os Ordinários, os Procuradores, os Tesoureiros, os Escrivães e os Vereadores (ROCHA, 2001).

Nota-se que essa estrutura produz grandes variações no tempo e no espaço, e que as funções de governo, militares, judiciárias e econômicas, assim como a função religiosa, estão diretamente vinculadas à indicação da coroa para o preenchimento dos cargos. Esses que somente os “homens bons”, que eram senhores de terras e escravos, podiam ocupar. A rigidez do critério, porém, admitia interpretações que incluíam, em um lugar, alguém que não coubesse em outro.

A perspectiva do Estado Monárquico interagia o poder central e a periferia através de diversas relações e mecanismos que reforçavam trocas e pactos, contribuindo para manter as hierarquias. Isso era típico da lógica contratual que

sustentava vínculos políticos entre metrópole e colônia (MELLO, 2009:12), além de construir a compreensão que permitia a um sujeito submetido a tais regras sentir-se na obrigação de informar o que fosse necessário à coroa para o conhecimento e a proteção dos territórios dominados.

Como observa Antório Manuel Hespanha, o poder centralizado da coroa não lhe conferia exclusividade de poder, e sua tarefa consistia na harmonização das partes do "corpo social", o que exigia a participação de lideranças locais no processo de condução da manutenção da ordem. A doutrina que concebia a sociedade como um corpo pressupunha que "Tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade que todo poder político estivesse concentrado no soberano" (HESPANHA, 1995:29).

Ao se considerar essa possibilidade, deve-se relativizar a antiga compreensão de "absolutista" e "centralizador", como se convencionou tratar do Estado português e das relações que ele estabelecia com suas colônias na América na historiografia brasileira da primeira metade do século XX. Deve-se compreender que as comunidades locais estabeleceram relações internas e externas complexas e diversas o suficiente para que as visões verticalizadas (da metrópole impondo regras não negociáveis à colônia), e dicotômicas (da simplificação das relações entre metrópole e colônia personificadas em dois lados, sendo um, aquele que manda, e outro, o que apenas obedece) não se sustentem, considerando um poder absoluto da metrópole e uma passividade absoluta da colônia (MELLO, 2009:15).

Mais complexas, as relações entre centro e periferia eram marcadas por diversas facetas. A própria ideia de centro e periferia merece a consideração, como propôs Charles Ralph Boxer (2002), de que adaptações locais são traços recorrentes das instituições políticas portuguesas das colônias em relação à metrópole.

A complexidade da sociedade colonial também conjuga a participação na vida pública entre as elites locais e metropolitanas, agindo em conjunto ou se contrapondo no que se refere ao pacto que compreende a identidade com o reino. É plausível, no entanto, inferir que, enquanto os postos da burocracia administrativa eram distribuídos em maior escala para a nobreza reinol que se encaminhava para as colônias, assumindo a sua condução política, a organização da segurança militar

e os postos menores da administração do Estado alimentavam os anseios das elites locais.

Mesmo que não se considere uma regra absoluta, os principais postos políticos coloniais cabiam a quadros da nobreza cuja circulação por todo o Império português, pelo menos em se tratando do século XVIII, funcionava como estágio que os capacitava para postos mais importantes no reino.

Os governadores das capitanias, de que paulatinamente a coroa retomava a posse, desfazendo o antigo contrato de hereditariedade das antigas capitanias e criando novas, eram membros da nobreza admitidos por privilégio e transitavam por vários lugares do Império. Os demais gestores, que ocupavam cargos de provedores, superintendentes, procuradores, escrivães, tesoureiros, almoxarifes etc., distribuíam-se pela mesma regra do privilégio, abrangendo lideranças locais (COSTA, 2013).

De outra forma, os corpos militares, desde a Restauração até meados do século XVIII, experimentavam a organização de uma estrutura formada por Ordenanças e Auxiliares, os quais se distribuíam entre remunerados e recrutados, em uma hierarquia que privilegiava condições nobiliárquicas, poderes locais e outras relações de poder. A distribuição das atribuições e participação na vida pública em favor da manutenção da ordem e da estrutura do reino era vigiada e praticada por todos, de modos que envolvia os poderes locais na colaboração com o exercício do poder real. Ainda que a experiência colonial resultasse em situações particulares e no exercício abusivo do poder, as práticas de estabelecimento e manutenção das hierarquias sociais dependiam da estrutura descentralizada e organicista que praticava o Império português (MELLO, 2009:51).

A complexidade da burocracia e de outros postos do Estado que se organizavam nas cidades que sediavam os governos das capitanias, e as relações que mantinham com suas populações locais, representadas ou não nas câmaras, onde se decidia sobre as ações ordinárias de manutenção e ampliação do aparato urbano, era revelada no cotidiano dinâmico de um complexo comércio de coisas e pessoas, de formas de trabalho variadas que faziam interagir diversas relações contratuais que iam do salário ao trabalho escravo, de tenções e manutenções de hierarquias sociais consideradas necessárias para a continuidade dos sentidos de justiça, de moral e de humanidade, reivindicadas para dar sentido ao mundo. Era

também em meio a esta burocracia que se debatia sobre os modos como seriam encaminhadas as determinações legais estabelecidas na metrópole.

Menos complexas no aparato burocrático, as vilas e povoados menores não prescindiam dos poderes locais e da confirmação dos valores dessa sociedade, fundamentando, do mesmo modo, tanto a ordem estabelecida de que participavam, quanto a necessidade da sua extensão aos que estavam fora dela.

Cada povoado e as ligações com o reino que eles engendravam avançava sobre o que se considerava inculto e vazio de civilização. E civilizar, nesse caso, estava assentado no trinômio catequização, organização e imposição da burocracia e exploração econômica.

Assim, a agregação de novos territórios da América não deve ser compreendida apenas como um esforço exclusivo de particulares, que foi assumido posteriormente pela coroa, ou apenas como a realização de um interesse antigo da coroa portuguesa, aproveitando-se dos movimentos de interiorização de particulares que foram estimulados pelo Estado. Ou, ainda, apenas como obra do acaso.

No processo expansionista português na América, desde longa data, vindo ainda do primeiro século colonizador, características comuns da expansão interna do território português, da imposição de governo, das reconquistas e da manutenção da diversidade política (união dinástica, cedência voluntária etc.) (CARDIM & MIRANDA, 2014:56) se mantinham, apoiando-se em doutrinas jurídicas e estatutos políticos consolidados.

1.3 SABER VENCER OS SERTÕES

O problema do modo como o espaço e a natureza são representados nos discursos dos colonizadores, tanto de forma direta quanto indireta, se estabelece na medida em que o outro é desqualificado, criando e reforçando uma hierarquia que confirma positivamente o sentido da colonização. Assim, valida o ato de apropriação do território como uma forma necessária de salvação e de civilização do “outro” e do espaço. E, ao mesmo tempo, desqualifica-os enquanto eles não estiverem totalmente possuídos pelos atributos considerados válidos pelo colonizador. É também nesse sentido que a ocupação do espaço é marcada por uma apropriação

da toponímia, que será ressiginificado, juntamente com a natureza; racionalizando-as e dando-lhes outra compreensão, produzindo com isso um novo mapa, uma nova compreensão do espaço.

A territorialidade portuguesa sobre a sua colônia da América foi assegurada desde o primeiro século, em que pese sua difusa formação política, envolvendo poderes sobre territórios da África, Ásia e da América. A isso que compreende a territorialidade, deve-se considerar que são as ações relacionadas com a ocupação, o uso, o controle e a identificação com uma parte do espaço (ambiente físico), que o transforma em território, em ambiente sócio-político (LITTLE, 2002:03). Durante o processo colonizador da modernidade, os recém estabelecidos estados nacionais europeus impuseram, ora em nome da fé, ora em nome das relações comerciais, a presença de empreendedores, governantes e de povos submetidos e transplantados de distantes regiões do planeta, configurando um mapa do mundo em cujo centro prefigurava a Europa.

Quanto à territorialidade portuguesa na América, as outras nações europeias foram combatidas e vencidas nas suas tentativas de ocupação das terras reivindicadas por Portugal. No que se refere à América do Sul, o Tratado de Tordesilhas, estabelecido em 1494, criara um distanciamento, embora impreciso, das áreas de colonização portuguesa e espanhola daquela região. O estímulo aos empreendimentos privados, por parte dos portugueses na América, ao contrário do que ocorrera na Índia, juntamente com as ações de catequização e escravidão indígena, estabeleceram relações de apropriação de terras, de organização política e explorações comerciais. Essas relações tão intensas que pouco se questionava, por parte das outras nações europeias, o direito dos portugueses sobre o território (a exceção holandesa do século XVII em Pernambuco está mais associada com conflitos políticos europeus do que com o desejo de estender uma concepção de territorialidade na América).

Nesse sentido, a proposição da territorialidade portuguesa na América inclui o conhecido e o desconhecido do espaço territorial desejado e disposto nos mapas que se produzem por encomenda do reino. Inclui o litoral, que foi paulatinamente ocupado por um rosário de vilas, centradas nas regiões das capitanias que mais prosperaram, e o sertão oculto, incluído no projeto dessas capitanias, ocupado por índios a quem os portugueses não consideravam sujeitos de direitos sobre as terras.

Em princípios do século XVIII, o Império português, que muito havia se expandido desde o século XVI e sobrevivido a duras penas ao insistente assédio das outras nações europeias para lhes tirar territórios, produtos e relações comerciais nos quatro cantos do mundo, sobrevivia em meio a uma ambivalência da concepção do poder político. Esse poder insistia na ordem divina da organização da natureza e da sociedade, compreendendo que chegara a hora de herdar o Paraíso e de viver a glória e o retorno do Cristo. E ao mesmo tempo supunha que a especialização intelectual iluminada da nobreza portuguesa, ocupando importantes postos da administração do Império e na condução dos negócios, encontraria a paz e a justiça para os súditos do rei (SOUZA & BICALHO, 2000).

Ora se opondo uma visão à outra, ou conjugando tais ideias contrárias, os portugueses reconduziram o reino à autonomia, encerrando, em meados do século XVII, a união com a coroa espanhola. Assim defenderam e expulsaram holandeses e franceses de territórios portugueses na África e na América, além de terem expandido seus domínios para o interior da América meridional, ultrapassando o antigo acordo firmado pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Tudo isso ao custo do franco comércio das manufaturas inglesas, o preço que essa nação lhes impunha pelo apoio e proteção militar.

Os últimos trinta anos do século XVII encaminharam um novo rumo para a América portuguesa, que há muito havia se transformado na principal extensão do reino. O padre Antônio Vieira morreu em 1697, mas suas ideias messiânicas do Quinto Império, bastante difundidas entre as elites portuguesas, continuavam vivas e bem alimentadas por novas versões. O ouro das Minas Gerais foi declarado achado em 1693, mas desde a década de 1670 as entradas pelo sertão dos Cataguases (MG) foram marcando caminhos recheados de plantações de alimentos que diminuíam as dificuldades dos percursos para o interior. Palmares foi destruído em 1697, e o seu difícil aniquilamento chamava a atenção “para os perigos que era o escravismo, sistema assentado na sujeição de inimigos potenciais dos brancos – inimigos internos ao sistema e sem os quais ele não funcionava” (SOUZA & BICALHO, 2000:19).

Já nas primeiras décadas do século XVIII, os caminhos que conduziam do interior ao litoral, entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, estavam bem estabelecidos. E o enriquecimento rápido por meio da mineração se fazia

acompanhar por um surto inflacionário e por uma implacável ação fiscal da coroa portuguesa (SOUZA & BICALHO, 2000:19).

A esse cenário somou-se a insatisfação dos pesados impostos que se sobrepunham uns aos outros e por vezes, desconsiderando os princípios legais estabelecidos para o reino, o contraponto identitário entre os portugueses nascidos e estabelecidos na América e os reinóis ou portugueses vindos de outras regiões do Império (inclusive de outras regiões da América portuguesa), em disputa dos privilégios trazidos pelos postos administrativos que advogavam em favor de contratos e de exclusividades nos comércios locais. E acrescente-se ainda as distâncias sociais, que faziam circundar em torno das elites uma grande massa de pobres e desprestigiados, animando revoltas e sedições (SOUZA & BIBALHO, 2000).

As notícias do ouro achado nas minas do Brasil atraíam portugueses por todo o Império, que acorriam por um quinhão da riqueza em concorrência com os que ali já estavam trabalhando nas minas ou envolvidos com a agricultura, o comércio e a pecuária. A mobilidade interna e externa contribuía para mudar o foco do crescimento populacional, do litoral para o interior, e do centro de irradiação das demandas políticas da Bahia para o Rio de Janeiro.

Os diversos movimentos de interiorização irão reformular o território português na América. A penetração pelo Planalto Paulista, desde o primeiro século colonizador; a interiorização pecuária do agreste nordestino, que se desenvolveu concomitante com a organização da empresa açucareira; as investidas missioneiras no Norte e no Sul, em geral lideradas por jesuítas; os percursos bandeirantes, aprisionando índios, inventando caminhos e ocupando territórios mineradores; e o complexo comércio que se estabeleceu em torno das áreas ocupadas e os caminhos que as interligavam, compuseram, no século XVIII, uma sociedade mais complexa e um modelo de territorialidade até então não experimentado pelo Império português além-mar.

Capistrano de Abreu, em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, publicado em primeira edição no ano de 1930 (1988), fugindo das interpretações simplificadoras dos processos de ocupação do interior da América portuguesa que então se fazia, compreende que o povoamento português se desenvolveu concomitantemente a partir de quatro pontos: São Vicente, Pernambuco, Bahia e

Maranhão. Em busca de alternativas econômicas aos que não conseguiam remediar-se no litoral, perseguindo e escravizando índios, invadindo territórios indígenas com o gado, catequizando índios, coletando especiarias e perscrutando pedras e metais preciosos, os sertões do interior foram ocupados e organizados sob a administração portuguesa.

Acrescente-se também uma quinta vertente de caminhos, que não fora tratada por Capistrano de Abreu, a saber, os caminhos fluviais que, desde princípios do século XVII, com a fundação de Belém, se encaminhou com missões religiosas e aldeamentos indígenas, estabelecendo o comércio de especiarias, subindo os rios Amazonas e Tocantins-Araguaia. Esses foram importantes percursos que serviram para a organização das capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, como também para a formação de fronteiras que divisavam portugueses de franceses e espanhóis.

Pode-se concluir que os processos de ocupação das terras interiores foram complexos e variados, tanto no litoral como nos sertões. E contaram com uma intensa ação de formação de comunidades urbanas, propriedades rurais de diversas formas e uma intrincada rede de caminhos por estradas e cursos d'água que, no conjunto, irão sustentar o argumento do *Uti Possidetis* para justificar o direito português sobre um vasto território além da imaginária linha de Tordesilhas.

Esse processo de construção de um sentido de territorialidade portuguesa na América do Sul, dentre outros elementos que lhes são constitutivos, apresenta um conjunto de discursos que elaboram representações sociais, objetivando e ancorando, ou seja, produzindo sentidos que permitem compreender o território como um espaço português, tornando-o comum, incluído no conjunto da cultura ocidental, seja como parte do seu próprio mundo ou ainda como um oposto a ser conquistado.

Assim, o território e a natureza são assuntos diretos ou indiretos de muitos documentos que dão conta das relações entre os colonos, a administração da coroa portuguesa e os índios, a quem coroa e colonos não reconhecem a territorialidade das terras de que se apropriam.

Na conturbada São Paulo da última década do século XVII, chegara, a mando do rei, o funcionário Bartolomeu Lopes de Carvalho. Ele era encarregado de escrever um relatório que testemunhasse a situação da vila e obediência que seus

moradores observavam às leis. Favorável aos paulistas, mesmo que ironizasse sobre suas habilidades intelectuais, o relatório, que ficou conhecido por “Apologia dos paulistas”, emenda uma construção histórica da ocupação do Brasil pelos portugueses com a defesa do bem que faziam aos índios ao capturá-los, escravizá-los e catequizá-los.

Esta São Paulo, às vésperas das declarações dos descobertos das Minas de Cataguases, Minas de Taubaté, Minas do Ouro ou, como ficará conhecida mais tarde, Minas Gerais, já experimentou a dilatação do seu território ao Norte e ao Sul, sustentando-se principalmente da produção agrícola de cereais, cuja dependência da mão-de-obra escrava se resolve com a captura e comércio dos índios caçados por bandeirantes. E é justamente esse o ponto da desobediência à oscilante política da coroa portuguesa, ora permitindo, ora proibindo a escravidão do índio, ao sabor dos interesses de religiosos, pequenos agricultores, bandeirantes, todos girando em torno da “disputa sobre o controle do trabalho indígena”, que de vários modos se emendava aos argumentos de “civilização” e salvação de suas almas pela catequese (OLIVEIRA, 2014:215).

Bartolomeu Lopes de Carvalho, guiando-se pelo que ouviu dos paulistas e os sentidos históricos constituídos para a ocupação portuguesa na América meridional naquele momento, destaca a condição interiorana de São Paulo, associando a isso as dificuldades do cumprimento das leis. “Parece-lhes que, como no dilatado do longe onde vivem não seriam ouvidos no tribunal supremo de vossa majestade, e correriam à revelia suas causas sem que delas pudesse articular o seu direito” (CALDEIRA, 2008:194-195). Daí encontra o papel fundamental que atribui aos paulistas, de animadores da colonização portuguesa, trazendo os índios para a submissão da coroa e da religião católica: “Disseram-me que tinham feito grandes serviços a Deus e vossa majestade, que Deus guarde, na conquista dos índios” (CALDEIRA, 2008:195).

A representação do assédio pacífico e consentido aos índios é reforçada na visão dicotômica entre os bons, que aceitam pacificamente a civilização e a religião, de um lado, e os maus, que rejeitam a civilização e a religião, do outro:

> Porquanto era certo que descobrindo Pedro Álvares Cabral o Estado do Brasil, sendo os verdadeiros senhores e possuidores dele os índios que nele viviam, a primeira gente com quem se tratou foi com os de Porto Seguro, e com eles se fez um pacto de paz e amizade na

> qual nos deram o direito que hoje temos nas suas terras: que nós pudéssemos viver e povoar pelas conveniências dos tratos e política racional com que os dispúnhamos para abraçarem a nossa santa fé, e reduzirem-se ao sagrado batismo da lei de Jesus Cristo.
>
> Sendo esse o fundamento que temos no Brasil para possuirmos, e nenhum outro como constará dos lugares onde isso mais expressamente é certo, foi tal a nossa posse com o seu consentimento que logo dali por diante desfrutamos da mesma terra, do pau-brasil e de outras drogas que então passavam a este reino, sem nenhuma repugnância de sua parte. Ao contrário, para nos conservarem nesta terra nos ensinaram modos de agriculturas para aumentar e garantir nosso sustento, satisfazendo-lhes que os trouxéssemos ao grêmio da santa Madre Igreja (CALDEIRA, 2008:195).

A ideia da conjunção de esforços entre portugueses e índios, ao mesmo tempo em que fortalecia a ação de missionários, como o padre José de Anchieta e outros “que com poder de milagres faziam abalar para povoado e se fazer cristão o mais agreste gentio” (CALDEIRA, 2008:195-196), também colaborava para distinguir aqueles que se opunham à nominada paz. “Aqueles que por sua braveza e tirania foram chamados gentio bravo” e que nutriam ódio aos índios aliados dos portugueses, habituando-se em fazer “guerras para capturarem gentes e fazerem desses capturados açougue para sua sustentação” e invadiam o “povoado para tiranizarem os brancos que em suas casas viviam quietos e sossegados” (CALDEIRA, 2008:196).

As representações dos índios entre bons e maus aponta para a conquista do sertão, tanto no seu caráter político de ocupação de terras, quanto no caráter civilizador-cristão de conversão das almas. Desse modo, a ação dos paulistas, do combate e da escravidão dos índios representava o duplo empenho da conquista de territórios e almas. “(…) E resultou dessa pendência, em sua natural defesa, capturarem os moradores alguns desses gentios, que trouxeram ao povoado e deles se serviram nas suas lavouras, instruindo-os como católicos para se batizarem como sempre” (CALDEIRA, 2008:196).

Nas letras de Bartolomeu Lopes de Carvalho:

> Os paulistas eram os verdadeiros exploradores do Brasil e fizeram grandes serviços a vossa majestade, pois com o seu temor e armas afugentaram o gentio mais bravo que avizinhava com os das marinhas, deixando lugares capazes de povoação. Também no sertão ficou mais franqueada a entrada àqueles que nesses longes quiseram estender seus gados para sustento de todo o Brasil, tendo vossa majestade grandes rendimentos de toda essa criação.

> Além do que descobriram as minas do muito ouro que há naquelas capitanias de São Paulo, Pernambuco, Paraíba e as serras do Sobrabusu de onde, dizem, tiram finíssimas esmeraldas, e a serra de Sorocaba, de onde tirou copiosa prata o marquês das minas dom Francisco de Souza. Nenhuma dessas coisas puderam conseguir sem o serviço deste gentio, pois com eles cruzavam os mesmos sertões, e com eles abriam as minas.
>
> E que não era justo que o que eles faziam por serviço de Deus, ao chegar os nativos ao grêmio da igreja católica para a salvação de suas almas, e em serviço de sua majestade, após fazerem suas entradas para aquietação de todos, com particular bem das praças e aumento de suas terras e casas, tudo isso à custa de tanto sangue que das traições do dito gentio tinham por esses sertões derramado, que agora lhos fizessem os cativos libertos para os destruírem.
>
> Depois de todas essas razões me perguntarão se seria melhor deixá-los aumentar em sua diabólica seita e seus bárbaros costumes, aumentando o inferno com seus desatinos, em prejuízo de nossas vidas e fazendas, ou se seria melhor chegar-lhes a fazer católicos, e a seus filhos naturalizá-los, para aumentar os povos com a sujeição de os servir. Eu não lhe soube responder sem de tudo dar vista a quem possa resolver o que melhor for para o serviço de Deus e de vossa majestade (CALDEIRA, 2008:197).

O território representado por um lugar de natureza e de povos bravios, cuja ocupação portuguesa se empenha na salvação civilizadora a serviço de Deus e de sua majestade o rei de Portugal, opõe a ideia de sertão ao povoamento civilizado, à produção agrícola e pecuária comercial e à exploração mineradora. Essa realidade somente a gente de São Paulo poderia realizar combatendo em armas e escravizando os índios, bem como introduzindo na conta do território português as terras dos resistentes – aos quais não são consideradas espanholas, pois esses não as ocupam.

O termo sertão possui sentidos e significados produzidos e usados pelos "agentes da colonização", particulares e estatais, referindo-se às ideias de fronteira e de vazio. Designado como o "interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, pode ser considerado como um dado preexistente ou, ainda como o negativo do processo de povoamento e urbanização" (FONSECA, 2011:51). O sertão é o "espaço bruto", o oposto do "território".

A desordem, o perigo, o demoníaco, o irracional – e nesse sentido o vazio e a ausência – se opõem ao saber e caracterizam o espaço antes da conquista, antes da instituição da territorialidade portuguesa sobre ele. Assim, e por oposição, não se reconhece no discurso do colonizador a atribuição do sentido de territorialidade indígena, principalmente para aqueles que são considerados bravos.

O sertão também representa o espaço em movimento, pois a sua ocupação, na concepção colonizadora, promove o avanço da civilização sobre as fronteiras não-civilizadas. Como espaço limítrofe, o sertão incorpora o desconhecido, o vazio, o inóspito, inculto, perigoso, selvagem, o vazio da civilização (FONSECA, 2011:54). Fronteira, ao modo apropriado por Sérgio Buarque de Holanda, ao reformular o conceito de fronteira de Turner:

> Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que tivessem revelados mais ativos, mais robustos ou melhor equipados (HOLANDA, 2005:12 e 13).

Sérgio Buarque de Holanda já se referira à colonização portuguesa como um avanço da fronteira cultural europeia sobre a América, em *Raízes do Brasil* (publicado em 1936), e depois, em *Caminhos e fronteiras* (publicado em 1957). O autor trata da expansão paulista para o interior, organizada em uma economia distinta da economia do litoral e baseada na adaptação dos modelos sociais e culturais indígenas, aprofundando ainda mais a ideia de fronteira para a perspectiva cultural.

As conquistas do sertão, que também fazem parte dos processos de reformulação da territorialidade portuguesa, ocorreram por meio das entradas promovidas pela guerra aos índios, a introdução do gado, a procura de metais preciosos e a consequente organização de uma rede interna de comércio e de caminhos, ligando extensas regiões. Observando a interpretação de Capistrano de Abreu (1988) para a colonização do Brasil e a formação dos caminhos antigos, percebe-se como o processo de interiorização foi diversificado, partindo de vários pontos do litoral já ocupado pelos portugueses, emendando-se mais com as guerras e as tomadas de terras indígenas do que com a concepção de invasão do território espanhol.

De um modo geral, todo esse processo construiu-se ao redor da produção e consumo de informação sobre o território, que se fazia e se difundia de maneira diversificada, incluindo a invenção de uma toponímia luso-brasileira (no mais das vezes com palavras de origem tupi, por influência dos paulistas). Além disso, havia também a descrição de lugares e caminhos, de vilas, fazendas e cursos d'água, que,

por sua vez alimentavam descrições oficiais em tratados e outros documentos, além da cartografia que se renovava pelas técnicas e pelos dados novos.

Pode-se considerar que se constituiu um estoque de informações sobre o território, que veio tornar possível a produção de conhecimento elaborado em forma de discursos (em textos e na cartografia), objetos das diversas formas de afirmação da autoridade portuguesa sobre as novas ocupações de terras. Partindo do Norte, no Maranhão e Grão-Pará, em direção ao Brasil Central, do Nordeste, na Bahia e no Piauí, ou do Sudeste, em São Paulo, o futuro território goiano fora percorrido nos séculos XVI e XVII para enfim ser ocupado por mineradores paulistas e pecuaristas baianos e piauienses no século XVIII (PALACIN & MORAES, 2001:07).

1.4 CONHECER E CONQUISTAR OS SERTÕES DOS GOYAZES

A ocupação do território goiano, em decorrência dos descobertos de ouro anunciados por Bartolomeu Bueno da Silva (o filho), projetou sobre uma região que ocasionalmente já era trafegada por portugueses, cujos caminhos e rotas estavam anunciados, principalmente quando se partia de São Paulo, uma nova fase no que se refere à produção de informação e de conhecimento voltados para a construção da territorialidade portuguesa. A historiografia colonial destaca uma longa lista de bandeiras que percorreram o território do Brasil Central entre os séculos XVI e XVIII (BERTRAN, 2000; ABREU, 1988; FERREIRA, 1977; HOLANDA, 1989a; TAUNAY, 1981).

Veja-se, por exemplo, no documento produzido para autorizar a entrada de Bartolomeu Bueno da Silva com uma bandeira que intentasse a descoberta de ouro na região dos índios Goyazes. Essa região foi percorrida por esse bandeirante na adolescência em companhia de seu pai, agora, autorizado pelo governador e capitão general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, Bartolomeu Bueno da Silva recebe os fundamentos das condições sobre as quais deve percorrer e ocupar as terras novas, previamente consideradas paulistas.

Em documento escrito em Lisboa, em 23 de fevereiro de 1732, encontra-se referência a uma carta do Governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, que dá conta dos encaminhamentos das solicitações da Coroa quanto aos

“descobrimentos que se ofereceraõ fazer Bertolameu Bueno da Silva e Joaõ Leyte da Silva ortis no certaõ dos Guaiasis” (AHU-GOIÁS 0003). Solicita-se também o que vem transcrito nesse requerimento, uma cópia do Regimento que autoriza a entrada de Bartolomeu Bueno nos sertões de Goiás, em busca de descobrimentos de ouro.

O Regimento referido informa sobre “o premio que se lhe havia de dar no cazo em que descobrisse nos certoens desta Capitania Minas de ouro e prata e outros haveres” (AHU-GOIÁS 0003), além de estabelecer os critérios sobre os quais se deve basear o capitão da bandeira. Em algumas das suas passagens, ainda é possível observar o modo como o território é tratado, o que remete ao entendimento do que a coroa portuguesa, em princípios da década de 1720, compreende ser o interior desabitado de civilizados portugueses e espanhóis.

Já no primeiro item do Regimento de Bartolomeu Bueno, considera-se que o sucesso da empreitada “resulta na utilidade ou serviço de sua Mag.e pello augmento da fazenda Real mas a Deus nosso senhor na propagação da fé deve mandar / antes de partir para os certoens / confesçar todas as pessoas que acompanharem assim brancos indios e escravos” (AHU-GOIÁS 0003), no que se estabelece a concepção de sertão como um lugar ausente da fé cristã; a ameaça da morte sem os sacramentos vem associada a um lugar onde estes não são possíveis de serem estabelecidos – o sertão. E é a mesma razão, a ausência da ordem cristã, que justifica a instituição da obediência ao cabo da bandeira, Bartolomeu Bueno, que ao receber a condição de executor das ordens, o faz “porque havendo união obediencia se fas bem o serviço de sua Mag.e e se consegue bom sucesso com as mayores empresas” (AHU-GOIÁS 0003).

Prender, castigar e informar as culpas cabia ao cabo Bartolomeu Bueno, devendo aplicar a todos que o acompanhavam e aos que encontrasse pelo caminho e não estivesse submetido a outro reino. Para tanto, também carregava consigo um religioso (da tropa) “para que vendo os indios que habitarem por aquelles certoens a estimação que se faz deles abraçem com mais frevor e eficacia nossa santa fé” (AHU-GOIÁS 0003). São os exemplos do respeito à ordem social e religiosa, considerados os mecanismos de educação civilizadora aos índios, conquanto reconheçam, como pensam os portugueses, que assim é que é o modo correto de viver.

O sentido de ordem e de hierarquia que a sociedade representa para o colonizador e para a coroa portuguesa é concebido de tal modo natural que suas leis estabelecem o que fazer com os índios que as desobedecem. No item 04 do Regimento de Bartolomeu Bueno, há uma orientação direta sobre o que fazer nos casos das reações de grupos indígenas que, ao topar com a bandeira, lhe façam oposição ou entrem em acordo com ela:

> Todas as nacoens de indios que o dito Bertolameu Bueno da Silva achar por aquelles certoens deve mandar praticar pellos lingoas que leva, para que se metaõ de paz e abrassem nossa santa feé cometendo esta delligencia aos Relligios para que façaõ todo o possivel pelos domarem para que sejaõ amigos nossos e possaõ pello meyo de toda a brandura que com elles se deve usar, alcançar as noticias necessárias dos haveres que há nas suas terras e se acaso suceder que alguma nasçaõ dos ditos indios naõ queiraõ aceitar a paz que se-lhe oferece e impedirem com armas que a tropa faça sua marcha para que se não façaõ os dittos descobrimentos pondo-se em pellejá em tal cazo lhe fará guerra matandoos e cativanduos e dos que ficarem cativos deve tirar os quintos para sua Magestade mandando-os para esta cidade para se venderem pella fazenda Real e se carregar o seu precedido ao Almoxarife da fazenda Real (AHU-GOIÁS 0003).

Até então, o sentido de territorialidade portuguesa ficou estabelecido de modo tácito. Não se questiona sobre suas razões ou direitos, bem porque, como muito especulou ao longo do período colonial, a condição de selvageria atribuída aos índios e a "negligência" que se dizia terem eles para com a terra, não a cultivando, do modo como os ensinamentos bíblicos propunham, e depois como a concepção de vida civil pressupunha, quanto aos direitos de propriedade, a imagem do índio. Em todos os aspectos, era construída sobre a ideia de um sujeito carente de tutela, seja como "gentio" (pagãos), como "negros da terra" (índios escravizados) ou como aldeados, mais próximos da "natureza" que da civilização. E esse entendimento explícito da ordem do mundo foi suficiente para que, do ponto de vista português, não se estabelecesse diálogo sobre essa questão[7].

O saber que se constrói sobre o território e sobre seus habitantes parte, como se percebe nas representações sociais da realidade, dos elementos culturais ocidentais constituídos para o modo de vida cristão, no que não se admite validade às diferentes formas de organização social e de sentidos de território.

---

[7] Veja-se João Pacheco de Oliveira & Carlos Augusto da Rocha Freire. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC, 2006, pag. 25.

A partir daí o Regimento de Bartolomeu Bueno estabelece uma compreensão de territorialidade, não entre índios e portugueses, mas entre estes e os espanhóis. Desenvolve-se a recomendação severa de que se respeite os limites estabelecidos entre as duas coroas, mesmo que não estejam claramente delimitados:

> Não fará o dito Cabo Bertolameu Bueno da Silva descobrimento algum em terras que pertença a coroa de castella, nem cosentira, que pessoa algua entre nos domínios da dita coroa e todo o que fizer o contrario emcorrerâ na pena de pagar dous mil cruzados para fazenda Real e hirá degradar do por toda a vida para a Ilha de Sam Thomé e o dito Bertolameu Bueno, respondera por qualquer pessoa que encorrer nesta culpa (AHU-GOIÁS 0003).

Nesse caso, ao invés de pressupor que houvessem intenções veladas em penetrar para além das fronteiras portuguesas de modo não consentido, é mais seguro perceber que o reconhecimento dos limites – mesmo que eles não estejam claramente traçados – confere um lado português da fronteira e reforça a autoridade sobre o território permeado por bandeirantes em nome da coroa.

São parcos os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino que tratam das fronteiras entre portugueses e espanhóis na América, anteriores a 1750, principalmente quando se refere aos limites do Tratado de Tordesilhas (1494) e à região do Planalto Brasileiro, onde porventura passasse a linha imaginária desse acordo.

No catálogo do AHU-SÃO PAULO, quando o território goiano ainda compreendia a capitania de São Paulo, há apenas referências às regiões da Nova Colônia de Sacramento, em uma carta que registra terem os espanhóis povoado São Maldonado em 1723 (AHU-SÃO PAULO-MGouveia 0315), e uma consulta movida pela preocupação do ouvidor da comarca de Cuiabá, de 1741, de uma invasão por parte dos espanhóis (AHU-SÃO PAULO 0177).

O Regimento do bandeirante descobridor das minas de Goiás vai mais adiante com a preocupação relacionada à questão da territorialidade e, de certo modo, também com a vigilância e conhecimento preciso das localidades e rotas que conduzem aos veios de ouro:

> Achando-se o dito Cabo Bertolameu Bueno Minas de ouro prata, christais e pedras perciosas ou outro qualquer haver e entendendo que he conveniente passar adiante para hum Roteyro, em que declara a cada hua della, com toda a distinçaõ pondo hua tal diviza que a todo o tempo se possa procurar e me darâ parte com toda a indeviduaçaõ, mandando me huma copia do dito roteyro para que sendome todo o

> prézente possa eu rezolver o que for mais conveniente ao serviço de sua Mag.e. (AHU-GOIÁS 0003).

Por fim, a compreensão de que eram portuguesas as terras que seriam percorridas por Bartolomeu Bueno se confirmava na determinação de que as "Minas que se descobrirem nos Certoens desta capitania" (AHU-GOIÁS 0003) deveriam ter nomeadas pelo cabo da bandeira "hum Thesoureiro, e escribão que ponha em aRecadaçaõ os quintos Reais, e ha de nomear pessoas Limpas de maõs e de sans conciencias" (AHU-GOIÁS 0003). Assinava o requerimento que transcrevia o Regimento de Bartolomeu Bueno, Manoel Caetano Lopes de Lavre.

O sucesso da empreitada de Bartolomeu Bueno da Silva resultou na imediata expansão da administração paulista, assumindo o bandeirante o posto prometido, sobre o qual fora mais tarde questionado, destituído e substituído por um aparato burocrático mais complexo, que logo fugiu do controle da capitania de São Paulo, relacionando-se diretamente com a coroa portuguesa.

O *boom* minerador pôs em movimento gente portuguesa vinda de outras regiões do Brasil ou de Portugal, fazendo surgir povoações e arraiais onde quer que se reivindicassem novos descobertos de ouro:

> Nos Goyazes, uma primeira leva de arraiais, entre 1726 e 1729, fez surgir Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Sant'Ana; depois, entre 1731 e 1739, descobriu-se ouro em Natividade, Crixás, Anta, Santa Cruz e Meia Ponte. Em 1748, a Capitania dos Goyazes viu-se apartada de São Paulo, confirmando a importância que ganhara, pois Sant'Ana tornara-se vila e recebera o nome de Vila Boa de Goiás, isso em 1739. (ROCHA Jr; VIEIRA Jr & CARDOSO, 2006:19)

A burocracia que se organizou em torno das vilas e arraiais promoveu o controle cuidadoso da arrecadação de impostos, ao mesmo tempo que informou meticulosamente sobre a organização e consolidação da ocupação do território, como se mostra nos primeiros documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Já no primeiro documento do Arquivo Histórico Ultramarino recolhido na cota da capitania de Goiás, uma carta do Tesoureiro e Comissário da Fazenda dos Defuntos e Ausentes da comarca de Goiás, Matias do Couto Reis, dirigida ao Ouvidor-Geral de São Paulo, Bernardo Rodrigues do Vale, datada de 07 de março de 1731, dá-se conta dos desgovernos promovidos por funcionários. A reclamação dos desmandos do Provedor Comissário, o qual, influenciado pelo reverendo do

arraial da Barra, promove atitudes autoritárias e contrárias ao Regimento, apoiado em ameaças aos seus opositores.

Lamenta o Tesoureiro de não poder encaminhar com segurança as cartas em que reclama do assunto e considera que somente com a intervenção do Ouvidor-Geral de São Paulo teriam aquelas minas a justiça realizada. Sua desconfiança e preocupação ressalta os desmandos em Goiás ao asseverar que:

> Só Se o dito Senhor puzer cobro nisto terão estas minas Socego, e como todos os mandadores, emtruzos, Se Receaõ, que de todos os absurdos Se de parte ao dito Senhor general Se tem mandado destas minas quinze dias de viagem atras de homens, que aos tais lhe parecia levariaõ Cartas em que nelas Se daria parte do que tem Sucedido que me parece naõ Será possível Reduzir tudo a pequeno vollume pois o vicio de alguns paullistas daraõ material bastante a que se façaõ grandes, processos, pois naõ há onças mais ferozes, que elles, estando fora do jugo da justiça, e iso he a vida que elles querem. (AHU-GOIÁS 0001)

Mathias do Couto Reis, o Tesoureiro, demonstra aí como as distâncias entre a sede do governo da capitania e a comarca de Goiás, por suas lonjuras, facilitam os desmandos. E isso se repetirá na carta do vigário de Goiás (Sant'Anna), Pedro Ferreira Brandão, em 5 de maio de 1732, ao desembargador Belchior do Rego de Andrade, ao solicitar medidas contra os descaminhos dos quintos e os prejuízos adquiridos pelos comerciantes que entram em Goiás, vindos de São Paulo. Mais uma vez as longas jornadas contribuem para os desmandos e caracterizam um aspecto sutil das minas de Goiás, notado pelos que até lá chegaram.

> Nestas Minas naõ há Couza alguma, de que se possa Utilizar a Coroa, e Real faz.da, mais que pelos seus Quintos, e Contractos na forma que se pratica nas Minas Geraez; porem algumas Couzas há, que necessitaõ de Remedio prompto para evitar os descaminhos. O Governador de São Paulo que em toda a Materia procede mais com odio contra as pessoas, que entraõ a estas Minas, do que com Zelo do Real Serviço poz o Registo do Contracto das Entradas no Rio de Mogi, que fica quatro dias de jornada da Cidade de São Paulo, no que recebe este povo hum prejuizo muito consideravel, pois as Entradas naõ se devem senaõ das Couzas, que entraõ nestas Minas; e Sendo o caminho de Sessenta e Settenta dias, o que de ordinario sucede, he que despois dos Mizeraveis viandantes terem Registado, e pagas as Entradas em Mogi perdem m.as Cargas no discurso do Caminho por Razaõ das Aguas, e Rios Caudalozos, que atravessaõ, e gastaõ outras por lhe serem necessarias para o seu sustento, e de todas pagaõ os direitos sem entrarem nestas Minas (AHU-GOIÁS 0004).

Deve-se observar que além das evidências relacionadas aos prejuízos de comerciantes e aos abusos das autoridades administrativas também concorrem

interesses de grupos locais e de classes, fazendo com que a tinta das reclamações se tornem mais ou menos reluzentes.

Este mesmo assunto das lonjuras continua sendo tratado em outros documentos, ora referindo-se às distâncias entre as minas (e seus arraiais), entre esses e Vila Boa, e ora observando as distâncias entre Vila Boa e o litoral ou a sede da capitania, São Paulo.

Na carta do governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei, D. João V, informando sobre os descobertos auríferos de Natividade e do rio Manoel Alves, em 29 de setembro de 1739, cogita-se a necessidade de se criar uma intendência ali, na região do Médio Tocantins, devido as grandes distâncias que elas têm de Vila Boa e de São Paulo. Ao manifestar a intenção de visitar essas minas, o governador observa que elas estão a “cento e settenta legoas” da capital, motivo pelo qual sugere que se crie uma “Intendencia a q.al julgo deve ser separada em atençaõ a referida distancia” (AHU-GOIÁS 0066).

No dia seguinte, o mesmo governador escreve nova carta ao rei, respondendo a uma provisão de 11 de fevereiro de 1736, onde se especula a necessidade de separar as minas de Goiás da capitania de São Paulo, em virtude das grandes distâncias. D. Luís de Mascarenhas considera que, assim como os caminhos longos de Goiás impediam a boa gestão do governo e da economia, também os caminhos para Cuiabá incorriam nas mesmas dificuldades:

> Huma grande parte desta Capitania Saõ as Minas do Cuyabá as quais pella deficuldade da navegaçaõ para ellas Se naõ achaõ ainda taõ povoadas como já estariaõ Se se houvesse estabelecido caminho por terra e como desta Villa há de prezente hua picada aberta pella qual já tem hido gente com mais Segurança de suas Vidas e fazendas do q. pello Caminho da navegaçaõ, e esse mesmo tempo convem muyto que esta Se frequente para mayor utilidade dos povos, e mais segurança dos quintos Reais os quais já para o anno seguinte poderaõ vir por ella, e esta frequencia com a facilidade Se conseguirâ Se nestas minas não aSistir o governador que dé Calor ao Seu estabelecimento (AHU-GOIÁS 0068).

As distâncias foram vencidas por caminhos antigos que foram se consolidando na mesma medida em que os sertões eram vencidos pelos modos de vida dos colonizadores. Em “Veredas e pé posto”, o primeiro capítulo de *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda (2005) destaca a interação entre a vila e a estrada, tendo na primeira a condição de traço primordial do colonizador,

combinando a sua interiorização com a segunda, a estrada, a partir da experiência indígena. A vila de São Paulo, para o autor tornara-se um “centro de amplo sistema de estradas” que se expandia para a costa e para o sertão.

Foram os recursos primitivos dos índios, habituados em andar pelos sertões, de que se apropriaram os portugueses e seus descendentes, que possibilitaram o longo processo de interiorização da colonização. “Para o sertanista branco ou mamaluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena” (HOLANDA, 2005:19). E, desse modo, a experiência indígena para identificar e produzir informações sobre os percursos, como o uso de galhos cortados à mão, balizas fincadas, que serviam de marcadores para indicar caminhos ou direções (HOLANDA, 2005:19) foram associadas a tradições vindas com os europeus, como o uso de cruzes de madeira.

Para produzir um conhecimento complexo sobre o território, as qualidades e habilidades dos sertanistas rapidamente ultrapassaram o improviso e a imitação, vindo a constituir-se em um amplo conhecimento sobre o território e a consolidação de um sistema viário típico para as caminhadas bandeirantes. Como sugere Sérgio Buarque de Holanda, “Essa espécie de rústico alfabeto, unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista, requer qualidades pessoais que dificilmente se improvisam” (HOLANDA, 2005:20/21).

As marchas simples antecederam o uso intensivo das embarcações, as canoas indígenas, cujo modelo e percurso se desenvolveu somente para uma direção, o Oeste paulista (HOLANDA, 1989a), e o uso de tração animal, que somente veio se consolidar após as descobertas auríferas e a necessidade de abastecimento em grande escala das povoações surgidas da mineração. Mas esse encadeamento dos caminhos dos bandeirantes marcaram os trajetos das principais estradas que, partindo do Sudeste, e mais especificamente de São Paulo, rumaram para o Sul e o Planalto Central, no Centro-Oeste.

Os principais trajetos dos grandes percursos permaneceram. Paulo Bertran assinala que as duas importantes estradas da colonização já estavam traçadas na primeira metade do século XVIII. A estrada que vinha de Salvador para o sertão, atravessando Goiás e se dirigindo até a Vila Bela da Santíssima Trindade, capital do Mato Grosso, nas margens do rio Guaporé, próximo da fronteira com a Bolívia, estendendo-se por cerca de 2,8 mil quilômetros; e a estrada que vinha do Rio de

Janeiro, por Minas Gerais, entrando em Goiás, pelo Registro de Arrependidos, e dirigindo-se para Santa Luzia (Luziânia) e dali para Meia Ponte (Pirenópolis). Ali se encontrava com a estrada que vinha da Bahia para o Mato Grosso, e dela podia-se rumar até Belém ou São Luís, seguindo pela contagem de São João e Planaltina (no Distrito Federal). Do trecho entre Rio de Janeiro e Belém, essa estrada media cerca de 3,5 mil quilômetros (BERTRAN, 2000:141).

As principais estradas do século XVIII haviam sido trilhadas há mais de cem anos nas marchas bandeirantes. Os caminhos trilhados pelo Anhanguera, em busca do ouro de Goiás, entre 1725 e 1727, logo em seguida se consolidou como o primeiro caminho autorizado para o tráfego de pessoas e gêneros pela coroa portuguesa. E rapidamente o território goiano se tornou o epicentro dos caminhos que vinham de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Cuiabá, e com algumas restrições do Maranhão e Grão-Pará.

Durante algum tempo, na comarca de Goiás, permaneceram as reivindicações de vários participantes da bandeira do Anhanguera, sobre direitos de passagens sobre rios, datas de mineração e pagamentos. Em 1733, o padre frei Cosme de Santo André solicitou da coroa os rendimentos sobre as passagens dos rios que foram concedidos aos descobridores das minas de Goiás (AHU-GOIÁS 0005). No mesmo ano, um parecer do Conselho Ultramarino orientou o governador de São Paulo que verificasse quais eram os rios que poderiam ser atribuídos aos descobridores o direito que reivindicam:

> Dom Joaõ por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar, em Africa Senhor de Guiné (…) Faço Saber (…) que á vista das ordens, que se tinhaõ passado ao Governador Rodrigo Cezar de Menezes Se achava que a mercê feita aos descobridores das Minas dos Guayazes Bartolomeu Bueno da Sylva, e Joaõ Leyte da Sylva Orrtis comprehendia todos os Ryos que para Se passarem necessitaõ de embarcaçaõ e ficarem desde povoado, athé as dittas Minas; e p.a se saber quaés Saõ os Ryos comprehendidos na ditta doacção. (…) que juntamente convosco averigue, e informe com toda a exacçaõ, que Ryos saõ os que se achaõ no caminho das dittas Minas, desde o Sitio que estava povoado com a comunicaçaõ para a cidade de Saõ Paulo, ou villas de sua Commarca no tempo em que se fes este descobrimento pelos Referidos Bartolomeu Bueno da Sylva, e Joaõ Leyte da Sylva Orttis contando os que necessitaõ de embarcação para se passarem e ficaõ desde o dito Sitio athé as Referidas Minas dos Guayazes (…) (AHU-GOIÁS 0006)

Ao longo dos anos 1740, os contratos de dízimos e passagens de rios do caminho que levam às minas de Goiás continuaram sendo arrematados, enquanto

os primeiros descobridores e seus parentes insistiam em reivindicar os direitos conquistados.

Em 17 de março de 1742, o Ouvidor-Geral das Minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, escreve ao rei, reclamando que os contratos de dízimos e passagens foram arrematados sem a sua assistência (AHU-GOIÁS 0163). Ainda nesse mesmo mês, o Provedor da Fazenda Real de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho sugere em carta ao rei que se aumente o preço anual do contrato das passagens às minas, que foram arrematados por José da Costa Guimarães, devido ao fato de existirem novos descobertos (AHU-GOIÁS 0171). Os rios Grande e das Velhas foram negociados em arrematação das passagens por um negociante de Lisboa, Antônio Ribeiro da Silva, em 1746, por dez anos. Mas não tardou para que representantes dos primeiros descobridores intercedessem, reivindicando o direito que lhes tinha sido concedido (AHU-GOIÁS 0334).

A experiência de produção do conhecimento sobre o espaço no território goiano se traduz em uma sistemática apropriação, ao gosto do modelo colonizador, cuja identificação das faces das paisagens é acompanhada da imediata transformação em propriedade privada da coroa e disposta à alocação e exploração dos colonos. Na mesma medida em que os espaços foram sendo identificados nos documentos, e daí trasladados para os mapas, também a reivindicação de posses por parte dos colonos portugueses foi se intensificando, consubstanciando-se rapidamente em um território caracteristicamente português.

Até o final da década de 1740, a então comarca de Goiás viveu, na organização da burocracia colonial, o constante incremento de cargos dos ofícios de Tabelião e de Escrivão das Datas e Sesmarias (documentos AHU-GOIÁS 0007; 0016; 0018; 0019; 0020 e 0061). Para esses cargos, eram solicitados constantes provimentos, acompanhados, a partir do ano de 1748 (AHU-GOIÁS 0353) de requerimentos de confirmação de cartas de sesmarias nas mais diversas regiões da comarca por onde tenham surgidos povoados decorrentes da mineração.

Desde fins do século XVII, a legislação portuguesa para a concessão de sesmarias procurou adaptar-se ao processo de interiorização proporcionado pela mineração, estabelecendo restrições sobre o tamanho das concessões de terras, que até então mediam-se em léguas. Através de diversas cartas régias (locais ou

gerais) que se imprimiram por toda a primeira metade do século XVIII, passou-se a restringir a extensão e os prazos de solicitação de sesmarias[8].

A legislação que restringia a concessão permaneceu esquecida, como observa Paulo Bertran (2000:89), e as concessões de sesmarias continuaram escapando da obrigatoriedade de ser ouvida pelas câmaras locais. A grande maioria das solicitações e requerimentos de cartas de sesmarias constantes da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (Goiás) refere-se às regiões em que se pede o direito sobre as terras. Sem mencionar distâncias, em que pese o fato que, após 1749, cuidou o governo da nova capitania em adequar-se às regras.

O sertão incógnito que coexistia com as trilhas das marchas bandeirantes foi devassado pelo processo civilizador-cristão colonial, consolidando a toponímia paulista e a sua nomenclatura em tupi-guarani e cristã, distribuindo as propriedades em datas de mineração e sesmarias para o cultivo e a pecuária. Conhecer, percorrer, ocupar e, por fim, expulsar os índios do seu habitat (o sertão) foram os procedimentos concomitantes da formação de uma territorialidade portuguesa no Brasil Central.

Novos caminhos se organizaram em direção aos novos arraiais (também os novos descobertos alimentaram a abertura de novas estradas). Como foi assinalado acima, os achados auríferos do território goiano ocorreram esparsadamente, acompanhando os cursos de rios contribuintes das grandes bacias do São Francisco, do Prata e do Araguaia-Tocantins. Assim, tanto para se comunicarem entre si, como para ligarem-se aos grandes trajetos, muitos caminhos vicinais foram surgindo e produzindo uma rede que, juntamente com os povoados e as fazendas, consolidavam a territorialidade portuguesa.

A proliferação das minas e dos arraiais no território goiano seguiu, primeiro, o caminho do Anhanguera e, depois, os cursos dos rios que compunham a bacia do Tocantins-Araguaia. Enquanto a década de 1720 viu nascer no Oeste do atual estado de Goiás os principais povoados auríferos que se formaram em torno de Vila Boa, como Anta, Barra, Ferreiro e Ouro Fino, na década de 1730, ao Norte e Nordeste de Vila Boa, surgiram novos achados auríferos, muitos deles seguindo em

[8] Veja-se Ângelo Alves Carrara. Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In http://www.ufjf.br/hgg (acessado em 18/02/2015).

direção às nascentes do rio Tocantins, nas proximidades do percurso de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, quando retornava em direção ao rio Vermelho. Assim surgiram Crixás, ao Norte, e a Nordeste, Meia Ponte (Pirenópolis), já nas proximidades das nascentes do Tocantins, por onde surgiram os povoados de Água Quente, Lavrinhas, Jaraguá, Moquém, Pontal, Maranhão, São Félix, Porto Real, Santa Rita, Trayras (Tupiraçaba), São José do Tocantins (Niquelândia) e Natividade, entre outros (BOAVENTURA, 2007:267).

O surgimento de novos povoados e novos caminhos estão relacionados com o aparecimento de novos veios auríferos, principalmente na região do alto e médio Tocantins. Mas a sua organização em torno da burocracia portuguesa, com o controle sobre os trajetos, a arrecadação e impostos e a distribuição de propriedades, encaminham para a organização de uma rede formada por vilas, estradas e fazendas que consolidam a territorialidade do estado e aprofundam os conflitos com os grupos indígenas.

Para tanto, a ocupação da burocracia com o conhecimento dos lugares e dos percursos foi uma constante. Permaneceu a concepção da lonjura e das dificuldades para o cumprimento de longos trajetos e, por outro lado, a propagação da informação das distâncias e dos perigos foi acompanhada do aprofundamento dos conflitos. Tanto a opção do aldeamento, o recolhimento de grupos indígenas sob a tutela do colonizador, quanto o combate direto aos grupos resistentes, foram essas as soluções que impulsionaram o processo civilizador do território goiano. Em 23 de agosto de 1744, o então governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas escreve ao rei informando que os danos causados pelos índios nos distritos de Natividade, Remédios, Terras Novas e Paranã assustavam os moradores daquela região, e que a assistência do bandeirante Antônio Pires do Campo, “com seus bororós”, deveria vir como solução (AHU-GOIÁS 0254).

O conhecimento que se produziu sobre essas regiões foi imediatamente trasladado para os diversos documentos que seguiam para Portugal, incidindo também em uma rápida consolidação dos topônimos e aprimoramento de mapas. A ligeira distribuição de povoados, de estradas e de fazendas em esparsas regiões, acompanhadas de informações fiscais, de solicitações de sesmarias e de relatos de conflitos com grupos indígenas construiu um saber geográfico e político complexo do território goiano ainda nas primeiras décadas. O “Mapa da única matrícula, e

capitação de todas as Minas de Goyas do anno de 1736" (AHU-GOIÁS 0049) já organizava uma tabela que centralizava as três grandes regiões auríferas. A primeira, em torno de Sant'Anna (Vila Boa), a segunda, ao Norte de Vila Boa, em torno de Crixás (surgida em 1734), e, a terceira, a Nordeste de Vila Boa, na região do rio Tocantins, desde Meia Ponte (Pirenópolis, surgida em 1731) até São Félix (surgida em 1736).

Em carta do rei D. João V ao governador de São Paulo, aflito quanto à falta de notícias da bandeira de Manoel Rodrigues Tomar e Urbano do Couto Menezes, as quais seguiram em 1730 na busca de novos achados auríferos na região das nascentes do rio Tocantins, o rei informa saber sobre as notícias "do ano passado (1731), achando vários ribeiros com bons jornais (de ouro) e uma grande vastidão de campanha com formações e disposições certas de muito ouro, além de muitos morros e serras com os mesmos sinais e abundantes cristais" (BERTRAN, 2000:80). A preocupação real com a falta de notícias revela antes o desejo de que mais achados de ouro venham alargar as bolsas da coroa portuguesa, mas ao mesmo tempo, que o conhecimento da região sempre dependeu das informações constantes dessas correspondências. Como observa Paulo Bertran (2000), a centralidade de Meia Ponte (Pirenópolis), juntamente com a maioria de portugueses (emboabas) ali presentes – em relação à maioria de paulistas em Vila Boa – ensejou o desejo do governo de São Paulo de mudar a sua capital para essa localidade, o que não aconteceu por ter sido o governador acometido de doença e morte enquanto se dirigia para Meia Ponte[9].

Os afluentes do rio Tocantins, nas suas margens, compõem a região que teve o maior número de povoados surgidos na primeira metade do século XVIII. E ali, como também nos outros lugares, a consolidação da toponímia é concomitante com a ocupação branca, configurando o sentido de territorialidade portuguesa.

O tema da distância e das dificuldades dela decorrentes foi constantemente evocado e veio acompanhado de muitas indicações toponímicas e geográficas, dispersos nos documentos oficiais, que em soma resultam em uma grande negociação entre os colonos e a coroa, do processo civilizador que transforma o sertão em propriedade privada. Em 29 de setembro de 1739, o governador de São

[9] Observe-se no documento AHU-SP 01105, o parecer do Conselho Ultramarino sobre a criação ou mudança do governo de São Paulo para as Minas de Goiás.

Paulo, D. Luís de Mascarenhas, escrevia ao rei D. João V sobre as novas minas descobertas em São Luís (Natividade) e no rio Manoel Álvares, ambos na região do rio Tocantins. E considerava necessário que se criasse ali uma intendência, devido a grande distância que essa região estava de Vila Boa (AHU-GOIÁS 0066). Apesar do controle fiscal que a comarca de Goiás viveu enquanto pertencia à capitania de São Paulo, somente depois de tornada capitania foram instituídas as casas de fundição. Nesse caso a distância entre Vila Boa e a região do rio Tocantins resultou em uma casa de fundição na capital, Vila Boa, fundada em 1752, e outra, a casa de fundição de São Félix, fundada em 1757[10].

As distâncias diminuíram na medida em que o conhecimento suprimiu dos mapas os sertões, ou seja, quando os espaços considerados incógnitos foram nomeados e palmilhados em busca de minérios ou de novas áreas para a pecuária. Na primeira metade do século XVIII, ao mesmo tempo que se inauguram novas formas de produção e consumo de saberes sobre o território, com a proliferação de mapas e roteiros descritivos dos interiores da colônia portuguesa na América, não se prescindiu da informação picada recolhida nos documentos oficiais que alimentaram políticas de expansão e controle sobre terras e povos.

Conhecer os caminhos e os rios, sejam eles balizadores de caminhos ou as próprias vias de acesso para o interior, foi um exercício perene da colonização portuguesa. A historiografia recente tem proposto novos caminhos e temáticas que permitem analisar novas formas de relações entre os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, bem como as relações com o meio ambiente. Essa inovação reforça a existência de novos documentos ou relê documentos já tratados por autores consagrados, agora perscrutando a importância da produção de saberes sobre o território por parte do colonizador[11].

Seja como representação mítica ou racional do mundo, os elementos da natureza foram catalogados e caracterizados, como dádiva ou castigo divino, como inóspitos ou como ordem controlável, como espaço paradisíaco ou lugar do trabalho

---

[10] Sobre as casas de fundição veja-se http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/casadefundicao.asp.

[11] Note-se que autores como Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Taunay e Capistrano de Abreu já se interessaram pelo saber construído pelo colonizador a partir das interações com grupos indígenas e com o próprio meio ambiente, tratando de temas como caminhos, usos de saberes cotidianos, meios de transportes, estratégias de guerra etc.

e infernal, ou ainda como espaço indomável ou passível de transformação (DAMATTA, 1993). Em todos os casos, a hierarquização da sociedade colonial traduziu-se para as concepções do espaço e da natureza em um discurso cuja dominação, posse e consumo foram concebidos como direitos naturais.

O conhecimento que se produziu sobre os novos territórios que incorporados enquanto se expandia a administração portuguesa sobre o Planalto Brasileiro incluía a diversidade da vegetação, pouco citada nos documentos e, provavelmente mais do interesse de pecuaristas do que de mineradores e agricultores. Isto porque estes últimos percebem a vegetação como impedimento do desenvolvimento dos seus trabalhos. Esse conhecimento incluía ainda o relevo do Planalto, com suas chapadas e suas serras de descaimentos suaves, inclinando-se para todos os lados e conduzindo as águas que acumulava para o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste; e, por fim, registrava o emaranhado hidrográfico de grandes e pequenas bacias que se acomodaram no relevo.

Vencia-se ainda a primeira metade do século XVIII, com menos de 50 anos da ocupação colonizadora portuguesa, e o território goiano se encontrava identificado nos mapas, de tal maneira que os grandes rios, como o Tocantins, o Grande e alguns afluentes do Araguaia vinham indicados com povoações e caminhos. Ainda se indicavam alguns sertões, termo relacionado a lugar desconhecido e não ocupado pelo colonizador. Mas a composição da rede de povoados, fazendas e estradas confirmava a territorialidade portuguesa, como se vê no “Mapa dos sertões, que se comprehedem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará”, atribuído ao geógrafo militar Francesco Tosi Colombina, do ano de 1750.

Significativa, na cartografia, como também na vasta documentação produzida nesse período, é a presença de informações sobre os cursos d’água, os principais e seus afluentes. Seja para indicar caminhos, caracterizar regiões ou solicitar cartas de sesmarias, é intenso o uso da referência hidrográfica para situar o lugar a que se refere nas cartas e outros documentos.

Mappa
dos
Sertoẽs, que se comprehendem
de
Mar a Mar
entre as Capitanias
de
S. Paulo, Goyazes, Cuyabà, Mato-grosso, e Pará.

Septentrio.

Occidens.

Oriens.

Ilha de Joannes.

Pará

Certão do Gentio Xavante.

Certaõ do Gentio Acroá.

Ilha do Gentio Curumaré.

Certaõ do Gentio Aricá.

Gentio Payaguá.

Certaõ do Gentio Ayarú.

Campos da Vacaria.

Certaõ do Gentio Cayapò

Serra dos Geraes Destricto de Goyaz.

Tropico de Capricornio

Mapa dos sertões, que se comprehedem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará, atribuído ao geógrafo militar Tosi Colombina, do ano de 1750

Grosso modo, pode-se considerar que o território goiano colonial está marcado por duas grandes bacias hidrográficas que se compõem pelos rios Grande e Paraná, seguindo de Leste para o Oeste, ao Sul da capitania, e os rios Tocantins e Araguaia, no centro, em direção ao Norte. Os rios do Planalto Central Brasileiro são formados a partir de uma rede de alagados, com os seus olhos d'água, ravinas que acumulam e canalizam águas da chuva, pequenos córregos intermitentes e outros perenes, riachos e riachões, todos tendentes para as partes baixas que contornam os morros e os planaltos, e que se encaminham para as descidas lentas ao Norte, ao Sul, ao Leste e ao Oeste.

Acumuladas, as águas ganham força, pressionadas pela estreiteza das calhas cavadas nas rochas, umas mais moles e outras mais duras; e pelo despencar abrupto das inúmeras cachoeiras, sob as quais se acumulam em poços mansos e retomam o caminhar sem grandes meandros e curvas.

Formados os rios, as cachoeiras permanecem, os travessões acumulando pedregulhos e areia grossa no meio do rio, os lajeados e as praias, nas suas bordas, formam uma paisagem costumeira que muda de tom e de forma ao sabor da predominância das formações rochosas, ora quartzítico, ora areno-argiloso, ora o calcário ou as concentrações ferruginosas da canga.

Além das muitas citações dos documentos administrativos, não faltaram roteiros e comentários de viagens empreendidas pelos rios do Planalto Central Brasileiro, como é o caso do rio Tocantins, que foi objeto de um relato póstumo, ditado pelo alferes José Peixoto da Silva Braga. Este ao desistir de acompanhar o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, na sua jornada rumo ao rio Vermelho, desceu o rio Tocantins até Belém do Pará, de onde retornou para São Paulo por via marítima e relatou ao padre geógrafo Diogo Soares o seu périplo, no ano de 1734.

Logo após esse relato, o comerciante e minerador José da Costa Diogo empreende uma jornada que partia das margens do rio São Francisco em direção às minas de Goiás, onde seu fracasso no comércio o lançou na aventura mineradora pelo rio Tocantins. Suas viagens, tanto de Minas Gerais para Goiás, quanto de Goiás para o Grão-Pará, resultaram em dois relatos detalhados dos caminhos. O conhecimento produzido nesses relatos será tratado nos próximos capítulos.

Há ainda a rica descrição do périplo do padre Antônio Vieira, subindo este mesmo rio em 1653, bem antes das narrativas pelo rio abaixo, composta de um cenário detalhado da natureza, dos seus habitantes e das relações engendradas entre colonizadores e índios. Essa carta, porém, trata do mesmo rio, seguindo na direção oposta dos outros relatos, mas não participa do contexto da produção de saber sobre o espaço – pelo menos não de modo direto – por ter ficado restrita a poucos leitores. Serve-nos assim de referência sobre a construção de representações sobre o espaço e a natureza.

2. O RIO TOCANTINS NAS NARRATIVAS COLONIAIS

2.1 AS DESCOBERTAS DO RIO TOCANTINS

2.1.1 “Para onde iria o Tocantins?”

O rio Tocantins é formado pelos rios das Almas, o Maranhão e o Tocantinzinho, no Planalto de Goiás, ao Norte do Distrito Federal, a mais ou menos mil metros de altitude, estendendo-se pelos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. O rio das Almas nasce entre os municípios de Ouro Verde de Goiás, Anápolis, Petrolina de Goiás e Pirenópolis, sendo chamado de rio Padre Souza, seguindo-se depois como rio das Almas em direção ao Norte. Há de se encontrar com o rio Maranhão, este nascido logo no Norte-Nordeste do Distrito Federal e que, depois de recebida as águas do rio das Almas, se juntará ao rio Tocantinzinho, formando o rio Tocantins (CABRAL, 2013:9), o qual seguirá até a baía de Marapatá, perto de Belém-PA.

Em um conto trágico, “Ontem, como hoje, como amanhã, como depois”, Bernardo Élis narra a história de uma índia vendida pelo pai para um policial, que também vive como garimpeiro, tendo como cenário um povoado nas margens do rio Tocantins. Ali, em algum lugar do médio curso do longo rio, Élis infere sobre a sua origem. De onde viria o Tocantins?

> Do fundo fofo da mata, onde as borboletas adejam lampejos azuis, vagos e sonsos; do alto da serra, onde a canela d’ema é um gesto de sede; das pesadas nuvens de chuva esfiapando-se nas pontas de serra; fiapinho de prata merejando numa encosta, ao pé de buritis e samambaias, uma pocinha aqui na piçarra, outra maiorzinha mais baixo cheia de mosquitos e insetos, já gorgolejando numa grotinha, encorpando mais para frente, ali no corgo da gente transpor de um pulo, com lambaris e piaus; depois o rio Tocantins, num coleio de descendo liso e manso como um fumo sagrado a se perder no horizonte, sempre igual, sempre igual, como se agora fosse ontem e será amanhã e depois ainda (ÉLIS, 1975:157).

Apesar de receber o nome apenas após a junção dos três rios que se reunirão na região da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, o rio Maranhão aparenta ser aquele que prossegue nominado Tocantins. As argumentações geológicas, porém, submetem-se às construções culturais. Desde os primeiros momentos da

ocupação da região do alto Tocantins, referiam-se os moradores a esta distinção entre os dois rios, como o fez o guarda-mor Agostinho Pinheiro Caldas, ao requerer sesmaria, em 1758, no distrito de São José do Tocantins (atual Niquelândia). A carta do governador e capitão general de Goiás, D. Mauro José Xavier Botelho de Távora, conde de São Miguel, confirmava sua sesmaria na beira do dito rio:

> Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem que tendo a consideraçaõ e me reprezentar por sua petiçaõ o Guarda mor Agostinho Pinheiro Caldas, morador em Saõ José de Tocantinz que tem sua fabrica de escravos de minerar com os quaes quer trabalhar na beira do rio do Maranhão e para plantar sua Rossa para a dita fabrica me pedia lhe concedesse porse marca meya legoa de terra em quadra em hum córrego que fas barra no Maranhaõ chamado o córrego fundo que confronta com Alvaro Gomes Lial e pela outra com os canaviaes de Manoel Ferreira de Castro e pela outra com o Rio Maranhaõ e pela outra com o correго da estiva (…) (AHU-GOIÁS 0903).

A percepção do rio Maranhão como o principal dos formadores do rio Tocantins está presente nos primeiros documentos goianos, em especial no roteiro da viagem que fez José da Costa Diogo e seus camaradas, em 1734, vindos da barra do rio Urucuia, pelo rio São Francisco, em Minas Gerais, na direção das minas de Goiás. Nas proximidades do Nordeste do Distrito Federal, na região de Formosa, observa José da Costa Diogo, na sua passagem pela Lagoa Feia: “he este lago muito grande, e soturna e verte agoas para a estrada que vem de São Paulo; desta lagoa piquena distância ficam as principais cabeceyras do Rio dos Tocantins, chamado lá Maranhão” (AHU-GOIÁS 0008).

Afinal, o nome Tocantins foi atribuído ao rio pelos navegantes da sua foz, em referência a uma tribo de índios que habitava as suas margens, mas da qual não se guardou nenhum registro (CABRAL, 2013:09). E, desse modo, principiou a crise de identidade que mais tarde confundiu historiadores ao lerem nos documentos os nomes de rios que poderiam ser este Tocantins: Ibeberi, Maranhão, Paraupava, Araguaia.

Tem-se assim que, apesar das confusões iniciais, o conhecimento sobre as suas nascentes já está assentado desde as primeiras ocupações, logo após as primeiras descobertas de ouro por Bartolomeu Bueno, o Anhanguera. Assim, não ocorreram muitas mudanças nos principais topônimos que estão relacionados a estes rios.

A própria bandeira do Anhanguera percorre as margens do rio Tocantins e do rio Paranã, tributário daquele, e terá no dissidente José Peixoto da Silva Braga o relator de um roteiro póstumo, mais de dez anos depois, em 1734, contendo informações sobre os dissabores que viveram os sobreviventes das doenças e fome que passaram. Esses são motivos que alega para o abandono da bandeira e a saída pelo Tocantins abaixo: “Neste sítio ouvindo dizer ao cabo nos ficava já perto o Maranhão me resolvi a deixá-lo, e rodar rio abaixo buscando alguma terra já povoada, por não perecer a fome e sede no meio daqueles matos” (TAUNAY, 1981:132-133).

As passagens pelo rio Tocantins não estão registradas de modo seguro pelas bandeiras que partiam de São Paulo, em que pese o fato de que era hábito dos bandeirantes providenciar relatos e mapas para a informação da coroa portuguesa e o compartilhamento dos caminhos, de que dependiam para assaltar as muitas tribos de índios que eram recolhidos como escravos.

Estando assim os primeiros que viajaram para as cabeceiras do rio Tocantins satisfatoriamente informados sobre ele, com o que são capazes de identificar suas nascentes e seu destino, surpreendendo-se somente com os perigos que, de algum modo, também já sabem que ele traz, pode-se inferir que as bandeiras anteriores à bandeira anhanguerina contribuíram para o conhecimento do rio, e que o nome Tocantins, como se pode observar acima, não era conhecido nas suas nascentes e não fazia parte do repertório das bandeiras.

A historiografia bandeirante não está completamente de acordo com relação aos nomes que os bandeirantes paulistas empregavam para se referir ao rio Tocantins. Consolidou-se, porém, de um lado, a concepção proposta por Jaime Cortesão (2009) de que esse rio era tratado por Paraupava (ou Paraupaba) nos relatos e na cartografia paulista, e, de outro lado, a contestação proposta por Manoel Rodrigues Ferreira (1977), ao demonstrar que as narrativas bandeirantes tratavam o Araguaia por Paraupava, e o Tocantins por Ibeberi. O certo é que somente após a bandeira anhanguerina o nome Tocantins passa a designar todo o rio.

Com sua calha formada nas baixadas que divisam a cadeia da Serra Geral de Goiás, a Oeste, e o Espigão Mestre, a Leste, as águas do rio Tocantins correm do Sul para o Norte, descaindo-se lentamente, mas não sem precipitar-se em muitos trechos com corredeiras, cachoeiras e travessões que ora o retém, ora o

impulsionam com mais violência. Em seu percurso, dois grandes biomas são atravessados, para os quais o rio se torna um importante componente. O cerrado é atravessado pelo rio em todo o Centro-Oeste, seguindo para o Norte, e a Amazônia, em sua fronteira Leste recebe grandes contribuições do Tocantins.

No *Annuario Histórico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para o anno de 1910*, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo elenca os primeiros contribuintes do rio Tocantins, observando que esse nasce com o nome de rio Maranhão:

> Este rio, um dos maiores do mundo, nasce em Goyaz, perto da lagoa Formosa com o nome de Maranhão e banha os municipios de Formosa, Mestre d'Armas, S. José do Tocantins. Os primeiros cursos d'agua, que nelle se lançam, são oriundos do planalto central. Até a confluência com o rio das Almas, sua direcção geral é de leste para oeste, porém curvando-se depois, em angulo recto, torna a direcção norte que conserva até seu estuario no Atlântico. Seus principaes affluentes, por ambas as margens desde suas nascentes á barra do S. Thereza, são os seguintes: Cocal, Riacho, Sal, Arraial Velho, Cachoeirinha, Mangabeiras, Bichos, Mimoso, Bom Jesus, Riacho Fundo, Bonito, Taquaral, Onça, Raizama, Verde, Patos, Almas, Passa-Tres, Macacos, Mula, Peixe, Castellinho, Casiellão, Andayá, Trahiras, S. Ignacio, Virote, Bagagem, Palmeiras, Tocantinzinho, Corriola, Preto, S. Felix, Carmo, Custodio Taboca, Canna Brava, Urubu, Paranan e S. Cruz (AZEVEDO, 1987:67).

Dentre seus principais afluentes, deve-se considerar, à direita, e ainda próximo de suas nascentes, o rio Paranã, que se destaca percorrendo em paralelo o Tocantins. O seu próximo grande afluente será o principal, o rio Araguaia, que deságua a 550 Km da sua foz, formando nesse conjunto uma bacia hidrográfica (o conjunto de terras que fazem a drenagem para os rios) com 918.822 Km² de área de drenagem, o que corresponde a 11% do território brasileiro (CABRAL, 2013:09)[12]. Há ainda, abaixo do rio Araguaia, o rio Itacaiúnas, também pela sua margem esquerda. A extensão total do rio Tocantins é de 1.960 km, sendo sua foz na banda oriental da Ilha de Marajó, onde também deságuam os rios Pará e Guamá.

O estudioso Francisco Ferreira dos Santos Azevedo listou também alguns dos rios que acorrem para o Tocantins. Esses registros deixam ver ainda as indefinições sobre quando começa o rio, onde ele termina e a sua filiação à Bacia Amazônica.

> Não estão de accordo os geographos quanto ao logar em que o rio perde o nome de Maranhão para tomar o de Tocantins; querendo nos

[12] Outros autores apresentam números distintos, mas aproximados.

> parecer que é logo abaixo de S. Felix que tem logar a mudança de nome. Abaixo do S. Thereza entram no Tocantins pelas duas margens os seguintes rios: S. José, S. Antonio, Valerio, Capivary, Crixás, Manoel Alves, Surubim, Riachão, Areias, S. João, Carmo, Agua Suja, Matança, Mangues, S. Luzia, Lageado, Piabanha, Bois, Inferno, Bom-Será, Somno, Ponte Alta, Tabocão, Tranqueiras, Pau Secco, João Ayres, Manoel Alves Grande, Manoel Alves Pequeno e finalmente o Araguaya que é «irmão gemeo do Tocantins» (…).
> Depois de sua reunião com o caudaloso Araguaya, recebe o de Tocantins, que é o nosso limite septentrional e entra no Estado do Pará que elle percorre em sua marcha arrogante e soberba, de sul a norte, engrossado pelas aguas dos rios Arari, Mojú e Guamá, banhando Baião, Mocajuba e Cametá.
> Não é propriamente um affuente do Amazonas, embora proceda da mesma origem dos affluentes meridionaes do grande rio, como o Xingu e Tapajoz cujos cursos são mais ou menos paralelos ao seu.
> Lança-se o Tocantins no Oceano Atlântico, abaixo da cidade de Belém entre a ponta oriental da ilha do Marajó e o cabo de Tyjoca (…) (AZEVEDO, 1987:67 e 68).

Convencionou-se dividir o rio Tocantins em três partes desiguais, estabelecendo-se o alto Tocantins, da sua nascente até a cachoeira do Lajeado, no estado do Tocantins, percorrendo mais ou menos mil quilômetros e um desnível de mais de 900 metros; o médio Tocantins, da cachoeira do Lajeado até a cachoeira do Itaboca (atual hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará), estendendo-se por 980 quilômetros e um desnível de cerca de 150 metros e o baixo Tocantins, cobrindo 360 quilômetros e mais vinte metros de desnível, de Tucuruí até a sua foz. Como propõe Lígia Maria Martins Cabral, “há quem diga que são vários rios em um só” (CABRAL, 2013:09).

No passado, porém, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo dividiu o Tocantins em duas partes, tomando o rio Araguaia como divisor do alto e baixo Tocantins, ambos caracterizados pelo baixo potencial de navegação, em decorrência das suas cachoeiras, rápidas, corredeiras, torvelinhos, rebojos, maresias e saltos: “um fervedoiro sem fim de aguas, uma arrebentação de furiosas ondas, um lutar encessante, um fugir perenne de cachapos, uma fadiga de todas as horas, de todos os minutos” (AZEVEDO, 1987:68).

A Região Hidrográfica[13] do Tocantins-Araguaia possui uma área de 967.059 km² (11% do território nacional) e abrange os estados de Goiás (26,8%), Tocantins (34,2%), Pará (20,8%), Maranhão (3,8%), Mato Grosso (14,3%) e o Distrito Federal

[13] A região hidrográfica é uma divisão administrativa que toma por base a bacia hidrográfica, mas inclui uma área maior que esta.

(0,1%). Grande parte situa-se na região Centro-Oeste, desde as nascentes dos rios Araguaia e Tocantins até a sua confluência, e daí para a jusante adentra na Região Norte até a sua foz (BRASIL, acessado em 26/04/2014).

A vazão média dessa região é de 15.432,54 m³/s, correspondente a 9,6 % do total do País. Observa-se a presença do bioma Floresta Amazônica ao Norte e Noroeste, apresentando característica de zona de transição para o bioma Cerrado que domina grande parte dessa região hidrográfica. O bioma Cerrado é constituído por regiões que concentram grande biodiversidade, cobrindo cerca de 25% do território nacional. As unidades de conservação estabelecidas, porém, não cobrem porções representativas da heterogeneidade do bioma que vem sofrendo forte pressão decorrente do avanço da atividade agropecuária (BRASIL, acessado em 26/04/2014).

Também se encontram ali cinco das nove regiões fitoecológicas brasileiras. No Domínio Amazônico estão as regiões de Floresta Ombrófila Densa (Aluvial, Terras Baixas e Submontana) e Floresta Ombrófila Aberta (Terras Baixas e Submontana); e no Domínio Extra-Amazônico as regiões de Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, e Savana (Cerrado, Cerradão, Campo Cerrado, Parques, Campo Limpo e Campo Rupestre) (BRASIL, 2006:42).

Os terrenos antigos formados por grandes jazidas de minérios no Planalto Brasileiro, em altitudes que alcançam pouco mais de 1.500 metros, descaem em uma “rampa suave” nas palavras de Aziz Ab’Saber (1985:91) em direção Norte, seguindo para as baixadas sedimentares da Amazônia, fazendo com que corra lentamente o rio Tocantins, avolumando-se a cada encontro dos seus muitos afluentes, por uma calha não muito profunda, marcada por praias e travessões que acumulam cascalhos. Devido a presença de muitos afloramentos líticos, com a presença de quartzo, arenito e outras formações rochosas, desde a sua origem estão presentes as muitas cachoeiras que, mesmo diminuindo hoje em sua quantidade, devido as grandes barragens, estão presentes em seus cursos médio e baixo, a menos de trezentos quilômetros da sua foz.

Apesar das definições que estabelecem com precisão e profundidade um conhecimento longamente construído sobre o rio Tocantins, muitas indefinições permaneceram, sem que um consenso absoluto produzisse um texto definitivo desse rio. Quais seriam as suas verdadeiras nascentes e quando ele começa

realmente; qual é a melhor maneira de dividir o rio Tocantins e qual a relação que ele guarda com a bacia amazônica (se realmente existir essa relação); qual é o lugar preciso da sua foz? Novamente, na literatura, Bernardo Élis propõe a questão, refletindo sobre a condição do rio:

> Lesma, cobra, bicho danado que ia deslizando, escorregando, viscoso e frio, lambendo o barranco, mordendo as areias, pastando o capim das estrelas; ora azul como o céu, ora faiscante ao sol e fogo, já imitando o azougue nas noites em que o luar é o próprio silêncio escorrendo; fumaça que se levanta da queimada de mato virgem e se perde na lonjura do horizonte, confundindo-se com o céu embaciado de agosto; – para onde iria o Tocantins? (ÉLIS, 1975:157).

2.1.2 Notícias do rio Tocantins

Manoel Rodrigues Ferreira, no livro *As bandeiras do Paraupava*, especula com profundidade quanto às informações confusas que se estabeleceram desde o período colonial sobre as bandeiras dos rios Araguaia e Tocantins, ambos percorridos desde os caminhos que partiam de São Paulo e tratados por nomes distintos daqueles que se consolidaram mais tarde. Apesar dos nomes Paraupava e Ibeberi referirem-se respectivamente aos atuais rios Araguaia e Tocantins, a cartografia colonial e depois a historiografia trataram de confundir os dois grandes rios, o que justificava o estudo e esclarecimento proposto no livro.

Ao comparar documentos das bandeiras paulistas, do governo do Grão-Pará e Maranhão e a correspondência de jesuítas sediados em Belém, Manoel Rodrigues Ferreira (1977) propôs que o rio Paraupava referido nas bandeiras ao longo do século XVII correspondia ao atual rio Araguaia. A confusão quanto à referência do rio Paraupava, se o Araguaia era o Tocantins, deveu-se primeiro à exploração desses dois rios concomitantemente por portugueses de São Paulo e de Belém, nomeando-os distintamente e, depois, na historiografia recente, com a afirmação de que o rio Paraupava era o curso do atual alto e médio Tocantins.

Note-se, portanto, que o conhecimento que se produziu sobre esses dois rios ficou restrito aos seus usuários, tornando confusa a nomenclatura de uns para os outros. Isso veio influenciar a cartografia do período, já que, além de confundir os dois rios, ainda os associava aos mitos da “Ilha Brasil” e do “Lago Dourado” (também chamado de Lagoa Eupana, Lago Paraupava, Lagoa Xarayes etc.).

Ainda associando as bandeiras paulistas a “ciclos” que se mantinham por determinados períodos em regiões específicas, Manoel Rodrigues Ferreira (1977:195) observa que os rios Araguaia e Tocantins foram percorridos com mais intensidade a partir da última década do século XVI, e que o conhecimento sobre essa região foi importante para a abertura de caminhos que se ligaram aos rios Paraguai e São Francisco mais tarde. As primeiras bandeiras percorreram o Planalto Brasileiro até fins da segunda década do século XVII, seguindo-se um intervalo que só foi retomado na década de 1660.

Mas nesse mesmo período, desde a década de 1630, os jesuítas subiam o Tocantins, partindo de Belém em missões religiosas, por onde “desceram” milhares de índios percorrendo grandes distâncias. Acompanhados de militares portugueses comandados pelos governantes das capitanias, disputavam na empreitada a condução dos índios que traziam, para a escravidão ou para o aldeamento.

No quadro abaixo, podem-se verificar as informações que sobreviveram das passagens de portugueses nas regiões dos rios Araguaia e Tocantins entre os séculos XVI e XVII, até que nas duas primeiras décadas do século XVIII as passagens de bandeirantes caçadores de índios fossem sucedidas pela colonização mineradora.

QUADRO 1: AS BANDEIRAS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

	ANO	LIDER (BANDEIRA / MISSÃO)	REFERÊNCIA
1	1589	Domingos Grou	Uma segunda bandeira de Domingos Grou, com 50 homens e uma jornada de quatro anos pelas cabeceiras do São Francisco e ao sertão de Paraupava (1589) foi dizimada pelos antigos aliados em seu retomo pelo rio Tietê, ficando a vila de São Paulo assediada por três anos pelos Tupiniquim. Seria hipoteticamente, em razão de uma referência a Paraupava, a primeira bandeira a pisar o território goiano, essa de Domingos Luís Grou, morto no sertão e continuada a marcha por Antônio de Macedo, filho do famoso João Ramalho. Isso tudo entre 1589 e 1593 (BERTRAN, 2000:42 e 43).
2	1596	Domingos Rodrigues	Substituindo o bandeirante João Pereira de Souza Botafogo, preso, Domingos Rodrigues, português, retorna do sertão do Paraupava trazendo uma índia “Guaya” (BERTRAN, 2000:45).
3	1608	Martim Rodrigues Tenório de Aguilar	Em 1608 sai de São Paulo – contrariando recente proibição real de penetrar o sertão – a bandeira de um seu vereador, Martim Rodrigues Tenório de Aguilar, espanhol. Seguramente estivera com os Carajá na ilha do Bananal e com os Bilreiro na confluência do Araguaia-Tocantins (BERTRAN, 2000:47).
4	1618	André Fernandes	“Só pelo profundo conhecimento da alma indígena compreende-se que um mestiço como André Fernandes ousasse, com seus 30 homens, tentar o seqüestro de 3 mil índios no Araguaia. Pela força não seria. Antes a lábia, a presunção, com motivos inimagináveis” (BERTRAN, 2000:32)

5	1618	Antônio Pedroso de Alvarenga	"Depois da bandeira paulista de Pedroso Alvarenga ao rio Araguaia (1618), a próxima bandeira documentada a subir o Tocantins é a do próprio fundador de Belém, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, entre 1616 e 1623, que segundo nossa já conhecida notícia do padre Araújo, <<*a foi descobrir* (a fortaleza dos franceses) *e navegou por ela acima (...) Esta fortaleza dista 60 léguas da famosa barra do Pará, conforme a informação do capitão Francisco Caldeira...*>> e onze dias de jornada – segundo a informação dos índios Caatinga –, ou seja onze dias a partir da junção Araguaia-Tocantins" (BERTRAN, 2000:58).
6	1623	Francisco Caldeira Castelo Branco	Governador do Grão-Pará, que de Belém comandou expedição militar até a foz do rio Araguaia.
7	1646	Bartolomeu Barreiros de Ataíde	"A segunda entrada, cronologicamente – e agora seguramente atingindo o Araguaia e a ilha do Bananal –, é a de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que saiu de Belém em 1644 atrás de minas de ouro. Esteve entre os índios Carajá e trouxe notícia de um massacre de bandeirantes paulistas que teriam minerado ouro no Araguaia – muito provavelmente a bandeira de André Fernandes –, como acredita Manoel Rodrigues Ferreira, o maior estudioso que modernamente temos sobre esses assuntos" (BERTRAN, 2000:58).
8	1636	Pe. Luís Figueira	Os jesuítas subiam pelo rio Tocantins desde a década de 1630, e o padre Luís Figueira visitou aldeias indígenas distantes de Belém a 15 léguas (90 km) em 1636 (FERREIRA, 1977:201).
9	1653	Pe. Antônio Vieira	O padre Antônio Vieira subiu o rio Tocantins até a cachoeira do Itaboca (atual Hidrelétrica de Tucuruí) em 1653 (FERREIRA, 1977:201).
10	1655	Pe. Tomé Ribeiro	O padre Tomé Ribeiro penetrou pelo rio Tocantins, entrando pelo rio Araguaia em 1655, de onde retornou com centenas de índios "reduzidos" (FERREIRA, 1977:202).
11	1658	Pe. Tomé Ribeiro e Pe. Ricardo Caréu	Retornou o padre Tomé Ribeiro ao Tocantins trazendo novamente índios para Belém (FERREIRA, 1977:203).
12	1659	Pe. Manoel Nunes	O padre Manoel Nunes subiu o Tocantins em 1659 e sua viagem foi narrada em uma carta ao rei pelo padre Antônio Vieira e 63 anos depois, em 1722, pelo padre Manoel Mota.
13	1665	Francisco Lopes Buenavides	Buenavides comandou uma bandeira pelo "sertão dos guaiás".
14	1669	Pe. Gaspar Misch	O padre Gaspar Misch subiu o rio Tocantins e se encontrou com índios que lhe deram notícias dos ataques da bandeira de Francisco Lopes Buenavides.
15	1671	Antônio Pais	Antônio Pais comandou uma bandeira pelo "sertão dos guaiás".
16	1671	Luiz Canhoto de Almeida	Retornava do "sertão dos guaiás" enquanto o penetrava Antônio Pais, mas não formava uma bandeira.
17	1673	Sebastião Paes de Barros	Com uma bandeira de 800 homens foi derrotado por índios bilreiros na confluência do Araguaia-Tocantins em 1671 (BERTRAN, 2000:34).

Fontes: BERTRAN, 2000; FERREIRA, 1977; LEITE, 2006; ABREU, 1988.

Um território anunciado por meio de esparsas notícias de rincões desconhecidos que escondiam tesouros maravilhosos, como aqueles que haviam sido descobertos no Peru, com lagoas douradas, montanhas de minérios e pedras preciosas e mistérios que anunciavam os sinais de Cristo, as expedições que se organizaram e desenvolveram, fossem como bandeiras ou como missões, encontraram índios. E esses foram caçados e escravizados, catequizados ou tangidos das terras que habitavam, deixando, por vezes, suas marcas de identidade em um nome de um povo desaparecido, "Goiázes", "Tucantins"…

Missionários, bandeirantes e autoridades político-administrativas, representantes da coroa portuguesa desenvolveram diversos projetos de ocupação dos territórios interiores e de sujeição dos indígenas, que os levaram pelo rio Tocantins em um processo de descobertas que se prolongou por todo o século XVII, e de ocupação, que se consolidou na primeira metade do século XVIII.

O projeto de expansão de bandeirantes paulistas, a ação missionária de jesuítas e a competição entre franceses e portugueses na foz do rio Amazonas (CABRAL, 2013:10) principiaram a expansão e consolidação do Império português no Norte e no Brasil Central, a partir do século XVII. E o encaminhamento da posse dessa parcela do território português na América foi acompanhado do mapeamento e conhecimento mais sistemático do Planalto Brasileiro e do rio Tocantins, aprofundado lentamente até meados do século XVIII, com a intensificação das negociações de tratados de limites entre portugueses e espanhóis.

Até o último quartel do século XVIII, o aproveitamento econômico do rio Tocantins irá se tornar uma preocupação constante, condicionando o interesse científico-iluminista que resultará em trabalhos estatísticos, geográficos, econômicos, demográficos, biológicos etc. Mas esse novo processo de produção de conhecimento já encontrará um território nomeado, medido e repartido, com a anuência da coroa portuguesa.

Foram bandeirantes e missionários aqueles que primeiro se empenharam em nomear e referenciar os morros, caminhos, campos e rios, e assim criar condições para que se referissem ao território como uma possessão portuguesa. Em que pese as diferentes formas de fazer uso dos rios, uns e outros os tiveram em conta, fosse como via de transporte, como faziam os padres, ou como referência geográfica para o deslocamento terrestre dos bandeirantes (CABRAL, 2013:18); os rios apareciam nos relatos constantemente.

E assim o rio Tocantins, ainda que confundido com o Araguaia ou impreciso na sua distância e localização, despontava nos relatos tratado por Ibeberi, Paraupava, Maranhão ou Tocantins. A sua transcrição para os mapas, a sua referência nos documentos legislativos e administrativos, bem como a constante intenção em informar sobre as formas como se colonizava essa região revela a consolidação de uma toponímia que já estava produzida e difundida até meados do século XVIII.

Vindos do Norte, os jesuítas começaram a explorar o rio Tocantins, indo ao encontro de tribos indígenas que convenciam de se transferir para as “reduções” (aldeamentos) próximas de Belém. O estado do Maranhão e Grão-Pará fora criado em 1621 e ficava subordinado diretamente à coroa portuguesa. Em 1751, passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1772, foi subdividido em duas unidades, ficando de um lado o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, e de outro o Estado do Maranhão e Piauí (CABRAL, 2013:18). Somente a partir de 1774, as administrações do Norte foram unificadas com o Estado do Brasil, com o Vice-Reino do Brasil e a sua sede no Rio de Janeiro (CABRAL, 2013:20).

Essa divisão política criava distinção de interesses entre os governantes daquele Estado e do Estado do Brasil. Ficava assim o rio Tocantins como um ponto de ligação entre as duas regiões políticas. Os bandeirantes que partiam de São Paulo em direção ao sertão dos Tocantins (que em princípio denominavam sertão do Paraupava) iam em busca de ouro e de índios para o trabalho escravo (CABRAL, 2013:20), contrapondo-se tanto aos interesses dos colonos de Belém, na escravidão dos índios, quanto aos interesses dos jesuítas, nas “reduções” para a catequese.

Assim, a ligação que fazia o rio Tocantins entre o território percorrido por bandeirantes paulistas e as missões e apresamentos do Pará estabeleceu um conflito de interesses que ficou marcado principalmente pela intransigência dos governantes, principalmente do lado paraense. Nas duas situações em que ficaram documentadas as descidas pelo rio Tocantins, na primeira metade do século XVIII, os protagonistas das jornadas foram detidos por causa do intento em Belém. O alferes José Peixoto da Silva Braga, que abandonara a bandeira do Anhanguera por volta de 1725 e descera o rio até Belém, não foi bem recebido e foi tratado com muita desconfiança, tendo que retornar por conta própria, contando somente com a ajuda de populares. José da Costa Diogo, que chegou a Belém em 1735, por conta de uma malfadada tentativa de encontrar ouro no mesmo rio, foi preso e encaminhado para Lisboa.

Por outro lado, as notícias de grupos militares e de religiosos que subiam o rio partindo de Belém foram registradas por São Paulo, enquanto Goiás era sua comarca, e depois pela capitania de Goiás. Em 30 de maio de 1737, em decorrência do indesejado fluxo, D. João V emite uma provisão determinando que não se comuniquem, por terra ou por rios, o Pará com a comarca de Goiás. E sobre o

assunto o governador de São Paulo, D. Luís Mascarenhas, sugere que os vínculos eclesiásticos dessa região se liguem à Bahia ou ao Rio de Janeiro, para pôr fim ao problema.

> Pella Provisaõ de 30 de Mayo de 1737 de que com esta Remetto a copia he Vossa Magestade Servido determinar que as minas de Saõ Felix e todas as mais que Se descobrirem pella parte desta Cappitania pertençaõ a ella prohibindo que dellas para o Parâ naõ haja comunicassão por terra, ou Rios navegaveis, cuja ordem mandey observar por hum Bando publicado nas ditas Minas de Saõ Felix nas de Saõ Luis, e Nactividade, e nas terras novas: Porem naõ posso deixar de por na prezenssa de Vossa Magestade o prejuizo que Se pode Seguir da deficuldade dos Recursos a dita Cidade do Parâ Sobre as couzas Ecleziasticas, havendo de Se recorrer por esta Cappitania e pellos postos de mar, Como presizamente ha de Ser observada a dita prohibissaõ pois como do Cabo de Santo Agostinho para o Norte correm as agoas de maneyra que em todo o anno naõ há monçaõ para o Sul sem grande Volta, e me Seguraõ que em menos de anno e meyo Se naõ poderá hir e vir, se faraõ os desejos mais absolutos, sem que Se lhe possa dar Remedio a tempo, pello que me parecia comveniente que as ditas minas, e as que demais Se descobrirem por esta parte Se annexassem a Mitra da Bahia ou Rio de Janeyro para a qualquer destas Cidades Se pode Recorrer em quatro mezes de ida e volta: Vossa Magestade determinarâ o que for Servido. Vila boa de Goyas 15 de Dezembro de 1739. D. Luis de Mascarenhas (AHU-GOIÁS 0089).

As “monções” do alto e médio Tocantins, compreendendo as viagens em busca de novos descobertos de ouro ou para regiões mineradoras descobertas de pouco tempo, ocorreram somente a partir da “última grande empresa bandeirante em Goiás” (CABRAL, 2013:22), a bandeira do Anhanguera. Logo após essa longa jornada em busca das minas de Goiás, os caminhos que levavam na direção das nascentes desse rio e todo o seu alto curso foram formando pequenos povoados a partir dos descobertos auríferos, desde Meia Ponte (atual Pirenópolis), em 1731, até São José do Tocantins (atual Niquelândia), em 1735, e São Félix (que não existe mais) no mesmo ano.

O rio Tocantins passa a ser citado nas bandeiras a partir das décadas finais do século XVI (CABRAL, 2013:21), como Paraupava ou como Ibeberi. A cartografia desse período ainda preservava os mitos da “Ilha Brasil” e do “Lago Dourado”. Nesse sentido, sua foz é identificada nos mapas, mas o seu curso é indicado em pequenas proporções, enquanto o rio Amazonas cumpre a função de ligação com lagoa Eupana, Dourada etc., que o liga às nascentes dos rios que correm para o Sul,

formando a “ilha” que divide o que se pretende por território português do território espanhol.

A bandeira de André Fernandes é a principal referência desse período, partindo de São Paulo em 1613 e provavelmente seguindo o rio Tocantins até a sua confluência com o rio Araguaia, por onde retornou para São Paulo. Não sem antes sofrer uma divisão interna.

> Houve um motim contra André Fernandes, motivado por disputas pela partilha de índios aprisionados durante a expedição. O grupo amotinado, que se separou da bandeira, foi encontrado morto algum tempo depois, e se supõe que foi massacrado pelos prisioneiros que o acompanhavam. O chefe da bandeira e os homens que permaneceram fiéis a ele chegaram de volta a São Paulo em 1615 (CABRAL, 2013:22).

No relato do alferes Silva Braga, desertor da bandeira do Anhanguera (1722-1725), ditado ao padre Diogo Soares em 1734, encontra-se o primeiro documento que trata da navegação do rio Tocantins por bandeirantes (CABRAL, 2013:24). Ao abandonar a bandeira por discordar dos procedimentos do seu capitão, José Peixoto da Silva Braga formara uma pequena comitiva que buscou Belém em canoas de casca de árvores, fabricadas para essa jornada.

Mas são anteriores aos bandeirantes os relatos dos jesuítas, herdeiros dos capuchinhos da França Equinocial, no Maranhão, que, juntamente com militares franceses, subiram pelo rio Tocantins:

> Na verdade, embora os jesuítas tenham deixado marcas mais duradouras na região, não foram eles os primeiros a alcançar o baixo Tocantins, mas sim os capuchinhos, vinculados ao movimento de criação da França Equinocial, projeto que pretendia fundar uma colônia francesa na região em torno da linha do Equador, na América do Sul. Instalada entre 1613 e 1615, contou com o apoio de outros franceses que percorriam a área dos atuais Maranhão e Pará por conta própria desde o final do século XVI (CABRAL, 2013:24).

Bandeirantes e missionários tinham objetivos diversos (escravidão e catequese), ambos buscavam índios, mas tinham modos distintos de viajar (os bandeirantes andavam pelo entorno dos rios e os missionários navegavam pelos rios) e ambos produziam narrativas distintas (as “derrotas” dos bandeirantes e as epístolas dos jesuítas) que foram aproveitadas tanto para a cartografia quanto para as decisões políticas da coroa portuguesa.

> Os freis capuchinhos Claude D’Abbeville e Yves D’Evreux acompanharam a ocupação francesa do Maranhão, liderada por

> Daniel de La Touche, o Senhor de La Ravardière, e deixaram expressivos escritos de descrição da natureza, onde se misturava a informações objetivas o imaginário medieval sobre o maravilhoso (CABRAL, 2013:25).

Na primeira metade do século XVII, os jesuítas tomaram o lugar dos capuchinhos na catequese que realizavam no Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo sido o jesuíta Luiz Figueira o primeiro a percorrer os rios da Amazônia, desde 1636. Em 1646, Figueira e outros 11 jesuítas sofreram um naufrágio ao retornar de Lisboa, do qual não sobreviveram (CABRAL, 2013; LEITE, 2006).

Em 1653 o padre Antônio Vieira realizou uma subida pelo baixo Tocantins, com "16 canoas, nas quais embarcaram um capitão e oito oficiais reformados, todos portugueses; 200 índios a remo e arco; 40 cavaleiros; e mais 60 pessoas de serviço, perfazendo cerca de 300 pessoas" (CABRAL, 2013:30). Navegando por um percurso conhecido pelas reduções jesuítas e a captura de índios para o cultivo dos produtos de exportação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, seu relato é uma denúncia dos maus tratos aos índios daquela região (LEITE, 2006; VIEIRA, 2003).

O contraste de interesses entre colonos e a burocracia portuguesa, de um lado, e os jesuítas de outro, opondo a escravidão dos índios à catequese, alimentou um conflito que levou Vieira à presença do rei de Portugal e a conquista da lei de 1655, garantindo amplos poderes aos jesuítas na administração da população indígena (CABRAL, 2013:30). A escravidão dos índios, porém, sobreviveu em meio a uma oscilação legislativa que ora autorizava, restringia ou proibia, durante todo o período colonial. Por outro lado, esse contraste não eximia nenhum dos lados do uso de diversas formas de violência contra os índios.

Ao longo do século XVII, a presença de bandeirantes paulistas e jesuítas que partiam de Belém na região do Tocantins incorreu em uma sobreposição de influências e interesses que resultaram em diversos relatos jesuítas que mostravam índios pedindo proteção contra os ataques dos bandeirantes. Não há, porém, o registro de encontros dos dois grupos (CABRAL, 2013:32), salvo o relato de Silva Braga, que encontra uma missão em sua descida pelo rio Tocantins, em princípios do século XVIII (TAUNAY, 1981:138).

Em 1719 Bernardo Pereira Berredo, governador do Maranhão, mandou uma expedição para explorar o Tocantins e o Araguaia, supondo que o Araguaia desembocava no Peru. Disso pode-se dizer que o conhecimento do rio Tocantins a

partir da sua foz permanece, em princípios do século XVIII, cem anos depois das primeiras entradas por ele, desconhecido. O regimento do governador dava instruções para

> (...) Continuando a sua navegação [pelo Araguaia] informando-se cuidadosa e advertidamente dos tapuias do rio de que nas margens dele há alguma povoação de gente branca, fará todas as diligências por examiná-la; e achando ultimamente que é de naturais (que serão sem dúvida das minas de São Paulo ou da colônia do Sacramento novamente incorporada no nosso domínio) procurará logo avistar-se com o governador, a quem dará individuais notícias da sua viagem, e requererá todo o favor e ajuda de que precisamente necessitar para a volta dela, servindo-lhe de carta de crença este meu regimento, que poderá mostrar-lhe; porém no caso que a dita povoação seja de estrangeiros (porque, segundo as melhores notícias, o rio Araguaia desemboca no reino do Peru, que é das Índias de Espanha) seguirá as instruções que leva. (BERREDO, 1883: 180 apud CABRAL, 2013:34)

Estes cem anos de exploração em torno do rio Tocantins, acanhados para que se chegasse aos mapas, e antes disso ao Estado português em detalhes suficientes para que se formasse uma ideia clara sobre esse vasto território, foi o momento da construção de um saber sobre o espaço do Brasil Central em que os habitantes primevos serviram de referência. As grandes regiões foram tratadas por sertões que se identificavam com os nomes que os portugueses, bandeirantes e clérigos atribuíam às tribos, nomeando por “sertão dos Goiazes”, “sertão dos Acroás”, “sertão gentio Xavante”, “sertão do gentio Caiapó” etc., não como um reconhecimento das suas territorialidades, um gesto de alteridade, mas como identificação das “reservas” da servidão.

Os rios vão se aclarando nas narrativas bandeirantes também pela razão geológica de que suas baixadas recebem o aluvião de material lítico pesado, onde vem se escorar o ouro. Conhecê-los e nomeá-los está na base da competência mineradora. Ademais, os percursos pelas estradas, em geral buscando os altos de morros e chapadas, divisores de água, para evitar as travessias dos rios, também requeriam esse conhecimento mais amplo do espaço. Porém, somente na segunda metade do século XVIII farão os governantes da capitania de Goiás levantamentos mais metódicos dos rios, das distâncias e de outros elementos do espaço territorial, como o fez o governador José de Almeida Vasconcelos Soveral de Carvalho, o barão de Mossâmedes, entre 1772 e 1778 (CABRAL, 2013:36 e 38).

2.2 O RIO TOCANTINS NA PENA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

O primeiro relato que trata do rio Tocantins, não apenas citando a sua ocorrência ou indicando a sua existência, mas descrevendo uma viagem sobre o rio e relatando suas características e peculiaridades, foi a carta que o padre Antônio Vieira escreveu em 1654 ao padre Provincial Francisco Gonçalves. Nela narra desde a sua chegada ao Pará, em outubro de 1653, até a sua jornada pelo Tocantins acima, entre os meses de dezembro daquele ano e janeiro do ano seguinte.

O rio Tocantins já era conhecido e praticado em suas missões pelos padres jesuítas desde 1636, quando o padre Luís Figueira o percorre (LEITE, 2006:313). E em 1653 o padre Antônio Ribeiro esteve em Cametá, quando, nesse mesmo ano subiram o rio Tocantins os padres Antônio Vieira, Francisco Veloso, Antônio Ribeiro e Manoel de Souza. Os quase vinte anos de contato com os índios do baixo Tocantins lhes rendera uma boa identificação das tribos, como se pode notar na carta pela quantidade de nomes a elas atribuídos. Mas isso ainda não fora suficiente para o esclarecimento quanto à continuidade do curso desse rio acima, a partir da foz do rio Araguaia, confundindo-os sobre qual seria o Tocantins.

Partindo de Belém a 13 de dezembro, chegaram acima da grande cachoeira do Itaboca (hoje submersa sob a hidrelétrica de Tucuruí) e retornaram, já estando o padre Antônio Vieira em Belém no mês de janeiro de 1654 (LEITE, 2006:316, 321 e 336). Esse retorno se deu entre o sucesso de ter trazido índios para os aldeamentos próximos de Belém, e este estava entre seus objetivos, e o fracasso de ter “perdido” muitos índios distribuídos entre as famílias de colonos de Belém, para a servidão.

Em 1653, a “Aldeia do Camutá” já se encontrava em local diferente daquele que visitara o padre Figueira, e haverá de mudar novamente, por causa de uma epidemia de varíola, em 1662 (LEITE, 2006:314). Distante cerca de 150 quilômetros de Belém, Cametá foi fundada por volta de 1620 por padres capuchinos, onde havia uma aldeia de índios do mesmo nome, e se tornou uma capitania de donatário em 1633, doada a Feliciano Correia de Carvalho, sem que possuísse vila. Ali os padres erigiram uma igreja, de taipa, a São João Batista (CARDOSO & CHAMBOULEYROM, 2009:48).

A atividade dos jesuítas no rio Tocantins durou até meados do século XVIII. Nesse meio tempo, fundaram muitas aldeias no curso do baixo Tocantins, subiram

pelo rio Araguaia, pelo menos até a altura da Ilha do Bananal. Mas, acima de Cametá, não se estabeleceu nenhum povoado do colonizador nesse período, senão alguns acampamentos militares temporários.

A viagem narrada pelo padre Antônio Vieira foi a primeira grande entrada dos jesuítas pelo rio Tocantins (LEITE, 2006:315). Em sua carta de 1654 ao Provincial padre Francisco Gonçalves, a sua narrativa demonstra o envolvimento que os jesuítas já adquiriram com a região, observando ocorrências peculiares que caracterizam a região e o rio, além de relatar as relações políticas que marcaram a organização e o desenvolvimento da missão que o levara ao Itaboca.

Na primeira parte da narrativa, o padre Antônio Vieira trata da sua chegada ao Pará, o convite do governador, para que a Companhia acompanhasse militares que penetrariam no sertão do Tocantins com vistas ao descimento de tribos indígenas, e do interesse do governador em repartir os índios descidos, como escravos, aos colonos (LEITE, 2006:317).

As negociações foram intensas. Os jesuítas não pretendiam dividir os índios e o governador não voltava atrás das suas intenções, mas as falseavas diante dos padres e tentava incluir outras ordens religiosas na viagem (os religiosos de Santo Antônio). Os jesuítas decidiram permanecer no projeto e seguir juntamente com os índios e militares. Somente no meio da viagem descobriram que as intensões do governador já estavam estabelecidas e foram guardadas em silêncio pelo capitão da jornada. Por fim, os índios descidos, convencidos pelos padres a virem para os aldeamentos próximos de Belém, foram repartidos entre os colonos (LEITE, 2006:317-321).

A partida, em direção à Aldeia de Mortigura (Igreja de São João Batista, depois Vila do Conde, e por fim, Barcarena), no dia 13 de dezembro, tendo andado 18 quilômetros, marcou o início da sua jornada, em canoas equipadas com índios remeiros e mantimentos, chegando àquela localidade às 22h (LEITE, 2006:321).

Seguiram no dia 14 de dezembro à tarde “por um mar de água doce”, que foi como Vieira vislumbrou a baía do Marapatá, onde deságua o Tocantins, que de margem a margem alcança ali mais de 13 quilômetros. “Derrotou-nos a escuridade da noite” relata Vieira, “e o Padre Antônio Ribeiro e eu passámos amarrado às

árvores de uma ilha, que nos serviram de âncoras e amarras, que estas embarcações não trazem outras" (LEITE, 2006:322).

No dia 15 de dezembro, chegaram ao porto Marapatá, onde após chegaram as demais canoas, conduzidas pelo capitão da jornada. Souberam depois que correram grandes perigos com os baixios e os intensos ventos e marés que ocorrem naquela região (LEITE, 2006:322).

Vieira e os padres deixaram o capitão em Marapatá e no mesmo dia se encaminharam para a aldeia de Cametá, onde chegaram no dia seguinte, a terça-feira, ainda enfrentando grandes ventos (LEITE, 2006:323). As informações sobre os aspectos climáticos da região são traços particulares de Vieira e sua formação profunda, pois que nos demais roteiros do século XVII e da primeira metade do século XVIII, quando era maioria os clérigos e os bandeirantes que se encarregavam de registrar o conhecimento geográfico, não se chegava a tal detalhe.

Somente na segunda metade do século XVIII estarão os relatores mais atentos para os detalhes de uma informação mais racionalizada, como fizeram viajantes, militares, naturalistas e outros. Dentre esses, é rico o *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias da Província*, de 1768, escrito por José Monteiro de Noronha, que se tornou padre depois de viúvo e passou a viajar pela Amazônia em função do ofício.

Sobre a baía de Marapatá, esclarece Noronha que ela deve ser atravessada antes da preamar, lançando-se no furo da ilha Uararaí, que a separa da baía do Limoeiro.

> Alcançado o furo e estando ainda alta a maré de modo que possam salvar-se os baixos, e não havendo alteração maior na baía do Limoeiro, continua-se a travessia sem dilação, depois de costear a ilha um pouco para baixo para não se descair sobre o banco de areia que fica na entrada do canal do Limoeiro, à parte de cima. Havendo bom prático, vento e maré favoráveis, podem-se atravessar sem risco as duas baías por fora da ilha Uararaí, sem tomar o furo dela. No verão se faz a travessia em qualquer hora do dia, porém no inverno convém aproveitar as marés matinais porque de tarde são freqüentes e ordinárias as tempestades (NORONHA, 2006:23 e 24).

Vieira, informado depois dos riscos que correra, dá "graças a Deus de nos ter livrado, e conhecemos que é tão particular a Providência com que nos faz mimosos, que não só nos livra dos perigos, senão ainda do receio deles" (LEITE, 2006:322). E entrado o quarto dia de viagem, na terça-feira de 16 de dezembro, chegado a

Cametá, tem notícias de índios que vinham do rio Tocantins acima para a aldeia de Mocajuba, a 12 quilômetros, para onde se dirige e encontra os índios.

Esses disseram aos padres que viviam obrigados ao trabalho para os colonos que “os mandaram carregar pindoba para fazerem uma casa para os tabacos de certa personagem” (LEITE, 2006:323). E assim, se torna evidente para o padre Antônio Vieira a razão dos melindres do governador: “Eis aqui o porque os mandam buscar! E eis porque eles não querem vir, e porque os portugueses, e a fé que pregam, está tão pouco acreditada nos sertões!” (LEITE, 2006:323).

Vieira e os demais seguiram a viagem em direção a Cametá, quando mais se esclareceu sobre os desígnios que lhes foram ocultos. “De Mocajuba viemos a fazer noite à casa de Baltasar Fontes de Melo, que é o Capitão-mor da Capitania do Camutá, aonde tínhamos ajustado de nos ajuntar todos” (LEITE, 2006:323). Ali, depois de solicitar índios de remo ao capitão-mor, “respondeu em público que os não tinha, e tirando-me à parte deu a causa de os não ter, que era estarem todos ocupados com os canaviais e tabacos dos dois maiorais, secular e eclesiástico” (LEITE, 2006:323).

Na terça-feira, 16 de dezembro, chegaram à última aldeia da boca do Tocantins, onde se dedicaram à catequese. Ali se juntaram todas as canoas, vinte no total. Considerando que as intenções primeiras previam setenta canoas, as contendas entre o governador e os jesuítas resultaram na redução do projeto.

> Iam nestas dezasseis canoas um Capitão com oito oficiais reformados, portugueses, duzentos índios de remo e arco, quarenta cavaleiros, de gente de serviço até sessenta, que fazem por todos mais de trezentas pessoas. E porque não faça dúvida o nome de cavaleiros, é de saber que entre os Índios destas partes é costume de se armarem alguns cavaleiros, e isto com grandes cerimónias a seu uso. Destes se chamam também os que, por nascimento ou por ofícios, são como a gente nobre, e êstes nem remam, nem servem aos Portugueses, e só os acompanham na guerra, e deles se escolhem os que hão-de mandar aos demais: e assim como esta dignidade se dá no sertão aos que fazem grandes façanhas, assim a dão cá os Capitães-mores aos que mais se assinalam nos seus tabacos (LEITE, 2006:324,325).

No dia 18 de dezembro, quinta-feira, fizeram “paboca, que é frase com que cá se chama partir” (LEITE, 2006:325). E em alguns dias alcançaram as praias da viração, cujo nome remete às “tartarugas, que vêm criar nos areais de algumas ilhas, que pelo meio deste Tocantins estão lançadas”. O termo viração está relacionado

com o modo como são caçadas as tartarugas nas praias, as quais ao serem viradas sobre os cascos, são recolhidas mais facilmente depois (LEITE, 2006:325).

Nessa pescaria das tartarugas, algumas das que são apanhadas chegam a pesar 15 quilos. “A carne é como a de carneiro, e se fazem os mesmos guisados, que mais parecem de carne que pescado” (LEITE, 2006:325,326). Quanto aos ovos, “são como os de galinha na côr, e quási no sabor, a casca mais branca e de figura diferente, porque são redondos, e deles bem machucados se fazem em tachos as belas manteigas do Pará” (LEITE, 2006:326). E sobre as espécies, Vieira as distingue das marítimas e das terrestres:

> afora estas tartarugas do mar, que são inferiores, a que os Índios chamam de viração, e de ordinário magras, há outras criadas em lagos, e mortas com arpões nas pontas das flechas, e estas são as mais singulares; como também outra espécie, que sempre vive na terra, que em as Índias de Castela se chamam *icotéas*, e aqui *jabotis*, que é sustento muito geral em todas estas partes, e foram os que nesta jornada nos mataram muitas vezes a fome (LEITE, 2006:326).

Ainda sobre esses bichos, o padre Vieira observa que, por terem o sangue frio, tartarugas e jabotis são comidos como peixes nos dias em que se proíbe o consumo da carne. Assim como observou os ventos e as marés, registra a fauna procurando relacionar com outros aspectos ambientais.

No dia 21 de dezembro, domingo e dia de São Tomé, o padre Vieira se depara com uma “alvorada de passarinhos” nos matos, “coisa nova e que até aqui não experimentamos, antes tínhamos notado quási não haver pássaros do mato no Pará, havendo infinitas aves marítimas, e de muito alegres cores, em todos os seus rios” (LEITE, 2006:327). As observações prosseguem com a percepção das diferenças do clima e da direção para onde se encaminhavam, lamentando, por fim, a ausência de instrumentos adequados para uma verificação científica:

> Muito desejamos trazer astrolábio para notar com certeza as alturas deste rio; mas como a este porto vêm tão raros navios, e é mais rara ainda a curiosidade, não o achámos; governámos a esmo pelo sol, e este basta, com conhecimento dos ventos, para saber a que rumo pouco mais ou menos navegamos (LEITE, 2006:327).

Outra observação da natureza anotada por Vieira foi a diminuição da ocorrência das chuvas: “O argumento infalível de estarmos desviados da linha [do Equador] é que, nos primeiros dois dias, nos alcançaram as trovoadas, que no Pará, por estar debaixo dela, são quotidianas, e de então até hoje nunca mais ouvimos

trovoar, nem vimos chuveiro" (LEITE, 2006:327). A ausência de chuvas constantes, propõe o padre Vieira, é a razão pela qual proliferam os pássaros pequenos!

Ainda no mesmo dia 21 de dezembro, à tarde, o padre avista-se com "touros de água, que vimos de palanque, porque estando nós alojados em um assento sobre o rio, à sombra de árvores, com as canoas abicadas em terra, vieram dois crocodilos (que aqui chamam jacarés) a rondar-no-las por fora" (LEITE, 2006:328).

Observa o padre Vieira que os jacarés não podem ser atingidos pelas flechas dos índios, e mesmo as balas das espingardas dos soldados portugueses parecem não penetrar sua couraça. Sobre eles anotou que têm "quatorze palmos de comprido", que "têm a boca muito rasgada e disforme, e os dentes tão fortes, agudos e juntos, que o braço ou perna que alcançaram, de um bocado a cortam cerne, e o mesmo fazem aos remos se andam assanhados". Por fim, sem opinar sobre o assunto, disse que as pessoas dali afirmavam que "estes crocodilos, que se criam de ovos como as aves e tartarugas, o modo com que os chocam é pelos olhos" (LEITE, 2006:328).

O dia 22 de dezembro, segunda-feira, foi empregado no preparo das canoas para enfrentar as cachoeiras que se avizinhavam. Calafetar e preveni-las com cordas era uma tarefa que se desenvolvia com os apetrechos da natureza:

> Os armazéns, de que se tiram todos estes aprestos, são os que a natureza tem prontos, em qualquer parte deste rio aonde se aporta (o mesmo é nos mais), que é coisa verdadeiramente digna de dar graças à providência do Divino Criador, porque indo nesta jornada trezentas pessoas (é mesmo como se foram três mil) em embarcações calafetadas, breadas, toldadas, velejadas e não providas de bastimentos mais que uma pouca de farinha, em qualquer parte, que chegamos, nos achamos prevenido de tudo a pouco trabalho (LEITE, 2006:329).

O padre Vieira reconhece nos produtos da floresta o material necessário para o fabrico e o reparo das canoas, procedendo uma "ancoragem", o modo pelo qual, segundo Moscovici (2004), produz-se sentido a um objeto que se apresenta à compreensão. E, desse modo, todos os "objetos" da floresta estão disponíveis para o uso cotidiano ao modo Ocidental, como uma confirmação da Graça divina e do mundo criado para o cristão.

As cordas fortes para amarrar as canoas vêm das cascas das árvores, assim como a estopa, que se fazem "sem mais indústria que despi-las" (LEITE, 2006:329).

O breu, utilizado para a calafetagem, “sai da resina das árvores, de que há grande quantidade nestas partes, e se breiam com ele não só as canoas, senão os navios de alto bordo, quando querenam, tão bem como o nosso, senão que este é mais cheiroso” (LEITE, 2006:329).

A montagem das embarcações segue os padrões ocidentais, porém arranjados aos meios fornecidos pela floresta, no que segue a comparação do padre Vieira:

> As velas, se as não há ou rompem as de algodão, não se tecem, mas lavram-se com grande facilidade, porque são feitas de um pau leve e delgado, que com o benefício de um cordel se serra de alto abaixo, e se dividem em tabuinhas de dois dedos de largo; e com o mesmo de que fazem as cordas, que chamam *embira*, amarram e vão tecendo as tiras como quem tece uma esteira, e este pau de que elas se formam se chama *jupati*, e estas velas, que se enrolam com a mesma facilidade que uma esteira, tomam tanto e mais vento que o mesmo pano (LEITE, 2006:329).

A ausência do ferro e do prego, substituído por cordas de cipós; o modo como acomodam os “bastimentos”, as comidas e bebidas nas canoas, com facilidade e segurança; o acesso à caça e aos pescados, bem como as casas para pouso, “que se fazem todos os dias, quando se não tem por melhor passar à sombra de arvoredo, que sempre é verde, alto e tapado” (LEITE, 2006:330). São casas cobertas de palha, as quais dependendo da quantidade dos viajantes, “se fazem tão largas e reparadas que mais parecem para viver, que para as poucas horas para que são levantadas” (LEITE, 2006:330).

Todo este trabalho, observa padre Viera, é obra do índio. São eles que fazem as canoas, que remam e são eles “os que as levam às costas, e os que, cansados de remar as noites e os dias inteiros, vão buscar o que hão de comer eles e os portugueses (que é sempre o mais e melhor)” (LEITE, 2006:330). São eles que fazem as casas, que levam as cargas e as armas nas viagens por terra e abrem caminhos.

> Tudo isto fazem os tristes índios, sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães, e outros nomes muito mais afrontosos; e o melhor galardão, que podem tirar destas jornadas os miseráveis, é acharem (o que poucas vezes acontece) um cabo que os não trate tão mal. Jornada tem havido em que, dos índios que participam, não voltaram a metade, porque o puro trabalho e mau trato os mataram (LEITE, 2006:330).

Padres, colonos, militares e administradores andam juntos pelo sertão, movidos por interesses distintos. A catequese e a servidão remam a mesma canoa pelo Tocantins acima levando a vontade de tornar português o território, e súditos do rei os índios, como cristão ou como escravo. Vieira anota a complexidade do mundo das selvas, dos rios largos, da multidão de tribos e dos modos de vida, na esperança de compreender a obra divina e o seu destino cristão.

No dia 23 de dezembro, terça-feira, os viajantes se deparam com as primeiras cachoeiras, por onde deixaram de navegar "pelos vales deste rio, para de aqui em diante subir aos montes dele" (LEITE, 2006:330). O padre Vieira observa ainda que o rio mantém sua largura em torno de três quilômetros, "salvo aonde algumas ilhas, que tem pelo meio, o dividem em dois canais" (LEITE, 2006:330), e que a água é excelente para beber, apesar de se encontrar turva por ser inverno.

Observando o rio mais detidamente, por suas águas, largura, ilhas, cachoeiras, o padre Vieira passa a compor um quadro de informações específicas sobre o Tocantins, de tal modo racionalmente detalhado, que somente entre os estudiosos viajantes da segunda metade do século XVIII é possível encontrar.

A abundância dos peixes propalada como uma de suas características é questionada: "o que nós até agora experimentamos não se pode chamar abundância nem falta"; os "barrancos" nas margens do rio são percebidos: "as terras de uma e outra banda do rio não são rasas como as do Pará, mas levantadas mais em oiteiros que em montes" (LEITE, 2006:330); a vegetação é comparada com o que se via na partida:

> Por uma parte e por outra tudo são arvoredos agrestes e sem fruto, posto que no princípio do rio nos convidaram com uma fruta do tamanho e cor das nossas camoesas: é a espécie dos *guités* do Brasil, porém, estes têm muito menor caroço e sem couro; chamam-lhes os índios *titiribás* [taperebá]; se o açúcar fora menos doce, dele e de gemas de ovos parece se pudera imitar, na cor e no sabor, a massa de que é composta essa fruta (LEITE, 2006:330 e 331).

Ainda ao perceber o rio, comenta sobre suas praias, que "pela maior parte são de areia ou picão, e nenhuma parte há em todo ele que seja de lodo" (LEITE, 2006:331). Além disso, observa que não há nele mosquitos nas mesmas proporções que os outros rios da Amazônia. Ainda anota que a corrente do rio é lenta e que a sua profundidade não foi devidamente medida, "mas encalhadas as canoas com as popas em terra, estavam ordinariamente com as proas em três e quatro braças de

água, com o que entendemos que pela madre terá de doze a quinze para cima" (LEITE, 2006:331).

Na sua concepção, o padre Vieira sugere que a profundidade do rio Tocantins ultrapassa dez metros e que pode ser bem mais que isso. O olhar atento e as comparações que faz ao descrever o baixo Tocantins, levando-se em consideração que sua carta fora escrita em Belém, após retornar da viagem, pode-se sugerir que muitas anotações foram confeccionadas em meio às atribuições evangélicas que o levara ao Tocantins.

Quanto ao nome do rio, o padre repete a informação geral que se perpetuou, de se tratar do nome de uma tribo de índios que tinham esse nome, "que quando os portugueses vieram ao Pará o habitavam: mas desta, como de muitas outras, apenas se conserva hoje a memória e muitas ruínas de uma pequena aldeia" (LEITE, 2006:331). A fragilidade dos grupos indígenas que sucumbiam aos contatos da catequese e da servidão é percebida pelo padre, ao menos de um lado: "tanto pôde em tão poucos anos a inumanidade e a cobiça, inimigas da conservação deste gentio" (LEITE, 2006:331).

No dia 24 de dezembro, quarta-feira, amanheceram os viajantes com a primeira cachoeira, que ultrapassaram com alguma dificuldade. "A primeira foi uma corrente de água tão viva e furiosa que, para as canoas a vencerem, era necessário descansarem primeiro os remeiros, comerem e tomarem novos alentos" (LEITE, 2006:331). Os remeiros avançavam sobre a cachoeira remando com toda a força, avançando aos poucos, e havia casos em que desistiam e retornavam para o ponto de partida.

> De aqui atravessamos, por entre pedras e redemoinhos de águas, a umas penhas muito altas que estão no meio do rio: e encostadas a elas se começaram a arrastar as canoas por um despenhadeiro de água, tão estreito e tão íngreme que era necessário lançarem-se primeiro cordas à parte de cima, e puxando por elas uns índios, e arrastando outros a canoa por cima das pedras, e quasi sustentando-a, dessa maneira, com grande vigor e excessivo trabalho, se foram subindo todas, uma e uma (LEITE, 2006:331).

O rio acalmou e permitiu que se remasse calmo por algum tempo, até que novamente a comitiva se deparou com "uma ladeira de pedra e água muito comprida, pela qual foi necessário irem subindo as canoas como por uma escada, à pura força de cordas, de braços e de gente", ficando algumas pelo caminho

quebradas sobre as pedras ou encalhadas (LEITE, 2006:332). E nisso gastaram todo o dia.

A experiência vivida pelo padre Vieira, mais uma vez, era interpretada pelos valores que trazia consigo, e conferia à Divina Providência a presença de árvores fortes e flexíveis nas margens do rio, de que se utilizavam os índios para prender as cordas que ajudavam a vencer as dificuldades das cachoeiras. Não anotou o nome das árvores, mas sobre elas disse:

> Como nascem nas pedras e na água, parece que das pedras tomam o duro, e da água o flexível, e de ambas o remédio para vencer a mesma dificuldade que ambas causam. Dão uma fruta semelhante e menor que as *goiabas* e *araçás* do Brasil, de que se duvida se é espécie, mas não se come nem pode comer, porque é dura como as pedras de que nasce. (LEITE, 2006:332).

Ali engendraram uma pequena choupana com os toldos das canoas e armaram um altar que serviu aos padres Vieira, Francisco Veloso e Manuel de Sousa, onde rezaram três missas ao Natal, na meia noite, e descansaram no dia seguinte, a quinta feira, 25 de dezembro.

Sobre o rio, Vieira observa nessa quadra a violência das correntes de águas e a manutenção da largura a que se referira acima. A água, porém, encontra-se menos limpa por causa do rebojo nas pedras e “o rumo com que navegamos estes dias é inclinado cada dia mais para Leste, de sorte que ao amanhecer, já o sol é quasi pela proa” (LEITE, 2006:333).

Os conhecimentos geográficos, botânicos e astronômicos do padre Vieira fizeram desse documento o mais rico sobre o rio Tocantins, pelo menos até o último quartel do século XVIII, quando os governantes de Goiás e do Pará passaram a financiar investigações sobre a navegabilidade do rio. Mas ainda ali as distâncias, as direções do curso e a enumeração das cachoeiras serão corrigidas, sem que a fauna e a flora do rio e do seu entorno se registre em papéis.

O conjunto de corredeiras que formava a cachoeira do Itaboca foi alcançada no dia 28 de dezembro, domingo, e mesmo pouco conhecidas dos portugueses já estavam “reputadas por muito mais dificultosas e medonhas que as primeiras”. Por se tratar do período das cheias do rio Tocantins, foi amenizada a travessia, não sendo, por isso, fácil.

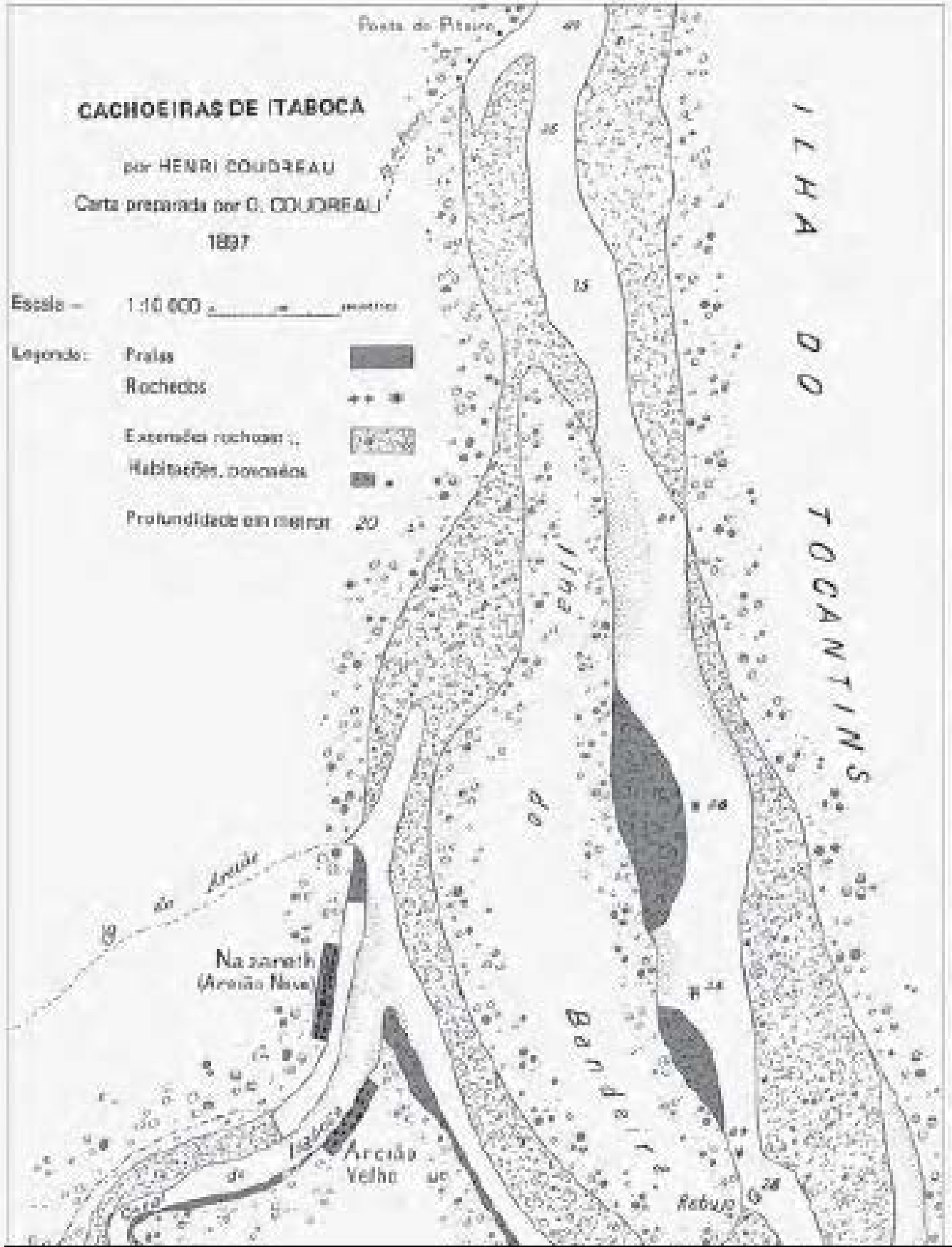
> São mais de dez os passos em que as canoas se sobem por cordas, e se gastaram nestas fadigas dois dias inteiros; o rio aqui não é espraiado e igual, mas vai todo dividido em muitos braços, em que se despenha por entre grandes penedias e ilhéus, que tem aberto com o peso da corrente ou correntes (LEITE, 2006:333).

As correntes dos furos ou canais do Itaboca se encontram formando fortes redemoinhos ou caldeirões que tornam a passagem das canoas uma penosa tarefa, muitas vezes resultando em fracasso. A comitiva do padre Vieira levou o dia inteiro atravessando este percurso, que foi concluído na tarde do dia seguinte, 29 de dezembro. A festa foi regada com “porcos monteses” (catetus) que foram avistados atravessando o rio.

Por fim, conclui o padre Vieira que “ter vencido nesta viagem a *Taboca* é ter passado na Índia o Cabo da Boa Esperança” (LEITE, 2006:333), findando assim, na sua narrativa a descrição que faz do rio Tocantins. Há de prosseguir a sua carta tratando do desfecho que o encontro e descimento dos índios do Tocantins tiveram ao retorno.

O capitão que os acompanhava revelou ser portador de ordens recebidas em segredo, as quais mudariam os encaminhamentos da jornada. Algumas canoas foram encaminhadas adiante com o intuito de convencer algumas tribos a descerem para Belém sem a presença dos padres na negociação. Assim, seria facilmente encaminhada a condução dos índios descidos para o trabalho servil do que para as missões religiosas.

E, apesar do encontro com índios que se adiantaram e desceram o rio até os religiosos, acima do Itaboca, tudo resultou no retorno do padre Vieira antecipadamente e na condução de centenas de índios para Belém, onde foram distribuídos entre os senhores que os escravizaram. Outras missões, mais tarde, trouxeram os jesuítas mais acima do Tocantins. E também na direção do rio Araguaia e outros afluentes daquele rio, mas o padre Vieira fora afastado do seu campo de ação. Assim milhares de índios tiveram o mesmo destino.



As cachoeiras do Itaboca em carta elaborada por Henri Coudreau. Viagem ao Itaboca e ao Itacaiúnas. São Paulo: EdUSP, 1980.

2.3 O RIO TOCANTINS NA MEMÓRIA DE SILVA BRAGA

Afonso de Escragnolle Taunay em seu *Relatos sertanistas* publicou a “Notícia – 1ª Prática que dá o P. M.e Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará”, dando publicidade ao relato que registra, *a posteriori*, a primeira parte da jornada da bandeira do Anhanguera e a descida da parte dissidente da bandeira até Belém do Pará.

É possível dividir a narrativa de Silva Braga em duas fases. A primeira apresenta o conjunto de eventos que estão relacionados à incursão da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, até às nascentes do rio Maranhão. A segunda, os eventos relacionados à desistência de Silva Braga em permanecer nesta bandeira, e a sua decisão de descer o rio Maranhão (Tocantins), o que o faz até Belém do Pará.

O depoimento de Silva Braga é relatado ao padre Manoel Diogo Soares na Passagem das Congonhas (provável Congonhas do Campo), coincidentemente nas margens de outro rio Maranhão, em 25 de agosto de 1734, pelo menos dez anos após sua incursão pelos sertões dos Guayases.

Português, o alferes Silva Braga integrava a tropa comandada pelo capitão paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, com dois religiosos bentos, os freis Antônio da Conceição e Luiz do Sant’Anna, o franciscano frei Cosme de Santo André, 152 homens armados, além de 20 índios para a condução de carga. O autor ainda afirma que “dos brancos, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com os seus índios, e negros e todos à sua custa” (TAUNAY, 1981).

Sobre as passagens dos rios, principais referências para indicar o caminho por onde passaram ao sair de São Paulo, esclarece que a passagem pelo rio Tietê, vinte e quatro quilômetros de São Paulo, seguindo em direção a Jundiaí, por onde gastaram quatro dias. Saindo pelo rio Mogi e seguindo para o Norte, sempre passando por muitos campos e rios (TAUNAY, 1981).

Antes de chegar ao rio Grande, diante de córregos que corriam para esse rio, a tropa passou a requerer ao capitão a resenha do percurso, prometida para ser

relatada em Mogi, antes mesmo da partida de São Paulo. Pousando em córregos e rios, a tropa alcançou o rio Grande e o atravessou “em canoas feitas de paus de semauma” (TAUNAY, 1981:125), por onde se detiveram por dois dias, e a partir dos quais começou a faltar mantimentos, passando a tropa a valer-se “com o que dava a espingarda, pássaros, macacos, palmitos e algum mel” (TAUNAY, 1981:125).

Ao passar pelo rio das Velhas (há um rio Velho que deságua no rio Grande, ainda no estado de São Paulo), a tropa se valeu do bastante peixe e caça, além de procurar amostras de ouro, mas não o encontrou. O Anhanguera se adiantou com parte da tropa, e João Leite da Silva Ortiz chegou junto aos que ficaram, seguindo depois para encontrá-los quatro dias depois. A recusa em proferir a resenha se confirmou com a desconfiança que os paulistas declararam sobre os reinóis, fato que dividiu a tropa, decidida em seguir somente pelos apelos de Silva Ortiz.

A bandeira seguiu marcada pela falta de comida. Isso os levou a comer um cavalo que havia quebrado a perna e também marcou algumas tentativas de cisão, que o capitão Silva Ortiz apaziguava. Atravessado o rio Paranaíba (do qual o relato não dá referências), foram se arranchar perto do rio Meia Ponte, que depois atravessaram em “pequenas canoas, que fizemos de cascas de árvores” (TAUNAY, 1981:127). Dois dias depois, a bandeira perdeu 12 integrantes, os quais, liderados pelo frei Antônio da Conceição, decidiram ficar e plantar milho para retornar da empreitada.

É a partir desse percurso que a tropa desvia a viagem para o rumo Nordeste 4º de Norte, o que a faz encaminhar-se para a direção do atual Distrito Federal. Após ter andado mais de seiscentos quilômetros nessa direção, alguns índios fugiram, não sem antes anunciar que os Guayases já haviam ficado para trás. Capturados pelo Capitão Silva Ortiz, que também retornou com o frei Antônio, chegaram

> em umas grandes chapadas faltas de todo o necessário, sem matos, nem mantimentos, só sim com bastante córregos, em que havia algum peixe, dourados, trairas, e upiabas, que foram todo o nosso remédio, achamos também algum palmito, do que chamam jaguaroba, que comíamos assado, e ainda que é amargoso sustenta mais, que os mais (TAUNAY, 1981:128).

Mais de quarenta pessoas morreram ao desamparo da fome e de doenças nessa região, fazendo-os apegar-se em novenas a Santo Antônio e procurar alternativas, que se revelaram em uma roça de milho e uma aldeia de índios.

Atacados e expulsos os índios, com apenas um membro da bandeira ferido, e sem que dessem tiros, tomaram posse dos mantimentos, os quais foram distribuídos com desigualdade.

Francisco Carvalho de Lordeiro foi ferido por uma flecha e um porrete. Quase morto, foi tratado

> com urina e fumo, e sangrando-o com a ponta de uma faca, por não termos melhor lanceta: aproveitou tanto a cura, que o Carvalho pela noite tornou a si, abriu os olhos, mas não pôde falar, senão no dia seguinte: o regimento que teve, não passou dum pouco de angú, e algumas batatas, das que achamos nas rancharias (TAUNAY, 1981:130).

Os conflitos com os índios permaneceram e foi providenciado um forte para a proteção da bandeira; também foi recolhido o milho e pouco a pouco os contatos foram se pacificando, pelos quais souberam se tratar de índios Crixás.

Permaneceram três meses nessa região, o que levou a intentarem um motim contra o Anhanguera, fato porém que não se concretizou. Também passaram a costear a região pelos tantos rios, em busca de novos índios que lhes pudessem informar o caminho dos Guayases, no que souberam que estavam próximos do rio Maranhão. Silva Braga decide então “rodar rio abaixo buscando alguma terra já povoada, por não perecer a fome e sede no meio daqueles matos” (TAUNAY, 1981:132 e 133).

A nova comitiva, agora liderada por Silva Braga, compunha-se de doze pessoas, que, além dele, incluía José Alves, Francisco de Carvalho, Manoel de Oliveira (paulista), João da Matta (baiano), um negro e uma negra (pertencentes a José Alves), um negro (pertencente a Francisco de Carvalho, que era irmão de José Alves), três negros (pertencentes a Silva Braga) e um mulato (TAUNAY, 1981:133).

Após longa negociação com o Anhanguera, que não queria liberá-los e sobre os quais impunha dívidas e condições para a deserção, partiram em duas canoas rio abaixo (pelo rio Maranhão, em direção ao Tocantins) em uma jornada de aproximadamente quatro meses.

Esta segunda parte da jornada foi marcada pela passagem dos dias (ora poucos, ora muitos) que levaram a descer o rio Tocantins. Além da imprecisão dos dias, também as localizações são falhas, anunciadas apenas pelas grandes cachoeiras e os grandes rios que contribuem afluindo ao rio principal. A marca

principal desse relato está mais nas impressões sobre as condições da viagem do que em um mapeamento da região. Não se pode esquecer, porém, que os objetivos do padre geógrafo Manoel Diogo Soares, que anotou esse relato, tem finalidades cartográficas.

Seguindo pelo rio Maranhão, que vai se juntar ao rio das Almas e ao rio Tocantinzinho para formar o Tocantins, os viajantes identificaram um grande rio à direita e outro maior à esquerda, encontrando neste “inumeráveis jangadas feitas de buritis, que tinham rodado, e com elas sinal de haver gentio perto”. Passaram por “recifes de pedras” e muitas cachoeiras, por onde perderam uma canoa com “duas canastras com roupas, ouro e prata, tachos, espingardas, traçados, anzóis, linhas, e outros trastes necessários no sertão” (TAUNAY, 1981:134), além de chumbo, tendo escapado alguma pólvora e espingardas. Essa parte do percurso ocorreu em cerca de 38 dias.

Em uma praia, mataram porcos (provavelmente catetos) que prepararam para a viagem e fizeram, em 12 dias, uma nova canoa. Enfastiados de peixe, passaram a se alimentar do

> palmito bocajuba[14], que depois de esfolado, e feito em uns pequenos pedaços o secávamos ao fogo, e seco o socávamos em uma pedra, e o comíamos em mingaus, servindo-nos de taco ou panela uma pequena bacia de arame, que também nos escapou (TAUNAY, 1981:135).

Também avistaram uma aldeia indígena grande, da qual fugiram apressados, indo dormir abaixo de uma ilha, onde se alimentaram de palmito indayá e foram molestados por morcegos. Mais abaixo, valeram-se de jenipapo por dois dias, entrando “pelas sementes das ditas frutas; mas estas nos puseram em tal estado, e impediram de tal sorte o curso, que nos consideramos mortos. Valemo-nos duns pequenos paus, e com eles em logar de cristel obrigamos a natureza a alguma evacuação” (TAUNAY, 1981:135).

De um virote de uma espada, fizeram um anzol, com o qual pescaram peixes grandes que foram preparados para a viagem. Perderam mais uma canoa, avariada em uma pedra, em uma grande correnteza, que alagou e o fizeram perder o novo anzol.

---

[14] O mesmo que *bocaiuva* ou *macaúba*, uma palmeira, de que se aproveita como alimento o fruto e o palmito.

Dormiram em muitas ilhas e encontraram com muitas barras de rios que entravam no Tocantins. Em uma delas, à direita, avistaram três índios em uma praia, acertando um deles com um tiro, motivo pelo qual fugiram e se esconderam em uma ilha abaixo (TAUNAY, 1981:136), onde pernoitaram em seguida, em uma ilha, devido ao barulho que fazia mais abaixo, de uma grande cachoeira. Passaram-na no dia seguinte, tendo uma das canoas alagado, de onde saíram a nado. Consertadas as canoas, seguiram viagem (TAUNAY, 1981:140).

> Passado este susto, depois de dois dias de viagem, sem mais sustento, que o dos coquinhos, que nos davam alguns palmitos, com algum palmito indaiá, onde se achava, demos em um outro novo perigo, topando no meio do rio com um recife de pedras, em que a minha Canoa se viu perdida, porque saída das pedras deu em um jupiá[15], aonde depois de 17 ou 18 voltas, que nele deu a mesma violência dágua, a lançou fora (TAUNAY, 1981:137).

Tomando chuvas que duravam a noite toda, matando uma anta magra que se comeu mal assada, prosseguiram a viagem até achar uma trilha, junto à entrada de um grande rio à esquerda (que depois souberam ser o Araguaia). Seguiram por quatro dias, quando, seguros de ser “picada certa de branco” (TAUNAY, 1981:137) entraram por ela nus, dois deles, avistando em menos de 24 quilômetros “uma Missão dos R. R. P. P.[16] da Companhia” (TAUNAY, 1981:137).

Após se desfazer a desconfiança de que eram índios armados por holandeses e se apresentarem pacificamente aos militares e ao Reverendo Padre Marcos Coelho, o superior da Missão, foram levados, hospedados, alimentados e tratados por quinze dias. Depois foram encaminhados para Belém, em uma viagem de vinte dias (TAUNAY, 1981:138).

Mal recebidos pelo governador João da Maia da Gama, foram mantidos no porto das canoas em Belém, sob a desconfiança de que não eram senhores daqueles escravos e desconfiados de não pertencerem à tropa de Bartolomeu Bueno da Silva, como haviam relatado. Foram acolhidos no dia seguinte por um padre e outras pessoas importantes da cidade, onde ficaram por alguns meses tratando de febres. Um negro não resistiu a elas e o mulato morreu “de veneno que lhe deu uma tapuia” (TAUNAY, 1981:140).

---

[15] Redemoínho.

[16] Reverendos Padres.

Recuperados, Silva Braga reorganizou seu retorno, para o qual vendeu um negro, comprou dois cavalos e retornou para Minas Gerais, “gastando no caminho dez únicos meses com alguns dias falhos; e desde que deixamos o grande Anhanguera até Deus nos trazer ao Pará quatro meses e onze dias, entrando nestes as falhas” (TAUNAY, 1981:140).

Da sua jornada e narrativa, percebe-se que não há propriamente uma produção de conhecimento sobre o rio Tocantins, senão uma exposição das condições da viagem. O rio Tocantins é destacado por seus perigos, por ser piscoso, pela presença de índios nas suas margens e pelo grande número de grandes rios que lhe são afluentes.

Por outro lado, nenhum dos afluentes do Tocantins foi identificado durante a viagem. Somente o rio Araguaia foi comentado posteriormente, o que denota tanto a lonjura do relato em relação ao tempo em que ocorreram os fatos, como o sentido de fuga ou de procura por uma saída, por parte dos viajantes, que nada mais viam senão o caminho fluvial na sua rota de evasão da bandeira anhanguerina.

Paulo Bertran pressupunha que Silva Braga fosse “um agente especialmente destacado pelas autoridades de São Paulo para coletar informações sigilosas da expedição” (BERTRAN, 2000:67), já que fora incumbido de registrar qualquer ocorrência mineral, e por reter tantos detalhes sobre a bandeira, doze anos depois, quando dá seu depoimento. Porém, as informações de Silva Braga contêm pouco teor político e mineralógico que pudesse sugerir um conhecimento e envolvimento com estas questões. E, ademais, ao chegar em Belém, nada houve ou disse ao governador que pudesse dissuadi-lo da desconfiança e desprezo que recebeu, de onde retornou, por fim, para Minas Gerais, e onde depôs ao padre Manoel Diogo Soares o que se passou na bandeira.

2.4 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE O ESPAÇO NOS SERTÕES

A produção do conhecimento na modernidade especializou-se na sistematização científica dos saberes, que se constituiu em um longo processo é tratado na historiografia por grandes momentos que se sucedem através de saltos

qualitativos, tendo sempre a construção de métodos racionais e a produção escrita como pontos fundamentais da nova forma de elaboração dos saberes. A ciência, em oposição às artes, à filosofia, à religião e ao senso comum, tornou-se a forma considerada adequada para o conhecimento do mundo. Com isso, assumiu a condição de um discurso verdadeiro ou autorizado, que perde, a cada momento, os laços com o lugar e o tempo em que é produzido, confundindo-se com a ideologia dominante (CHAUÍ, 1981:07).

É nesse sentido que os pensadores da Europa moderna trouxeram para si o privilégio e a preferência pelo modelo de conhecimento que produziram, como se evidencia, observa Peter Burke, no *Testamento político*, de Richelieu, ao considerar que pessoas do povo não deviam ter acesso ao conhecimento para que não ficassem descontentes com a posição que ocupam na vida (BURKE, 2003:23).

Mesmo que não fosse a opinião de todos que se envolviam com as ciências e as novas formas de produção do conhecimento, a hierarquia de saberes ia desde já além da distinção entre informação, aquilo que era explícito, o "saber o quê", e o conhecimento, o "saber como" (BURKE, 2003:20). Por essa razão, admitia-se, enquanto se produzia o saber científico, que se colhia nos saberes populares, não sistemáticos, as estratégias, os procedimentos, além das simples informações.

Somente hoje, com a sociologia do conhecimento, houve um maior aprofundamento sobre o tema, de modo que se reconhece na ciência um saber de segunda ordem, que responde de outro modo ao que já foi dito pelo senso comum (BERGER & LUCKMANN, 2002). Assim, além dos procedimentos práticos e políticos para a produção do conhecimento científico, é possível perguntar sobre as relações que se estabeleceram entre este e os outros conhecimentos constituídos, indo além de uma história das ideias.

Os avanços, as estagnações e os retrocessos no campo da produção do conhecimento no mundo moderno podem ser percebidos a partir da multiplicidade de métodos que se desenvolveram nesse período, opondo teóricos e empiristas, mas também considerando os efeitos que produziam as relações entre o que se tomava por ciência e os saberes populares trazidos para a experiência científica.

As informações recolhidas e sistematizadas em forma de saber científico envolveram um complexo universo social, político, econômico e cultural que se

manteve concernente com as hierarquias e poderes distribuídos na sociedade moderna. As informações recolhidas sobre o espaço nos territórios coloniais, por exemplo, estiveram vinculadas às necessidades do exercício do poder político, e se traduziram em leis, em estratégias de negociações entre nações e em conhecimento cartográfico, além de outras formas de conhecimento, como o da natureza, o qual por sua vez, se relacionava com interesses econômicos.

Os modos como se organizaram e transmitiram os conhecimentos sobre o espaço nos territórios colonizados e, mais especificamente, no caso da América portuguesa, era variado em forma e se distribuiu pela produção de relatos, ora solicitados ou espontâneos, pela correspondência da burocracia administrativa; e mais raramente por especialistas (como foram os casos dos geógrafos, que somente a partir da metade do século XVIII compareceram ao território para recolher suas informações *in loco*).

Prevaleceu, desse modo, a separação entre os produtores da informação e a produção do conhecimento (de mapas, da ação política). Serviram-se os sábios da política e da cartografia dos relatos, das cartas e de outros suportes de informação (como objetos recolhidos na natureza), para elaborar conhecimento sistematizado de que se utilizavam no exercício da dominação política, principalmente. Tudo elaborado na Europa.

Mas pode-se advogar que a informação produzida sobre o espaço, nesse caso, expressava já um conhecimento, um conjunto de saberes sobre como circular, reconhecer e se apropriar dele; uma apropriação que incluía o discurso toponímico do colonizador como forma de estabelecer uma relação de domínio, na medida em que os novos nomes, mesmo quando não presentes na língua do colonizador, configuravam uma forma de expressar a territorialidade portuguesa sobre o espaço.

Para que se possa pensar na produção e nos usos possíveis do conhecimento sobre o espaço na América colonial, e mais precisamente no Planalto Central Brasileiro, deve-se considerar que a interação entre as crenças, as opiniões e as verdades vão interagindo e produzindo justificativas que consolidam um saber sobre a realidade que prescinde do argumento racional. São apropriações de nomes indígenas, por vezes explicados nos documentos e em outras vezes considerados comuns para aqueles que vivem no lugar – suficiente para que se reproduza nos mapas e nos documentos oficiais sem maiores explicações.

Assim, consolida-se jurídica e politicamente uma noção geográfica que é controlada “por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2011:157). Um saber que se produz em termos de região e que vai contribuir para consolidar um domínio, porque o discurso que se construiu sobre ele, dito desse modo, confirma o direito daqueles que exercem o poder sobre ele.

Nos documentos, cada um a seu modo, e aos poucos sistematicamente, vão se ajuntando um amontoado de nomes de lugares cuja compreensão vai sendo elaborada com dados e informações que estabelecem distâncias, referências geográficas, peculiaridades individuais de paisagens e, principalmente, a relação entre um lugar e os demais.

A interação entre os modos como eram conhecidos pelos antigos habitantes e os modos e os usos que os novos habitantes trouxeram e inauguraram promoveu uma nova verdade sobre a paisagem, com um conjunto de códigos cuja decifração se tornou possível para o colonizador das mais variadas formas. Principalmente no que se referia à paisagem dos lugares que se alteraram em caminhos, fazendas, centros urbanos, quilombos, em interação com a diversidade dos modos de vida dos índios ocorre cotidianamente um esforço de classificação e de produção de juízo sobre o espaço, consolidando uma toponímia que participa dos processos de ocupação e apropriação do espaço no Brasil Central.

Reproduziu-se a experiência colonizadora, renovada para a incorporação desse novo espaço. Nomearam-se os rios, os morros, as chapadas e outras paisagens, compondo uma região que, por sua vez, desapropriou os discursos anteriores. No próprio discurso colonizador, a expressão “sertão”, que até meados do século XVIII vinha associada à presença indígena ou a lugares desconhecidos, produzindo assim expressões como “sertão do gentio Caiapó”, “sertão dos Acroá”, ou ainda “sertão do Paraupava”, “sertão dos Tocantins”, perdeu aos poucos a identidade indígena, mesmo que na toponímia os nomes tenham permanecido.

É nesse sentido que a produção e o “consumo” de um conhecimento construído sobre o espaço foi elaborado no processo de ocupação do Planalto Central Brasileiro, realizando-se por meio da consolidação dos valores nas relações cotidianas e na reprodução dessas compreensões pela burocracia portuguesa. Essa que se apropriou de tal conhecimento na medida em que conseguiu produzir um sentido de territorialidade portuguesa àquele espaço.

Reproduziu-se como aquilo que Michel Foucault tratou por “dispositivo”, ou seja, algo linguístico ou não-linguístico que estabelece uma rede entre os discursos, as instituições, os valores e os costumes, de tal modo que inscreve uma relação de poder e permite distinguir o que é aceito, daquilo que não é aceito. Os dispositivos são as técnicas, as estratégias e os assujeitamentos utilizados pelo poder, e se referem aos modos como os discursos e as práticas são utilizados pelo poder (REVEL, 2005:39).

Aos poucos, os nomes dos rios, dos morros e das paisagens foram citados nas ordens reais. Foram reproduzidos nos mapas, constaram nas cartas de sesmarias, indicaram os percursos e, por fim, vincularam os sujeitos que ocuparam o novo território a marcas identitárias particulares, que os fizeram portugueses de um novo modo, em um novo lugar. O que permaneceu na toponímia assim procedeu por uma confirmação cotidiana de que aquele nome, atribuído àquele lugar, participou da afirmação da territorialidade portuguesa. E isso se revelará de grande importância nas negociações futuras, as quais confirmarão um direito português sobre esse território.

Há uma geografia do saber sobre o espaço, que privilegia sujeitos, lugares e instituições que funcionam como produtores, difusores e consumidores desse conhecimento. Nesse sentido, foi necessário que as informações e o conhecimento sobre o espaço circulassem entre os sujeitos e por esses locais, para que se configurasse um produto do interesse dessa “comunidade”.

Seus produtores são os informantes que revelaram, através de informações novas e comparações com o que já havia sido dito sobre os lugares, um conhecimento renovado do espaço. Topônimos, percursos, distâncias, caminhos alternativos, acidentes geográficos e outros tópicos acabaram por compor o grande objeto do conhecimento, o espaço, sobre o qual se elaborou um discurso racional que lhe impôs novos significados.

Não há impressos e mapas que circulem em quantidade que permita atribuir que esse conhecimento se encontre sistematizado o suficiente para uma difusão generalizada. Assim, a produção e consumo dessa compreensão do espaço pertence a um grupo fechado de bandeirantes, jesuítas e funcionários da coroa portuguesa, que dele se utiliza em cartas manuscritas e em uma cartografia incipiente que transitam entre eles, dentro e fora da América portuguesa.

Por fim, mesmo considerando a parca circulação das cartas, as restrições entre os usuários desse conhecimento fizeram com que ele percorresse poucos lugares, como o Conselho Ultramarino, os governos locais, a Companhia de Jesus e o estreito círculo de bandeirantes. Os nomes de lugares e os sentidos que a eles se atribuem como afirmação da territorialidade, porém, vão além dos interesses imediatos que os fabricam, e assim podem permanecer e adquirir novos significados para novas configurações de conflitos.

Foto Barqueiros enfrentando corredeiras 1911-1913 Acervo Fiocruz

Foto Cachoeira do Itaboca em foto de 1911-1912 Acervo da Fiocruz

3 O RIO TOCANTINS NA NARRATIVA DE JOSÉ DA COSTA DIOGO

3.1 A “DERROTA” DO RIO TOCANTINS: UMA NARRATIVA DE VIAGEM

Desde o início da modernidade, a relação da produção do conhecimento (e o conhecimento em si) com os estados, governantes, mercadores e controladores morais do saber (os religiosos) incorporou novos aspectos que não foram referidos na Idade Média. A publicação, a difusão de diversas maneiras, a ampliação do ensino, as novas concepções de autoria e de direito autoral, foram alguns desses elementos novos que configuraram as interações entre os sujeitos envolvidos com a produção e consumo do saber (BURKE,2003).

O comércio da informação e do conhecimento, bem como a elaboração de produtos do conhecimento para o comércio, resultante dos novos saberes e práticas que se desenvolviam com os progressos da razão, resultava por sua vez, na organização de novas instituições especializadas no incremento das ciências e da organização da burocracia do Estado.

Sociedades científicas, funcionários especializados dos estados, professores, especialistas, profissionais liberais, religiosos, comerciantes e industriais estiveram envolvidos nesse processo e promoveram o aparecimento de novas concepções sobre a realidade do mundo. Nesse sentido acrescentaram lugares desconhecidos nos antigos vazios dos mapas, novos processos produtivos, novos produtos, novas concepções sobre as interações entre os seres humanos, tudo isso encaminhado no processo de ampliação da dominação europeia sobre povos e territórios além dos das suas marcas.

Com efeito, as narrativas e descrições dos territórios conquistados figuravam como verdadeiros certificados de direitos, disputados entre as nações europeias e por elas reconhecidos, em seu favor ou dos concorrentes. A produção de conhecimento sobre o espaço nos roteiros e relatos de viagem, nos documentos oficiais dos governos ou nas análises de especialistas das instituições promotoras da ciência estiveram presentes na organização e na gestão da apropriação de povos

e territórios, justificadas por princípios morais, religiosos e por razões que articulavam direitos e desigualdades naturais entre os seres humanos.

Na mesma linha das demais nações europeias, Portugal promoveu o conhecimento sobre os territórios dos quais se apossava, estimulando a produção de relatos, financiando mapas e atualizando informações através da burocracia do Estado de modo sistemático e progressivo (BURKE, 2003). A significativa mudança que ocorre ao longo do século XVIII, que faz ascender o saber científico e a racionalização da vida social, atingira a política portuguesa com a intensificação do preparo de quadros para a diplomacia, formados pela perspectiva iluminista e mantidos informados das condições políticas do Estado por meio de uma intensa correspondência que circulava entre eles (FURTADO, 2012:89).

Além das cartas que escreveram uns aos outros, muitos documentos da burocracia portuguesa foram copiados e distribuídos entre administradores e embaixadores, com a intenção de subsidiar a montagem ou a remodelagem da máquina do Estado nas colônias, com especial atenção para as áreas de fronteira. Entre elas, citem-se os casos da região do rio da Prata e o Planalto Central Brasileiro, áreas delimitadas como território de colonização espanhola, mas com intensa presença portuguesa.

As lideranças do Estado português são informadas das distâncias, dos percursos, dos acidentes geográficos e das localidades sobre territórios, por meio de uma farta correspondência que os governadores das capitanias trocam com os órgãos auxiliares da coroa na metrópole.

A construção de um estoque de informações sobre o território, em especial sobre o território goiano, tornou possível a produção de um conhecimento elaborado em discursos textuais e cartográficos, objeto de diversas formas de afirmação da autoridade portuguesa sobre o território do Brasil Central. Conforme assinalam Márcia Motta, Marina Machado e José Vicente Serrão, a passagem para o século XVIII ultrapassara “o tempo em que este império fazia assentar a sua singularidade precisamente no fato de ser um império essencialmente não territorial, baseado apenas no controle de espaços marítimos e de redes comerciais e na manipulação de relações de aliança e de poder” (MOTTA, SERRÃO & MACHADO, 2013:09).

As colônias portuguesas da América se tornavam peça fundamental do Império português nos planos político, econômico e social, inaugurando um modelo novo de ocupação territorial:

> Os portugueses tiveram, então, que enfrentar o desafio de entender, ocupar, organizar, delimitar e defender um território com uma vastidão imensa e no qual, além do mais, projetavam-se interesses diversos e potencialmente conflitivos: os da Coroa, os dos vários tipos de poderes locais, os da Igreja, os dos colonos de origem europeia, os das populações indígenas, os da população de origem africana e, até, os de outras potências imperiais com interesses na região (MOTTA, SERRÃO & MACHADO, 2013:09).

Essa reconfiguração da política portuguesa também foi animada por outros fatores conjunturais da passagem do século XVII para o século XVIII. Entre esses, destacam-se a Restauração portuguesa, as guerras extraeuropeias, a sucessão do trono espanhol, o pensamento iluminista e acordos entre Portugal e a Inglaterra, que contribuíram tanto para a reconfiguração da problemática territorial, como para a adoção das novas estratégias de produção de informações e de conhecimentos sobre os territórios coloniais.

Assim, mesmo que não se verifique um projeto explícito de ação coordenada diante das questões territoriais na América portuguesa, há pelo menos uma tendência que, desde fins do século XVII, age envolvendo a governança e a sociedade civil, os círculos ilustrados das academias de ciências e uma elite nobre formada para os quadros da burocracia das relações internacionais (FURTADO, 2012).

Pode-se considerar que os projetos privados dos bandeirantes paulistas foram acordados com a anuência do Estado e acompanhados, nem sempre de comum acordo, pela representação eclesiástica e trouxeram a mão-de-obra escrava indígena para as propriedades paulistas, os saldos dos impostos e o capital da exploração mineradora, assim como a territorialidade portuguesa e a distribuição de direitos de propriedade sobre a terra para colonos súditos de Portugal.

A dinâmica das fronteiras na América portuguesa envolveu diversos fatores e atores. O Estado e seus funcionários, investidores particulares com grandes capitais, pequenos comerciantes, pequenos investidores e camponeses não proprietários, índios e africanos, além do clero.

A Coroa manteve a constante preocupação com a demanda de informações e a produção de conhecimento sobre o espaço não ocupado por europeus, sempre voltada para o controle político e econômico desses espaços. Enquanto isso, os governos locais, na mesma perspectiva, investiam para a inclusão de novas porções territoriais na sua alçada.

Os investidores locais, principalmente os bandeirantes paulistas, buscavam agregar capitais via captura e escravidão de índios, além da descoberta e exploração de veios auríferos. Contavam com a anuência da Coroa e dos poderes locais, inicialmente, tornando-se em seguida, indesejados e considerados ameaças à ordem social (SOUZA, 2004:146).

As ordens religiosas que investiam na catequese, na “civilização” dos índios e na ampliação da influência ideológica sobre o mundo cristão opunham-se aos interesses dos colonos, ao mesmo tempo que se opunham aos interesses dos grupos indígenas que tentavam se afastar da esfera “civilizadora”. Por outro lado, muitas vezes a companhia de padres entre índios foi concebida como forma de se opor aos colonos escravistas.

Os conflitos e divergências entre esses atores parece ter animado mais a dinâmica territorial do que os conflitos de interesses entre Portugal e Espanha. Essa última faceta da dinâmica das fronteiras, porém, não ocorreu sem o franco embate de interesses contrários, que foram ajustados nas negociações diplomáticas apoiadas na constante renovação do conhecimento sobre os territórios em disputa.

Assim foram se constituindo os saberes sobre o espaço, em declarada concorrência das formas de representá-lo, pois que dar nomes aos lugares configura parte da reivindicação de direitos de propriedade sobre ele. Assim foram mapeados e descritos os diversos lugares, em substituição à imprecisa denominação dos sertões. Se estes evocavam a condição de “lugar distante do litoral”, “vazio demográfico” e “ausência de civilização”, por um lado, também significava de modo claro nos mapas um “vazio de poder” e “ausência de propriedade privada”.

A literatura sobre o espaço é diversa e multifacetada, configurando-se em mapas, cartas, relatórios, tabelas, ofícios e pedidos particulares, que foram recorridos por gestores do Estado e por estudiosos para a produção do

conhecimento adequado, capaz de produzir o sentido de propriedade e de direito que assegurasse a territorialidade portuguesa.

Foi comum, no processo colonizador, a descrição do espaço, seja como paisagem ou como percurso, e a narrativa de jornadas empreendidas oficial ou oficiosamente. Juntas, descrição e narrativa, resultaram em relatos de viagens com grande diversidade de formatos. Eles podem ser roteiros que sugerem a possibilidade do retorno ao caminho, pelo leitor, ou a narrativa de uma aventura inoportuna e indesejada de se repetir, como foi o caso das narrativas de Hans Staden, o mercenário alemão que naufragou e viveu refém entre os tupinambás no século XVI.

Hans Staden publicou em livro as narrativas das suas viagens. Muitos relatos, porém, permaneceram ocultos para o grande público, como manuscritos guardados nas clausuras da censura moral religiosa ou entre os segredos de Estado. A descrição minuciosa de João Antônio Andreoni, ou Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*[17], escrita por volta de 1710, permaneceu censurada pelo Estado português devido aos detalhes que dava sobre as drogas e minas que existiam no sertão.

A riqueza de detalhes e o volume de dados e informações, como as que havia em descrições como essas de Antonil, contrastavam, por sua vez, com os pequenos relatos que detalhavam trajetos específicos. Entre elas, destacam-se os documentos tratados no capítulo anterior, como a carta do padre Antônio Vieira que narra a sua subida pelo rio Tocantins, repleta de impressões sobre a paisagem e os conflitos sociais que vivia, assim como a narrativa do alferes José Peixoto da Silva Braga, escrita pelo padre Manoel Diogo Soares, geógrafo régio que mais tarde elaborou as "cartas sertanistas". Em todos os casos, os relatos de viagem são portadores de informações sobre o espaço, percursos, distâncias, condições de viagem e situações cotidianas suficientes para constituírem conhecimentos e representações que hão de persistir sobre o território colonial português da América.

No século XVI, as visões de natureza paradisíaca que se construíram a partir dos processos de ocupação da América contribuíram tanto para a construção de

[17] Apesar da obra de Antonil não configurar um relato, a sua descrição sobre os caminhos para as minas do interior do Brasil, são detalhadas como os relatos da época.

padrões estéticos, éticos, sociais, políticos e comportamentais europeus do período do Renascimento, quanto para a formação do modo brasileiro de ver o seu próprio passado, os fundamentos remotos da história do Brasil e a inteligência da ideia de nacionalidade que prefigura a consciência histórica de todo brasileiro.

Além disso, nota Sérgio Buarque de Holanda, em seu segundo prefácio de *Visões do Paraíso*, a tangibilidade do paraíso. Essa certeza de que a sua configuração terrena existia e podia ser alcançada tal como era pensada à época alimentou, após a descoberta da América, demandas incansáveis e uma cartografia ansiosa da sua precisão geográfica, dando prosseguimento ao motivo – em narrativas de viagens e tratados descritivos – que remontam ao século IV (HOLANDA, 2000:X).

A novidade dos territórios então desconhecidos da cartografia consagrada pelo mundo cristão foi se construindo paulatinamente entre os séculos XII e XVI, ancorada nas notícias de mercadores e cruzados que incluíam novos fatos geográficos para uma proposição discursiva que começava a mudar o centro dos mapas, saído do foco da origem do cristianismo para a centralização na cristandade, a Europa. Ali, o relato dos missioneiros, dos embaixadores, os diários, as rotas ou as maravilhas, herdados da literatura árabe, já se constituíam, unindo a todos pela característica de uma narrativa que tem por objetivo a compreensão de uma ordem espacial e a "experiência da alteridade" (FARES, 2008:21).

Algumas figuras de linguagem, como a hipérbole, a alegoria, a exclamação e a enumeração, são constantes nos relatos de viagem, além do detalhamento dos trajetos, da partida, do retorno e de alguma descrição do lugar para onde se dirigiu o viajante. Isso faz com que se conjuguem aspectos narrativos e descritivos.

Ao produzir um relato, o viajante elabora uma crônica que expõe a sua experiência em outros lugares que em geral, não eram familiares a ele. E supostamente também não o eram para o seu público leitor. Nisso a sua narrativa transita entre o imaginário e o real, permitindo-lhe traços ficcionais. A necessidade da comparação com os elementos da sua cultura, a "ancoragem", nos termos das representações sociais, é uma constante no relato de viagem. Josebel Akes Fares assinala: "o cronista viajante opera a reintegração ao mundo familiar em que andou. E o objetivo que preside a ação não é tanto analisar a realidade, mas prolongar a experiência" (FARES, 2008:21).

Preenchendo de símbolos cujos significados passam a fazer sentido para o conjunto da sua cultura, a crônica do viajante, ao mesmo tempo, informa e sistematiza um modo de conhecer, de estabelecer uma racionalidade para o objeto de que trata.

O mapa, como um registro cultural em um determinado contexto, articula várias formas de conhecimento do espaço, criando um instrumento capaz de transmitir uma mensagem sobre a realidade espacial:

> A cartografia precede a escritura e configura um desejo universal de representar o espaço em que se vive e em que se desloca, um desejo de ordenar o mundo, ao estabelecer uma correlação entre lugares e distâncias, uma necessidade de representar, de definir e de apropriar-se do espaço. O mapa iconiza o espaço, mas a imagem construída não é igual ao que representa, e com frequência só representa parte de um elemento determinado. Implica, pois, num sistema semiótico complexo. O ícone, afinal, é construído a partir de que fatores: uma percepção, uma ideia ou um mito? (FARES, 2008:25).

É a imitação do espaço, da terra, em formas geométricas, incluindo-se as crenças sobre as condições de origem e sobre os fins do espaço, sobre as distinções territoriais e sobre as relações do ser humano com o meio ambiente, que fornecem os sentidos aos símbolos que compõem os mapas, e influenciam no recorte, na abrangência, que se faz ao objeto representado, seja o mundo, a região, itinerários etc. (FARES, 2008:26).

Dessa realidade pode-se inferir que, apesar dos elementos autorais dos roteiros de viagens, eles dialogam com a cultura do viajante, adaptando o que vê e vive na relação com o outro e com o lugar estranho aos limites da compreensão da sua cultura e de seus valores. Também infere-se que o saber que se produz, seja nos relatos de viagens de embaixadores, de cientistas ou daqueles que tenham finalidades literárias, produz uma integração do outro, ou do lugar desconhecido ao mundo cultural do seu autor, e que esse procedimento pode suscitar tanto uma relação de convivência pacífica quanto de conquista do outro. Há ainda que se considerar que todo relato ou roteiro de viagem produz, em última instância, uma apropriação do espaço. E que, ao torná-lo conhecido, torna possível vários vínculos com a cultura que o descreve.

No que se refere aos relatos e roteiros de viagens sobre o rio Tocantins, tema deste trabalho, pode-se observar que as descrições, tanto dos seus habitantes, quanto das suas fauna, flora e geomorfologia, presentes nos relatos dos séculos

XVII e XVIII, que anotam a presença de índios, de animais e os percursos com suas distâncias e acidentes geográficos (cachoeiras etc.), estabelecem uma compreensão, uma descrição que faz do conhecimento produzido sobre o rio a atribuição de uma "territorialidade" portuguesa sobre ele.

É desse modo que os relatos do padre Antônio Vieira e do alferes Silva Braga, cada um ao seu modo, conferem ao espaço e aos seus habitantes uma presunção de pertencimento ao Estado português, porque, especula o padre, trata-se de salvar os índios, trazendo-os para a sujeição do rei de Portugal, e porque, sugere o alferes, a campanha na procura de ouro é uma continuidade de uma política da coroa, em andamento.

Nessa perspectiva, o roteiro de José da Costa Diogo, de que trataremos agora, adquire todos os contornos sugeridos acima sobre as características dos relatos de viagens. A enumeração e a hipérbole estão presentes; a sua descrição mantém uma preocupação com a evidência das grandezas do rio e dos seus percalços, os quais em última instância, remete à grandeza do território que pertence à coroa; a sua narrativa adquire os aspectos de crônica narrativo-descritiva que registra, em forma de diário, os acontecimentos e o percurso, tendo nele José da Costa Diogo como o principal personagem.

A viagem, partindo das Minas Gerais de princípios dos anos 1730, quando as contendas entre reinóis e paulistas havia arrefecido e a força da administração portuguesa se fizera presente, tanto na organização da política e da economia, como na imposição da ordem por meio exemplar da força (SOUZA, 2004), percorreu um itinerário cuja presença portuguesa, pelo Estado e pelos súditos da coroa, contrasta com a solidão dos sertões conforme se pode ver a seguir.

3.2 SABERES E REPRESENTAÇÕES DO RIO TOCANTINS NA NARRATIVA DE JOSÉ DA COSTA DIOGO

Em síntese sobre o sentido da colonização, F. C. T. Silva (1990) propõe uma visão "diversificada", que conjugue as intenções de uma "empresa colonial" de "acumulação prévia de capital" com um Brasil que "desempenhava o papel de uma pré-metrópole do Império português" (SILVA, 1990:77).

De modo geral, as diversas correntes historiográficas do período colonial reconhecem uma virada histórica da colonização portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, quando a Restauração estabelece um governo limitado para o poder pessoal do rei e repartido entre órgãos do Estado que contavam mais com a participação da elite nobre (SILVA, 1990).

Muito se transformou o Estado português desse período, com a instalação de sociedades científicas e de história, a preparação da nobreza para postos nas embaixadas e nos governos coloniais, assim como com a criação e o funcionamento de órgãos, como o Conselho Ultramarino (1642), que cuidava de grande parte da política colonial portuguesa, incluindo as administrações das capitanias, a arrecadação de impostos, bem como os esforços de povoamento e estabelecimento de fronteiras (FURTADO, 2012:26 e SILVA, 1990:76).

Documentos contendo narrativas de percursos de viagens ou trajetos e lugares que foram verificados com a finalidade fiscalizadora foram parar nas mãos de conselheiros e embaixadores dispostos a reuni-los em forma de mapas ou outro sistema de conhecimento sobre o espaço que os ajudasse nas negociações de fronteira.

Dentre estes muitos documentos, estão as narrativas de José da Costa Diogo, a primeira detalhando o caminho que fizera juntamente com outros pequenos negociantes, das Minas Gerais até as minas dos “Goyazes”, em 1734 (AHU-GOIÁS 0008); e a segunda descrevendo o percurso do rio Tocantins, que percorrera em fuga, a partir de um determinado momento, no ano de 1735 (AHU-GOIÁS 0012).

As razões que explicam as viagens de José da Costa Diogo são vagas e imprecisas. Mesmo a sua presença nos documentos que escreve está concentrada no primeiro parágrafo do primeiro documento, deixando a possibilidade da inferência para concluir que se trata de documentos contínuos, pois que os assuntos são os mesmos e há continuidade de eventos e de experiências entre eles; também se pode verificar a retomada de assunto, de um para outro documento; e por fim, trata-se da mesma caligrafia (em que pese o fato de se tratar de cópias).

Há, porém, que se considerar que ambos os documentos estão apócrifos e, ainda que narrados na primeira pessoa e pode-se supor que José da Costa Diogo tenha se valido de um escriba, não há garantia de que este tenha vindo pela vontade

do narrador. Não se trata de exceção, como observa Júnia Ferreira Furtado, pois muitos comerciantes de grandes negócios eram analfabetos e mantiveram correspondências dentro e fora da Europa (FURTADO, 2006:22).

José da Costa Diogo escreve de Portugal, em data posterior ao ano de 1735, deixando uma imensa lacuna sobre o modo como organizou as informações que dispôs nas narrativas, se as anotou ou memorizou, se consultou algum documento ou mapa. Nada ficou na sua descrição que sugerisse algum tipo de consulta. Nada também informa se ele escreve por vontade própria ou para cumprir alguma exigência, haja vista ter sido levado preso para Portugal.

Seus roteiros, “derrotas”, na linguagem de sua época, emendam as narrativas dos acontecimentos da viagem com descrições dos caminhos e as distâncias entre os pontos em que parou. Com uma certa frieza, a preocupação com as descrições ocupa boa parte dos seus textos, sem deixar, porém, que apareçam os fatos relevantes, por vezes com descrições de pessoas e de situações que experimentou.

Quanto aos personagens, ele viaja com mais “alguns” camaradas, dentre os quais cita apenas o nome de Joaquim Barbosa. Alguns escravos lhe acompanham, e todos eles participam das narrativas da forma mais breve possível, aparecendo apenas de forma genérica e esporádica. No desfecho da sua história, quando escreve de Portugal sobre o que lhe acontecera, os seus amigos estão ausentes e a narrativa ocorre em primeira pessoa.

Autoridades e pessoas comuns estão presentes na narrativa, todos ocupando menos espaço do que as descrições dos caminhos, das fazendas e do rio Tocantins. Pode-se, porém, encontrar nos pequenos detalhes a testemunha das experiências da vida cotidiana, daqueles que se conduzem por estradas que cortam fazendas, com grandes distâncias entre os povoados, que se abrigam em casas de desconhecidos que os acolhe sem grandes receios, que se dedicam ao aprendizado de novas profissões, que levam cartas de desconhecidos e que dialogam por gestos, como fizeram com índios em uma praia do rio Tocantins, sem que uns compreendessem os outros.

Entremeiam-se nesses textos os laços de identidade de colonos e de colonizados, de princípios morais, estratégias de poder e universos culturais distintos que tentam se impor de diversas maneiras (FURTADO, 2006:25). Esas

questões serão retomadas neste trabalho mais adiante ao se inferir sobre as motivações e os desfechos da narrativa de José da Costa Diogo.

Os dois documentos que aqui se atribui a José da Costa Diogo podem ser considerados partes de uma unidade só, qual seja, a narrativa de uma longa jornada que parte de Minas Gerais, em meados de 1734, para as minas de Goiás, e que se alonga pelo rio Tocantins até Belém do Pará, concluída em princípios de 1735. Sua motivação, a razão pela qual os documentos foram escritos, está relacionada, de algum modo, aos fracassos das intenções de José da Costa Diogo, pois, de outro modo, ele não teria sido preso e encaminhado a Lisboa. Mas há que se considerar que, além de uma intenção de defesa, a descrição detalhada do percurso – mais enfático que os acontecimentos – desperta para um papel de informante "não autorizado".

Pode-se assim inferir que, sem prejuízo da interpretação do texto, José da Costa Diogo contou com o auxílio de um escriba, um transcritor de um ditado proferido pelo autor-personagem, e que, além disso, teve alguma forma de acesso a informações já catalogadas sobre os percursos que trilhou. E isso vale para o caso de não ter trazido consigo alguma forma de anotação, o que não se antevê nos textos.

O primeiro documento tem por título "Derrota do rio de São Francisco pelo Urocuya a sima the as minas dos Goyazes em [1]734", manuscrito em quatro folhas divididas em em duas colunas a partir da segunda. Já o segundo documento tem por título "Derrota do Rio dos Tocantins", com o subtítulo "Copea da derrota que fiz pello Rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará". Esse foi manuscrito com a mesma caligrafia do primeiro e possui doze folhas com duas colunas a partir da quarta folha.

Apesar de não haver o nome de José da Costa Diogo no segundo documento, a continuidade entre os dois pode ser atestada por fatos tratados no primeiro e que são relembrados no segundo. O aprendizado da mineração com a intenção de buscar achados de ouro no rio Tocantins, a remissão a uma bandeira que se achava perdida e o local da partida, o arraial de Santo Antônio do Campo dão unidade e continuidade aos dois documentos.

Optou-se pela reescrita dos textos mudando o foco da narrativa, que no original tem José da Costa Diogo por narrador, colocando-o agora na terceira pessoa, e incluindo um narrador externo. Manteve-se, porém, a mesma sequência narrativa e alguns problemas relativos ao tempo e às distâncias percorridas nas jornadas, os quais serão esclarecidas no texto[18].

3.2.1 “Derrota do rio de São Francisco pelo Urocuya a sima the as minas dos Goyazes em [1]734”

Esses textos consubstanciam-se em uma adaptação da narrativa das duas viagens de José da Costa Diogo, entre os anos de 1734 e 1735, de Minas Gerais para as minas de Goiás (AHU-GOIÁS 0008), região que ainda pertence à capitania de São Paulo, e daí para Belém do Grão-Pará, descendo o rio Tocantins (AHU-GOIÁS 0012).

A primeira viagem durou entre junho e agosto de 1734 – mas a sua narrativa não é muito precisa quanto à sua duração – ficando o grupo de negociantes que trafegaram pela estrada que vinha de Minas Gerais aguardando o superintendente que lhes cobraria os impostos devidos, até o mês de setembro. Nessa ocasião, todos tiveram seus bens confiscados e, então despossuídos dos seus bens, permaneceram até novembro em uma fazenda, aprendendo a arte da mineração, com o objetivo de procurar achados auríferos na região do rio Tocantins, para onde partiram.

Essa segunda jornada, no entanto, apesar do sucesso dos achados auríferos, resultou em novo infortúnio, quando tiveram de fugir de índios descendo o rio, e não mais retornaram, percorrendo-o em sua integralidade até Belém do Pará, onde novamente foram detidos pelas autoridades e encaminhados presos a Lisboa.

Era domingo, o dia 20 de junho de 1734 e José da Costa Diogo encontrava-se nas margens do rio São Francisco, reunido com Joaquim Barbosa e outros camaradas seus. Todos pretendiam seguir viagem para as minas do Serro Frio, com alguns cavalos carregados de mercadoria.

[18] A transcrição integral dos dois documentos pode ser consultada nos apêndices.

A figura do viandante foi descrita por Júnia Ferreira Furtado (2006), considerando que nessa classificação se enquadravam pessoas envolvidas com outras ocupações e que ocasionalmente se dedicavam às "atividades comerciais volantes que giravam a Capitania [de Minas Gerais] apregoando as mais diferentes mercadorias" (FURTADO, 2006:260). Traziam mercadorias encomendadas do litoral ou as emprenhavam para atender aos moradores dos povoados mineradores.

Nas suas cargas estavam roupas, tecidos, mantimentos, peças e utensílios domésticos e, por vezes, escravos. Alguns destes viandantes passaram a fazer do comércio sua principal atividade e vendiam fiado, por encomenda, tornando-se "tratantes", contratados para realizar negócios em lugar de outra pessoa. Pagadores de impostos, dos "registros" ou "contagens", conforme carregassem mercadorias ou gados, eram em sua maioria portugueses, brancos, proprietários de escravos, solteiros e do sexo masculino (FURTADO, 2006:268).

Enquanto se preparavam para a viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas souberam da divulgação de que o caminho das minas dos Goyazes estava desimpedido para que tudo que viesse do rio São Francisco ou de outra parte, desde que passasse pagando as contagens, como era o costume em todas as minas, decidiram mudar os planos.

Em carta do superintendente das minas de Goiás Gregório Dias da Silva, datada de 15 de fevereiro de 1735, vem á tona o problema do controle sobre o tráfico de mercadorias nas minas, e a divulgação das decisões de governo:

> Senhor.
>
> Dipois de ter dado conta a Vossa Magestade sobre o caminho dos currais me constou que o motivo de facilitarem as entradas dos generos daquelle país, fora porque Antonio de Souza Basto superintendente que hera do Maranhão contra a forma da lei de Vossa Magestade depois de sua publicação concedera por edital des dias e se registrarem gados e mais generos de sorte que me segurasse por intereces particulares se registrassem gados e cavallos que se mandava comprar depois de publicada a ley e como faltou a sua observância como fosse do sumario que remeto a Vossa Magestade mandão tomar a demonstração que for servido. Goyas de fevereyro 15.1735
>
> O superintendente Gregorio Dias da Silva
>
> (AHU-GOIÁS 0015).

Por se tratar de uma carta de conteúdo pontual e se referir a um evento específico, a liberação do tráfego no Caminho dos Currais, por dez dias, cotejado

com outros documentos ou com o contexto do tráfego de mercadorias e a intensa vigilância que a Coroa portuguesa impingia ao território goiano verifica-se no documento a confirmação da preocupação com o assunto. Paulo Bertran (1994) recorre às correspondências do conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, a que o território goiano ainda se encontrava incluído, para anunciar o nascimento do Caminho dos Currais no ano de 1732:

> Sobre a questão de etiquetas entre o capitão-general e o ouvidor da comarca de São Paulo por algumas pessoas chegadas das minas dos Guayazes tive notícia que ao arraial da Meia Ponte havia chegado um comboio de gado, e algumas fazendas secas vindas da Bahia, digo vindas dos Currais da Bahia, por um novo caminho aberto de próximo; e que conseguida dita entrada se esperavam novas carregações em muito maior número de gado do rio São Francisco, Currais e Minas Gerais, donde se me faz certo está também aberto caminho para as Minas dos Guayazes, e como do referido conheço o grande prejuízo que se segue à Real Fazenda de V. Majestade... (apud BERTRAN, 1994:81)[19]

Fica demonstrado que, apesar da preocupação da Coroa portuguesa em manter restrito os acessos às minas goianas, cinco anos depois dos anúncios dos descobertos auríferos do Anhanguera, um novo caminho se abria unindo Minas Gerais e Bahia ao território paulista, franqueando o comércio de gêneros que abasteceriam a empreitada mineradora.

Como José da Costa Diogo e seus camaradas pretendiam fazer negócio e pressentiram que poderiam ter mais lucros nas minas dos Goyazes do que nas do Serro Frio, resolveram todos seguir para aquelas. Deixando estas, e seguindo na boa fé esse caminho com liberdade, partiram das margens do rio São Francisco, buscando a fortuna nas minas recém-descobertas.

Dois dias depois, em 22 de junho, foram dormir na fazenda do Acary, que fica ainda na beira do rio São Francisco, na barra do rio Urucuya, onde toparam com alguns homens que vinham das minas dos Goyazes e disseram que se comentou que depois da sua partida seria publicado o decreto de Sua Majestade concedendo o caminho franco naquela direção.

---

[19] A referência do autor encontra no Arquivo do Estado de São Paulo, nos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (DIHSP), Volume 40 – Correspondência do Conde de Sarzedas (1732/1736), São Paulo, 1902, pp.23-24.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

BIBLIOTECA NACIONAL

Derrota do Rio de S. Francisco
Pello Q'rocuya a Sirva the as minas
nas dos Goyazes 1734

Estando eu Jozé da Costa Diogo, e Joaquim Barbosa e outros mais camaradas em Rio de Sam Francisco pa Seguirmos viagem pa as minas do Serro do frio com alguns Sayvalles carregados. Se divelgou o caminho das minas dos goyazes estava determinado para q pudesse entrar todo o q viesse em vindo do Rio de S. Francisco de outra q alguma parte, pagando contagem como era custume nas mais minas, e parecendo nos q nas minas dos Goyazes poderiamos auer melhor negocio q nas do Serro do frio, nos resolvemos a seguir para aquellas, e cuyo par estas, e Seguintes Com effeyto nossa derrota debayxo da boa fee da liberdade passamos o Rio de S. Francisco em 20 de Junho do anno de 734.

A 22 fomos dormir á Fazenda do Ceará q fica na beyra do Rio de S. Francisco na Barra do Rio Verde Suya rossa de topamos Rumo hovemos q vinhão das ditas minas dos goyazes, e nos disserão q dellas hia huma parte da Estrada p Bahia. Determinamos seguir a Estrada de Pernambuco.

A 23 de Julho chegamos a fazenda do Sobrado, cultuma fazenda de Povoação antiga, e grande fazenda de capaxia. Tem duas Estradas para as Povoações do Paraopeba, outra para as minas dos Goyazes.

Nos

Tributário do rio São Francisco, o rio Urucuia nasce na porção Noroeste de Minas Gerais, região que neste momento já se encontrava ocupada por muitas fazendas. Preparados com uma tropa de dez cavalos, José da Costa Diogo, Joaquim Barbosa e seus camaradas se preparavam para levar uma carga para o comércio de alimentos e gêneros, provavelmente não encomendados, pois não se preocuparam em mudar de direção.

A *Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais*, do ano de 1804, indica uma fazenda Acary nas margens do rio Urucuia, e muitos caminhos dali partem em direção a São Romão e Paracatu, assim como para a Bahia e na direção Norte, para Goiás (SILVA, 1934).

Seguindo na direção determinada, a 4 de julho, chegaram à fazenda Faz Tudo, que é a última das fazendas nas povoações antigas, e já tinham passado 14 dias da sua partida. É justamente nesse sítio que se apartam as estradas, seguindo uma para as povoações do Paranã, em direção à Chapada dos Veadeiros e o médio Tocantins, e outra que vai para as minas dos Goyazes, em direção à Meiaponte, atual Pirenópolis.

Quatro dias depois, em 8 de julho, José da Costa Diogo e seus camaradas chegaram à fazenda Santa Rosa. Era a primeira fazenda das povoações novas, ou seja, do território goiano. Também nessa fazenda a comitiva topou com passageiros que vinham dos Goyazes, os quais contaram que a licença para o tráfego na estrada que levava àquelas minas estava liberada para todo tipo de comércio por três meses. Também disseram que o princípio de tal licença iniciara-se no dia de São João, 24 de junho, o que animou a comitiva para que retomasse com brevidade o caminho.

Nessa direção, indo para o Norte, a estrada para os Goyazes cruzava a serra de Santa Maria e o rio Carinhanha. E esse caminho já existia há pelo menos dois anos, talvez aberto com a intenção de chegar aos descobertos goianos aqueles que vinham de Minas Gerais e da Bahia, e a fazenda Santa Rosa foi mencionada no mapa de viagem que o governador do Mato Grosso, Luís D'Albuquerque Mello Pereira e Castro realizou entre o Rio de Janeiro e Vila Bela em 1772 (ADONIAS, 1960).

É significativo o conjunto de informações que José da Costa Diogo acumula para representar o território cuja ocupação já se encontra efetivada pela posse de fazendas e o emaranhado de caminhos que conduzem às vilas, mesmo que essas estejam distribuídas entre longas distância umas das outras. A própria distância entre as vilas da comarca de Goiás e a sede administrativa da capitania de São Paulo, somada à conjuntura de incertezas, haja vista que desde 1720 as Minas Gerais tinham sido afastadas da influência paulista e se tornado capitania, levou a câmara de São Paulo a cogitar a transferência da capital para Goiás, propondo Meiaponte como a nova sede (AHU-SÃO PAULO 1104).

A jornada foi retomada no dia seguinte e José da Costa Diogo e seus camaradas chegaram ao sítio dos Bezerras. Paulo Bertran informa que o ribeirão do Bezerra, ou da Bezerra, não existe mais com esse nome, mas que seja provavelmente o atual ribeirão Tigre, que fica nas proximidades do Nordeste do Distrito Federal. Há ainda, na mesma região, a serra do Bezerra, que é a atual serra do Capim-Puba, onde corre a cabeceira do rio Itiquira (BERTRAN, 2000:97;98;157 e 159). No ano de 1738, foi concedido um registro de sesmaria a Salvador Pereira da Cunha, dono de escravos e criador de gados nas margens do ribeirão do Bezerro (ROCHA Jr, VIEIRA Jr & CARDOSO, 2006:49).

No sítio dos Bezerras, os viajantes perceberam que dali partem duas estradas, sendo uma a que vem do rio São Francisco, da vila de São Romão, pelo rio Paracatu acima, e a outra a que vem do rio das Velhas, desde a sua barra. Assim como essa, também há outra estrada que vem de Minas Gerais, buscando o rio Abayté; todas elas se juntam no sítio dos Bezerras, formando a estrada real que segue para as minas de Goiás.

Percebe-se que tanto para os viajantes como para os habitantes daquelas regiões há uma compreensão de divisão regional entre as capitanias e as regiões mineradoras. Essa divisão, no entanto, não configurava um impedimento do tráfego de pessoas e mercadorias, como tanto desejava a coroa portuguesa quando estabelecia leis e decretos proibindo a interação entre esses espaços.

No dia 10 de julho, a continuação da viagem da comitiva os levou até à Lagoa Feia. José da Costa Diogo se impressionou com o aspecto dessa lagoa e observou que ela era “muito grande e soturna, vertendo águas para a estrada que vem de São

Paulo, e distando a pequena distância das principais cabeceiras do rio Tocantins, lá chamado de Maranhão" (AHU-GOIÁS 0008).

Ao Nordeste do Distrito Federal, a Lagoa Feia permaneceu assim nominada e mantida no seu aspecto assustador para os visitantes que até ela chegavam. O comandante de armas Raymundo José da Cunha Matos, no século XIX, deixou registrada a sua impressão da Lagoa Feia:

> A Lagoa Feia, uma das mais notáveis da província de Goiás, tanto pela sua extraordinária profundidade e melancolia do lugar em que se acha, cor negra das suas águas, monstros vorazes que a povoam, e sobretudo por dar nascimento ao rio preto, tem uma légua de extensão norte-sul, e menos de meia légua leste-oeste. Perto de sua margem direita existe o arraial dos Couros e na esquerda o Registro, que da mesma lagoa, recebeu o nome e está sobre as estradas que seguem para as diversas passagens do rio São Francisco, e para o registro dos Arrependidos, donde se vai à vila do Paracatu da província de Minas Gerais (MATOS, 2004:326).

De modo mais descritivo, mas sem se omitir das interpretações sobre o caráter lânguido do lugar, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, autor de um anuário histórico de Goiás em 1910 assim se refere à Lagoa Feia:

> Fica ao sueste de Formosa e é cabeceira do rio Preto affluente do S. Francisco. Uma vegetação bastante rica cobre as bordas da lagoa que terá 5 kilometros de comprimento, e quando muito 400 ou 500m de largura. Está em grande parte coberta de nympheas (*vul. Agua pé*) que se cria no leito. Quando numa canoa cortam-se-lhe as aguas, o aspecto d'essas plantas produz uma impressão atterradora, d'ahi talvez a denominação de Feia: mas o seu aspecto é antes pittoresco (AZEVEDO, 1987:95).

As percepções da natureza e os valores que lhes são atribuídos participam das construções de saberes sobre o espaço e sobre a toponímia. José da Costa Diogo participa desse processo quando inclui o nome da Lagoa Feia nas referências indicativas do seu percurso e quando inscreve a centralidade do Planalto Central e a distribuição das suas águas para o Norte, o Leste e o Sul.

Três dias depois de ter passado pela Lagoa Feia, a comitiva de José da Costa Diogo chegou ao sítio chamado "dos Macacos", onde ficaram sabendo que estavam a três dias de Meyaponte. Nesse lugar, permaneceram por três dias seguidos e ali viram passar uma tropa que vinha no sentido contrário, que em conversa lhes informou que o caminho se encontrava outra vez impedido, e que esteve franco por apenas dez dias, a contar da sua publicação. O superintendente Antônio de Souza

Basto, no texto, tratado por regente, passaria agora a considerá-los ilegais, agindo contra o decreto de Sua Majestade.

Antônio de Souza Basto é o superintendente do Maranhão, a região do rio Maranhão, conforme foi observado no documento AHU-GOIÁS 0015, acima citado. Sua função incluía o controle e a procura de novos achados de ouro, a vigilância sobre a entrada de produtos para o comércio e a coleta de impostos. Sua autoridade, exercida com arrogância, pode ser percebida no mesmo documento, onde ele é acusado pelo superintendente de Goiás de liberar o tráfego pela estrada que vinha de Minas Gerais, à revelia dos impedimentos legais.

A mesma tropa informou que, pelo decreto de Sua Majestade, tudo o que fora confiscado indevidamente, durante o período de tráfego livre, deveria ser restituído ao proprietário, mas quem fosse apanhado trafegando ilegalmente pela estrada deveria ter confiscado as crias ou o que mais levassem. Queixavam-se, no entanto, do regente, o superintendente Antônio de Souza Basto, devido ao fato dele ter desviado dez dias do que havia sido decretado por Sua Majestade. Isso foi a causa de levar muita gente de boa fé à perda do que possuía.

As relações entre o Estado, por meio de seus representantes, e a população que efetivamente empreendia a colonização dependia do funcionamento das estratégias de poder, de todas as partes, que permitiam a consolidação das “instituições de mando” e as interações dos demais valores culturais vindos da metrópole, com as normas, as representações sociais, e as formas de ocupação do espaço que possibilitavam a “interiorização da metrópole na colônia”, tornar portuguesa as novas regiões incorporadas ao espaço colonial (FURTADO, 2006:273).

A comitiva de José da Costa Diogo já se via tão perto das famosas minas dos Goyazes e contava com o prejuízo de dez cavalos perdidos, além de parte da carga que levava. Não se encontrava mais com a mesma comodidade para continuar a viagem para qualquer outra parte, mais ainda assim decidiu-se continuar adiante, lançando-se à sorte.

Neste momento, nem mesmo dez anos se passaram do anúncio dos achados de ouro nas margens do rio Vermelho pelo Anhanguera e o território goiano, principalmente ao longo do percurso que ele fizera entre as nascentes do Tocantins

e o rio Vermelho, já se encontrava marcado por vilas, estradas e fazendas que formavam um conjunto que solidificava a ocupação territorial do Planalto Central do Brasil e encaminhava as questões fronteiriças com as colônias espanholas mais para Oeste.

Uma semana se passara desde que chegaram ao sítio dos Macacos. Já era 24 de julho, e a comitiva completava 31 dias de viagem. A decisão de seguir em frente os levara até o sítio de Miguel Ribeiro, desviado do arraial da Meyaponte, a 5 léguas no caminho que ía para o arraial do Maranhão. Ali, para o descanso dos cavalos que restavam, resolveram passar alguns dias.

Pelo menos vinte a vinte e cinco dias se passaram, desde a chegada ao sítio de Miguel Ribeiro, e José da Costa Diogo, juntamente com seus camaradas chegaram ao arraial do Maranhão, onde depuseram a carga que traziam na casa de Antônio da Rocha Nunes e de Bento Marques Chavasca. Nos dias que se seguiram, a comitiva se retirou para uma roça, retornando mais tarde para o arraial, à espera do regente Antônio de Souza Basto, que andava em busca de descobertas de ouro. Enquanto isso, tudo estava acomodado.

Somente no princípio do mês de setembro, o regente (superintendente) chegou do seu descoberto de ouro e, mais tarde, 20 dias da sua chegada naquele arraial do Maranhão, começou o confisco dos bens que atravessaram a Estrada Real sem autorização, cobrando primeiro de José da Costa Diogo e de seus companheiros que se encontravam na casa de Antônio da Rocha Nunes e Bento Marques Chavasca. O Regente reivindicava o valor de 750 oitavas de ouro, das quais 600 pertenciam a José da Costa Diogo. Mas, da mercadoria, quase nada rendeu.

Nas contas de Antonil, no seu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, os preços praticados nas regiões das Minas Gerais em 1703, pagos a peso de ouro, podiam ser verificados como cem oitavas de ouro para um boi, ou para um barrilote de aguardente; duzentas oitavas para um barrilote de vinho ou cento e vinte oitavas de ouro por uma espingarda bem feita e prateada. Mas é no “preço dos escravos e das cavalgaduras” que os valores mais se aproximam dos impostos que foram cobrados aos viajantes. “Um crioulo bom oficial” custava quinhentas oitavas de ouro; “uma mulata de partes”, ou seja, habilidosa, custava seiscentas e mais

oitavas de ouro; e “um cavalo sendeiro” custava cem oitavas de ouro (ANTONIL, 2007:239).

Como era de costume nas minas de Goiás colocar a mercadoria na praça para se promover a arrematação, assim o fez o superintendente, com seus oficiais, tomando também a fazenda de Antônio da Rocha e Bento Marques Chavasca, por terem acolhido os ilegais, prendendo-os por algum tempo, e permanecendo com seus bens, mesmo depois de tê-los soltado.

Assim, o superintendente continuou ali a fazer outros confiscos entre várias pessoas. Uma delas, João Pereira, “homem de cor e honesto morador no rio São Francisco”, e também outro seu companheiro, foram os dois confiscados na importância de 900 oitavas de ouro em mercadorias e ouro, dos quais também pouco apareceu na praça. João Rodrigues Mendes foi confiscado no valor de 600 oitavas de ouro, metade das quais pertenciam a José da Costa Diogo, pela sociedade que tinha com ele.

João Rodrigues também sofreu violência física durante o confisco. Isso o deixou muito debilitado, aleijado, deitado em uma rede, segundo a narrativa de José da Costa Diogo. Muitos outros confiscos foram realizados de modo semelhante aos anteriores, com abuso de poder e violência. Foi assim que, vendo-se cada um derrotado de seus intentos, procuraram individualmente tratar de suas vidas.

As penas atribuídas ao não cumprimento das regras nas regiões mineradoras eram anunciadas com gravidade. Em 1735, o superintendente das minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, escrevia ao rei D. João V informando que seguia o Regimento dos superintendentes e ordenava aos descobridores de ouro que declarassem seus descobertos, sob pena de degredo e de confisco, se não o fizessem (AHU-GOIÁS 0011). Mais tarde, em 1753, o governador da capitania de Goiás informava ao rei D. José sobre a prisão e confisco de bens de um comboieiro, Antônio José do Prado, que conduzia ouro de Paracatu para Goiás, fugindo do quinto (AHU-GOIÁS 0595). E esses confiscos também eram arrolados nos mapas que contabilizavam as arrecadações do quinto e de outros impostos (AHU-GOIÁS 0644).

José da Costa Diogo foi um daqueles que, naquelas circunstâncias, tratou de se arranjar de outro modo na vida. Durante algum tempo, entre setembro e

novembro, procurou aprender o exercício da mineração, fortalecendo-se na determinação de continuar o novo ofício, e convidando aos camaradas que o acompanhasse na busca de algum descobrimento de ouro. Foi então que formou uma comitiva de 11 pessoas, sete camaradas convencidos da empreitada e quatro escravos, dos quais três lhe pertenciam, e resolveram todos de se organizar em algumas canoas, levando consigo ferramentas, mantimentos e, o mais necessário, comprado tudo à custa da sua fazenda.

A comitiva acertou de seguir viagem pelo rio Tocantins abaixo, por considerar que neste percurso melhor se cuidaria da equipagem, dos mantimentos, e facilmente topariam com as abundantes minas de ouro que estavam por ser descobertas naquele rio.

José da Costa Diogo deixou dessa sua jornada do rio São Francisco até o arraial do Maranhão, um roteiro indicando o caminho e as referências toponímicas conhecidas, marcada principalmente por passagem de rios e fazendas.

> Roteiro das fazendas que há no caminho
> que vay do Rio de São Francisco para as Minas dos
> Goyazes athe o Arrayal da Meyaponte.
>
> A 1ª fazenda que fica na Barra do Rio Urocuya,
> na beira do Rio de São Francisco, se chama o Acary. Deste
> Sítio às Frechas _____ 3 Legoas
> Dahy a Cachoeyra _____ 2 ditos
> Dahy ao Campo Grande _____ 3 ___
> Dahy a São Francisco _____ 3 ___
> Dahy a Estiva _____ 4 ___
> Dahy ao Capão _____ 5 ___
> Dahy a Santiago _____ 3 ___
> Dahy a Cana Brava _____ 12 ___
> Dahy a fazenda da Serra de Sima _____ 5 ___
> Dahy a fazenda de Faz tudo _____ 5 Légoas
> Aquy nestas fazendas acabam as povoações
> antigas e principião as novas depois que se abriu
> o caminho para os Goyazes.
> Do Faz tudo ao Ribeirão de São João _____ 5 ___
> Dahy a Santa Rosa _____ 7 ___
> Dahy aos Bezerras _____ 5 ___
> Aquy a estas fazendas em sahir mais três
> estradas, hua de São Romão pello Paracatu
> asima; outra da Barra do Rio das Velha;
> outra das Minas Geraes que busca o Abayté.
> Dos Bezerras a Lagoa Fea _____ 4 ___
> Dahy a Bandeyrinha _____ 4 ___
> Dahy a João da Costa _____ 4 ___
> Dahy ao Monteiro _____ 2 ___
> Dahy ao Sobradinho _____ 3 ___

Dahy às Três barras _____ 3 ___
Dahy aos Macacos _____ 7 ___
Dahy ao Ribeirão da Area _____ 5 ___
Dahy ao Corumbá que não está povoado _____ 5 ___
Dahy ao Arrayal da Meyaponte _____ 3 ___
Deste Arrayal ao dos Goyazes de cavallos carregados ____ 10 dias
Dos Goyazes ao descoberto dos Corichaz _____ 14 dias
Do Arrayal da Meyaponte ao do Maranhão _____ 8 dias
Do Arrayal do Maranhão aos Corichaz _____ 8 dias
Do Arrayal do Maranhão à campanha dos
Tocantins _____ 8 dias_
Da campanha dos Tocantins ao Paranan, fazendas
de gado [~~Estrada nova~~ riscado] _____ 6 dias_
Da campanha dos Tocantins por outra estrada também nova
as terras novas fazendas de gado _____ 8 dias_

(AHU-GOIÁS 0008)

Após a descrição do roteiro, que também inclui lugares não percorridos por José da Costa Diogo e seus camaradas, ele lembrou e anotou que, no ano de 1732, uma bandeira, contando com 50 pessoas entre brancos e escravos, saiu em busca de descobrimento de ouro. E que até novembro de 1734 não havia mais nenhuma notícia dela, julgando todos que ela havia sido vencida pelos índios.

Esse comentário mostra-se importante porque reforça a permanência de bandeiras mineradoras como forma de prospecção aurífera no território goiano, mesmo depois de estabelecida a administração reinol como extensão da capitania de São Paulo. Prescinde-se, porém, nesse momento, das cartas emitidas pelos governadores, que autorizavam as bandeiras. Por esta razão sente-se José da Costa Diogo também autorizado em empreender o seu novo intento.

A razão pela qual elabora um roteiro indicando o caminho que fizera até ali parece estar além das intenções comerciais de suas jornadas. Há uma preocupação em relacionar caminhos por onde ele não andou e direções diversas que se cruzam e conduzem para as minas de Goiás. Esta, porém, é a expressão mais clara que conduz a sua narrativa à condição de um roteiro de viagem. Ao se considerar que o mesmo foi escrito em Lisboa depois desses acontecimentos, em Lisboa, quando se encontrava detido, pode-se inferir que suas indicações são propícias para que se elabore uma carta geográfica, um mapa, que descreva os percursos de José da Costa Diogo de modo mais esclarecido.

3.2.2 “Copea da derrota que fiz pello Rio dos Tocantins a bayxo athe Bellem do Gram Pará” – 1734-1735

O roteiro da viagem pelo rio Tocantins empreendida por José da Costa Diogo e por seus camaradas consiste em uma descrição minuciosa do curso desse rio, entremeada dos acontecimentos ocasionados nos percalços da viagem. A riqueza de detalhes com que se indica as curvas do rio, à direita ou à esquerda, as ilhas, as praias, os travessões e as cachoeiras impressiona, levando-se em consideração que o texto aparentemente foi escrito algum tempo depois dos acontecimentos.

Foram 83 dias de viagem, narrados de modo a se considerar apenas as partidas. E, portanto, mesmo que permanecessem por mais de um dia no mesmo lugar a indicação da partida anunciava uma sequência numérica progressiva. Assim, o segundo “dia de viagem” seguiu-se ao primeiro, mas entre eles passaram-se vários dias.

Outra característica da narrativa de José da Costa Diogo é a ocultação dos nomes de seus camaradas. Em três canoas, com onze pessoas reunidas, entre livres e escravos, nenhum nome dos viajantes seus parceiros aparece no texto, além do narrador-protagonista. As pessoas com as quais se encontra são anunciadas, algumas pelo nome, sem que isso aconteça com os índios e escravos; e, por fim, os topônimos são indicados sem que se explique o modo como ele tomara conhecimento deles. Apenas em alguns casos José da Costa Diogo se preocupa em esclarecer que foram eles, os viajantes daquela jornada, que deram nomes a determinados acidentes geográficos[20].

Na terça-feira, 02 de novembro de 1734, José da Costa Diogo partiu de Santo Antônio do Campo nas proximidades do rio Maranhão, embarcando em uma canoa com alguns amigos, até alcançar o rio das Almas, que desembocava na sua margem esquerda. Ele identifica as cabeceiras do rio das Almas, em Meiaponte, e as do Rio Maranhão, na Lagoa Feia, “do caminho que vem do Rio de São Francisco”. A união destes dois rios (das Almas e Maranhão) forma o Tocantins, também chamado, por antonomásia, de “Rio Rico”. Nesse dia, navegaram passando por cachoeiras e

[20] Pode-se consultar a representação gráfica (Figura 2) do rio Tocantins, realizada a partir do relato de José da Costa Diogo, no Apêndice.

entaipadas[21], até um sítio chamado Cocaes, onde se juntaram a outros camaradas que haviam viajado por terra, “por não caberem na canoa”. Ficaram alguns dias até encontrar outra canoa e prosseguiram todos juntos.

Depois de terem andado seis léguas, “aos dois dias de viagem” (depois de terem ficado por alguns dias no sítio dos Cocaes), passadas quatro cachoeiras, chegaram à cachoeira do Salto, onde arrancharam para descê-la no dia seguinte. Aos três dias de viagem, tendo andado uma légua, tiveram de se arranchar em uma pequena ilha por causa de muita chuva. A ilha ficava em meio a um redemoinho, depois de uma cachoeira.

Como a viagem fora empreendida a partir do rio Maranhão, essas primeiras cachoeiras estavam no percurso do alto Tocantins, quando ainda não se juntara a essas águas o rio Tocantinzinho. E também por se tratar de um período em que as chuvas ainda estivessem começando, é provável que tenham viajado, nesse primeiro momento, por um curso d’água ainda pouco caudaloso.

Aos quatro dias de viagem, depois de terem passados por muitas cachoeiras e entaipadas, foram realizadas experiências mineradoras e encontraram boas faisqueiras de ouro. Arrancharam em uma coroa no meio do rio, em frente a um

---

[21] Sobre o termo “intaypadas”, entendemos que o mesmo é mais uma das muitas variações do termo *itaipava*, que assim é citado no “Dicionário da terra e da gente do Brasil: onomástica geral da geografia brasileira”, de Bernardino José de Souza. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004 (com primeira edição de 1910): ITAIPAVA: Também itaipaba, intaipaba, intaipava, entaipava, termo que geralmente designa recife que atravessa um rio de margem a margem, formando-se então correntezas ou corredeiras ou, como escreveu o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria – baixios de pedrarias (Diário da viagem da cidade de S. Paulo à praça N. S. dos Prazeres do rio Iguatemi em 1774-1775). Em Goiás, informa Couto Magalhães, chamam intaipaba; Castelnau diz que, no Amazonas, se ouve entaipaba. Ao mesmo acidente se nomeia, no Pará, travessão (vide esse termo). Definindo-o, escreve sumariamente Teschauer: “bando de cascalho ou travessão de pedras miúdas no leito dos rios”. Tratando do rio Grajaú, no interior do Maranhão, diz Carlota Carvalho, à pág. 70 do seu livro O Sertão: “bipartindo a cidade, o rio deflui, em sensível declive, por sucessivos *ita ia pavas*, que a brevidade da pronúncia modifica em itaipavas, desnivelamentos que desaparecem na cheia hibenal e cuja correnteza é vencida pelo impulso de varas no verão”. As itaipavas são chamadas pelos índios do Maranhão itaihaós, segundo Fróis de Abreu, à pág. 24 de seu livro O coco babaçu e o problema do combustível. O velho mestre João Ribeiro ensinou-me que o termo vernáculo é alpondra – uma série de pedras que permitem a passagem a seco em pequenos cursos d’água (Souza, 2004:174-175). Disto podemos concluir que a viagem de José da Costa Diogo pelo Tocantins abaixo fora realizada em um período que o rio se encontrava em baixo volume de águas, mesmo que que já tivesse sido iniciado o período das chuvas, pois o aventureiro parte de Santo Antônio no início de novembro e ainda encontra muitos bancos de areira. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu dicionário da língua portuguesa, “Novo Aurélio XXI” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999:1144) assinala: ITAIPAVA. [var. de Itaipaba] S. f. 1. Bras. Recife de pedra que atravessa um rio de margem a margem, causando o desnivelamento da corrente. [outras var.: Intaipaba, intaipava.] 2. Bras. MT V. Itupava.

grande morro. Nesse dia, teriam andado seis léguas. E essas são as primeiras ocorrências de achados de ouro, sem que por ali se deixassem ficar.

No quinto dia de viagem, depois de andarem duas léguas, acharam dois morros de campo bem próximos do rio, cada um de um lado das margens. As cachoeiras desse percurso tiveram de ser passadas com as canoas à mão. A maioria das cachoeiras tinha três canais, que tiveram de ser passadas à direita. Nessa região, também foi encontrado ouro em alguns riachos e entaipadas. Arrancharam, depois de terem andado três léguas.

Copea da derrota q̃ fiz pello Rio dos Tocantins abayxo até Bellem do Gram Pará.

Aos dous de Novembro do anno de 1734 me party do Arrayal de Sñt.ª da Lampa, chamado Lá Maranhão. Deixei o Arrayal duas Legoas, e me embarquey com alguns camaradas, em húa canoa navegando o Rio abayxo, e teria ms andado mea legoa, quando Salemos ao Rio da Palma, q̃ fica ms á pr.e es querda. Sem este Rio da Palma, duas cabeceyras ms vertem ao da mesma ponte. E do Maranhão, e duas perto da Lagoa seca, do camp.º vem do Rio de S.ª Francisco, depois deste Rio se vnirem ambos, adous toma o nome Tocantins, e por antonomasia o Rio Rico. Navegamos este dia com bom socesso, passando algũas cachoeyras, e Intaypadas; e nos vimos alancar aluemeiro chamado os cocaes, aonde achamos os outros camaradas esperando por ms, tendo seguido o seu camp.º por terra por nas caberem na canoa; E este dia andaria ms pella fralda de hũa Legoas. Neste citio nos demoramos alguns dias a deligenciar outra canoa, e logo que a achamos seguimos nossa derrota, todos juntos.

Aos dous dias de viagem passamos quatro cachoeyras, e chegando a outra mayor nos arranchamos. Do dia seguinte deixando a passagem para o Seg.º dia andariamos seis Legoas. E chamão a esta cachoeyra o Salto.

Aos 3 dias de viagem andariamos duas Legoas, e nos arranchamos por causa de hũa chuva em hũa Ilha pequena que fará o Ribeirinho de huã cachoeyra, q̃ passamos

Aos seis dias de viagem, depois de passarem por muitas cachoeiras juntas, às quais deram o nome de “as cancelas”, arrancharam-se em um cotovelo do rio, tendo andado, naquele dia, cinco léguas. Note-se que o ato de dar nome aos acidentes geográficos denota o desconhecimento que os agentes tinham do lugar e a ausência de mais informações. Aos sete dias de viagem, passaram uma cachoeira levando as canoas na mão e se arrancharam à margem direita, depois de terem andado três léguas.

Aos oito dias de viagem, chegaram a uma grande serra, bem próxima do rio e de uma roça de mantimentos lavrada por índios. Junto dessa roça, havia um grande ribeirão, onde também acharam boas amostras de ouro, que tomaram como o primeiro ribeirão da campanha do Tocantins. Uma légua depois desse ribeirão havia outro maior, também na margem direita do Tocantins. As experiências de mineração não foram efetivadas a contento, não alcançando a piçarra, devido ao grande volume das águas. Porém, também esse ribeirão foi considerado parte integrante da campanha. Nesse percurso teriam andado sete léguas. A noção de “campanha” está relacionada com as localidades em que os mineradores identificam veios auríferos que pretendiam reivindicar como direitos de “achados”, o que lhes renderia datas de ouro.

Aos nove dias de viagem, durante todo o dia, desceram o rio que era ladeado, em ambas as margens, por grandes serras, sendo tudo lageado em suas margens. Apesar das correntezas e cachoeiras, o rio apresenta neste trecho bons canais. Depois de percorrido nove léguas, foram dar em uma ilha de pedras, com árvores, perto de um cotovelo do rio que o fez virar à esquerda, e ali arrancharam.

Aos dez dias de viagem, abaixo daquele cotovelo uma “légua grande”[22]. Há outro cotovelo que a narrativa não indica a direção, em cujo estreito correram sérios riscos ao passar por um redemoinho que jogou a canoa para o lado esquerdo, sobre umas pedras, fazendo-as afundar parcialmente e obrigando-os a aportar em terra para consertá-las. Em seguida, outro estreito semelhante os levou a atravessá-lo com as canoas à mão. Depois, mais abaixo, encontraram um ribeirão à direita, que

[22] O livro “Cartografia antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas”, de M. S. Marques, assinala 30 variações nas antigas medidas de léguas, que variam entre 2 a 7 mil metros. A “légua grande” media entre 5,5 a 9 mil metros, variando entre as nações europeias. No artigo “Sesmarias: uma dádiva do rei”, de Ubirajara Carlos Mendes, ele observa: “Mas o que significava uma légua? Só em 1809 é que se fixou em 3 mil braças ou 6,6 mil metros lineares, estabelecendo-se então a extensão da légua” (MENDES, 1988:18).

consideraram o terceiro e último da campanha do Tocantins, por se informarem que também ali havia ouro em abundância, mas que também como o anterior, não foi possível realizar experiências de mineração devido ao grande volume de águas que descia dele. Pernoitaram em uma canoa no meio do rio, onde, no seu desmonte, acharam algumas faíscas de ouro. Ao final desse trecho, teriam andado três léguas.

No décimo primeiro dia de viagem, desde a saída do rancho, depois de descido uma légua do rio, encontraram um riacho e junto dele um grande ribeirão, ambos à margem direita do Tocantins. Próximo de um recife de pedras brancas nas duas margens, acharam, logo abaixo, na parte direita, uma grande baía e um riacho, mais abaixo, com muitas pedras em suas barras, onde se arrancharam, tendo andado oito léguas.

No décimo segundo dia de viagem, depois de passadas algumas entaipadas, em frente a um ribeirão à parte esquerda do rio, arrancharam, depois de terem andado três léguas. Aos treze dias de viagem, depois de terem passado por um riacho à esquerda do rio, arrancharam em uma grande correnteza, na barra de um rio que desagua à margem direita do Tocantins. Andaram, naquele dia, três léguas.

Aos quatorze dias de viagem, depois de passada a correnteza, chegaram a um riacho à margem esquerda do Tocantins. Até ali, teriam andado mais cinco léguas quando encontraram uma entaipada muito comprida. Naquele lugar cavaram e acharam pistas de ouro, decidindo-se demorarem mais um pouco. Mas, ao amanhecer, o rio tinha enchido cerca de oito palmos, cobrindo o serviço que haviam principiado. Essa entaipada fica em frente a um morro à direita, muito aguçado, a que chamaram de Pico.

As chuvas que as nascentes do rio Tocantins recebem a partir do mês de setembro e que vão se avolumando até o início do ano seguinte, acumulam-se lentamente enquanto as suas águas sobem até o mês de março, podendo alcançar vários metros acima do seu nível mais baixo. Do mesmo modo, lento, as águas escoam lentamente até chegar ao seu nível mais baixo, entre julho e setembro. Viajando no princípio do período chuvoso, somente depois de ter percorrido um bom trecho do rio, José da Costa Diogo relata a percepção das enchentes do rio Tocantins.

Aos quinze dias de viagem, depois de terem andado seis léguas de rio bom, arrancharam em sua margem esquerda, no mato. Aos dezesseis dias de viagem, depois de terem andado três léguas e chegando aos pés de uma cachoeira, viram à direita uma casa de sobrado ainda em construção, com um roçado recentemente plantado e um curral em construção, ao lado da casa. Ficaram admirados da novidade, pois não esperavam ver tal coisa por aquelas paragens. Os moradores da casa também ficaram admirados ao vê-los. Eram três brancos e alguns negros. Chegaram as canoas ao porto da casa e foram recebidos, curiosos por saber que gente habitava aquele sítio.

Os moradores do sítio, movidos pela vontade de saber sobre a jornada de José da Costa Diogo e seus camaradas, acomodaram-nos em casa e ouviram deles o que tinham passado, que andavam em diligência de descobertos de ouro capaz de satisfazê-los. Os moradores do lugar, de sua parte, contaram como habitavam aquele sertão que chamavam Terras Novas e que obedeciam à cidade do Grão-Pará, regidos pelo capitão Manuel da Costa Madureira, que tinha sido mandado pelo governador do Grão-Pará. Disseram ainda que abaixo daquela fazenda ficava a barra do rio Pernatinga (Paranã), e que sete léguas acima dela fazia barra o rio da Palma. Na forquilha desses dois rios, tinham eles a sua igreja, chamada São Félix. As fazendas daquele sertão ficavam entre esses dois rios[23].

Seis anos mais tarde, em 1741, o governador e capitão general de Goiás, D. Luís de Mascarenhas, escreve ao rei D. João V, dando notícia dos achados de ouro nas regiões de Terras Novas, Arrayas e Natividade:

> Estas Minas de prezente se achaõ com algum augmento no descuberto que se fez para a parte das Terras Novas e Certaõ chamado das Arrayas, que fica ao Nascente do Arrayal da Natividade, em distancia de quarenta e sinco legoas, pouco mais, ou menos, e ao Norte e nascente de Tocantins em distancia de sessenta. O dito descuberto das Arrayas principiou por huns Corregos de pouca duraçaõ e hum Ribeyraõ que poderia ser para pouco mais de hum anno e hoje se acha alargado, tendo-se naquella parte descuberto mais corregos, Ribeiraõ, e Chapadas, tudo com ouro de conta regularmente para jornaes de meya oitava de ouro por dia, e para muitos annos, conforme o que attestaõ os mineiros (...) (AHU-GOIÁS 0139).

[23] O rio Palma, cujo nome permanece, aflui para o rio Paranã, e este deságua no rio Tocantins. Pernatinga deve ter sido um nome atribuído à jusante deste rio, pois o nome Paranã já era conhecido e praticado à montante. Na confluência desses dois rios, encontra-se, hoje, a cidade de Paranã.

Também contaram os moradores da fazenda que, andando em busca de descobrimentos de ouro, encontraram o capitão Carlos Marinho e seus companheiros, que tinham vindo abastecer-se de mantimentos (carnes e farinhas), andando por oito a dez dias, e que na volta passaram por povoações do sertão do Paranã, nas cabeceiras do Pernatinga (Paranã), cujos habitantes das Terras Novas ainda não conheciam por terem entre eles grandes serras, e ser arriscado por causa dos índios que assaltam umas e outras povoações, dificultando o povoamento com fazendas que ficam separadas, correndo muito risco.

Quando vieram pela primeira vez, os índios do Paranã mataram algumas pessoas e roubaram um casal de crianças. Os moradores do Paranã pediram ao padre José Pires, capelão das Terras Novas, quando fosse administrar os sacramentos na Quaresma de 1735, que desse parte da situação ao governador do Grão Pará, que trouxesse algum socorro e afugentasse os índios daquelas partes.

Porque estiveram doentes, permaneceram por alguns dias na fazenda São José, demandando ao regente da fazenda, Manoel Velho de Camargo, a tarefa de buscar galinhas nas povoações antigas para lhes servir de remédio. Nas povoações mais velhas, Manoel Velho de Camargo deu parte da estadia de José da Costa Diogo e de seus camaradas ao Sargento mor Lourenço da Rocha Pita e ao padre José Pires, o que os trouxe à fazenda, onde relataram da ausência do capitão Manoel da Costa Madureira[24], que estava no rio Preto e solicitaram aos viajantes que levassem cartas ao governador do Pará, e ao bispo, em caso de descerem o rio abaixo.

Após informar que não pretendiam descer o rio Tocantins, pois o propósito era encontrar ouro, José da Costa Diogo prometeu entregar as cartas em caso de se encaminhar até Belém e tratou de obter mais informações sobre a região por onde passava. Foi então que descobriu que essas Terras Novas e Paranã possuíam perto de 200 fazendas povoadas, que por ali também se andava em busca de novos descobertos de ouro, mas que, se não cuidassem de se juntar para estabelecer a paz, o índio bravio, em grande número, era ameaça constante para despovoar a

[24] O documento AHU-PARÁ 1260, de 12 de maio de 1732, do Caminho das Povoações, trata de ofício de Manuel da Costa Madureira para o governador e capitão geral do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, sobre o povoamento da capitania do Pará.

região. O pequeno número de colonos e as distâncias que os separavam os impossibilitavam da defesa e os traziam em constante ameaça.

José da Costa Diogo soube também que os moradores daquela região esperavam por uma tropa que havia um ano tinha sido expedida do Pará, mas que não tinha chegado até ali, talvez por ter tomado outro rumo ou por ter voltado para trás. Com dezessete dias de viagem, tendo melhorado da doença que lhes acometera, a comitiva de José da Costa Diogo partiu pelo rio abaixo, ainda avistando a fazenda São José quando passou pela barra do rio Pernatinga (Paranã), que fica na margem direita do rio Tocantins.

Passadas algumas entaipadas e tendo andado sete léguas, chegaram a uma ilha de mato que teria meio quarto de légua, e logo abaixo dela, à parte direita do rio, encontraram outra fazenda. Lá foram recebidos por moradores de duas casas à beira do rio, que os saudaram com tiros de espingardas, aos quais a comitiva respondeu em demonstração de alegria.

Hospedados nessas casas, ao longo de muitas conversas, em uma delas, Pedro Gração de Barros, morador daquele sítio, lhes contou que, ao vaquejar as éguas para o curral, apareciam do outro lado do rio seis cavalos relinchando em chamado daquelas éguas à beira do rio. Convidado pelos vizinhos para examinar aqueles cavalos que viviam em terras inabitadas, atravessaram o rio juntamente com o sargento mor Lourenço da Rocha Pita e o padre José Pires, formando um grupo de 12 homens armados, campearam por mais de cinco léguas, tendo encontrado não mais que um cavalo, no que desconfiaram que se tratava de cavalos de paulistas. E, como nada mais acharam, voltaram corridos dos índios, depois de terem gastado toda a pólvora e chumbo a espantá-los, sem sucesso, pois ficaram estes índios por um dia inteiro gritando brados de guerra do outro lado do rio.

José da Costa Diogo lembrou da tropa que há dois anos havia partido com 50 pessoas nesta direção e não mais dera notícias, conforme relatou na primeira narrativa. Teria sido ela desbaratada pelos índios e eles teriam comido seus cavalos? Os moradores daquele sítio informaram ainda que passaram dois ou três dias escondidos em uma casa forte, acossados pelos índios. Lá diziam que se não houvesse ajuda ao combate dos índios, deveriam se mudar para Pernatinga, deixando a região despovoada, para ficarem mais protegidos ao lado de seus vizinhos.

Essas notícias deixaram assustados José da Costa Diogo e seus camaradas, que hesitaram em continuar a jornada. E somente depois de muito conversarem sobre o assunto, decidiram prosseguir, por entenderem que os índios não usariam canoas pelo rio abaixo, e que em caso de topar com eles, se refugiariam no meio do rio.

Aos dezoito dias de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas se despediram dos moradores daquele sítio embarcaram em suas canoas para continuar a jornada. Ainda viam a fazenda quando passaram por uma ilha de meia légua, logo após, passaram por um riacho à parte esquerda do rio Tocantins. Dali mais uma légua, encontraram o rio tomado por recifes de pedras, tendo, porém, um bom canal, por onde passaram. Depois de passarem por mais algumas entaipadas, já a quatro léguas distantes da fazenda, encontraram uma grande cachoeira, com muitas ilhas, onde gastaram meio dia para encontrar um canal, por onde passaram, vindo se arranchar ao final. Chamaram a essa cachoeira de Tropeço.

No décimo nono dia da viagem, depois de terem passado por algumas cachoeiras e entaipadas, já tendo andado uma légua, ouviram muitos gritos de homens e mulheres e que logo puderam reconhecer que eram de índios que navegavam o rio acima em sete canoas cheias deles. Os gritos se dirigiam a outros índios que iam por terra, caçando, o que lhes responderam rapidamente. Todos se puseram em canoas e voltaram pela correnteza rio abaixo e logo desapareceram.

Levou algum tempo para que José da Costa Diogo e seus camaradas, discutindo o rumo da jornada, decidissem o que deveriam fazer, se retornariam ou prosseguiriam. Considerando que o retorno os levaria de volta à grande cachoeira, o que os faria costear por terra, e isso seria mais arriscado pois poderiam sofrer alguma emboscada dos índios, resolveram seguir, não sem que alguns relutassem movidos pelo medo e a vontade de voltar atrás.

Desse lugar até quatro léguas mais abaixo, chegaram a um rio à margem esquerda do Tocantins, onde viram uma canoa com dois tapuias e logo perceberam que eles estavam de vigia. Esse era o rio Canabrava. Abaixo de sua foz, na parte esquerda, os viajantes se arrancharam em uma barreira, a que chamaram Boa Vista, depois de ter andado naquele dia por quatro léguas.

Depois de vinte dias de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas partiram de madrugada da barreira que chamaram de Boa Vista. Andaram três léguas e meia e, após uma entaipada, chegaram a uma ilha e, mais uma légua depois, um rio que desaguava à direita do Tocantins, ao qual chamaram de rio Grande. Nas proximidades da barra desse rio se avista a uma serra redonda e outras mais próximas dela. Dessas serras saia um riacho que fazia uma cachoeira, e abaixo dessa cachoeira uma légua, puderam os viajantes se arranchar em uma ilha pequena, cumprindo o percurso do dia, de oito léguas.

No vigésimo primeiro dia de viagem, depois de terem andado por três léguas, José da Costa Diogo e seus camaradas acharam um rio à esquerda, que pela imaginação pensaram ser o rio “Corucház” (Crixás) – pode-se observar que o rio Crixás já ficara bem para atrás, pela altura da atual Porto Nacional. Abaixo desse rio, encontraram uma ilha grande e, depois de terem passado por algumas entaipadas se arrancharam em uma ilha. Andaram por este dia oito léguas.

Aos vinte e dois dias de viagem, depois de terem andado por meia légua, acharam um rio à direita do Tocantins, cuja barra deságua defronte a uma ilha que fica mais encostada à margem esquerda. Logo o Tocantins faz um cordão de pedras, por causa de uma grande cachoeira, que foi ultrapassada por um canal à esquerda. Chamaram essa cachoeira de Carreira Comprida.

Depois de terem passado por duas coroas de areia e cascalho, mais à frente deram com um ribeirão à esquerda, que também acumulava muito cascalho. Ali compreenderam ser uma boa faisqueira de ouro e o chamaram de ribeirão da Água Suja. Um pouco abaixo dele havia outro, à direita. Passado esse outro, foram se arranchar daquele lado, após terem andado sete léguas.

No vigésimo terceiro dia de viagem, a uma légua do rancho em que pousaram no dia anterior, à esquerda, estva um rio a que chamaram o rio dos Mangues. Após ele, a pouca distância também à esquerda, encontraram jangadas feitas de buriti pelos índios, provavelmente para que pudessem atravessar o rio. Mais abaixo, encontraram um ribeirão e, duas léguas depois, um rio, ao qual chamaram de rio Santa Luzia[25], ficando este rio próximo de uma serra grande e comprida à direita do

[25] O dia de Santa Luzia é comemorado em 13 de dezembro, uma segunda-feira, em 1734.

rio Tocantins. Foi ali que se arrancharam mais uma vez, depois de terem andado por sete léguas.

Aos vinte e quatro dias de viagem, andaram sempre costeando a serra e passaram por duas entaipadas, chegando logo a uma ilha pequena, que da sua parte esquerda lhes acompanhava uma serra e morros, dos quais vertiam muitos ribeirões. Na barra de um desses ribeirões, que desaguava de um boqueirão que saía da serra, passaram José da Costa Diogo e seus camaradas dois dias praticando experiências e socavões à procura de ouro. Lá puderam encontrar boas demonstrações do minério, em grande quantidade.

Alguns camaradas foram mandados em diligência pelos arredores para pesquisar ouro nos riachos próximos que ficavam ao redor, e voltaram satisfeitos com os achados que conseguiram, propondo demorar-se por ali. Mas logo foi preciso se retirar, devido à grande quantidade de índios que os ameaçavam.

Esta serra acompanha o rio por seis léguas e toda ela é abundante de águas e com boas formações auríferas. Todo esse percurso do Tocantins possui seis cachoeiras, tendo sido as duas primeiras batizadas por cachoeira dos Cocaes, a terceira, cachoeira do Gentio, pois por ali encontraram vestígios de terem os índios se arranchado nos seus arredores. Abaixo dessa terceira cachoeira, encontraram tão grande quantidade de canoas, que não podiam contá-las. A quarta cachoeira foi chamada de Maquiné, e a quinta, cachoeira das Marés. A sexta e última cachoeira desse percurso foi nomeada cachoeira Grande. E do rancho de onde partiram no dia anterior até o fim deste dia haviam andado seis léguas.

Após andarem meia légua, no vigésimo quinto dia de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas passaram por dois canais pequenos que logo se juntavam fazendo um estreito comprido e, abaixo desse estreito, em uma pequena ilha, encontraram vestígios de índios que haviam saído dali há pouco tempo, parecendo terem dormido nela, pois ainda ouviam os seus gritos por toda a parte.

Um pouco mais abaixo encontraram o rio limpo e propício para a navegação. Na sua esquerda, passaram pela desembocadura de um rio e, meia légua depois, encontraram outro rio à direita, o qual chamaram rio dos Cocais. Dali a alguma distância, se encontra um ribeirão à parte esquerda, onde se arrancharam nas suas proximidades, depois de terem andado nesse dia oito léguas.

Depois de terem andado duas léguas pequenas do rancho onde pernoitaram, já no vigésimo sexto dia, José da Costa Diogo e seus camaradas encontraram um ribeirão à esquerda do Tocantins, com uma capoeira em sua barra e com boas formações de ouro. Desse ribeirão, cinco léguas depois, chegaram a uma ilhota no meio do rio, e dessa meia légua mais à frente encontraram um grande rio, o qual chamaram de rio do Sono. Foram arranchar-se abaixo dele, depois de terem andado por oito léguas.

Aos vinte e sete dias de viagem andaram José da Costa Diogo e seus camaradas por oito léguas inteiras sem mais nada encontrar que pudesse dar parte, além de uma canoa velha encostada à parte direita do rio, sendo ela bem lavrada, e parecendo ter sido construída por homem branco.

Com vinte e oito dias de viagem, tendo partido do lugar onde arrancharam no fim do dia anterior, encontraram um riacho à esquerda do Tocantins, e logo abaixo dele, à direita, encontraram uma grande quantidade de jangadas, nas proximidades de um riacho que ficava à direita, seguido de uma ilha que fica no meio do rio. Na margem direita do Tocantins, havia outra grande quantidade de jangadas e índios que gritavam excessivamente. Os viajantes apressaram-se, indo se arranchar à margem esquerda do rio, depois de terem andado naquele dia por dez léguas.

Depois de terem se desviado do rancho onde pernoitaram, a cerca de uma légua, já no vigésimo nono dia de viagem, chegaram a um ribeirão à margem esquerda do rio Tocantins, e depois um rio à direita, onde logo abaixo avistaram cerca de 400 jangadas de índios, umas novas e outras velhas. Logo adiante, passaram por um ribeirão à esquerda e dois outros próximos entre si, à direita, depois de terem andado dez léguas naquele dia.

Aos trinta dias de viagem, depois de terem andado por duas léguas, encontraram um rio que desaguava à direita, com boa formação de ouro, mas não se demoraram nele. À parte esquerda do Tocantins havia umas serras altas que se mostravam avermelhadas ao longe, de onde saíam grandes quantidades de ribeirões, todos eles com boas formações auríferas. Tomando a barra do maior deles, desceram das canoas e cavaram o riacho, achando ouro, tanto nele quanto em outro riacho próximo. José da Costa Diogo também mandou quatro camaradas e dois escravos correrem a campanha ao redor, no que gastaram quatro dias, e

requereram ao seu retorno que ali se fizesse uma casa forte e que se arranchassem, porque tinham encontrado minas permanentes por toda a região.

Como José da Costa Diogo também se achava contente com as experiências e socavões que havia feito, concordou com os demais camaradas de ali permanecer. A primeira diligência que providenciaram para a preparação da campanha foi atear fogo ao campo ao seu redor, e levantar uma cruz em louvor à Nossa Senhora de Santa Anna, em uma localidade de onde se pudesse vigiar as canoas.

Porém, toda a diligência viu-se fracassada, porque os índios perceberam a ação da queimada e se juntaram para aquela direção, fazendo com que José da Costa Diogo e seus camaradas partissem apressadamente, largando o rancho e nele alguns artifícios por causa da urgência da fuga. Também deixaram para trás duas bateias, um almocafre, uma alavanca, dois machados, um facão e uns trastes miúdos, metendo-se todos rapidamente em canoas e partindo para o meio do rio. Ao mesmo tempo, os índios gritavam assustadoramente e lançavam flechas, a que respondiam os que fugiam com tiros, sem que de nenhuma parte causasse efeito ou dano devido a distância entre eles. Por meia légua pela beira do rio, e sempre aos gritos, os índios os seguiram. Foram pernoitar em uma ilha que de comprido tinha meia légua, a três léguas desviadas das “minas de Santa Anna”.

Aos trinta e um dias de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas continuaram acompanhando as serras que apareciam em ambas as margens do rio, o que o tornava abundante de riachos que nele desaguavam. Após terem andado quatro léguas, encontraram um ribeirão à esquerda do Tocantins, saindo de uns morros muito altos, e na parte direita uma praia de cascalho muito comprida. Uma légua depois dessa praia ainda se apresentam serras altas dos dois lados do rio. Foram os viajantes dormir em uma ilha que tinha uma légua e meia de comprido, a qual puseram o nome de ilha do Morro Vermelho, ficando essa mais à direita do rio. Neste dia andaram nove léguas.

Aos trinta e dois dias de viagem, duas léguas depois da ilha do Morro Vermelho, o rio apresenta pedras no meio, e logo em seguida, uma ilha que tem um boqueirão à direita. Abaixo dela estão mais duas ilhas. Por essa paragem havia muitas pedras, mas os canais eram francos e bons. Mais adiante o rio apresentava

muitas ilhas, umas grandes e outras pequenas. Após terem passado por elas e por uma cachoeira, os viajantes arrancharam, tendo andado neste dia oito léguas.

Passando por muitas entaipadas, no trigésimo terceiro dia, depois de duas léguas de navegação, encontraram uma ilha, e mais abaixo dela duas encostas à direita, e tantas cachoeiras e entaipadas nesse trecho do rio que se fazia necessário muita experiência, pois, mais adiante, passaram por uma cachoeira muito ruim, de onde saía um ribeirão. Ao se arrancharem, os viajantes andaram naquele dia sete léguas.

Já no trigésimo quarto dia de viajem, meia légua abaixo do riacho passado no dia anterior, encontraram uma ilha e próxima dela outro riacho maior, com uma ilha pequena no meio do rio, seguida de uma entaipada muito comprida. Dessa entaipada aparecia uma ilha, seguida de uma cachoeira, e mais abaixo outra ilha que tinha uma légua e meia, outra cachoeira, e canais mais fáceis de passar à esquerda. Ao final do dia arrancharam, tendo andado quatro léguas.

Aos trinta e cinco dias de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas andaram por cinco léguas de rio bom, sem ter do que dar relação, em tal solidão e lentidão, considerando-se que os viajantes já percorreram dez léguas em um dia. O rio bom com ilhas, coroas e praias muito grandes marcou o trigésimo sexto dia de viagem, ao final do qual arrancharam depois de terem andado sete léguas.

Aos trinta e sete dias de viagem, tendo andado meia légua, José da Costa Diogo e seus camaradas perceberam à parte esquerda uma fumaça e uma canoa encostada na margem. Imaginando que seria de gente branca, gritaram. Assim que a fumaça se dissipou, perceberam que se tratava de índios bravos, pelo que decidiram prosseguir, mas foram acompanhados pelos mesmos índios, três pessoas dentro da mesma canoa. A comitiva esperou que chegassem mais perto e, assim que os índios reconheceram que se tratava de gente branca, ficaram desconfiados, buscando retornar para a margem, no que foram impedidos.

Sugerindo que se juntassem as canoas, mas se conduzindo para uma praia próxima, José da Costa Diogo os convenceu repetindo os sinais de armas desarmadas e apontadas para baixo, como fizeram também os índios com os seus arcos e flechas. Mandando tomar terra mais abaixo, desceram alguns camaradas e

José da Costa Diogo, armados, para onde se dirigiram aos índios, que ficaram assustados assim que viram as armas.

Chamando os índios e mandando as armas para as canoas, José da Costa Diogo convenceu-os de chegarem mais para perto, o que fizeram mostrando os arcos desarmados e lançando-os, juntamente com suas flechas ao chão, demonstrando que não queriam nenhum tipo de enfrentamento. Em seguida, os viajantes trouxeram um maço de missanga que tinham na canoa e deram aos índios, os quais agradeceram, presenteando-os com meio maço de flechas e passando bastante tempo juntos sem entenderem qualquer palavra uns dos outros. Nada restou senão seguirem sua viagem.

Quanto aos índios, esclarece José da Costa Diogo que tinham estes tapuias um botoque debaixo do beiço, e no beiço de cima, assim como nas orelhas, uns buracos redondos onde traziam umas tabuinhas que encaixavam, fazendo parecer as orelhas muito grandes. Seus cabelos eram cortados pelo alto da cabeça, deixando uns cabelos compridos de ambas as partes, indo até abaixo da barba. Também eram esses mesmos índios de estatura alta e bem fornidos.

Nessas paragens também havia muitas ilhas, coroas e praias, por onde andaram por oito léguas. Naquela noite, também andaram à toa por seis léguas, o que, pelas condições da viagem não puderam os mesmos dar qualquer relação. Aos trinta e oito dias da viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas, depois de meia hora de sol, chegaram a uma grande enseada na parte esquerda, de onde saía um rio muito grande, chamado rio Araguaia. Abaixo desse rio, o percurso do Tocantins se encontrava cercado por pedras e, depois de passada a primeira entaipada, achava-se um ribeirão à direita.

Mais duas léguas e meia de descida pelo rio Tocantins e os viajantes encontraram muitas ilhas, cachoeiras e entaipadas, seguidas ao final de uma ilha com uma praia grande. Antes de chegar a ela, à esquerda, avistaram um arraial de casas no mato, algumas bem-feitas, mas às quais não chegaram por não perceber pessoas que as habitavam. Ao se arrancharem na ilha, encontraram vestígios de pesca de tartarugas, o que se lhes sugeriu ter sido realizada por gente branca. Defronte da ilha, na sua parte esquerda, ficava o rio “Taquanhunas” (Itacaiúnas). Naquele dia, a comitiva andou por mais cinco léguas.

José da Costa Diogo e seus camaradas tiveram notícias, mais tarde, de que o arraial que se encontrava naquela região fora feito pela tropa que o governador daquela capitania do Pará havia mandado pelo rio acima, a qual teve como primeiro cabo o tenente coronel Luís Porates (Prates ou Porá)[26] e, como segundo, Belchior Mendes. Nesse lugar puseram em paz uma aldeia de 600 arcos que vivia pelas redondezas, mas que depois se ausentou.

Com trinta e nove dias de viagem, passaram por um rio bom, manso e permeado por ilhas e coroas. Depois de terem andado por cinco léguas, acharam umas pedras grandes encostadas à direita do rio e, mais abaixo, um recife de pedras que tomava todo o rio, mas ainda assim possuía um canal franco que permitia boa passagem. Em uma ilha que se encontrava mais abaixo, todos se arrancharam, depois de terem andado naquele dia sete léguas.

No quadragésimo dia da viagem de José da Costa Diogo e seus camaradas, seguiram todos próximos da margem direita do Tocantins, passando por correntezas, remansos, e cachoeiras perigosas. Depois de terem andado por certa distância, chegaram a uma ilha que ficava mais à direita do rio, e dali andaram mais seis léguas por um caminho muito ruim. Passado esse caminho, mais uma légua de rio bom, seguido de uma cachoeira muito grande, que tiveram de costeá-la pela parte direita do rio, onde encontraram uma canoa alagada, somente com a popa de fora e amarrada por cipós, velhos e novos.

Saltando em terra, seguiram uma picada que encontraram, andando mais ou menos a distância de três tiros de espingarda e acharam em terra duas canoas, aparentemente desbaratada dos índios. Voltando às canoas, depois de terem andado o percurso por terra, foram passando à mão por um canal pequeno e em seguida se arrancharam defronte de um arraial de casas. Nesse arraial, encontraram alguma quantidade de farinha já convalida, da qual ainda puderam fazer uso, levando em conta, principalmente, a necessidade que tinham. Nesse percurso, haviam andado sete léguas.

---

[26] Apesar de não ter sido verificado este sobrenome na documentação do AHU-PARÁ, há um comentário posterios a 26 de abril de 1740 (AHU-PARÁ 2177) sobre Luís Pora de Morais e Castro: “Provisão (cópia) do rei (D. João V) para Luís Pora de Morais e Castro, ordenando que leve à presença do reverendo vigário-geral do Bispado do Pará, os índios que, por ordem do ouvidor-geral juiz privativo ds liberdades lhe foram entregues, para serem ouvidos no Tribunal da Junta de Missões”.

Aos quarenta e um dias, principiaram a viagem lavando as canoas à mão por um pequeno braço do rio, mas, ao retornarem para dentro das canoas, uma delas virou, fazendo perder tudo o que nela se encontrava, e deixando escapar apenas as pessoas que a governava. Ali mesmo se arrancharam para depois retornar ao arraial e se prover de mais farinha.

Aos quarenta e dois dias de viagem, José da Costa Diogo e seus camaradas continuaram sua jornada sempre costeando a terra pela parte direita, por onde entraram em um braço pequeno do rio, que tem alguns saltos e cachoeiras, o que os obrigou passar à mão, descarregadas as canoas. Essa cachoeira era grande e possuía duas léguas de comprido. Na localidade, a chamam de cachoeira da Itaboca, e no fim do canal pequeno por onde passaram, à direita, encontraram uma enseada onde avistaram uma rancharia no mato. Junto dela, avistaram uma cruz, e defronte de uma coroa, outra cruz. Resolveram se arranchar um pouco mais abaixo, depois de terem andado por três léguas.

Aos quarenta e três dias de viagem, o percurso ainda foi marcado por muitas correntezas e cachoeiras, além de remansos perigosos que, ao final de seis léguas, se acabaram, formando uma praia na margem esquerda do rio, a que chamam por ali de Praia Grande. Depois de terem chegado a uma volta de um braço do rio à parte esquerda, tendo andado sete léguas, ali se arrancharam.

No quadragésimo quarto dia de viagem, passada a volta do braço do rio onde se arrancharam no dia anterior, deram com uma entaipada, e depois, com um rio bom, com bastantes ilhas e coroas, por onde andaram oito léguas naquele dia.

Aos quarenta e cinco dias de viagem, continuaram os viajantes a descida do rio abaixo, passando ainda por muitas ilhas e praias. Andaram até ali cinco léguas, e acharam, na parte direita, umas barreiras muito altas, preenchidas por uma mata densa. Logo abaixo dessas barreiras, cerca de uma légua, se arrancharam, tendo andado de todo seis léguas. À boca da noite, todos ficaram confusos ao perceber que o rio havia vazado muito, e por volta da meia noite tornou a encher. Somente pela manhã é que se aperceberam de que se tratava de maré.

Aos quarenta e seis dias de viagem, depois de terem andado por três léguas, avistaram uma casa perto do rio, e perto dela uma cruz. Animados, José da Costa Diogo e seus camaradas saudaram à distância com alguns tiros de espingarda,

motivo pelo qual a gente da casa se ausentou correndo para uma roça próxima, onde se encontrava o proprietário, que logo retornou com os demais, recebendo a comitiva “com grande amor e caridade”, hospedando-os conforme suas posses lhes permitia. O proprietário se chamava Gregório Francisco, e depois de acomodá-los, com o passar do dia lhes informou sobre a terra, onde estavam, e lhes prometeu conduzi-los até a vila de Cametá, que distava daquela localidade quinze léguas.

Chegados à vila de Cametá, José da Costa Diogo e seus camaradas resolveram passar alguns dias para descansar do trabalho da viagem, e assim que se encontraram mais dispostos rumaram para a cidade de Belém do Grão-Pará, ali chegando no dia 23 de janeiro de 1735, domingo.

Assim que chegaram a Belém, foram procurar o governador da capitania, provavelmente José da Serra, que governou o Grão-Pará e Maranhão entre 1732 e 1736 (RAVENA & MARIN, 2013:397), para lhe dar parte do que acontecera em sua jornada, narrando tudo o que lhes acontecera, e dizendo-lhe que precisavam da sua ajuda para que pudessem retornar, fortalecidos, e retomassem os descobertos auríferos que tinham feito.

As circunstâncias da viajem foram postas em dúvida pelo governador, e logo este deu evidências da sua desconfiança, alegando a ausência de ordens de Sua Majestade para expedir tropas pelo rio Tocantins acima. Alguns dias se passaram até que a comitiva conseguisse falar novamente com o governador, pedindo-lhe licença para se retirarem até o Maranhão, e dali pudessem voltar às Terras Novas, onde pretendiam chegar às minas por eles descobertas, e assim pudessem se fortalecer e dar sentido aos seus descobrimentos.

Dessa vez, mais determinado, o governador não somente não concedeu aquilo que pedia José da Costa Diogo, como também determinou que esperassem até a chegada dos navios, nos quais aguardava o seu sucessor, e ali talvez, também, ordens para mandar tropas pelo rio Tocantins acima, guiando a todos. O impedimento expedido pelo governador permaneceu intacto, desfazendo todos os efeitos da expedição até ali empenhada.

O impedimento da liberdade de todos os expedicionários permaneceu até a partida do primeiro navio que daquela capitania fosse ao reino, para onde o

governador obrigou que todos fossem mandados para dar testemunho das descobertas das minas de ouro do rio Tocantins.

3.3 MOTIVAÇÕES E DESFECHOS DA NARRATIVA

Quando se discute as condições de motivação e desfecho de uma narrativa de viagem, então já se terá ultrapassado o momento da própria narrativa, pois que somente o leitor, mesmo que neste caso seja ele próprio o autor, poderá agregar mais elementos ao escrito e cogitar tais possibilidades. É então que se decompõe em análise os diversos momentos vividos pelo narrador para se recompor em síntese os sentidos possíveis dos acontecimentos.

As condições da viagem, o extraordinário e o cotidiano dos acontecimentos vividos, aquilo que se procurava saber, experimentar, conquistar, os aprendizados para a realização de uma viagem e as motivações imediatas, como fuga do perigo, tentativa de mudar de condição social, curiosidade diante do desconhecido, são elementos que contribuem para a construção das percepções da viagem e a própria narrativa. Esses elementos também são importantes para se compreender a quem se destina a narrativa, seja como justificativa ou como constatação.

José da Costa Diogo produz uma descrição detalhada do percurso do rio Tocantins, e antes, do caminho que leva de Minas Gerais para Goiás, pelo rio São Francisco. Não é comum que pequenos comerciantes anotem seus roteiros de viagem, ainda que tornem parte das tradições orais as indicações de percursos, locais de descansos, formas de encaminhamentos das suas cargas etc. Suas anotações estão mais para o campo da contabilidade, das encomendas e outras tarefas relacionadas aos negócios (FURTADO, 2006:260).

Para o caso das narrativas de viagem de José da Costa Diogo, o privilégio para a descrição dos percursos deixa em segundo plano os acontecimentos que ele viveu durante a jornada. Trata-se predominantemente de uma descrição do espaço e, mais especificamente, do rio Tocantins.

Há na sua escrita uma necessidade de compreensão do mundo, do espaço geográfico, e mais especificamente do rio. Descreve o rio pela sua largura, por suas

praias, cachoeiras, travessões, corredeiras, comprimento e direção. Aponta o desenvolvimento do rio como quem orienta um desenhista.

Por outro lado, José da Costa Diogo não se interessou por conhecer a fauna e a flora ao seu redor, senão os acidentes geográficos, os morros, as formações rochosas e os afluentes que compunham a paisagem com o seu principal objeto da narrativa, o rio Tocantins.

As condições da sua viagem são parcamente anunciadas. O seu sofrimento e percalços decorrem das circunstâncias do rio. Tendo partido com uma canoa e demandado outras duas mais à frente para compor a sua comitiva, levava consigo mantimentos e ferramentas, essas últimas perdidas após a fuga dos índios que os perseguiam depois que perceberam a queimada que fizeram. A partir da conjunção dos rios Tocantins e Araguaia, os viajantes sugerem novos encontros com colonizadores portugueses e, apesar do modo superficial como comentam, condiz com os processos de entradas empreendidas pelo estado do Grão-Pará e Maranhão desde a primeira metade do século XVII.

O cotidiano da viagem de José da Costa Diogo é de um constante olhar para frente, seguir em frente, atento para as singularidades do rio. Mesmo que não houvesse uma vontade primeira de percorrer todo o rio Tocantins, a sua jornada é narrada em decorrência do fato de tê-lo percorrido na totalidade. A sua intenção de retornar assim que encontrasse um “descoberto” de ouro grande o suficiente para ser reconhecido benfeitor do Estado, não se confirma e não é relevante mais na narrativa. Sua jornada se transformou em uma “derrota do rio Tocantins” porque em um dado momento, provavelmente o momento em que escreve a narrativa, esse passou a ser o assunto mais importante: o roteiro.

A sua narrativa pressupõe uma unidade territorial portuguesa, uma territorialidade portuguesa, comum dos colonos que avançavam pelas regiões auríferas, vindo dos mais distantes lugares do Império português por compreender essa unidade sem as fronteiras políticas locais dos governos em nome do rei.

Os impedimentos legais de trafegar por estradas e rios de alguma maneira são tratados como determinações que são respeitadas na medida em que José da Costa Diogo se mostra querer andar dentro da lei, ponderando sempre com pouco rigor ao primeiro anúncio de que os caminhos se encontravam francos. Nesse

sentido, a aventura, arriscar-se à sorte em busca de uma vida melhor era cogitado como uma possibilidade diante de um mundo ordenado para poucas alterações sociais.

Por que narrar por escrito a sua viagem, é a questão que permite inferir sobre as motivações de José da Costa Diogo que o levaram a escrever sobre si mesmo. De algum modo suas convicções relativas ao comércio, às relações com o Estado e as interações cotidianas estão presente no texto. A mentalidade e a paisagem de Goiás no século XVIII pode ser reconhecida, considerando que estão ali alguns elementos do que se pensava sobre a mineração, sobre os governos português e paulista, sobre os sertões e sobre a vida comum do homem comum.

Porém, como se trata de uma aventura, a jornada de José da Costa Diogo não deve escapar do sentido do extraordinário que permeia a mentalidade dos seres humanos no século XVIII. Assim, as narrativas do extraordinário podem ser encontradas nos relatos de viagem, nos textos literários e no modo como se interpreta textos.

Sobre os destinos da sua escrita, pode-se pressupor que José da Costa Diogo dialoga consigo próprio, na medida em que produz uma memória do vivido, na medida em que se coloca ao mesmo tempo como narrador e personagem, olhando o mundo ao seu redor, e estranhando o diferente, tanto da paisagem como dos sujeitos, como quando se encontra com índios, por exemplo. No entanto, na sua narrativa, não há uma assertiva clara que explique o objetivo pelo qual escreve seus roteiros.

José da Costa Diogo também dialoga com outros sujeitos que estão diretamente inscritos na sua narrativa, como os moradores das fazendas, agentes do Estado, índios e moradores de vilas por onde passa. Mas incrivelmente não há espaço na sua narrativa para seus companheiros de viagem. Em nenhum momento reproduz uma fala ou uma ação específica deles e, menos ainda, seus nomes (salvo o momento em que seus camaradas “requerem” montar casa forte nas “minas de Santa Anna”). Situados no contexto das ações que compõem a narrativa, os coatores da jornada de José da Costa Diogo desaparecem diante das descrições do espaço, especialmente do rio Tocantins.

Por fim, pode-se pressupor que José da Costa Diogo estabelece um diálogo com o Estado através da sua narrativa, até mesmo porque de algum modo foi conduzido para essa situação por agentes do Estado, sem que se possa saber com precisão os recursos dos quais se valeu para escrever sobre suas jornadas. Escritos em Portugal, seus roteiros ficaram arquivados em cópias no Conselho Ultramarino, e sabe-se ainda que o geógrafo francês D'Anville valeu-se de outra cópia para compor uma carta geográfica que continha o rio Tocantins (FURTADO, 2012), por encomenda de embaixadores portugueses.

Conduzidos presos para Lisboa os integrantes da "Derrota do rio Tocantins", e especialmente José da Costa Diogo teriam ali a oportunidade de justificar as suas ações, e mais ainda, de alcançar alguma condescendência que poderia se chegar não tanto pelas honras, mas pela ausência de castigos.

Primeiro, pode-se pressupor que o objetivo primeiro da jornada de José da Costa Diogo pelo rio Tocantins é a descoberta de ouro, do que se pode valer de algum *status*; segundo, porque trafega por estradas e rios impedidos pelo Estado, e assim, escreve na esperança de justificar seus atos; terceiro, porque evidencia em seu percurso, e através dele, a ausência do Estado; quarto, porque o seu lugar de fala, a condição daquele que escreve, sugere um interlocutor ou ouvinte, sugestivamente o Estado.

Em quinto lugar, há um diálogo com o Estado porque são identificados os lugares e as pessoas nas quais se reconhece pertencer ao mundo socialmente estratificado e que José da Costa Diogo busca uma situação que lhe seja conveniente; sexto, porque faz uso de instrumentais e recursos (a escrita, o relato) que o destaca em uma condição social menos ameaçada; sétimo, porque, ao chegar a Belém, se remete à autoridade do governador para dar conta de sua viagem e entende que o governador é o sujeito apropriado para o diálogo.

Oitavo, quando aparece como o principal, por vezes o único, personagem da jornada, sendo o Estado o único "outro" com quem dialoga; nono, porque espera do Estado algo, alguma resposta ou compensação, mesmo que isso não venha explícito na sua narrativa; e décimo, porque produz em seus escritos uma relação entre a sua individualidade (e os papéis que desempenha) e a sociedade representada pela coletividade com que convive sob a gestão do Estado.

De tudo que se pode especular sobre as possíveis relações que os relatos de José da Costa Diogo estabelecem com o Estado português, destaca-se a sua utilização direta no processo de composição de uma carta geográfica pelo geógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, colaborando com o embaixador dom Luís da Cunha, impressa em 1748.

As coincidências entre o relato e o mapa são possíveis de perceber tanto para quem parte da leitura do relato como para quem observa as referências que foram citadas por D'Anville. No primeiro caso, a leitura do relato possui coincidências de termos e de ocorrências que uma rápida verificação no mapa permite a percepção da semelhança; no segundo caso, a densa pesquisa de Júnia Ferreira Furtado (2012) sobre a relação de dom Luís da Cunha e D'Anville no processo de construção da *Carte de l'Amérique méridionale*, de 1748, constatou a presença do relato de José da Costa Diogo entre os documentos de que lançou mão o geógrafo. É dessa que se trata o próximo capítulo.

4 O RIO TOCANTINS NA CARTOGRAFIA: NARRATIVAS E DESENHOS

4.1 NARRATIVAS E MAPAS

Presos assim que chegaram em Belém, no mês de janeiro, José da Costa Diogo e seus amigos tiveram que aguardar a chegada e a partida de um navio para Lisboa, para onde foram encaminhados. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino registra esparsos navios que partiam do Pará para o Reino, e no ano de 1735 somente o “Santa Teresa e São João Baptista” partiu nessa direção em 21 de agosto (AHU-PARÁ 1653).

A sorte desses aventureiros não teve o mesmo desfecho que o destino do alferes José Peixoto da Silva Braga, por volta de 1725, mas ambos foram infelizes nas suas jornadas. Silva Braga desistiu de acompanhar a bandeira de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, no seu périplo até as jazidas de ouro do rio Vermelho, embarcando em companhia de seus escravos e amigos por uma descida pelo rio Tocantins. Ao chegar em Belém, a desconfiança do governador lhe deixou ao amparo de pessoas comuns, de cuja ajuda se valeu para retornar à capitania de São Paulo pelo litoral.

José da Costa Diogo e seus camaradas formaram uma pequena bandeira com o objetivo de achar ouro no rio Tocantins, quando ainda eram poucas as notícias de achados auríferos nessa região. Mas, ao encontrar o minério desejado, viram-se acossados por índios e optaram pela fuga descendo o rio, o que lhes levou por uma longa jornada até Belém do Grão-Pará, onde foram recebidos com a mesma desconfiança pelo governador, desta vez, sendo levados presos para Lisboa.

Dez anos depois da sua jornada, Silva Braga narrou o que lembrava da sua aventura ao padre Manoel Diogo Soares, um dos jesuítas geógrafos, os padres matemáticos, enviados pelo rei D. João V para produzir um conhecimento mais apurado dos interiores que se tornavam mais populosos. José da Costa Diogo deixou registrado em dois relatos escritos em Lisboa os percursos que fizera,

primeiro de Minas Gerais para Goiás, e depois de Goiás ao Grão-Pará, pelo rio Tocantins.

Os padres geógrafos Diogo Soares e Domingos Capacci foram autores de dezenas de mapas manuscritos (CORTESÃO, 2009:243) cuja produção valeu-se principalmente das suas pesquisas empíricas e das informações que recolheram do contato com pessoas, como Silva Braga, que conheciam e tinham trilhado caminhos que não constavam em outros mapas mais antigos. Já as narrativas de José da Costa Diogo seriam destinadas aos geógrafos de gabinete, que da Europa reproduziam os pequenos "espelhos do mundo" (FURTADO, 2012), os mapas dos continentes que eram aprimorados pelas habilidades e as informações que se acumulavam, movidos pelos interesses dos Estados.

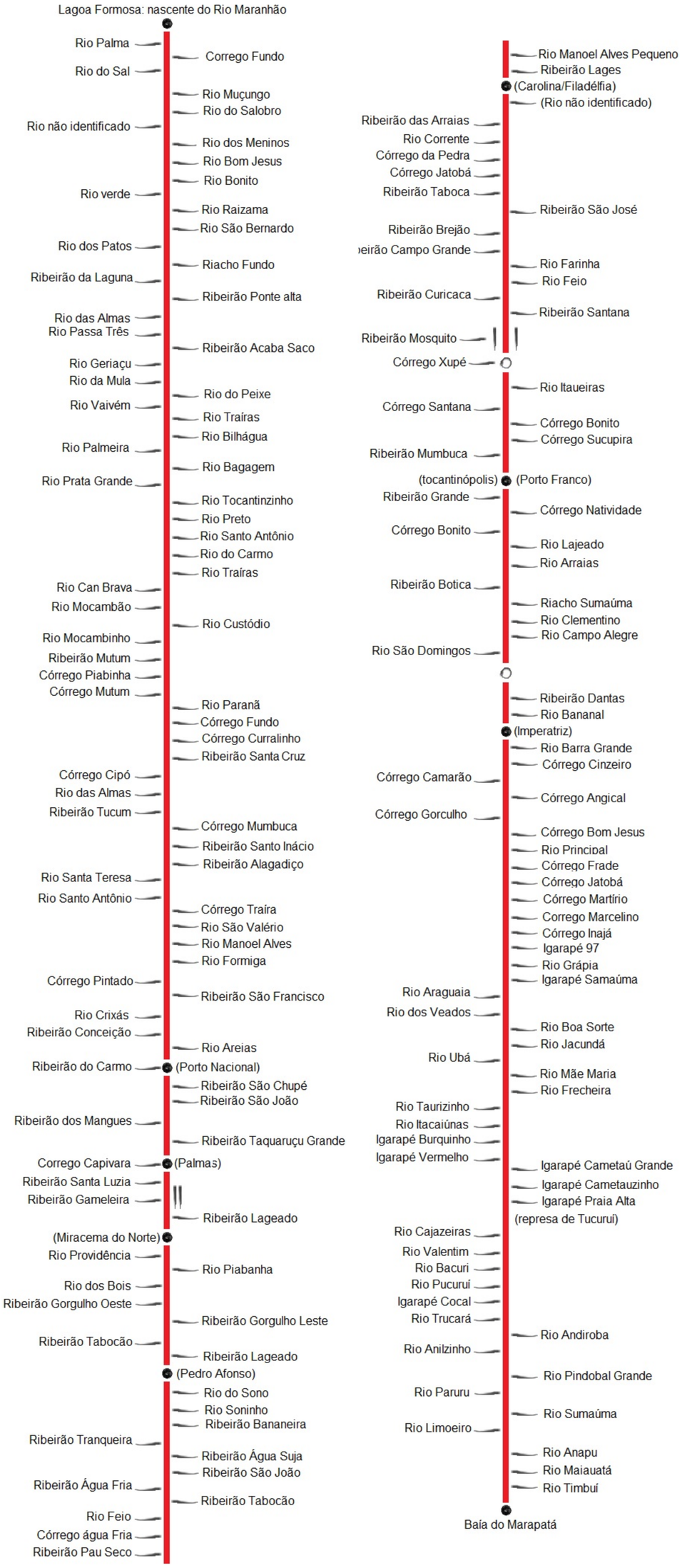
A interpretação do documento "Derrota do rio Tocantins" (AHU-GOIÁS 0012), conforme demonstrado no capítulo anterior, somente faz sentido quando complementada antecipadamente pelo documento "Derrota do rio de São Francisco" (AHU-GOIÁS 0008). Mas o destaque sobre o rio Tocantins nos permite sugerir ser este o primeiro documento que relata com detalhes o percurso desse rio e seus afluentes desde a sua nascente até a sua foz, mesmo quando se observa que a sua escrita foi, aparentemente, póstuma à experiência vivida pelo narrador.

As distâncias e os nomes de rios, sugestivamente trilhados pela primeira vez por José da Costa Diogo, impressionam, se não tanto pela precisão, ao menos pelo detalhamento minucioso do percurso com as suas cachoeiras, praias, ilhas e travessões. Sem que se possa afirmar que José da Costa Diogo valeu-se de alguma anotação, pois não se refere a isso no texto, ou de alguma informação complementar enquanto escrevia – caso o tenha feito de próprio punho, há um rigoroso detalhamento do percurso do rio Tocantins, ao ponto de tornar monotonamente descritivo o texto, que somente aqui ou ali se refere a algum acontecimento vivido na jornada.

Legenda

1. (Rio, Riacho, Ribeirão)
2. (Cachoeira)
3. (Intaipada - Travessão)
4. (Localidade: Arraial, Sitio, Fazenda)
5. (Ilha)
6. (Morro)
7. ou (Cotovelo do rio)
8. (Roçado)
9. (Redemoínho)
10. (Canal)
11. (Estreito)
12. (Lajeado)
13. (Praia)
14. (Recife)
15. (Pedras)
16. (Ocorrência de Ouro)
17. (Índios)
18. (correnteza)
19. (Remanso)
20. (Barreira)
21. (Maré)
22. (Coroa)

O RIO TOCANTINS E SEUS AFLUENTES A PARTIR DO GOOGLE EARTH - 2015



Assim se pode ver, da montante à jusante, a descrição de José da Costa Diogo, indicando muitos rios já nomeados, a presença de moradores de fazendas na beira do Tocantins, raras localidades e os encontros com índios ou vestígios da sua presença. Assim também ficou marcado o equívoco de tomar por um arraial o conjunto de casas erigidas na península formada pela confluência dos rios Tocantins e "Taquanhunas" (Itacaiúnas), esclarecido mais adiante no texto de se tratar do acampamento militar abandonado pelo tenente-coronel Luís Porates (Prates ou Porá) e por Belchior Mendes, onde submeteram índios que foram "descidos" para Belém[27].

E foi a coincidência da ocorrência no relato de José da Costa Diogo e no mapa *l'Amérique Méridionale*, de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, publicado em 1748, da indicação deste arraial, que estabeleceu a hipótese de que este geógrafo pode ter sido leitor do relato de José da Costa Diogo. Tal hipótese se confirmou com o estudo de Júnia Ferreira Furtado (2012), onde se verificou uma cópia do relato entre os documentos pertencentes ao geógrafo.

O problema deste capítulo propõe a percepção da autoria do relato de José da Costa Diogo, a análise do rio Tocantins na cartografia da primeira metade do século XVIII e a comparação das coincidências e das diferenças entre os dois documentos, a "Derrota do rio Tocantins" e a *Carte de l'Amérique Méridionale*, com o intuito de verificar na narrativa de José da Costa Diogo as intenções de servir ao mapa sem despreocupar-se dos acontecimentos que revelam a sua experiência vivida.

4.2 A RIQUEZA DO TEXTO DE JOSÉ DA COSTA DIOGO

A considerar-se as primeiras informações sobre o rio Tocantins, quando ainda era confundido com o rio Araguaia e tratado por Paraupava ou Ibeberi, ao longo do século XVII, e os poucos relatos que apareceram, além das indicações comentadas pelos bandeirantes paulistas e pelos padres jesuítas que o percorriam a partir da sua foz, vindos de Belém do Pará, sobressaindo-se daí o relato de Silva Braga e a carta

[27] Este ponto do mapa é hoje a cidade de Marabá, no estado do Pará. Essa cidade surgiu em princípios do século XX, em decorrência do comércio da borracha do caucho e da castanha do Pará.

do padre Antônio Vieira, a “Derrota do rio dos Tocantins”, cuja autoria pode ser atribuída a José da Costa Diogo, é o documento mais detalhado e com informações mais precisas, preocupado com as distâncias e a identificação de vários pontos do rio, de que se tem notícia até o presente.

Dentre as identificações que faz dos afluentes do rio Tocantins, os termos rios, riachos e ribeirões são utilizados de tal maneira que parecem estabelecer uma hierarquia formada pelo volume de águas que trazem. O termo “rio” tecnicamente é utilizado para os cursos que recebem águas de outras fontes e deságuam em outros rios ou no mar. Assim, mesmo sem se valer dos rigores das classificações científicas, os termos estão classificados no senso comum, do qual faz uso José da Costa Diogo. Seguindo essa linha, o dicionário Caldas Aulete define “rio” como “curso considerável de agua, que tem geralmente origem nas montanhas e vem recebendo pelo caminho a agua dos regatos e ribeiras até lançar-se por uma ou mais embocaduras no mar, ou n’outro rio; grande curso de agua em geral” (CALDAS AULETE, 1925:782, V.2).

O conjunto de acidentes internos do rio Tocantins é formado pelas cachoeiras, entaipadas (os travessões), ilhas, redemoinhos, canais, estreitos, praias, lajeados, recifes, pedras, correntezas, remansos, coroas e, por fim, a maré, percebida nas proximidades da sua foz. Depois de estabelecer uma nomenclatura específica para identificar os acidentes que ocorrem no curso do rio, José da Costa Diogo emprega com algum rigor, repetindo as ocorrências semelhantes.

Impressiona tanto pela quantidade de acidentes que estão assinalados, como também pela toponímia que emprega para eles, pois, se em alguns casos fica evidente que ele está atribuindo nomes às cachoeiras e aos rios, em outros casos ele os trata por nomes que ficaram consagrados e que já eram assim atribuídos. Assim são os casos dos rios Canabrava, Crixás, Sono e Araguaia. Se fizesse anotações, talvez esses nomes não tivessem sido registrados em um primeiro momento e José da Costa Diogo foi instruído com mais informações quando escreveu o seu relato em Lisboa.

Nas margens do rio Tocantins estão assinaladas as localidades, como as fazendas, os sítios e os arraiais, além dos roçados. Os elementos naturais nas margens do rio são formados pelos morros e as barreiras. Mas, apesar de não negligenciar sobre as margens e o contexto em que o rio se insere, o relato de José

da Costa Diogo privilegia um olhar horizontal e direto sobre o rio. Suas observações são motivadas pelas ocorrências internas do rio, com as correntezas, as cachoeiras, as praias etc. Desse modo, as fazendas, sítios, arraiais e roçados são verdadeiras suspensões da narrativa, pausas que o retiram do objetivo maior: descrever o rio Tocantins.

Quando relata essas pausas no texto, José da Costa Diogo transporta-se das informações geográficas do rio para os acontecimentos e as interações pessoais com colonos e índios. Logo no fim do primeiro dia de viagem, o grupo, que partira dividido, pousa no sítio dos “Cocaes”, aguardando seus outros camaradas que partiram a pé.

Depois de passarem alguns dias providenciando uma canoa que os acomodaria melhor, prosseguiram a jornada, agora em três embarcações. A confecção de canoas e de jangadas era uma prática comum entre bandeirantes, como assinala Sérgio Buarque de Holanda, ao observar que por influência dos índios que “também nesse particular foi decisiva, deve-se, por exemplo, o emprego entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicado para rios encachoeirados” (HOLANDA, 2014:Epub). Tratava-se de uma construção pouco dispendiosa e fácil de ser abandonada “onde quer que se tornassem inúteis” (HOLANDA, 2014:Epub). Mas a jornada de José da Costa Diogo não desperdiçou suas canoas, embora não faltaram percalços que a conduzisse para isso.

Na maior parte da sua jornada, José da Costa Diogo e seus camaradas dormiram arranchados em ilhas e praias do rio, ou em travessões, nas suas margens e nas canoas, sempre buscando guardar alguma segurança, já que andavam sempre preocupados com os índios.

No oitavo dia da viagem avistaram uma roça velha, lavrada por índios, e aos 16 dias de viagem, chegaram à fazenda São José, surpresos por encontrar “gente branca” naquelas paragens. Perto da foz do rio Paranã, já pelo médio curso do rio Tocantins, José da Costa Diogo relata as indefinições sobre a administração portuguesa, se pertence à capitania do Grão-Pará ou de São Paulo. Seguindo viagem, em pelo menos três outras ocasiões foram avistados vestígios da presença indígena, principalmente de embarcações, mas também de rastros.

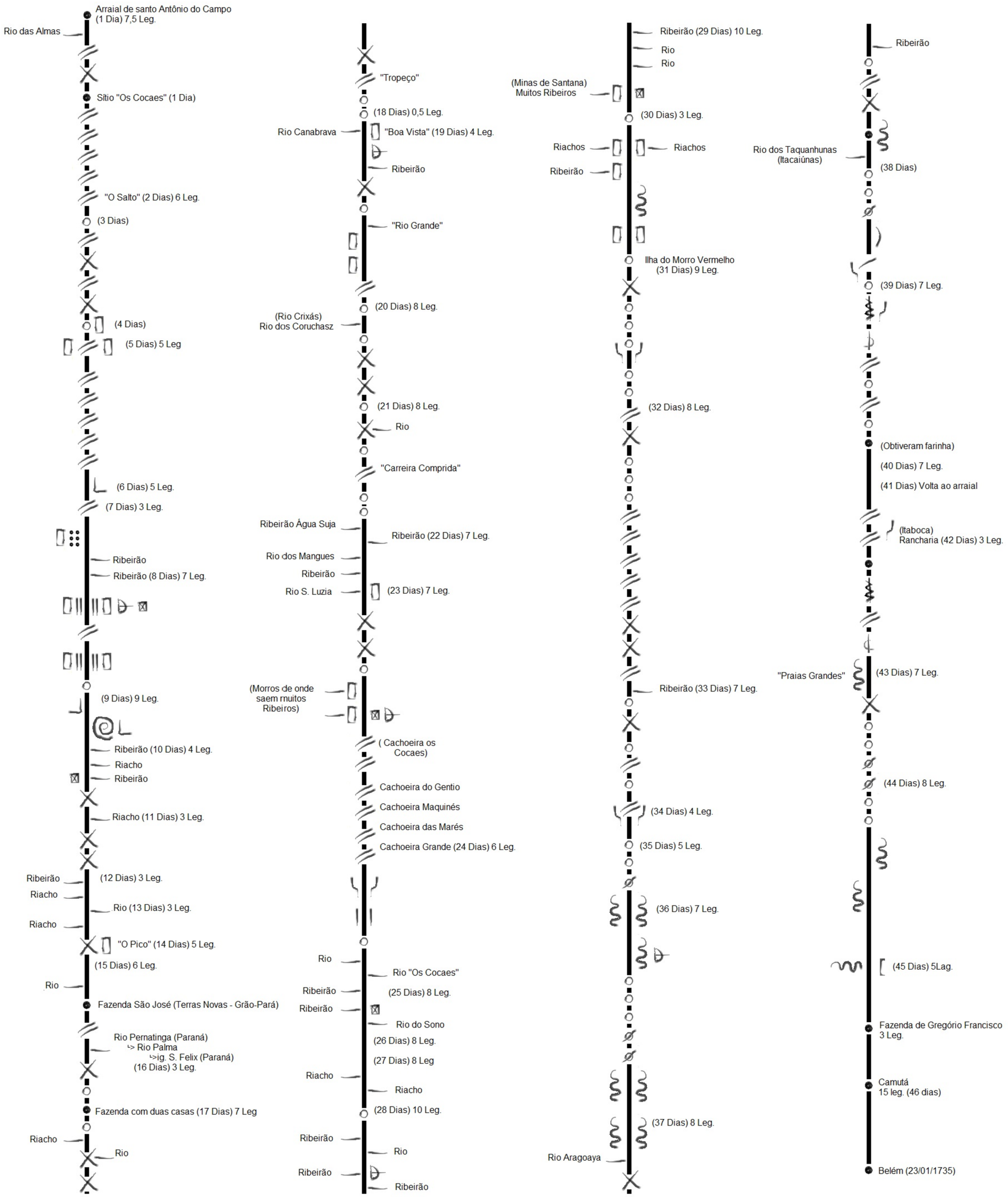
Nesse ponto, muitas informações anotadas no roteiro foram repassadas pelos habitantes daquela fazenda, principalmente naquilo que se refere à região das Terras Novas (Paranã) e a sua dependência à capitania do Grão-Pará. Isso reforça a ideia de que as anotações de José da Costa Diogo são fruto da sua observação e convívio direto com os fatos. Não há uma caderneta e a sua narrativa refere-se a acontecimentos passados, mas o conjunto de dados que organiza, interagindo a descrição do espaço, mais especificamente do rio, com os acontecimentos que vivera dão unidade ao seu roteiro.

As povoações do alto e médio Tocantins surgiram justamente depois da passagem de José da Costa Diogo e seus camaradas. Natividade e Almas em 1734, Arraias e Chapada em 1736, Pontal e Porto Real em 1738, e pelo menos desde 1733 a coroa portuguesa já definira pela incorporação dessa região à capitania de São Paulo. Mas as indefinições administrativas ainda estão presente naquele momento e o relato em questão dá notícias das disputas.

Legenda

1. (Rio, Riacho, Ribeirão)
2. (Cachoeira)
3. (Intaipada - Travessão)
4. (Localidade: Arraial, Sitio, Fazenda)
5. (Ilha)
6. (Morro)
7. ou (Cotovelo do rio)
8. (Roçado)
9. (Redemoínho)
10. (Canal)
11. (Estreito)
12. (Lajeado)
13. (Praia)
14. (Recife)
15. (Pedras)
16. (Ocorrência de Ouro)
17. (Índios)
18. (correnteza)
19. (Remanso)
20. (Barreira)
21. (Maré)
22. (Coroa)

O RIO TOCANTINS NO ROTEIRO DE JOSÉ DA COSTA DIOGO - 1735



Em seguida, aos 17 dias, sete léguas abaixo, encontraram duas casas com seus moradores, onde se hospedaram e ouviram o lamento dos fazendeiros que viviam sitiados por índios. Os encontros com os índios começam a ocorrer logo depois, aos 19 dias da viagem, quando são avistados por um grupo que viajava em sete canoas, de quem fugiram pelo rio abaixo. E dali para frente foram percebendo cada vez mais a presença, quando não de índios, dos seus gritos, das suas canoas e das suas jangadas.

Aos 30 dias de viagem, depois de encontrar grande quantidade de ouro e atear fogo no lugar para lhe facilitar o trabalho da mineração, José da Costa Diogo chama a atenção de índios que os persegue e principia uma fuga que não os encoraja mais ao retorno. Aos 37 dias, porém, um encontro em uma praia do rio Tocantins estabelece o seu contato mais direto, porém incompreensível, com os índios de quem fugiam.

Este é o último encontro com índios e o único em que tiveram contato direto. Após avistar uma fogueira e uma canoa encostada na margem, da qual se aproximaram supondo ser de colonos, reconheceram que se tratava de índios e logo se retiraram, sendo seguidos pelos mesmos, três índios, o que provocou um encontro em uma praia. Em sua narrativa, José da Costa Diogo demonstra todo o estranhamento do encontro, admirado das suas feições e do fato de não compreendê-los:

> (…) logo vimos que a fumaça se levantava pello ares, pello qual conhecemos que era Tapuya bravo; passado algum espaço de tempo, vimos que a canoa nos seguia, com tres peçoas dentro; esperamos que chegassem mais perto, e tanto que nos reconhecerão desconfiarão, e querião tomar terra, o que eu lhe empedy, fazendo-lhe sinal que chegasse, ao que elles obedecerão, com bastante receo, mostrando os arcos desarmados, e as frechas com as pontas para baxo; fazendo-lhe eu tambem os mesmos sinaes com as armas, asenando-lhe que chegassem á canoa, elles não quizerão, e atravessarão para huá grande praya que esta á mão direyta, e mandando eu tomar terra mais abaixo, saltey em terra com alguns camaradas, e armas, tanto que os Tapuyas nos virão em terra correrão para onde nós estavamos; e tanto que Reconhecerão as armas se tornavão a Retirar. Chamey por elles, e mandey as armas para as canoas; elles se chegarão perto de nós, mostrando os arcos desarmados, e lansando as frechas ao chão, dando a entender nos não querião offender; mandey Buscar hum maço de missanga, e lho mandey dar, o que elles agradecerão, dando em agradecimento meyo massame de frechas, e depois de estarmos bastante tempo com elles sem lhe entendermos palavra alguá seguimos nossa derrota. Tinhão estes Tapuyas batoque no beiço de bayxo, e no de sima e nas orelhas

> huns buracos redondos em que traziaõ huas taboynhas encayxadas que lhe faria parecer as orelhas muito grandes; o cabello cortado pello alto da cabeça deyxando huns cabellos compridos de huá e outra parte os quaes atavão por bayxo da barba. Erão estes de estatura alta e bem fornidos. (AHU-GOIÁS 0012)

O esforço de compreensão do que lhe é estranho, descrevendo os índios a partir dos seus referenciais estéticos e interpretando suas ações e gestos a partir dos seus referenciais culturais, na perspectiva daquilo que Moscovici (1976) chama de ancoragem, estabelecendo os modelos que preparam a sua ação, proporcionou a José da Costa Diogo um momento distinto dos demais, que até então vivera das informações dos ataques e das fugas precipitadas pelas perseguições dos índios.

Após a passagem pela confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, José da Costa Diogo encontra formações urbanas, primeiro, locais abandonados e outros vestígios da presença do colonizador, como cruzes e canoas. Mas é somente em Cametá, na foz do rio Tocantins que os aventureiros encontrarão a vida urbana pulsante, de onde dias depois rumaram para Belém, onde se apresentaram ao governador.

A motivação da viagem de José da Costa Diogo e seus amigos foi uma tentativa de remédio para as desventuras sofridas na intenção de fazer comércio nas minas dos Goiazes. Acusados de trafegar por um caminho proibido da circulação de mercadorias, mudaram o curso de suas vidas aprendendo a arte da mineração, intencionados na descoberta de achados auríferos no rio Tocantins. Mas, ao final, tornou-se José da Costa Diogo o autor de dois roteiros de viagens sem que o sucesso comercial e minerador o tivesse alcançado até então.

Pode-se supor que a condição de comerciante tenha-lhe dado o contato com o mundo das letras, caso tenha sido ele o escritor do texto. Note-se que os dois relatos são apócrifos, mas são narrados na primeira pessoa, tendo o autor identificado a si próprio apenas no primeiro relato; a continuidade entre os dois relatos só pode ser percebida pelo contexto e pela caligrafia.

Um grande número de comerciantes que se relacionava com o Rio de Janeiro, com a Bahia ou com Lisboa percorria o interior oferecendo produtos destinados à população mais abastada, fosse de gêneros alimentícios ou tecidos, livros, enfeites e utensílios domésticos que vinham importados de várias partes do

mundo. Na obra *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*, Cláudia Maria das Graças Chaves analisa a atuação de tropeiros que se encarregavam do abastecimento do comércio de Minas Gerais e que se articulavam com o comércio de outras regiões, movimentando grandes somas que ficaram registradas nos livros dos postos fiscais, os Registros e as Contagens (CHAVES, 1999).

Júnia Ferreira Furtado, por sua vez, em *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, observa através da intensa correspondência entre comerciantes o volume de negócios que o mercado interno das Minas Gerais imprimira logo nos primeiros anos da organização da capitania (FURTADO, 1999).

É comum encontrar entre os comerciantes, grandes e pequenos, que percorrem largas extensões em busca de produtos encomendados, a prática de anotações e a troca de correspondência. Isso nos permite inferir a possibilidade das anotações de José da Costa Diogo vir a ser de seu próprio punho. O que não se pode confirmar por definitivo, também não se descredencia por completo.

Os achados de ouro de José da Costa Diogo e seus camaradas em sua jornada pelo rio Tocantins foram anotados em seu relato de modo que identificasse a presença do minério, mas sem que se precisasse em detalhes os locais das descobertas. Consta do relato nove indicações de prospecção bem-sucedidas, que encontram desde pequenas faíscas de ouro até retiradas de bons volumes. Mas de todas elas nenhum resultado definitivo, senão a indicação dos locais, resultou a jornada, tendo perdido todas as amostras desde a última fuga dos índios.

Entre os quatro e cinco dias de viagem, foram identificadas boas faíscas de ouro, e essa primeira informação animou a jornada dos mineradores. A primeira informação que José da Costa Diogo anotara na “Derrota do rio São Francisco”, ao vir de Minas Gerais para Goiás, quando decide aprender o ofício da mineração, é de que o rio Tocantins é chamado, por antonomásia, de “rio Rico”. Portanto, ainda que não tenha sido declarado oficialmente algum ponto de mineração neste rio, as notícias da sua capacidade mineralógica são promissoras.

Aos oito dias de viagem, os achados de ouro foram suficientes para que os viajantes decidissem ser esses os primeiros dois pontos que identificavam aquilo

que chamaram de “Campanha do rio Tocantins”; e até o décimo dia da viagem teriam identificado o “terceiro e último da campanha dos Tocantins”. Assim José da Costa Diogo informa ter encontrado ouro ainda na região do alto Tocantins, o que não tardará se confirmar ainda na década de 1730.

Outros achados de ouro se seguiram, como o que ocorreu aos quatorze dias da viagem, em uma coroa do rio. Eles lá pernoitaram para explorar melhor no dia seguinte, mas se depararam com uma enchente inesperada que desanimou o trabalho. Vieram outros achados aos vinte e dois e vinte e quatro dias da viagem, com ouro encontrado em pequenas faíscas em várias partes do rio.

Os maiores achados de ouro vieram depois de terem passado pela fazenda São José, nas proximidades do rio Paranã, eventos ocorridos entre o décimo sexto e décimo sétimo dias. Encontraram ouro em grandes quantidades nas proximidades do rio do Sono, já estando os viajantes no médio curso do rio.

No trigésimo dia da viagem, aconteceu o grande achado de ouro, ocasionando a decisão de fixar morada e permanecer ali, sugerindo o fim da jornada, como se pode notar na narrativa de José da Costa Diogo:

> Aos 30// Deste Rancho duas legoas fica hum Rio á parte direita com boa formação de ouro mas não fizemos cazo delle, e a mão esquerda avistamos huas Serras altas que mostrão ao longe Serem vermelhas, das quaes sayem quantidade de Ribeyros, todos com boa formação, e tomando a barra do mayor Saltamos em terra e mandey dar hú sucavão no Riacho, em o qual se achou ouro, e mais dentro dey outro, e no em tanto mandey quatro camaradas, e dous escravos correr a campanha, no que gastamos quatro dias e no fim dos quaes me requererão os camaradas fizessemos caza forte em que nos arranchassemos porque tinhamos minas permanentes em toda a campanha. E eu a quem tambem Não tinhão descontentado, pella experiencia que tinha feito nos socavoens que dey, convim no parecer dos mais. A primeira diligencia que fis foy largar fogo ao campo, e logo na parte mais conveniente levantey huá cruz em Louvor da Senhora Santa Anna, em parte donde pudesse vigiar as canoas; mas toda a deligencia foy baldada, que como o Gentio viesse a reconhecer o fogo se ajuntou, e nos foy preciso largar o rancho, largando nelle alguns arteficios, por cauza da brevidade com que nos retiramos os quais forão duas bateyas, hum almocafre, e huá alavanca, e dous machados, e hum facão, e alguns trastes miudos; e nos metemos ao meyo do Rio ao tempo que o Gentio chegava a beira delle dando urros que fazia tremer a terra, largando frechas, a que respondemos com alguns tiros, mas de parte, a parte sem nenhum effeito, por cauza da distancia, e nos Seguirão meya legoa pella beyra do Rio Sempre gritando, e viemos pernoytar em huá Ilha que terá de comprido meya legoa, e tres desviada das Minas de Santa Anna (AHU-GOIÁS 0012).

A fuga e a decisão de não retornar mais pelo rio acima foi o desfecho da campanha do rio Tocantins empreendida por José da Costa Diogo e seus camaradas. Esse fato resultou na chegada à Belém, a ida forçada para Lisboa e os dois relatos com os detalhes dos caminhos que percorrera.

Como se pode observar, a narrativa de José da Costa Diogo entrelaça uma escrita técnica, marcada pela identificação de acidentes geográficos descritos com uma precisão amadora, sem medições ou descrições exatas. Mas mostra-se insistente e monotonamente presentes no texto, configurando-se uma narrativa da experiência vivida nos percursos que desenvolvera, de Minas Gerais para Goiás, e dali até o Pará, marcada pelos encontros com outros tropeiros, com fazendeiros, com comerciantes, com agentes da coroa e com índios[28].

As narrativas de José da Costa Diogo não configuram uma obra, pois elas constituem um conjunto de informações destinadas a auxiliar a concepção de uma obra, que viria a ser uma carta geográfica, um mapa, que atualizaria o conhecimento sobre o interior da América portuguesa, notadamente a região do rio Tocantins. Nesse sentido, não há uma obra e não há um autor, mas há um informante, um relator do percurso do rio com seus acidentes geográficos, suas distâncias e outras qualidades do espaço. Esses dados poderiam ser informados por qualquer um que estivesse capacidado e fosse movido por vontade própria ou induzido por quem necessitasse de tais informações.

A “individualização” do sujeito que produz o conhecimento, a literatura, seria prescindível, e não haveria aqui qualquer razão para que se discutisse a condição de autor e de autoria (FOUCAULT, 2009:267) das informações que descrevem os percursos dos caminhos de Minas Gerais para Goiás, e dali pelo rio Tocantins até Belém do Pará. Somando-se ao fato de se tratar de textos apócrifos, os relatos em questão não deveriam ser considerados do ponto de vista da autoria.

Por que razão, então, dever-se-ia trazer essa questão, se a noção de obra, como o conjunto de tudo o que o autor disse, como pressupôs Michel Foucault (2009) não confere essa condição aos textos de José da Costa Diogo? Seria

[28] A análise das experiências vividas por José da Costa Diogo e seus camaradas no percurso de Minas Gerais a Goiás (a “Derrota do rio São Francisco”) está publicada em ROCHA Jr; VIEIRA Jr e CARDOSO, 2006.

possível inferir a condição de autor, ainda na perspectiva de Foucault, como suporte da obra, como alguém que assume a responsabilidade pelo dito ou pelo escrito (FOUCAULT, 2009) ao relator dos roteiros apresentados nesse estudo?

Michel Foucault ressalta que a importância de quem fala ou escreve instala o problema ético da indiferença que a obra impõe ao autor, pois é desse modo que a exigência do autor está colocada para a obra: alguém prescindível, mas que pode assumir responsabilidades sobre ela (FOUCAULT, 2009). E esse ponto se apresenta para os relatos de José da Costa Diogo na medida em que ele, mais que os seus camaradas, se insere na narrativa como um personagem que vive o périplo mal fadado da procura de ouro pelo rio Tocantins.

As informações contidas no relato somente foram possíveis de serem escritas porque o informante viveu uma série de acontecimentos que se desenvolveram no espaço retratado. José da Costa Diogo é narrador do que viu, e viu porque escolheu, nas circunstâncias em que viveu, remediar a perda da sua mercadoria encontrando ouro no rio Tocantins, no "rio Rico", como diz, repetindo o bordão corrente.

Ao falar em primeira pessoa – por vezes na terceira pessoa – José da Costa Diogo torna-se tanto o autor como o personagem de uma experiência de vida. Assim principia o primeiro documento: "Estando eu José da Costa Diogo, e Joaquim Barbosa e outros mais camaradas em o Rio de Sam Francisco para Seguirmos viagem para as minas do Serro do Frio com alguns cavalos carregados..." (AHU-GOIÁS 0008). O segundo documento principia do seguinte modo: "Aos dous de Novembro do anno de 1734// party do Arrayal de Santo Antônio do Campo, chamado lá Maranhão. Deste Arrayal duas legoas me embarquey com alguns camaradas em hua canoa navegando o Rio abayxo…" (AHU-GOIÁS 0012).

Dessa forma o autor-personagem estabelece um caráter autobiográfico ao seu texto. Qualquer que tenha sido a exigência que fora imposta a ele, queriam saber sobre o caminho de Minas Gerais para Goiás, e sobre o percurso do rio Tocantins. E ele poderia ter escrito um relatório em forma de tópicos que indicasse o percurso, à semelhança do que fez ao final do primeiro documento. Mas José da Costa Diogo conta a sua história, narra acontecimentos da sua vida que explicam e justificam como e porque se encontrava ali, naquele momento.

Escrever sobre si mesmo, porém, não é garantia. Como observa Michel Foucault (2009), o sujeito que escreve também morre, perde a sua individualidade e a integridade da sua subjetividade na escrita. A existência do autor apaga o sujeito por trás do texto.

O texto é apócrifo, mas de autoria reconhecida, suscita essas questões. Por que José da Costa Diogo não o assina? Foi mesmo ele quem escreveu? O mais provável é que as exigências que lhe foram impostas acompanharam o sigilo e o anonimato. O sigilo ficava garantido pelo recolhimento do texto entre os documentos da diplomacia portuguesa, contendo inclusive uma cópia de posse de dom Luís da Cunha, da qual se serviu o geógrafo D'Anville, e provavelmente outras cópias mais, pois estas de que nos servimos, que estão recolhidas no Arquivo Histórico Ultramarino e também são cópias.

Quanto ao anonimato, José da Costa Diogo não se deixou esconder, protagonizando uma história, e esse foi o modo que escolheu para descrever os percursos que percorreu no Brasil Central. Nesse sentido, foi um autor porque se responsabilizou pelo texto; porque estava presente no discurso; porque o texto fazia sentido com a sua presença; e porque se projetou no texto, trazendo para ele a sua experiência (FOUCAULT, 2009).

Existiu um José da Costa Diogo e ele viveu uma experiência que transita entre o extraordinário e o cotidiano, percorrendo e narrando a sua jornada pelo rio Tocantins. Assim como ele, as incursões pelos sertões de pequenos negociantes que acompanharam a formação dos pequenos povoados em torno da atividade mineradora e participaram do longo processo de "interiorização da metrópole" (FURTADO, 2006) formaram o conjunto de saberes sobre o espaço do Brasil Central que ensejaram as interpretações cartográficas que vieram depois.

José da Costa Diogo aparece como um personagem cuja história não apresenta de modo claro um começo e um fim, mas personifica o homem comum (e em geral sem história) das regiões mineradoras do Brasil Central nos setecentos, alçado por um acontecimento extraordinário que lhe impôs assumir uma narrativa descritiva de caminhos e espaços territoriais pouco conhecidos da administração colonial portuguesa. Assim, seu discurso reforça o sentido de territorialidade portuguesa: a confirmação do conhecimento do espaço acompanha a verificação da presença de súditos portugueses nele.

4.3 O RIO TOCANTINS NOS MAPAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

A inutilidade que passou a ter as informações cartográficas da Idade Média está relacionada com os novos interesses da cartografia na modernidade. Isso quer dizer que, por predominar o interesse medieval pela produção de um conhecimento de cunho religioso e esse conhecimento orientar a produção cartográfica, a necessidade de informações políticas e econômicas da modernidade não se satisfaz com o saber da cartografia medieval.

Dessa forma, o cálculo e a precisão são elementos necessários para essa revisão paradigmática. E novas tecnologias hão de responder aos novos problemas propostos para esse novo modelo. Os mapas dos séculos XV e XVI, ao mesmo tempo que subsidiam os descobrimentos de novos territórios e caminhos ignorados dos europeus, também justificam a autoridade reivindicada para o domínio político e comercial sobre esses territórios.

Os mapas antigos, porém, sempre foram tomados como pontos de partida para a cartografia que lhes sucedia, e assim o medievo dialogou com os mapas da antiguidade e a modernidade, com as concepções de mundo que lhes eram anteriores. Joaquim Romero Magalhães sugere que “o peso do antigo não deixa de estar presente” (MAGALHÃES, 2011:39). E isso também significa dizer que as semelhanças e repetições nos mapas estão relacionados às filiações conceituais e ideológicas dos geógrafos com os seus contemporâneos ou os seus antecessores, embora às vezes abordando-os em outra perspectiva do que uma simples cópia – a centralidade do Mar Mediterrâneo é um bom exemplo dessa situação.

Os continentes agregados e circundando o Mar Mediterrâneo, da Antiguidade e do medievo, foram sendo alargados e outros acrescidos, a partir do mapa de Cantino (1502), para representar as novas distâncias, os novos territórios, as novas rotas do comércio e, do mesmo modo, os novos domínios territoriais para onde se expandiam os reinos europeus. Até a primeira metade do século XVII, as grandes porções de terras continentais já terão sido conhecidas e identificadas no processo expansionista europeu e descritas nos mapas.

Como uma escrita específica, o mapa possui uma “caligrafia” própria, assim como um estilo e um gênero textual particulares, ainda que relacionados com o tempo e o contexto em que foram produzidos. O século XVI já havia inaugurado essa nova linguagem dos mapas, com a observação astronômica, a “expulsão de Ptolomeu” e com os “desenhos tirados do natural” (MAGALHÃES, 2011:42).

A produção de atlas desde o século XVII, famosa entre holandeses, franceses, ingleses e portugueses, tornava o assunto da geografia do mundo mais próximo de leitores cujo poder aquisitivo e condição social permitiam a satisfação da curiosidade. Colecionadores viam neles objetos de reforço dos *status* de poder e de sabedoria (BURKE, 2003).

A estabilidade política da Inglaterra e da França na segunda metade do século XVII, com o fim das guerras religiosas e civis, e a ascensão de Luís XIV na França (1661) e de Charles II na Inglaterra (1660), trouxe consigo o crescimento econômico dos dois países e um crescimento da população letrada, consumidora de informações, nas quais constavam os mapas, que apareciam nas vitrines, nos cafés e principalmente nos Atlas, pelas bibliotecas particulares, tornando possível o conhecimento espacial da terra, inclusive aos analfabetos, de uma forma mais ampla (PEDLEY, 2007:16).

A produção em massa dos mapas gavados e impressos em placas de cobre permitiam a impressão de até mil mapas por matriz, ainda que fosse esse um trabalho artesanal de um geógrafo. A singularidade desse trabalho fazia acompanhar o mapa de um texto explicativo, e a assinatura do geógrafo garantia inclusive algum *status* ao comprador, ou em caso contrário, de que se tratava de uma cópia (PEDLEY, 2007:16).

No processo de construção do conhecimento sobre o espaço, a toponímia exerceu um importante papel, juntando-se com a natureza e as divisões políticas de fronteira, que assim como a biodiversidade também participavam dos mapas. Mas a toponímia possui na cartografia moderna uma dinâmica específica, com grandes variações, que vão desde os processos históricos que mantém ou modificam os nomes de lugares e acidentes geográficos, até a língua com que opera o geógrafo para representar o mapa.

Produzida nos gabinetes, a cartografia moderna até o século XVIII na Europa valeu-se das notícias e dos relatos que chegavam das conquistas e das aventuras patrocinadas pelos estados europeus. Tratava-se, portanto, de atividade ligada aos interesses de reinos e de poderes econômicos. Mesmo os planisférios que muito foram difundidos nos atlas publicados para a venda, o constante cadastramento das novidades que chegavam e davam novas feições a territórios distantes, eram filtrados. Há uma expressão de totalidade, de nomeação completa do mundo em cada mapa, mas sempre havia, e há, escolhas sobre os modos que as informações que foram escolhidas para representar a realidade serão apresentadas.

Havia dois tipos de cartógrafos[29]: os topógrafos e os geógrafos. Os topógrafos iam a campo e produziam mapas a partir da observação pessoal; os geógrafos ficavam nos ateliês, produzindo mapas, em geral de menor escala, a partir de mapas publicados, de descrições de viajantes e exploradores, e das informações dos mapas dos topógrafos. Um ofício, em ambos os casos, que se aprendia de modo artesanal, e em geral ligado à família (PEDLEY, 2007:17).

Os geógrafos franceses, tanto topógrafos como geógrafos, aprendiam seus ofícios no sistema privado e no exército francês. Eles produziam seus trabalhos com iniciativa própria, confiando ao gravador apenas o trabalho artesanal. Com negócio próprio, montavam suas lojas, onde também vendiam mapas encomendados de geógrafos ingleses, alemães e holandeses.

Os “geógrafos de gabinete” eram preferidos aos topógrafos no comércio dos mapas, por se considerar que seu trabalho era mais atualizado e colidia diversas fontes. isso acabou por garantir o domínio familiar sobre o negócio, como é o caso de Guillaume Delisle, que herdou do pai e repassou ao genro o título de *premier geografe du roi*, título que outros nomes como D’Anville e os Vaugondy pai e filho também receberam.

> O nome de qualquer desses geógrafos em um mapa com a marca de aprovação real funcionava como um comprovante de “bom mapeamento” para o comprador. Enquanto ambos vendiam seus mapas na França e no exterior, os mesmos eram muito copiados e plagiados por outros (PEDLEY, 2007:18).

[29] Deve-se observar, porém, que o termo cartógrafo tem origem no século XIX, e que geógrafo é o termo generalizado no século XVIII para se referir aos elaboradores de mapas e cartas geográficas.

Nesse contexto, esses geógrafos souberam reunir uma educação centrada no ensino da matemática, típica do ensino jesuítico dos séculos XVII e XVIII, com o estudo da história e da história natural, e a grande produção de memórias, relatos de viagens e documentos de Estados sobre conquistas territoriais que ainda figuravam desconhecidas. “Eles apresentaram seus trabalhos para os membros letrados da sociedade [as academias de ciências e belas letras] (…) nas assembleias de cientistas amadores e nos de patrocinadores nobres que examinavam e debatiam os resultados” (PEDLEY, 2007:19 e 20).

O ensino na Inglaterra do século XVIII não favorecia uma formação mais ampla de geógrafos, como ocorria na França. Mas ainda assim o comércio de mapas, mais abundantes e baratos, era movimentado por um domínio de gravadores (PEDLEY, 2007:21). Também os instrumentos científicos adequados para a cartografia favoreceram os ingleses e atraíram geógrafos de outros países, além de demandar a exportação a pedido de profissionais estrangeiros.

Jeremy Black observa que, quanto mais se usavam mapas, mais crescia o interesse por eles, pela instrução de geógrafos e pela necessidade de aprimoramento das informações cartográficas. “Havia uma ênfase crescente no que era visto como precisão; na representação, no mapa em duas dimensões, de características que estivessem tanto corretamente proporcionais como na correta localização relativa” (BLACK, 2005:42).

A maioria dos geógrafos ingleses era membro da *Royal Society* e seus trabalhos eram ali apresentados. Contendo poucas anotações, em geral nos próprios mapas, acompanhavam os franceses com as preocupações em determinar melhor as longitudes e o formato da terra. Com poucos incentivos dos monarcas, a cartografia desenvolveu-se mais pelo comércio que pelo mundo dos estudos.

Mais baratos e acessíveis, os mapas podiam ser encontrados entre os comerciantes de livros e entre os gravadores, ou até mesmo comprados diretamente com os geógrafos, em regiões das grandes cidades identificadas com o comércio livreiro.

Os conflitos internos entre as casas dinásticas da Europa estimulavam o comércio de mapas entre militares, funcionários dos governos e comerciantes, interessados em se atualizar dos novos formatos políticos dos reinos. Também as

explorações e descobrimentos de terras e águas desconhecidas para os europeus funcionavam como estímulos para novos investimentos colonialistas (PEDLEY, 2007:23). Por outro lado, a compreensão do mundo e do universo havia sofrido grandes alterações desde o século XVII e muito se estimulava o debate sobre vários temas, como o tamanho e formato da Terra, a localização exata de um lugar no globo, a inserção do planeta no Sistema Solar etc. Os mapas também acompanhavam essas discussões e se esforçavam para representá-las através de cores, contornos que expressavam profundidade e altura, e outras formas gráficas.

A ilustração dos mapas e a sua representação gráfica também atraía consumidores interessados em seu caráter decorativo, seja pela admiração ao exótico, ou ao desconhecido, sempre representados por figuras ou expressões (*terrae incognitae*) que chamavam a atenção.

A cientificidade que o século XVIII passou a atribuir ao conhecimento mais elaborado implicou no cuidado com o "fato" expresso nos mapas, das distâncias, as proporções e a verificação das ocorrências geográficas serem expressas sob um conjunto de códigos coerentes. "Mesmo se o mapa não fosse inteiramente "científico" (observado e medido) em sua construção, seu título assegurava ao comprador que era baseado nas 'mais recentes observações astronômicas'" (PEDLEY, 2007:25).

O cuidado com a gravação, com a linguagem e a legibilidade, e o vínculo dos geógrafos com academias e sociedades científicas também funcionavam como atrativos para o comércio desses registros. Considerando que o uso de mapas entre comerciantes, funcionários e militares era considerado uma necessidade, não se tornava muito dispendioso o consumo de mapas avulsos, globos e mapas entre eles no século XVIII. Ademais, a cópia de mapas alheios diminuía aos gravadores o custo da produção por não incluir o geógrafo no processo produtivo (BURKE, 2003).

Ao se observar um mapa produzido na modernidade, fosse ele manuscrito ou impresso, algumas características podiam ser elencadas para a verificação da sua forma geral e, em especial, para o modo como representava uma determinada região ou um acidente geográfico. É assim que se busca verificar nos mapas da primeira metade do século XVIII suas características gerais e o modo como o rio Tocantins se encontra retratado, perscrutando, desse modo, não exatamente a

informação que possuía o geógrafo, mas principalmente aquela que quis trazer ao mapa para representar o espaço referido.

Nesse caso, observar o mapa consiste em verificar o uso de cores; os traços e as suas distinções utilizadas para designar fronteiras e acidentes geográficos; a toponímia, incluindo aí os nomes que foram empregados, bem como a língua, os tipos caligráficos, tamanho, espessura e as posições (horizontal, vertical, seguindo linhas etc. que foram utilizadas; as anotações inscritas; a cartela (quadro interno com especificações); as proporções (escalas) e as orientações de latitude, longitude, rosa dos ventos etc.; as definições de territorialidade, com divisões políticas, grupos étnicos etc.; os significados dos vazios e o uso de figuras, símbolos e emblemas.

Pretende-se assim encontrar não um “nível” de conhecimento corrente entre os mapas que circulavam entre estudiosos, governantes e negociantes europeus, mas quais informações foram consideradas importantes de se divulgar e saber sobre o interior da América Meridional. Para tanto, consideram-se três mapas impressos entre os anos de 1719 e 1750, representando a diversidade da cartografia desse período por sua origem.

4.3.1 Guillaume Delisle e a Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones – 1708

Guillaume Delisle (1675-1726) tornou-se bastante popular devido aos seus acurados mapas da Europa, tendo também produzido versões das Américas e África. Seu pai, Claude Delisle, foi primeiro geógrafo do rei, posto que ele também ocupou. Seus mapas foram muito populares e inovadores, tendo introduzido novos métodos, como a utilização de escalas de medidas, e a paisagem como atrativo – e não como um complemento que oculta o desconhecido no território representado. Valeu-se também de muita pesquisa em livros de viagem, produzindo muitas anotações que foram publicadas nos periódicos da Academia Real, da qual ele era membro (www.cartografiahistorica.usp.br, acessado em 16/08/2015).

A sua “(Composite) Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones: Carte du Paraguay, du Chili, du Detroit de Magellan &c.” produzida sob os auspícios da Academia Real de Ciências, com o privilégio do rei, em 1703, e

depois reproduzida em 1708 e 1718, foi a principal representação da América do Sul de Delisle, reaparecendo em publicação de atlas até a década de 1740 (http://www.davidrumsey.com/ acesso em 17/08/2015)[30].

O mapa divide a América do Sul em oito grandes regiões, considerando a região de "Terra Firme" como território espanhol e francês, as regiões do "Peru", "Paraguay", "Chili", "Terre Magellanique" e "Terre de Feu" como território espanhol e o "Pays des Amazones" e "Bresil – nomme cy devant Terre de Sainte Croix", como território de Portugal. Todos esses territórios estão separados no mapa por cores distintas.

Essas divisões privilegiam aspectos políticos, considerando as administrações coloniais, grandes regiões, capitanias, distritos e outras instituições políticas, em detrimento das divisões naturais pelas formações montanhosas e pela hidrografia. Os acidentes geográficos atravessam as fronteiras políticas. E, nesse caso, ainda que mantenha a indicação de um lago a "Laguna de los Xarayes", cuja cartografia pregressa concebia ser cabeceira dos grandes rios que seguiam ao Norte e ao Sul, configurando a insularidade do território do Brasil, neste mapa ele já não cumpre mais esse papel.

Outro aspecto importante é a pouca importância referida à presença de grupos indígenas nas regiões do Amazonas e do Brasil. Ainda que apareçam indicações de "nações" de tupis e tapuias[31], com poucas variações étnicas registradas, elas estão mais relacionadas com a identificação de regiões do que com a presença mesma de índios.

A hidrografia, com os cursos d'água, os lagos e os alagados, estão representados com grande destaque, aparecendo de modo desproporcional. Note-se que há uma grande quantidade de rios e lagos representados nas porções territoriais espanholas, entremeados de montes, florestas e caminhos com bastante indicações de nomes, o que sugere um conhecimento mais apurado dessas regiões. Todos os nomes ligeiramente adaptados ao espanhol ou ao português, conforme a região que lhes forem correspondentes, são anotados com destaques

[30] Pode-se consultar o mapa em anexo.

[31] Note-se que o termo "nação" no século XVIII está relacionado com "lugar de nascimento", distinguindo-se de "povo" e "pátria", que carregavam o sentido político e "país", referido à região ou território. Ver Marilena CHAUÍ, 2000.

correspondente à importância que lhes foi atribuída. Letras garrafais e minúsculas compõem a hierarquia dos topônimos e os nomes dos rios acompanham a linha desenhada para eles.

Carregada de anotações, os mapas registram toda a banda oriental e a região do Amazonas, estas talvez sejam as expressões mais características do pouco conhecimento sobre essas regiões, em contraposição com a face do Pacífico. As notas indicam a presença de índios, o desconhecimento sobre nascentes de rios, a ocorrência de desertos, a incerteza sobre a presença de rios e outras expressões de pouca informação sobre a região representada no mapa.

Há nos registros duas cartelas, uma no canto superior direito e outra no canto inferior esquerdo. A primeira dá o título do mapa, seu autor e data de realização da obra, indicando as grandes regiões e os vínculos de Delisle com a Academia Real:

> Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones dressee sur les descriptions de Herrera de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodriguez e sur plusieurs relations et observations posterieures par Guillaume Delisle, Geographe de l'Academie Royale des Sciences a Paris, chez l'auteur sur le quai de l'horloge a vigle d'or avec Privilege du Roy pour 20 ans 1703 (ver mapa anexo).

A segunda cartela acrescenta novos nomes de autores de relatos de que se serviu Delisle, no que se pode compreender a razão pela qual o território de possessão espanhola vem mais informado em detalhes:

> Carte du Paraguay, du Chili, du Detroit de Magellan &c. Dressée sur les Descriptions de PP. Alfonse d'Orvalle, e Nicolas Techo, et sur les Relations et memories de Brouwer, Narbouroug, Mr. de Beauchesne &c. Par Guillaume De l'Isle, geographe de l'Academie Royale des Sciences a Paris, Chez l'Auteur sur le quai de l'horloge avec Privilege du Roi pour 20 ans. 1703. Gravée par Liebaus le fits (ver mapa anexo).

As duas cartelas estão adornadas por figuras humanas, destacando-se, na inferior, as representações dos habitantes da Patagônia e da Terra do Fogo. No interior do território representado no mapa, porém, não há figuras a preencher os espaços desconhecidos, como predominava nos do século XVII.

Os meridianos estão representados a cada 5 graus, com os cortes de latitude indo de 270º a 360º, como também acontece com os cortes longitudinais, que vão de 0º a 10º ao Norte e de 0º a 55º ao Sul, a partir do Equador. O mapa também apresenta o mapa uma escala em léguas.

CARTE DE LA TERRE FERME DU PEROU, DU BRESIL ET DU PAYS DES AMAZONES

Dressée sur les Descriptions de Herrera de Laet, et des PP. d'Acuña, et M. Rodriguez et sur plusieurs Relations et Observations posterieures

Par Guillaume Del'Isle Geographe de l'Academie Royale des Sciences

A PARIS

Chez l'Auteur sur le Quai de l'Horloge a l'Aigle d'Or avec Privilege du Roy pour 20 ans 1703.

CARTE DU PARAGUAY DU CHILI DU DETROIT DE MAGELLAN &c.

Dressée sur les Descriptions des PP. Alfonse d'Ovalle, et Nicolas Techo, et sur les Relations et memoires de Brouwer, Narbourough, M.r de Beauchesne &c.

Par GUILLAUME DE L'ISLE Geographe de l'Academie Royale des Sciences

A PARIS

Chez l'Auteur sur le Quai de l'Horloge avec Privilege du Roi pour 20 ans 1703.

Gravée par Liebaux le fils

C. Simonneau inv. et fecit

© Cartography Associates, David Rumsey Collection

Símbolos distintos são utilizados para indicar núcleos urbanos, fortes militares, sugerindo uma hierarquia entre eles, representados por casas, igrejas e fortes pequenos ou grandes, ou ainda com formas circulares para os pequenos povoados. Quanto a cachoeiras, poucas estão representadas no mapa, assim como as intermitências dos rios estão desenhadas com símbolos.

Os grandes rios da América portuguesa são o Amazonas e os seus afluentes, o Paranaíba (provavelmente o Anapu), que parte do centro do Brasil em direção à foz do Amazonas, na Ilha de Marajó, os rios Maracu, Tapocoru (Itapecuru) e Mony (Mearim), na região da capitania do Maranhão, e os rios São Francisco, Real e Doce, que correm para o litoral Atlântico.

O rio Tocantins é representado por um curto curso que parte do interior, seguido de uma anotação advertindo que esse rio parte das cordilheiras do Brasil. Sua foz é conhecida e possui a indicação do povoado de Cametá na sua margem esquerda. Nenhum afluente é anotado, o que reforça a ideia de haver pouca informação sobre o interior do Brasil de posse dos geógrafos de gabinete, haja vista que muitos documentos administrativos e as cartas jesuítas davam conta de muitos detalhes dos sertões do Brasil.

4.3.2 Nicolas de Fer e o mapa Le Bresil dont les cotes sont divisées em Capitanieries – 1719

Nicolas de Fer (1646-1720) foi filho do editor e comerciante de mapas Antonine de Fer, e começou sua vida profissional como aprendiz de gravador, vindo se destacar mais tarde na produção de mapas atualizados, onde retratou as conquistas dos reis franceses. Em 1690, Nicolas de Fer tornou-se geógrafo oficial do rei da Espanha, Felipe V, e depois, do rei da França, Luís V.

Seus mapas divulgam o expansionismo dos reis franceses, mas também foi ele o editor de um atlas, o *L'Atlas Curieux Le Monde Des Cartes*…, publicado em 1700 e reeditado diversas vezes, o que o tornou muito popular. São centenas de mapas retratando os estados europeus e o mundo, dos quais destacamos o mapa "*Le Bresil dont les cotes sont divisées en capitanieries*" de 1719.

É bastante significativo o uso de cores para designar as divisões políticas das capitanias do Brasil, em tom avermelhado, onde se destacam desde a capitania do Pará até a de São Vicente, apresentadas em letras garrafais, em francês, demarcando, em cada capitania as suas sedes administrativas. São elas as capitanias: do Pará; Maranhão; Ceará, Rio Grande; Paraíba; Itamaracá; Pernambuco; Sergipe; Bahia de todos os Santos; Ilhéus; Porto Seguro; Espírito Santo; Rio de Janeiro e São Vicente. Neste aspecto das distinções das capitanias e entre elas e o interior da colônia portuguesa, há muitas semelhanças entre esse mapa e o do holandês Johannes Blaeu, “Nova et Accurata Brasiliae totius Tabula auctore Jeanne Blaeu”, de 1689.

Ao Sul, destacam-se os rios Paraná e Doce, este dividindo as capitanias do Espírito Santo e de Porto Seguro; aquele, passando pelas capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente. Note-se que o mapa indica ser essa capitania o limite Sul da América Portuguesa. Na região central, destacam-se os rios Real e São Francisco. Ambos nascidos no interior da colônia, para além dos limites das capitanias, o rio Real divide as capitanias da Bahia de Todos os Santos e Sergipe. Já o rio São Francisco divide Sergipe da capitania de Pernambuco. Além de ser identificado também com o nome de Parapintinga, possui uma nota em seu médio curso, indicando que ali o rio desaparece, voltando a aparecer, e continuando o seu curso para o mar.

Ao Norte destacam-se, na capitania do Maranhão, os rios Itapecuru (Taboucourou) e Mearim (Miari), entremeados por um longo (e inexistente) rio Maranhão. E na capitania do Pará, há os rios Tocantins, Pacajá, Paranayba (provavelmente o Anapu) e o rio Amazonas, todos circundando o arquipélago (Marajó) que se dividia politicamente entre portugueses e franceses.

Le Bresil, dont les côtes sont divisées em capitaineries dressé sur les dernieres relations des flibustiers et voyageurs. Par N. de Fer. Geographe de as Majesté Catolique, 1719. In http://www.davidrumsey.com/ (acessado em 01/08/2015)

Todos esses rios citados são acompanhados em suas nascentes de representações de cadeias montanhosas indicativas de terras altas, de onde surgem os rios, e alguns deles são representados com outros rios que lhes são afluentes. Há um exagero na representação do rio Paranayba, cuja nascente se aproxima, no mapa, da nascente do rio São Francisco. E essas, assim como as nascentes dos demais rios citados, estão incluídas no grande território da América portuguesa que divide as capitanias, próximas do litoral e o território da América espanhola. Esse território interior está caracterizado com a nota: “Descoberto por Portugal no ano de 1501, que o nomeou Terra de Santa Cruz”. A marca colorida em amarelo destaca esse território.

Sobre o rio Tocantins, o seu curso é representado apenas um pouco além da sua foz, extrapolando, porém, o território da capitania do Pará. E a única referência identificada em todo o seu percurso é a vila de Cametá, na sua desembocadura.

As principais toponímias do interior da colônia portuguesa estão relacionadas aos nomes dos rios e à presença indígena, esta indicada como aliada dos portugueses ou apenas tratadas pelo nome de sua etnia. Há também uma indicação de “minas” próximas da nascente do rio Doce. O grande contraste entre as informações contidas nos espaços das capitanias, indicando rios, povoados e a presença indígena, com o grande vazio do interior, mesmo que identificado como parte da colônia portuguesa, porém apartado das capitanias, sugere a ausência da territorialidade portuguesa – e mesmo da territorialidade indígena, a se considerar tão poucos grupos identificados no mapa.

Em princípios do século XVIII, a expansão da capitania de São Vicente já se encontrava em um processo avançado, principalmente na região de Minas Gerais, além das regiões, ao Norte e ao Sul, percorridas para a captura de índios. Mas, a se considerar a cartela do mapa com o título “O Brasil, cujas margens estão divididas em capitanias desenhadas com relações passadas por flibusteiros e viajantes famosos”, compreende-se a ausência de informações sobre o interior – não que elas não houvessem, mas que não foram tratadas para a composição do trabalho.

As poucas figuras que aparecem são as cadeias montanhosas nas nascentes dos rios e as florestas e lagos que representam a região do Pantanal, localizada no Paraguai, todas desenhadas de maneira simples e sem sobrecarregar o mapa.

4.3.3 Herman Moll e o mapa *South America* – 1732

Herman Moll (1654c-1732) foi um geógrafo e gravurista holandês que passou a residir na Inglaterra desde 1678, onde manteve, em Londres, uma livraria e mapoteca. Ao longo de sua carreira, publicou uma grande quantidade de mapas que adaptavam o mundo às novidades da cartografia, além de ter publicado obras sobre a cartografia, como o *Atlas geographus*…, em cinco volumes e outros livros com versões em latim e inglês, que foram editados diversas vezes (BLACK, 2005:47).

O seu mapa *South America*, de 1732, está composto com um significativo número de detalhes que ultrapassa a trivialidade dos demais, com as divisões políticas e as representações de núcleos urbanos, hidrografia, terras altas e outros detalhes físicos. Há também a representação dos ventos, com o uso de setas nos dois oceanos, além de uma rosa dos ventos, esta pouco empregada na nova cartografia do século XVIII.

Uma estampa sobre Potosí, no canto inferior esquerdo do mapa, está representado por uma formação urbana e uma igreja no alto de uma montanha e acompanhada de informações históricas e dados sobre a produção econômica da prata. Além da nota sobre Potosí inserida no quadro do canto esquerdo inferior, há outra nota na parte central e inferior do mapa, informando sobre as regiões desconhecidas que configuram os vazios e sobre as informações recolhidas para a sua produção.

A cartela contém três figuras em destaque, representando uma índia, um negro e um branco; traz em cima um brasão e, ao lado, a figura de dois vulcões em erupção sendo observados por algumas pessoas, entre elas um índio.

A divisão política da América do Sul está estabelecida por cores, configurando sete grandes áreas, quais sejam: a) Terra Firme, b) Amazonas, c) Peru, d) La Plata, e) Brasil, f) Patagônia e g) Terra do Fogo. Nas regiões da Terra Firme, Peru e Brasil observam-se divisões internas, o que demonstra a complexidade da administração colonial de Portugal e Espanha, bem como, na Terra Firme a presença francesa.

A New Map of SOUTH AMERICA

240 Degrees East from London 250 260 270 280 290 300 310 320 330 340 350 360

NORTH SEA

THE ATLANTICK OCEAN

THE GREAT SOUTH SEA

THE PACIFICK SEA

SOUTHERN OCEAN

PART OF NEW SPAIN

PART OF NORTH AMERICA

TERRA FIRMA

GUIANA

PART OF AFRICA

GUINEA

BENIN

Gamba R. Niger R. Melli Idolos Rocks Tombo Sierra de Leon Sherbro Fort Grain Coast C. Mesurado R. Sestos Ivory Coast S. Cross Gold Coast Slave Coast Ardra Benin R. Formosa Benin Coast Castles C. Formosa C. Palmas C. 3 Points

Calms and Tornados

THE EQUINOCTIAL LINE

The Equinoctial Line

THE GALLAPAGOS ISLANDS

Cap.ª Chipperons Island

Davis's Land

Mendaña Land

Basses de la Chandeleur

The ISLANDS of SALOMON

I de Gualdalcanal

I. de Tesos

I. de l'Etoile

Malaita I.

I. des Rameaux

Isabella

Cherchar I.

I. de Bonne Esperance

I. St Christopher

Jamis I.

I. St Ambros

I. St Philip the Spaniards says there no such Islands

I Juan Fernando

Alexander Selkirk a Scotchman found on this I.d who lived here 4 Years and 4 Months alone Febr.ª 1703

I. St Matheo

I. de Trinidada

I. St Helena the British Ships usually touch here for Refreshment in their Return home from the East Indies

I. de Fernando de Loronho

I. de Ascension

Saxenburg Isle Discovered A.D. 1670.

I. Tristan da Cunha

Grand Isle Dis.ª A.D. 1675

The Tropick of Capricorn

THE FIRST MERIDIAN FROM LONDON

Amazones this Country and its Inhabitants are very little known

PARTS UNKNOWN

BRASIL

Tapuyers Land

Parts unknown

Tapuyas

Tupinambos

Tupiniquins

Tamoyos

Goyazes

Guaranis

Paraguas

Tapuyosos

Guayazis

Yacomins

Yeouas

Omagues

Prime Lake

Paria

Maracan

Paranayba

Rio Grande

Rio St Francisco

Rio de Todos os Sanctos

Rio St Augustin

Rio St Alexo

Los Abrohos

Rio de la Plata

Pampas

Patagonia

Terra del Fuego

Straits of Magellan

Straits of Jolouchere

Strait le Maire

Falkland I.

Sebald de Weert's Dis.ª 1598

Yorck I.

Barnevelts I.

C. Horn

Discovered by the Hollanders A.D. 1616

Unknown Land

Sebald de Weert's Dis.ª 1598

Iarayes or Xarayes Lake not well known

Los Xarayes

Los Chanes

Los Chiquitos

Los Pacanores

Los Mojos

Los Moxos

Los Chunchos

Los Plateros

Los Musus

Los Naumas

Los Pacajes

Los Chichas

Los Lipes

Los Diaguitas

Los Calchaquis

Los Comechingones

Los Pampas

Los Serranos

Los Patagones

Los Tehuelhets

Los Cheonos

Los Huarpes

Los Puelches

Los Aucanes

Los Cuncos

Los Chonos

Los Guarpes

Los Poyas

Los Cocomes

Los Cocomicos

Los Tarumas

Los Caribes

Los Guaraunos

Los Guaranis

Los Tapes

Los Guaycurus

Los Payaguas

Los Mbayas

Los Guanas

Los Xarayes

Los Chanes

Los Chiquitos

Los Mojos

Los Moxos

Los Chunchos

Los Plateros

Los Musus

Los Naumas

Los Pacajes

Los Chichas

Los Lipes

Los Diaguitas

Los Calchaquis

Los Comechingones

Los Pampas

Los Serranos

Los Patagones

Los Tehuelhets

Los Cheonos

Los Huarpes

Los Puelches

Los Aucanes

Los Cuncos

Los Chonos

Los Guarpes

Los Poyas

Los Cocomes

Los Cocomicos

Los Tarumas

Los Caribes

Los Guaraunos

Los Guaranis

Los Tapes

Los Guaycurus

Los Payaguas

Los Mbayas

Los Guanas

Chio Cuito

Imperial

Bishoprick of Chiloe

The Islands Carro of Chiloe

Cordilleras de los Andes

Valdivia

Arauco

Baldivia

Coquimbo

Copiapo

Atacama

Arica

Tacna

Arequipa

Cusco

Lima

Truxillo

Quito

Popayan

Cartagena

Santa Martha

Venezuela

Caracas

Coro

Maracaibo

Rio de la Hacha

Porto Bello

Panama

Nombre de Dios

Carthagena

Barbadoes

Tobago

Curassow

Margarita

Trinidad

Guiana

Orinoco R.

Amazons R.

Rio de la Plata

Paraguay R.

Parana R.

Uruguay R.

Rio St Francisco

Rio Grande

Rio de Todos os Sanctos

Rio St Augustin

Rio St Alexo

Los Abrohos

Rio de la Plata

Pampas

Patagonia

Terra del Fuego

Straits of Magellan

Straits of Jolouchere

Strait le Maire

Falkland I.

Sebald de Weert's Dis.ª 1598

Yorck I.

Barnevelts I.

C. Horn

Discovered by the Hollanders A.D. 1616

Unknown Land

Sebald de Weert's Dis.ª 1598

Iarayes or Xarayes Lake not well known

Los Xarayes

Los Chanes

Los Chiquitos

Los Pacanores

No mapa há uma grande quantidade de informações sobre povoados e rios nos litorais do Atlântico e do Pacífico, contrastando com os vazios do interior, principalmente das regiões da Patagônia e do Amazonas. Esses espaços vazios seguem a intenção que se consolida no século XVIII de indicar a ausência de informações e a possibilidade de atualização dos mapas sem o subterfúgio da inserção de figuras ou gravuras. O território do Amazonas é caracterizado principalmente por rios, todos afluentes do rio Amazonas, e contém uma nota esclarecendo que “esta região e seus habitantes são muito pouco conhecidos”.

A região do Brasil vem dividida pelas capitanias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente e capitania Del Rey, todas elas destacadas por um contorno azulado.

Os principais limites do território do Brasil, ao Norte e ao Sul, são a Ilha de Marajó, com a foz do Amazonas, e o estuário do rio da Prata, onde se defronta com as regiões de La Plata e Patagônia, a região da capitania Del Rey. E há ainda, ao Norte do território de La Plata, entre os territórios do Brasil e do Amazonas, a representação da lagoa “Iarajes” ou “Xarayes” (ou ainda Eupana ou Eldorado), com a nota: “Lago não muito conhecido”. Note-se que essa representação foi muito utilizada para denotar a insularidade do Brasil e a ideia de uma divisão natural do território nos mapas de períodos anteriores ao século XVIII, e é ainda desse modo que aparece no mapa de Moll.

Os rios Doce e Real estão representados na região central do Brasil, com afluentes, assim como o rio São Francisco, que apresenta uma intermitência em seu curso médio. Ao Norte, no Maranhão, aparecem os rios São Mearim, cuja nascente está localizada no lago Xarayes, o Tapucara (Itapecuru) e o Mony.

Por fim, o Tocantins está representado por um pequeno curso e somente a vila de Cametá é indicada na sua foz. Pode-se observar que essa representação acompanha a ideia de que a falta de informação sobre os interiores da América do Sul deveria ser tratada com o vazio, apesar do fato de que muitas das informações recolhidas constituíssem rios que não existiam ou davam dimensões exageradas para outros que não o fossem tanto assim.

No mapa de Moll raramente ocorre a indicação dos relevos montanhosos que são assinalados. Como eles estão presentes nas regiões mais informadas, pode-se supor que não se trata de preencher espaços vazios. E, nesse caso, muitos mapas indicam que o rio Tocantins nasce nas montanhas do Brasil Central, o que não deixa de estar proposto por Moll, mesmo que não haja um comentário direto sobre isso.

A toponímia do mapa *South America* de Herman Moll combina a língua inglesa com o espanhol, o português e o tupi-guarani, utilizando-se de uma escala de tamanho para representar títulos de regiões, nomes de lugares e de acidentes geográficos, fazendo os nomes de rios acompanharem os seus cursos.

Outros tantos geógrafos de gabinete prosperaram na primeira metade do século XVIII, publicando atlas e grandes mapas, compilando as novidades que se divulgavam e rapidamente eram incorporadas em uma espécie de linguagem universal da cartografia – no que não se deve trazer de imediato para a noção contemporânea de plágio – e suscitando uma indicação de *status* social, com livros, bibliotecas, mapas e globos adornando quadros de figuras ilustres e suas habitações, bem como prédios de instituições governamentais, em um momento em que a geografia e a história se propunham como saberes capazes de dizer cientificamente a razão e o modo de ser do Estado.

Somente no século seguinte o reconhecimento de tais saberes faria desenvolver de modo mais significativo a história e a geografia voltadas para a afirmação do Estado-nação. Mas as bases desse caminho tinham sido estabelecidas nas instituições promovidas pelas monarquias, com as academias reais de Ciências e de História, responsáveis pela sistematização em nova ordem de conhecimentos que auxiliem a governança.

A “Republica de Letras” foi a Academia Real de História Portuguesa (1720), e era composta por homens que “acreditavam que eram portadores de uma missão transformadora, cujos intelectos seriam capazes de, como uma luz, civilizar a cultura portuguesa” (FURTADO, 2014:65) atendia aos interesses de governo do Estado.

A grande demanda por mapas, fossem impressos ou manuscritos, renovou o conhecimento sobre o espaço na primeira metade do século XVIII e encaminhou as questões político-territoriais para uma nova jornada de diplomacia, com acordos e tratados justificados pelos argumentos que se propunham científicos da cartografia e

da história, generalizando a ideia “de que a defesa do império ultramarino português passava, incontornavelmente, por uma firme delimitação dos territórios americanos” (BORGES, 2013:74), vindo o Brasil a assumir uma posição central.

Nos mapas comentados, de Delisle, Fer e Moll, o rio Tocantins é claramente identificado pela sua foz, com a indicação da vila de Cametá na sua margem esquerda, sem que grandes referências sobre o seu curso e as suas nascentes sejam mencionadas, não mais do que anotações que indicam a falta de informações. E essa é mesmo a condição desse rio nos mapas anteriores ao de D’Anville, de 1748; até mesmo o mapa de La Condamine, realizado por D’Anville, em 1745, no qual somente a conjunção com o rio Araguaia é anotada.

O uso geopolítico dos topônimos pela diplomacia portuguesa nas negociações e redefinições territoriais das suas colônias, no século XVIII, levava em consideração a cartografia pregressa, valendo-se dos nomes que atestavam a sua presença ou a ausência do litigante, disso fazendo argumento jurídico (KANTOR, 2009:39). A presença dos topônimos nos mapas que se produziram na primeira metade do século XVIII, portanto, deve levar em consideração toda uma discussão política e econômica, de interesse dos estados nacionais colonizadores em disputa pelo domínio extraeuropeu.

Assim, após o fim da União Ibérica (1640), e mais ainda depois das descobertas de ouro nas Minas Gerais, na última década do século XVII, intensificou-se o interesse da coroa portuguesa pela produção de conhecimento sobre o espaço que se abria para o interior. A produção de roteiros, mapas manuscritos e relatórios dando conta dos detalhes que comprovavam a ocupação efetiva dos novos territórios se intensificaram, ainda mais depois que a Academia Real de História Portuguesa, criada por D. João V em 1720, “passou a solicitar às autoridades coloniais e aos colonos o envio de descrições geográficas, memórias históricas e documentação comprobatória da ocupação efetiva de todos os domínios lusitanos” (KANTOR, 2009:44).

Se, por um lado, os espaços vazios, que demonstravam a fraqueza ou a ausência de informações sobre a configuração do território atendia a um preceito mais racional, de um modo explícito, no mapa de D’Anville, mas também em outros

contemporâneos dele, fugindo assim do emprego de figuras e emblemas ocupando a vacância de dados, por outro lado, essa estratégia deixava a desejar no que se refere à ação diplomática, quando o argumento do *uti possideti* ganhava força ao se declarar que se conhecia bem e ocupava de longa data o território.

Os mapas acima tratados, mesmo quando davam continuidade a “discursos” que não possuíam mais sustentação, como a ideia da insularidade do território português na América, adotavam posições ideológicas que reforçavam os interesses de uns e questionavam os direitos de outros, nas disputas das nações europeias pela colonização e domínio das outras regiões do mundo.

4.4 O RIO TOCANTINS NO MAPA DE D’ANVILLE

Em uma importante obra sobre dom Luís da Cunha, D’Anville e a *Carte de l’Amérique Méridionale*, Júnia Ferreira Furtado (2012) analisa o contexto da produção desse mapa em colaboração entre o geógrafo francês e o embaixador português, cujo resultado foi uma representação totalmente nova da América do Sul. Jaime Cortesão já havia indicado que a produção do mapa havia contado com o subsidio de outros mapas e informações acumuladas pelo embaixador (CORTESÃO, 2009:439; FURTADO, 2012:17), mas Júnia Ferreira Furtado deu contornos precisos sobre a documentação a que teve acesso o geógrafo e demonstrou a complexidade com que se encaminhava a política portuguesa de fronteira na América, sob a orientação de dom Luís da Cunha.

A presteza de D’Anville, para muitos o último “geógrafo de gabinete”, se destacava pela elegância, harmonia e proporção adequada do seu traço, o que cedo lhe conduziu à condição de “geógrafo do rei da França”, mesmo não pertencendo às tradições de famílias de geógrafos, como ainda muito ocorria.

O geógrafo de gabinete era “um produtor de mapas na idade em que a tradição clássica de erudição ainda dominava o mundo do aprendizado”. Sua técnica e seu talento residiam “na crítica e na correlação de antigas fontes topográficas, reconciliando-as com observações recentes” (FURTADO, 2012:51). Assim, pelo seu caráter simbólico de representação de uma determinada área, os mapas figuravam como uma interpretação, um saber sobre o espaço.

Nesse sentido, em vez de ser um constante aprimoramento que torna cada vez mais próxima da realidade a representação do espaço, ele é antes um “produto técnico ou artefato cultural, os mapas serão estudados aqui como um meio de comunicação (...), pois todo mapa é um produto cultural e historicamente produzido no tempo e no espaço” (FURTADO, 2012:22).

E partindo dessa condição simbólica, é que se pode compreender a sua construção histórica, como uma linguagem, a linguagem cartográfica, voltada para tratar de questões que somente o seu tempo estabeleceu, como a precisão e a complexidade dos dados que apresenta. É assim que os mapas podem ser tomados como “um texto e têm, cada um e em seu tempo, uma “linguagem” própria ainda que, a partir da modernidade, se tenha buscado o compartilhamento de signos cada vez mais esquemáticos e dotados de universalidade” (FURTADO, 2012:22).

O sentido de territorialidade que se configurava a partir dos avanços para o interior da colônia portuguesa e os embates nas fronteiras, ao Norte e ao Sul, do que se compreendia os limites entre os territórios coloniais de portugueses e espanhóis, tornaram-se assim um problema político que não estava proposto antes do século XVIII e do avanço português para o interior. Teriam os mapas posteriores que abordar essas questões. Também as questões territoriais na Europa e entre europeus em outras regiões do mundo encaminhavam novos problemas. As academias de ciências e o próprio desenvolvimento das ciências relacionadas ao conhecimento do espaço, como a física, a matemática, a astronomia e a geografia, entre outras, tomaram esse caminho.

E neste universo cultural e político que os geógrafos do século XVII e seus mapas atuaram, mais das vezes, encaminhando respostas que ainda não haviam sido pensadas para os novos problemas da territorialidade. Em geral, o mapa precede mesmo ao território, mais do que vem a ser um produto do território. Funciona como uma forma de “persuasão política” que participa da configuração do território (FURTADO, 2012:24 e 25).

Essa talvez seja a razão pela qual diversos monarcas europeus, interessados em conquistas coloniais ou na manutenção delas, foram instruídos em geografia e trouxeram ao seu lado importantes geógrafos. No caso de dom João V, rei de Portugal, o mecenato “extrapolou as fronteiras nacionais, e o mesmo se apresentou

frente ao mundo intelectual europeu como um rei culto e protetor das ciências e das artes em geral” (FURTADO, 2012:53).

O interesse e a necessidade dos estados europeus por um novo conhecimento cartográfico resultaram em uma política portuguesa pelo acúmulo de novas e mais precisas informações sobre as regiões recém ocupadas da América, orientando para o envio de mapas manuscritos, roteiros e cartas que informassem sobre as regiões então desconhecidas. E dom Luís da Cunha personificou o grande incentivador dessa prática:

> Sua queixa da falta de mapas confiáveis e que pudessem embasar as negociações fez com que ele não só defendesse a intensificação da produção cartográfica portuguesa, notadamente das regiões estratégicas – Minas Gerais, Rio da Prata e bacia Amazônica –, mas também se tornou um colecionador de mapas e informações que pudessem ajudar na construção de uma cartografia portuguesa cada vez mais precisa. Em suas missivas às autoridades do reino, insistia na necessidade de se construir uma base cartográfica sólida dos territórios ocupados pelos portugueses no Brasil e foi, em grande parte sob sua influência, que, desde o segundo quartel do século XVIII, Portugal deu início a uma verdadeira febre cartográfica dos territórios brasileiros para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas especialmente sobre as regiões em disputa (FURTADO, 2012:56 e 57).

O grande impulso da cartografia portuguesa, tanto da sua atualização, como da contratação de geógrafos de outros países, foi movida por uma necessidade do conhecimento do território que se desenvolveu a partir de 1730 e se concretizou com a produção de informações que resultaram em cartas, roteiros e relatos elaborados por índios e sertanistas, além do estudo dos mapas que existiam na época, “estando entre eles os mapas do padre Fritz, de Delisle, de La Condamine, de José da Silva Pais, de Freire de Andrade” (CINTRA, 2012:428).

A contratação de geógrafos para a elaboração de mapas mais precisos contou com padres versados em matemática, astronomia e cartografia, assim como com consagrados geógrafos, como o francês Jean Baptiste Bourguignon D’Anville. Dom Luís contribuiu para o desenvolvimento dos geógrafos portugueses e para a produção cartográfica, adquirindo instrumentos de precisão, mapas, livros e tudo o mais que fosse necessário para o desenvolvimento da geografia portuguesa, sempre acompanhando de perto, apesar de suas funções o manterem sempre distante de Portugal.

Mapas que circulavam entre bandeirantes paulistas, roteiros de viagem e outros relatos que se trocavam na colônia entre aqueles que percorriam os sertões, desenhos e esboços, se juntaram às ferramentas, às técnicas e ao trabalho dos geógrafos de gabinete, permitindo uma concepção do espaço. Em que pese isso também demonstrar que o interesse pelo conhecimento do território vem a ser tão antigo quanto a sua ocupação por europeus (FURTADO, 2012:26).

Nas primeiras décadas do século XVIII, alguns problemas que haviam sido propostos para resolver imperfeições dos antigos mapas, principalmente no que se refere ao ajuste das longitudes, foram pensados por grandes nomes, como o geógrafo do rei francês, Guillaume Delisle (1720), que apresentara uma dissertação sobre o assunto na Academia Real de Ciências de Paris (CINTRA, 2012:428).

> O Mapa das Cortes é um mapa-síntese, que se apoia em dezenas de fontes, mas diverge de mapas mais precisos já disponíveis em Portugal, como o de D'Anville, e realiza uma composição deformada que torna a morfologia mais favorável à aprovação do Tratado. Ou seja, causou nos negociadores uma impressão de uma menor perda territorial por parte da Espanha (CINTRA, 2012:429).

Portugal procurou construir um conhecimento novo sobre o território colonial da América portuguesa acumulando mapas, contratando astrônomos que determinassem dados mais precisos, que atuavam *in loco* ou em estudos de gabinetes (CINTRA, 2012:429), no que resultou em um grande volume de informações e de novos mapas que retratavam o Brasil.

Júnia Ferreira Furtado observa como a cartografia anterior ao século XVIII trazia o seu interior desconhecido ocupado por representações pictóricas foi substituída pela inclusão de novas informações com "rios, montanhas, acidentes naturais do terreno, bem como por arraiais, vilas, caminhos e roças, estes últimos frutos da ocupação humana" (FURTADO, 2012:27). Esse procedimento já aparece nos mapas de Delisle, mas é com D'Anville que o cuidado em preencher os espaços vazios com dados seguros e a manutenção dos vazios onde não existem informações precisas aparece de modo mais claro.

Carte de L'Amérique Méridionale. D'Anville – 1737. In http://gallica.bnf.fr/ (acessado em 01/08/2015)

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Algumas informações típicas dos mapas manuscritos elaborados no Brasil, fosse como fruto do investimento da coroa portuguesa na produção de informações sobre o espaço colonial, ou práticas comuns de sertanistas e jesuítas, não são aproveitadas de forma integral nos mapas dos geógrafos de gabinete. Assim, os caminhos dos interiores pouco são assinalados; a presença de índios, em quase todos os mapas, observa a distinção generalizada entre tupis e tapuias, os primeiros próximos do litoral e os tapuias, termo em tupi que se refere aos demais, não falantes desse tronco linguístico, no interior.

A expressão "sertão", muito comum nos mapas manuscritos, não é referida nos atlas e nos mapas impressos dos geógrafos de gabinete. Mesmo em se tratando de pesquisadores que liam mapas, roteiros e cartas construídas *in loco*, onde permanecia o termo "sertão" e a indicação dos nomes dos grupos indígenas, e ainda por vezes a associação dos dois termos, como no mapa de Tosi Colombina[32] – "Certão do Gentio Xavante", "Certão do Gentio Aricá", "Certão do Gentio Acruá", "Certão do Gentio Cayapó", "Certão do Gentio Aycuru" –, essa complexidade não era uma exigência do problema da territorialidade que se impunha entre os estados europeus e suas contendas na divisão de suas porções coloniais.

O termo sertão pode ser associado ao ponto de vista do colonizador de "vazio civilizacional" e, por isso, inicialmente associado aos grupos indígenas. Mais tarde, haverá de perder a associação aos indígenas, mantendo, porém, o mesmo sentido. Pode-se supor que essa ideia de vazio não interessava aos portugueses e não aparecia no âmbito das preocupações da territorialidade entre os estados europeus. Como observa Júnia Ferreira Furtado, "cartografar um território não é uma operação neutra, cuja objetividade estaria assegurada pelo uso das técnicas mais modernas" (FURTADO, 2012:27).

Embaixador de Portugal em diversos países da Europa na primeira metade do século XVIII, dom Luís da Cunha exerce tal influência no reino que se constitui, em suas próprias palavras, em um "verdadeiro oráculo da política portuguesa" (FURTADO, 2012:49). Como observa Júnia Ferreira Furtado, "os mapas, vistos como espelhos do território, pois se acreditava no seu poder imperativo, constituíam ferramentas fundamentais na hora de negociar os territórios em litígio" (FURTADO,

[32] Veja-se o "Mapa dos sertões de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará – 1750".

2012:52). Ainda assim, os muitos territórios em disputa eram desconhecidos, figurando nos mapas com espaços vazios, cobertos por imagens ou contendo informações imprecisas, como foi o caso do insistente registro de um lago no interior da América do Sul, de onde partiam águas para o Amazonas e o Prata, formando, no território pretendido pela coroa portuguesa, uma grande ilha.

O termo geografia, uma ciência descritiva nessa época, aparece no século XVI, conferindo ao geógrafo a responsabilidade da produção de mapas, em substituição aos cosmógrafos da Idade Média. “A geografia se ‘difere da cosmografia (...) porque ela distingue a Terra por montanhas, rios, riachos, mares e outras coisas célebres, sem olhar as esferas celestes’” (FURTADO, 2012:147). Deve-se notar, porém, que o termo cartografia somente apareceu no século XIX:

> Observando-se o significado dos termos em Portugal no século XVIII, enquanto o geógrafo é “aquele que trata da geografia, ou situação da terra”, o engenheiro é o que “faz qualquer gênero de máquina e engenhos, (...) ou qualquer máquina bélica para enganar o inimigo”, e o cosmógrafo é o “autor que trata do mundo e de suas partes, fazendo as descrições delas”. Assim, observa-se que, no nível semântico, engenheiro e geógrafo não são sinônimos, e nenhum dos três termos está relacionado diretamente com a produção de mapas. Já a função do engenheiro se apresenta claramente associada à atividade militar (FURTADO, 2012:152).

A produção de mapas na França envolvia diversos profissionais, a qual incluía aquele que tomava os dados sobre o território, o que produzia o mapa, o que o imprimia, o que o distribuía, todos especializados no que faziam. D’Anville, integrando essa corrente, foi o último grande geógrafo de gabinete, e quando morreu, em 1782, com 85 anos de idade, deixou uma obra colossal, sem que deixasse um herdeiro. Aliás ele também não herdara a profissão, pois não havia geógrafos em sua família. Somente seu irmão ingressara com ele no mundo dos mapas e das ilustrações.

Tendo iniciado a carreira com o interesse voltado a “conjugar a história e a geografia” (FURTADO, 2012:155), os primeiros mapas de D’Anville se dedicam à geografia do mundo antigo, e é somente a partir de 1725 que apresentará cartas modernas, quando atendeu à solicitação do rei de Portugal, em seu primeiro contato com dom Luís da Cunha, e elaborou um mapa da África meridional, apresentado e comentado na Académie Royale des Sciences de Paris (FURTADO, 2012:159).

A influência da geografia histórica de D'Anville lhe favoreceu para dar a essa ciência uma nova perspectiva, concebendo uma "geografia da natureza humana, pois foi capaz de perceber que o espaço mudava conforme as transformações operadas pela sociedade ao longo do tempo, na forma de "revoluções espantosas que mudaram a face quase inteira da Terra"" (FURTADO, 2012:166). Geografia e história eram inseparáveis para D'Anville.

O método de D'Anville, como dos demais geógrafos de gabinete, contava com a observação de terceiros e das mais diversas fontes de informação sobre grandes extensões de terra. Mas ele possuía grande "habilidade de realizar a crítica da extensa documentação – mapas, relatos de viagens, obras de autores da Antiguidade etc. – que coligia para produzir cada um de seus mapas (…) e na capacidade de dispor das fontes mais modernas e atualizadas da região a ser mapeada" (FURTADO, 2012:167 e 168).

Distante das tradicionais casas de geógrafos franceses, D'Anville desenvolveu um método muito sofisticado, personalista e intuitivo (FURTADO, 2012:168), o que contribuiu para que não deixasse herdeiros. A busca de informações era uma constante na prática dos geógrafos de gabinete, e assim a revisão constante dos mapas. "O mapa iluminista era, pois, uma obra permanentemente em aberto, daí realizarem-se tantas edições da mesma carta, sempre corrigindo a precedente" (FURTADO, 2012:179). O acesso às fontes e a crítica da documentação para reduzir a margem de erro estavam entre os fundamentos do trabalho destes profissionais.

> As cartelas dos mapas evidenciam a importância desses documentos para sua composição. Os geógrafos não deixam de se referir a quais foram suas principais fontes, destacando o fato de terem incorporado as observações mais recentes, realizadas por viajantes (...). Mas todas essas observações não faziam sentido se não fosse explicitado o processo de crítica a que essas fontes foram submetidas. Por isso, os mapas eram acompanhados, geralmente, de memórias, onde o geógrafo explicava a forma de construção dos mesmos, para serem então submetidas ao julgamento de seus pares (FURTADO, 2012:183).

Em duas cartas da América meridional realizadas por D'Anville, a primeira em 1737 e a segunda em 1742, pode-se observar a ausência de informações sobre o rio Tocantins, o qual é indicado nos mapas distante de sua nascente e sem informações sobre afluentes. Nessa perspectiva, pode-se inferir que é somente depois dessas

datas que o geógrafo tem acesso ao relato de José da Costa Diogo. Deve-se assim considerar que o rio Tocantins representado na *Carte de l'Amérique Méridionale* de 1748 é fruto de crítica e interpretação que o geógrafo realizou sobre o relato de José da Costa Diogo, o que resulta em desenhos distintos entre o mapa e o relato.

A qualidade da *Carte de l'Amérique Méridionale* em relação aos mapas anteriores, e até de mapas posteriores, pode ser verificada nas precisões das coordenadas e nas formas atribuídas aos rios:

> O Mapa de D'Anville, de 1748 (…), encomendado pelo diplomata português Dom Luis da Cunha e feito com as informações que esse foi fornecendo ao cartógrafo francês. Neste mapa, anterior ao Mapa das Cortes, há informações melhores (São Francisco, Madeira, Mamoré, Grande e Paranaíba), coordenadas muito mais precisas, e algumas delas cruciais, como a da boca do Jauru, as do Pantanal (quase na posição correta), Goiás (a 1,5° a oeste da linha de Tordesilhas e não 6,5° a leste como no Mapa das Cortes), Cuiabá (5° a oeste dessa linha, e não 0,5° a leste). Ou seja, a informação havia, mas não convinha empregá-la no Mapa que serviria como base do Tratado (CINTRA, 2012:440).

O encontro de dom Luís da Cunha e D'Anville proporcionou a produção do mais elaborado mapa da América do Sul, o principal produto do grande esforço português para aprimorar o conhecimento sobre o espaço colonial em disputa com a Espanha:

> Na década de 1720, quando servia em Paris, o embaixador português dom Luís da Cunha aproximou-se pela primeira do jovem geógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, contratando-o para o serviço da Coroa portuguesa. Duas décadas depois, os dois se associaram na produção de uma carta geral da América do Sul, intitulada *Carte de l'Amérique Méridionale*, datada de 1748, que apresentou um esboço de uma nova linha de fronteiras a ser estabelecida entre as Coroas de Portugal e Espanha na América. Para essa tarefa, o embaixador forneceu a D'Anville documentos de que dispunha na época e que se tornaram fundamentais para que o geógrafo pudesse estabelecer a morfologia do interior do Brasil (CINTRA & FURTADO, 2011:274).

A *Carte de l'Amérique Méridionale* foi produzida em uma primeira versão em 1737, de um modo bastante simples e em tamanho reduzido, para uso privado do Duque de Orleans, e uma segunda versão sem data e sem dedicatória, também manuscrita. A versão mais elaborada e minuciosa foi apresentada impressa em 1748, e a partir de então sofreu várias reimpressões, sempre mantendo a data da primeira impressão na cartela (CINTRA & FURTADO, 2011:274).

Longitude Occidentale du Premier Méridien

ECHELLE

Lieues Françoises, de 3000 Pas Geometriques ou 2500 Toises

Lieues Marines Françoises et Angloises, et parcellement Lieues communes d'Espagne de 20 au Degré.

Lieues Espagnoles, définies à 2127 Toises, et employées par les Hollandois dans la Guyane.

Mesure de Lieues ou d'Heures de chemin, dans les pays peu pratiqués et difficiles, de 5000 Toises.

Le ressort de Panama, les Gouvernemens de Carthagene, de St. Marthe, et de Popayan, de l'Assomption, et de Buenos-ayres, ayant les limites qui les séparent marquées dans la Carte, et l'Audience royale de Lima étant distinguée de même de celles de Quito et de los Charcas, dyplus, les Capitaineries du Brésil, scavoir, la Baye de Tous-les-Saints, Sergipe, Olinde, Para-iba, Rio-grande, Seara, Maragnan, et le Para, os-Ilheos, Porto-seguro, St. Esprit, Rio-Janeiro, étant aussi séparées, avec la distinction des comarques de St. Paul, et des Mines, et autres districts jusques vers le Rio de la Plata:
On s'est dispensé d'inscrire des titres à tous ces départemens, pour ne point nuire en divers endroits au détail topographique qui est particulier à cette Carte. L'avertissement suppléra à l'omission de ces titres, qui d'ailleurs ne sont pas de l'espece des dénominations propres aux contrées, dont la Carte est chargée comme il convient.

Pour bien lire ou prononcer les Noms Indiens, il faut être prévenu que tout ce final est formé à la différence des Noms qui sont Espagnols ou Portugais, et que non seulement celle-cy, mais toute autre qui termine un mot, a sa prononciation d'autant plus marquée, que communément la pénultième ou précédente d'icelle est brève.
On observera aussi, que deux voyelles l'une contre l'autre ne font point diphtongue, et se prononcent séparément.
Beaucoup d'endroits qui ont cette marque * dépendent des Villes ou des Missions qui n'existent plus.

MER DU NORD

MER DU SUD

TIERRA-FIRME

PEROU

BRÉSIL

dont l'intérieur est inconnu en grande partie.
Les naturels du pays sont appellés d'un nom commun
TAPUYAS

GUYANA

LIGNE EQUINOCTIALE

TOPINAMBAS
Grande Nation, et à cours entier jusqu'à la frontière du Perou.
et qui de sa premiere demeure du côté de Rio Janeiro s'est étendue jusqu'ici,

A cette hauteur regne une chaine de Montagnes

Source du Paraguay, entre 5 et 6 degrés de Latitude

Dans cette partie du Brésil on remarquera un espace de plus de 50 mil Lieues Françoises quarrées, dont les Cartes precedentes ne donnoient aucune connoissance.

Tropique du Capricorne

Grandes Plaines appellées PAMPAS
d'un mot Indien, qui dans la Langue Quichua du Pérou, signifie proprement Vallée.
Et le même nom se donne aux Indiens qui vivent errans dans ces Plaines.

Puelches appellés Serranos ou de la Montagne

Les Indiens rapportent que l'Ile formée par les bras du R. de los Sauces est habitée par des Blancs

Côte déserte et peu connue

Grandes Plaines appellées PAMPAS

Puelches appellés Tuelchus ou Méridionaux

Pehuenches qui sont de la Nation Auca

AUCAES

CHILI

selon la Carte du Chili du Pere Feuillé

AMERIQUE MERIDIONALE

PUBLIÉE SOUS LES AUSPICES
DE MONSEIGNEUR LE DUC D'ORLEANS
PREMIER PRINCE DU SANG

PAR LE S^r D'ANVILLE
M DCC XLVIII
Avec Privilege

Du Dessein du S^r Gravelot
frere de l'Auteur.

Dans l'assemblage des matériaux qui ont servi à la construction de cette Carte, l'Auteur doit à M^r de la Condamine, de l'Academie des Sciences, la communication de tout ce qu'une curiosité active et éclairée lui avoit procuré de connoissances et de mémoires, indépendamment de ses propres observations, ce qui concerne principalement le cours de la Riv. des Amazones, et des Rivieres qui s'y rendent.
Il est pareillement redevable de l'usage qu'il a fait de quelques morceaux importans

Jean Baptiste Bourguignon D'Aanville. 1748 Composite l'Amerique Meridionale. http://www.davidrumsey.com/ (acessado em 01/08/2015)

O mapa de D'Anville supera os mapas anteriores em precisão e detalhes, mais devido à necessidade que se impôs, no século XVIII, de uma representação que atendesse a esses requisitos para o interesse dos Estados, do que de um suposto erro ou falha dos mapas anteriores. Tanto os atlas quanto os grandes mapas impressos e manuscritos cumpriam papéis políticos que, no mais das vezes, atendiam às exigências propostas:

> Dom Luís da Cunha e D'Anville, que compartilhavam da visão iluminista de que os mapas deveriam ser espelhos perfeitos do território apresentado, pretenderam realizar o mais preciso mapa sobre a América do Sul produzido até então. Nesse caso, uma perfeita correspondência matemática entre o mapa e o espaço real era o que almejavam alcançar, pois a geometria deveria mediar a relação entre o território e a sua representação cartográfica. Apesar dessa pretensão, não se pode, no entanto, esquecer que todo mapa é uma representação do território e como tal deve ser analisado (CINTRA & FURTADO, 2011:274).

A *Carte de l'Amérique Méridionale* foi encomendada por dom Luís da Cunha com a intenção de favorecer Portugal nas negociações diplomáticas com a Espanha nas fronteiras questionadas pelas duas nações. Assim, foram destacadas cores distintas para as fronteiras entre as duas nações colonizadoras e seus diversos territórios na América do Sul.

Uma versão do mapa foi enviada em 1747 ao embaixador de Portugal em Madri, para dar início às negociações entre as duas coroas, mas as ordens que vieram de Portugal era para que o embaixador, o visconde de Vila Nova de Cerveira, mantivesse oculto o mapa enviado por dom Luís da Cunha. Na mesma ordem enviada pelo secretário do rei, Alexandre de Gusmão, informava também que um novo mapa estava sendo preparado em Portugal e que este iria servir melhor à nação lusitana nas negociações:

> Em dezembro de 1748, Cerveira foi advertido de que "o mapa geral que tenho prometido a V. Exa. e que bastará para a demonstração de tudo, ainda não está acabado". Depois de pronto, esse mapa foi enviado e foi ele que, efetivamente, serviu de base para o Tratado de Madri de 1750. Intitulado *Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América*, produzido em 1749, foi formulado, em Lisboa, segundo os auspícios de Alexandre de Gusmão, e ficou conhecido como o *Mapa das Cortes* (CINTRA e FURTADO, 2011:276).

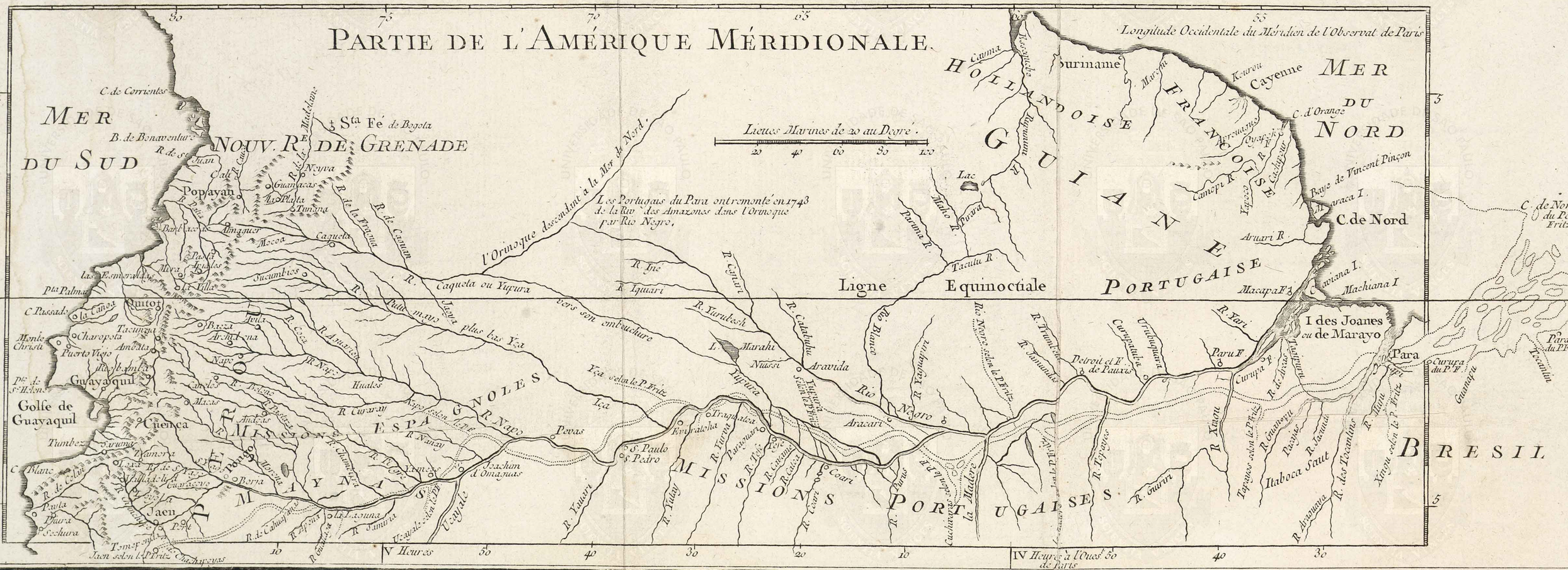
Carte du curs du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones - 1345 (La Condamine e D'Anville). Acervo cedido pela Justiça Federal para Universidade de São Paulo (acessado em 02/08/2015)

CARTE DU COURS DU MARAGNON OU DE LA GRANDE RIVIERE DES AMAZONES

Dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracamoros jusqu'à son Embouchure et qui comprend la Province de QUITO, et la Côte de la GUIANE depuis le Cap de Nord jusqu'à Esséquebé.

Levée en 1743 et 1744, et assujettie aux Observations Astronomiques par M. de la Condamine, *de l'Ac. R.le des Sc.*

Augmentée du Cours de la Riviere Noire, et d'autres détails tirés de divers Mémoires et Routiers manuscrits de Voyageurs modernes.



Tom. XIII. in 4.o N.o 13.

Copie sur la Carte jointe à la Relation du Voyage de l'Amérique Méridionale, par M. de la Condamine.

Tome 12. in 8.o Page 78.

Acervo cedido pela Justiça Federal para a Universidade de São Paulo

Ao cotejar mapas e relatos que lhes foram disponibilizados com as informações novas que trouxera La Condamine da sua incursão pela América do Sul e pelo rio Amazonas (1735-1744), D'Anville colaborou para a elaboração e o desenho da *Carte du cours du Maragnon,* o qual compunha a obra Viagem pelo Amazonas (CINTRA & FURTADO, 2011:278). Apesar de muito se valer desse estudo, o rio Amazonas e a Ilha de Marajó terão arranjos distintos na *Carte de l'Amérique Méridionale*, ajustando-se a outras informações de que lançou mão o geógrafo.

La Condamine configura a Ilha de Marajó como uma grande porção de terra, em vez de um conjunto de pequenas ilhas, como faziam os mapas anteriores. D'Anville adota essa perspectiva, mas altera a sua localização em relação à localização proposta por La Condamine, baseando-se em outras informações. Assim, a foz do rio Amazonas e o próprio curso deste rio apresentam significativas diferenças entre um mapa e outro, em que pese a participação de D'Anville na elaboração dos dois.

> Além do mapa manuscrito do padre Inácio Reis, (…) também influiu no posicionamento dessa região uma longa carta manuscrita do curso do rio Tocantins que foi trazida do Pará por La Condamine e Maldonado. Essa carta e outra que lhe forneceu o sobrinho de dom Luís da Cunha, Antônio Álvares Cunha, permitiriam que D'Anville situasse na *Carte de l'Amérique Méridionale* a posição do curso desse rio e sua foz no Amazonas em termos de longitude. Esse posicionamento, para melhor ou para pior, foi alcançado graças ao estabelecimento das coordenadas do arraial da Meia Ponte, no alto Tocantins, já próximo à nascente. Seguindo as posições que essa cartografia auxiliar lhe apontava, D'Anville situou a foz do Tocantins a 32,63° de longitude. (…) A sua foz ficou então 1,58° deslocada quando confrontada com um mapa atual. Usar esse dado, em vez da longitude de Belém fornecida por La Condamine, levou-o a incorrer numa série de desvios tanto de latitude quanto de longitude nas proximidades (…) (CINTRA & FURTADO, 2011:300 e 301).

Valendo-se das mais variadas informações, como os mapas manuscritos de missionários, principalmente jesuítas, ou ainda de relatos de sertanistas e cartas trocadas entre funcionários da coroa portuguesa, que alimentavam de informações os geógrafos de gabinete na compreensão do território e na elaboração de mapas, deve-se daí a permanência da toponímia jesuíta nos mapas (KANTOR, 2009:44). nessas, predominavam nomes em tupi-guarani ou, por vezes, em espanhol, contrariando o esforço da coroa portuguesa em adotar nomes que fixavam o *uti possidetis* lusitano.

> Não por acaso, Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699‑1783) pronunciou‑se sobre o Tratado de Santo Ildefonso firmado com a Espanha em 1 de outubro de 1777, advertindo que “muitos nomes de rios e de lugares, que se lêm no dito Tratado, não se acham na Carta de Mr. D’Anville, e pelo contrário; ou porque são escritos por um estrangeiro, ou porque este geógrafo não teve deles conhecimento”. O reconhecido médico português procurava alertar os negociadores portugueses para que não usassem as cartas do famoso geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon d’Anville (1697‑1782) e para necessidade de contratar cartógrafos nacionais, e não estrangeiros para fazer a demarcação dos limites (KANTOR, 2009:44 e 47).

Mas o mapa de D’Anville, se de um lado estabelecera vazios em alguns espaços que antes haviam sido preenchidos com informações incertas, como fora o caso do interior do Nordeste brasileiro, de outro lado havia preenchido o grande vazio que jazia sobre os rios São Francisco e Tocantins. E nos dois casos valeu-se o geógrafo de roteiros que lhes foram repassados por dom Luís da Cunha, além de um mapa manuscrito sobre o rio São Francisco.

O Tocantins aparece no mapa de D’Anville como uma síntese do roteiro de José da Costa Diogo, cuja cópia provavelmente não deve diferir muito daquela que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-GOIÁS 0012), haja vista ser essa apócrifa, e não haver qualquer comentário sobre o seu autor nas anotações de D’Anville.

Ademais, não teria sido somente essa informação que lhe chegara às mãos, considerando o fato de conter o mapa um traço significativo representando o rio Araguaia, embora sem descrição dos seus afluentes da sua marca peculiar, a Ilha do Bananal. Ao mesmo tempo, o comentário de José da Costa Diogo sobre o rio Araguaia é lacônico, considerando a sua importância em relação ao rio Tocantins.

A primeira e mais evidente coincidência entre o mapa de D’Anville e o relato de José da Costa Diogo está na indicação de um arraial, no mapa, que aparece no relato como um arraial abandonado na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas (Taquanhunas). José da Costa Diogo certifica posteriormente que esse arraial era um acampamento militar feito pela tropa do coronel Luís Porates (Prates ou Porá), para uma empreitada de captura de índios. Mas a referência foi transposta para o mapa com o título: “Arraial de Poratè”.

O termo “Taquanhunas”, referido por José da Costa Diogo e indicado no mapa de D’Anville, é claramente uma informação de fontes adquiridas no Pará pelo autor do roteiro, pois essa região havia sido percorrida por jesuítas do século XVII, mas curiosamente não há menção sobre esse rio na documentação do AHU-PARÁ. Observa-se também que as informações sobre o rio Tocantins estão ausentes do mapas anteriores elaborados por D’Anville, como o mapa de La Condamine e as cartas de 1737 e 1742, realidade que faz questionar se os documentos trazidos por La Condamine informariam bem sobre o rio Tocantins. Ou pelo menos que tais informações foram cotejadas por longo tempo pelo geógrafo, até que aparecessem no mapa de 1748.

O texto de José da Costa Diogo é muito pobre em informações sobre os povoados próximos das nascentes do rio Tocantins, indicando algumas localidades, mas sem relacioná-las com os rios. Disso decorre que também o mapa de D’Anville é fraco quanto a essas informações, situando Meiaponte (Pirenópolis) muito ao Sul e deixando Vila Boa, a capital da capitania, mais ao Norte. Faltou-lhe o acesso ao documento anterior, a “Derrota do rio São Francisco”. Ali Diogo traz informações mais ajustadas sobre caminhos e localidades.

O rio Maranhão e a Lagoa Feia, assim como o rio das Almas, nascentes do rio Tocantins, não aparecem no mapa de D’Anville. Para o geógrafo, bastou a simplificação de uma nascente única, já tratada como rio Tocantins, haja vista explicar José da Costa Diogo que esse rio só recebia esse nome depois que os dois que lhe davam origem se juntavam.

Dois rios à esquerda, no mapa de D’Anville, o rio das Almas e o rio Cana Brava, são representados como sendo posteriores ao Paranã/Palma, mas na verdade eles são anteriores a esses rios (em relação à nascente do Tocantins). Isso também ocorre no relato de José da Costa Diogo, em relação ao rio Cana Brava, e essa coincidência reforça a relação entre o texto e o mapa.

Legenda

1. (Rio, Riacho, Ribeirão)
2. (Cachoeira)
3. (Intaipada - Travessão)
4. (Localidade: Arraial, Sitio, Fazenda)
5. (Ilha)
6. (Morro)
7. ou (Cotovelo do rio)
8. (Roçado)
9. (Redemoínho)
10. (Canal)
11. (Estreito)
12. (Lajeado)
13. (Praia)
14. (Recife)
15. (Pedras)
16. (Ocorrência de Ouro)
17. (Índios)
18. (correnteza)
19. (Remanso)
20. (Barreira)
21. (Maré)
22. (Coroa)

O RIO TOCANTINS NA CARTE L'AMÉRIQUE MÉRIDIONALE - D'ANVILLE - 1748

Foz do Tocantins
Carambaba
Camutá
José Azú
Coroa Grande
Ita-Boca
Cachoeira Grande
R.Tacuzez
Arrayal de Poraté
Rio Araguaia
Rio sem nome
Rio sem nome
Córrego D'Ouro
R. de M. de Alz
R. de Sorheta
Serra Vermelha
Aldea de Araguria
Rio sem nome
Rio sem nome
Rio sem nome
Caza-Forte
Reys-Magos
Rio sem nome
Rio sem nome
(R.) Elambas (?)
Arrayal de Asumpção
Rio Sono
Rio sem nome
Rio sem nome
Rio sem nome
Rio sem nome
Cachoeira de 3 Legoas
Rio sem nome
(?) Sta. Lucia
Rio sem nome
R. dos Maguez
Aldea do Panico
Cachoeira comprida dos Corixas
R. da Ponte
Rio sem nome
Serra dos Guaiaes (?)
Rio sem nome
Morro do Chapeu
Portal de S. Luiz
R. de S. Lius
Minas da Natividade
S. Antonio
Rio sem nome
Cana-Brava
Rio sem nome
Almas
R. da Palma
Arrayal de S. Felix das Terras Novas
R. Parana
Minas del Arrayal
R. Custodio
S. Elias
Carmo
S. Felix
Fr. Reynaldo
Tombo do ouro
R. Preto
R. Claro
Rio sem nome
Rio sem nome
Rio sem nome
Curiola
Rio sem nome
S. José
Rita
Romé
Rio sem nome
Taryras
Min. de Amaro Luiz
Rio sem nome
Rio sem nome
Rio sem nome
Chapada
Arrayal do R. das Almas
R. Cabra
Vila Boa (Afastada do rio)
R. do Fexe
R. da MeyaPonte
Arrayal da MeyaPonte
R. Iroû
Ouro Fino
Arrayal da MeiaPonte
(abaixo do rio)

Os mapas mais atuais, e principalmente o mapa virtual *on-line* do *Google Earth* representam uma grande ocorrência de cursos d'água que se dirigem para o rio Tocantins. Há pelo menos 75 cursos d'água à esquerda e 92 à direita, totalizando 167 afluentes. As representações propostas por D'Anville no mapa *l'Amérique Méridionale* e a "Derrota do rio dos Tocantins", escrita por José da Costa Diogo, são econômicas nas representações dos rios em relação aos mapas atuais, totalizando cada um 52 (D'Anville) e 50 (José da Costa Diogo) afluentes. Mas também impressiona a proximidade que esses números guardam entre si[33].

Note-se, porém, que tanto o mapa de D'Anville quanto os mapas atuais, e até mesmo os mapas on-line, devem ser compreendidos como representações do espaço, cuja interpretação prima mais, em todos os casos, para como se deve compreendê-lo, do que para o tão desejado "espelho do mundo" (FURTADO, 2012), reproduzindo fielmente a realidade espacial que tanto perseguiu a cartografia.

Em que pese as diferenças das quantidades de rios à esquerda e à direita que os dois documentos apresentam, pode-se observar também aí a proximidade entre os números e, acima de tudo, os rios que foram nomeados, no mapa e na narrativa. Treze rios afluentes do rio Tocantins foram nomeados no mapa de D'Anville, enquanto onze rios foram nomeados na narrativa de José da Costa Diogo. Desses, seis não coincidem, o que pode sugerir não ter sido a "Derrota do rio dos Tocantins" a única informação de que o geógrafo fez uso. Ademais, a representação do rio Araguaia é apenas uma verificação da ocorrência da sua foz, no texto, enquanto D'Anville revela no mapa que esse rio possui uma extensão tão grande quanto o próprio Tocantins.

É talvez na indicação das cachoeiras do rio Tocantins que D'Anville é mais caro ao texto de José da Costa Diogo. Mas nesse caso não se deve recorrer aos números, senão lembrar que o geógrafo produz uma representação da realidade. O símbolo representativo da cachoeira está presente em grande parte do rio Tocantins no mapa de D'Anville, a sugerir que o geógrafo reconhece que as mais de três dezenas de cachoeiras citadas por José da Costa Diogo refletem um curso d'água muito acidentado.

---

[33] Veja-se as três Figuras do rio Tocantins representado pelo Google Maps, pela narrativa de José da Costa Dioto e pelo mapa de D'Anville.

De tudo o que pode relacionar, por coincidência ou divergência, do roteiro de José da Costa Diogo e da Carte de l'Amérique Méridionale, de D'Anville, a simplificação que o cartógrafo opera para transformar as informações recolhidas *in loco* ou mediadas por textos e imagens em um mapa faz deste último um conceito sobre a realidade espacial, e por isso é o mapa um discurso, uma síntese, uma interpretação complexa elaborada a partir do esforço da crítica e da investigação minuciosa do geógrafo.

A

B

R

ILHA MARAJO
ou DOS JOANES

T O P I N A M B A S

Grande Nation, —— et qui de sa prémiére demeure du côté de Rio Janeiro s'est et à couru même jusqu'à la frontiére du Pérou.

dont l'in
Les naturels d
T A

Dans cette partie du Io
on remarquera un esp
de plus de 50 mil Lieues Franç
dont les Cartes précéde
ne donnoient aucune conn

Detalhe do rio Tocantins no mapa de Jean Baptiste Bourguignon D'Aanville. 1748 Composite l'Amerique Meridionale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção do conhecimento sobre o espaço nos sertões da América portuguesa fez interagir diversos saberes, reforçando a produção de mapas através da mediação entre as informações colhidas *in loco*, por sertanistas, comerciantes e funcionários, não especializados, mas capazes de registrar dados cuja interpretação do geógrafo transformasse em uma síntese, um mapa.

Essa foi a forma com que muitos geógrafos construíram uma imagem sobre o mundo colonizado pelos europeus, apresentando em cores atribuídas às coroas dinásticas da Europa, em recortes que divisavam os interesses dos estados colonizadores e indicando topônimos que traduziam o sentido de territorialidade, de direito sobre o território, que os estados europeus reivindicavam para si nas mais variadas partes do mundo.

O Estado português investiu na convergência de informações produzidas pelas populações e as administrações locais de suas colônias, esforçando-se para ajustar a cartografia no mesmo assunto. Tal esforço fazia parte da construção de sentido de territorialidade que os outros estados europeus deveriam reconhecer, para garantir a continuidade colonizadora. E, nesse sentido, a síntese que um mapa construía sobre o espaço colonizado antecipava mesmo o reconhecimento do direito reivindicado sobre ele.

A ocupação do Brasil Central na primeira metade do século XVIII é esporádica e irregular no que concerne à formação dos povoados. Mas uma rede que interliga esses povoados às fazendas e às estradas que proliferaram consolidou rapidamente o sentido da territorialidade portuguesa, dando forma a uma presença que, a partir de então, reivindicaria a sua legalidade.

Esta forma, porém, diferente dos processos de expulsão ou extermínio sistemático dos grupos indígenas, em disputa pelos espaços de onde estão sendo desalojados, consubstancia-se na formação de “bolsões”, os “sertões dos gentios”, inaugurando novas formas de conflitos. Observe-se também que a grande quantidade de áreas quilombolas que foram formadas no Brasil Central desse período participa desse processo.

Ainda no período anterior ao auge da mineração em Goiás, é possível notar a complexidade com que se estrutura o território da futura capitania, emaranhando-se rapidamente os caminhos permeados de fazendas. Há que se pensar com mais cuidado a ordem econômica que se estabeleceu ali. O gado trazido do Sul para as Minas Gerais não se conduziu para Goiás; as proibições do transporte de cargas, principalmente do gado, ensejaram a formação de fazendas no próprio território goiano, sem a concorrência com a mineração; a integração com a Bahia e com outras regiões do Nordeste retirou o Brasil Central da condição de "Além Pireneus", na expressão solicitada por Paulo Bertran (2000), integrando-o à territorialidade portuguesa.

Os conflitos sociais de classes, que opunham ricos e pobres, organizavam a administração vigilante e repressora ao lado dos oligarcas, de um lado, contra os pequenos produtores e comerciantes, e os mais pobres, de outro lado. Essa rigidez, no entanto, admitia reconciliações e interações menos opressoras. E isso explica o homem comum José da Costa Diogo contribuindo com informações que permitem a produção de um conhecimento renovado sobre o Brasil Central.

A presença intensa da administração portuguesa, ligeiramente organizada, assim que se desmembrou essa região da capitania de São Paulo, produziu uma rápida superação das questões de limites – já que o Tratado de Tordesilhas passria nas proximidades do rio Tocantins – empurrando essa questão para Oeste. Quando das negociações dos novos limites entre os colonizadores portugueses e espanhóis, o território goiano não entra em negociações e a territorialidade portuguesa já se encontra assegurada nesta região.

Contribuiu para esta situação, não somente a ocupação de grandes parcelas de terras com vilas, estradas e fazendas que teciam um emaranhado de relações econômicas, sociais e políticas conduzidas pela coroa portuguesa, mas também o discurso dos mapas produzidos na Europa, indicando minas de ouro pertencentes a Portugal, assim como o preenchimento desse espaço com informações sobre a ação e a ocupação portuguesa nesse território e além.

O mapa de D'Anville (1748), produzido sob a encomenda do reino português para as negociações do Tratado de Madrid (1750), ainda que não tenha sido utilizado para essa finalidade, cumpriu o importante papel de assegurar que a presença portuguesa no Brasil Central era um fato consumado, ao apresentar um

conhecimento complexo sobre essa região, que somente um conjunto de informações pertencentes à coroa portuguesa poderia proporcionar.

Preencheu-se um vazio que fora ocultado por imagens simbólicas de povos desconhecidos e lugares edênicos pela cartografia pregressa, agora, com informações seguras da presença portuguesa adaptando topônimos e vigiando percursos que encaminhavam as riquezas produzidas nas minas e fazendas.

O rio Tocantins aparece no mapa de D'Anville como um símbolo da territorialidade portuguesa conquistada sobre um vazio de poder, pois nenhum dos lados, espanhóis e portugueses, considerava que os grupos indígenas que habitavam essa vasta região fossem portadores de direitos sobre os territórios em que viviam. Ademais, consideravam também que a presença do colonizador, de qualquer um deles, representava um passo em direção ao processo civilizador tanto justificava a submissão de povos aos interesses europeus.

É desse modo que o rio Tocantins, por tanto tempo permanecido incógnito nos mapas, demarca agora a territorialidade portuguesa sobre o seu espaço. E, se não fosse o relato de José da Costa Diogo e o contato que D'Anville teve com ele, talvez tivesse permanecido incógnito por mais tempo – o que não quer dizer que não houvesse outros modos de afirmação da territorialidade portuguesa.

Ainda que o mapa de D'Anville não fosse empregado no Tratado de Madrid, ele permaneceu sendo publicado até a última década do século XVIII, mantendo as mesmas informações sobre o rio Tocantins e assegurando, por meio da síntese discursiva nele construída, a compreensão de que essas são terras portuguesas.

Afinal, o próximo relato sobre o rio Tocantins, o "Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauhi"[34] apareceu somente nos últimos anos do século XVIII. Muitas outras informações sobre o rio e o processo de ocupação das suas margens foram informadas ao longo desse tempo, mas nenhum outro documento veio à luz trazendo tantos detalhes quanto o roteiro produzido por José da Costa Diogo.

A coroa portuguesa pareceu satisfeita da sua vontade de saber sobre a região do rio Tocantins, ainda que demandasse a produção de novas informações sobre o território goiano, com vistas à produção de mapas. Com o esforço de dom Luís da

[34] Documento original depositado no Arquivo da Torre do Tombo sob a referência: PT/TT/MSBR/0022, com data sugerida dos últimos anos do século XVIII.

Cunha para informar-se do interior, e ainda que novos documentos surgissem detalhando o território goiano, o rio Tocantins permaneceu conhecido pela síntese de D'Anville.

E o rio Tocantins não se revelou o "rio Rico", como pressupôs José da Costa Diogo, em que pese a ocorrência de achados auríferos em alguns pontos da sua região. As dificuldades de acesso ao rio, bem como a grande distância entre essa região e a sede da capitania, manteve por longo tempo o Norte goiano abandonado dos governos, o que muitas vezes ensejou revoltas e tentativas de separação.

As questões que envolviam a territorialidade portuguesa se afastaram definitivamente da capitania de Goiás depois dos tratados (Madrid, 1750 e Santo Idelfonso, 1777), diminuindo cada vez mais a necessidade de um saber mais elaborado sobre esse território.

Por fim, as proibições de navegação sobre o rio Tocantins, preocupadas com a evasão clandestina do ouro e a interseção entre os estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, somada às dificuldades naturais impostas à navegação do rio Tocantins, também funcionaram como fatores que desestimularam tanto a ocupação mais sistemática como o saber mais detalhado sobre essa região.

BIBLIOGRAFIA

Os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino que foram consultados e utilizados neste estudo são citados considerando a capitania a que se refere o catálogo (ex.: AHU-PARÁ; AHU-SÃO PAULO) e o número do documento no catálogo (ex.: AHU-GOIÁS 0001; AHU-SÃO PAULO 0001).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – GOIÁS

1 - 1731, Março, 7, Goiás – CARTA do tesoureiro e comissário da Fazenda dos Defuntos e Ausentes da comarca de Goiás, Matias do Couto Reis, ao ouvidor-geral de São Paulo, Bernardo Rodrigues do Vale, sobre o mau governo das Minas de Goiás. Anexo: 2 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 1.

3 – [ant. 1732, Fevereiro, 23, Goiás] – REQUERIMENTO do regente e descobridor das Minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, ao rei [D. João V], solicitando cópia do regimento que lhe foi dado no ano de 1722 pelo governador e capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Obs.: inserida cópia do regimento. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 3.

4 – 1732, Maio, 5, Goiás – CARTA (cópia) do vigário de Goiás, [arraial de Santa Ana], Pedro Ferreira Brandão, ao desembargador Belchior do Rego de Andrade, sobre o estado das Minas de Goiás e a necessidade de medidas contundentes para se evitar os descaminhos dos quintos. Anexo: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 4.

5 – [ant. 1733, Agosto, 21, Goiás] – REQUERIMENTO do padre frei Cosme de Santo André, ao rei [D. João V], solicitando que lhe seja concedida a parte que lhe couber do rendimento das passagens que se concederam aos descobridores das Minas de Goiás, visto que ele também integrava o grupo de descobridores. Anexos: 3 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 5.

6 – 1733, Setembro, 24, Lisboa – CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre o requerimento dos descobridores das Minas de Goiás, capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva e capitão João Leite da Silva Ortiz, acerca das passagens dos rios que lhes foram concedidas. Anexos: 11 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 6.

7 – [ant. 1733, Outubro, 10, Goiás] – REQUERIMENTO de Francisco Ferreira da Silva, ao rei [D. João V], solicitando provimento, por tempo de um ano, no ofício de tabelião e escrivão das Datas e Sesmarias do distrito das Minas de Goiás. Anexo: 4 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 7.

8 – [post. 1734, Novembro] – ROTEIRO de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até às Minas de Goiás. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 8.

11 – 1735, Janeiro, 12, Goiás – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei [D. João V], sobre o Regimento dos superintendentes das Minas de Goiás, ordenando que os descobridores de ribeiros auríferos declarem o descoberto ao superintendente-geral, sob pena de não obterem

nenhuma data e propondo que a pena contra os mineiros omissos, citada no capítulo quinto do dito Regimento, deveria ser ampliada para degredo e confisco do ouro. Anexos: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 11.

12 – [post. 1735, Janeiro, 23] – ROTEIRO (cópia) da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12.

15 – 1735, Fevereiro,15, Goiás – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei [D. João V], sobre o caminho dos currais e o motivo que facilitou as entradas dos gêneros, gados e cavalos, nas Minas de Goiás. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 15.

16 – 1735, Março, 20, Goiás – CARTA do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, ao rei [D. João V], sobre a avaliação do rendimento do ofício de escrivão da Superintendência-Geral e das Datas e Sesmarias das Minas de Goiás. Anexo: 3 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 16.

18 – [ant. 1735, Novembro, 11] – REQUERIMENTO de Francisco da Silva Henriques, ao rei [D. João V], solicitando provimento para exercer os ofícios de escrivão das datas de Sesmarias e Execuções e tabelião do Público, Judicial e Notas da comarca de Goiás. Anexos: 3 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 18.

19 – [ant. 1735, Dezembro, 17, Goiás] – REQUERIMENTO do tabelião do Público, Judicial e Notas e escrivão das Datas e Sesmarias das Minas de Goiás, Francisco da Silva Henriques, ao rei [D. João V], solicitando provimento do ofício de escrivão da Superintendência-Geral das Minas de Goiás, pelo tempo de um ano. Anexo: 2 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 19.

20 – [ant. 1735, Dezembro, 23, Goiás] – REQUERIMENTO de Francisco Ferreira da Silva, ao rei [D. João V], solicitando que lhe seja passada outra provisão para confirmar o seu ofício de tabelião do Público, Judicial e Notas e escrivão das Datas e Sesmarias das Minas de Goiás. Anexo:1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 20.

21 – 1736, Janeiro, 21, Lisboa – PARECER do Conselho Ultramarino, sobre a carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, dando conta do que tem feito acerca da lei que ali se mandou promulgar relativa à proibição de se abrir caminhos novos e picadas e apontando os meios para se evitar a extração do ouro. Anexo: 2 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 21.

22 – 1736, Janeiro, 25, Lisboa - CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do superintendente-geral das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva, acerca de os guardas-mor não observarem o regimento nas partilhas das terras minerais; as controvérsias que resultam nos descobertos; o procedimento que determinou ter contra Carlos Marinho e o intento do Maranhão em tomar posse daquelas Minas. Anexo:5 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 22.

26 – 1736, Fevereiro, 11, Lisboa – PROVISÃO (cópia) do rei D. João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, conde de Sarzedas, [D. António Luís de Távora], ordenando-lhe que passe às Minas de Goiás e nelas determine o lugar mais adequado para a criação de uma vila. Anexos: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 26.

49 – 1738, Maio, 24, Santa Ana – CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real das Minas de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho, ao rei [D. João V],

remetendo mapa do rendimento da capitação e escravos das Minas de Goiás de 1736 e mapa do rendimento da nova Provedoria da Fazenda Real de 1737, as suas despesas, e a remessa do ouro das ditas Minas. Anexos: 4 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 49.

61 – [ant. 1739, Julho, 21, Goiás] – REQUERIMENTO do tabelião do Público, Judicial e Notas e escrivão das Datas e Sesmarias de Vila Boa, Francisco Ferreira da Silva, ao rei [D. João V], solicitando novo provimento para continuar exercendo os mesmos ofícios por mais um ano. Anexo: 2 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 61.

66 – 1739, Setembro, 29, Vila Boa – CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre as notícias recebidas dos descobertos de São Luís [Natividade] e do rio chamado de Manuel Álvares e acerca da necessidade de se criar uma Intendência nesses descobertos, devido à grande distância entre essas Minas e a Intendência de Vila Boa. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 66.

68 – 1739, Setembro, 30, Vila Boa – CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], em resposta à provisão de 11 de Fevereiro de 1736, sobre a grande distância entre São Paulo e as Minas de Goiás e a necessidade desta última ter o seu próprio governo. Anexos: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 68.

89 – 1739, Dezembro, 15, Vila Boa – CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre a provisão de 30 de Maio de 1737, determinando que as minas de São Félix e todas as mais que se descobrirem não se comuniquem com o Pará, seja por terra ou pelos rios navegáveis. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 89.

131 – 1741, Fevereiro, 10, Traíras - CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre o florescimento dos novos descobertos nas Minas de Goiás, ao norte de São Paulo, entre eles os de Arraias e Rio do Sono, e acerca da facilidade de se remeter o ouro da Fazenda Real pelo caminho da Bahia. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 131.

139 – 1741, Fevereiro, 28, Traíras – CARTA do [governador e capitão-general de Goiás], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre o estado pacífico da capitania de São Paulo; o aumento das Minas de Goiás com o novo descoberto de Arraias; a importância das Terras Novas com suas fazendas de gado no socorro ao novo descoberto e as novas bandeiras formadas em busca de ouro no rio do Sono e em outras localidades daquelas Minas. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 139.

146 – [ca. 1741] – CARTA (cópia de capítulos) do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas ao [governador e capitão-general de Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, sobre algumas desordens provocadas pelos mineiros poderosos para se aproveitarem das águas dos descobertos; a produção das minas e o tipo de formação mineral; a notícia do descoberto de ouro no rio do Sono e acerca do castigo aplicado aos que passarem das ditas minas para o Pará e Maranhão por rio ou caminho de terra. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 146.

163 – 1742, Março, 17, Vila Boa – CARTA do ouvidor-geral das Minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a lei de 17 de Novembro de

1731, determinando que os contratos reais se arrematem com a assistência do procurador da Fazenda Real e acerca da arrematação do contrato dos dízimos e passagens de Goiás terem sido arrematados sem a sua assistência. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 163.

171 – 1742, Março, 21, Vila Boa – CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real de Goiás, Sebastião Mendes de Carvalho, ao rei [D. João V], sobre a conveniência de se aumentar o preço anual do contrato das passagens das minas, arrematado por José da Costa Guimarães, pelo fato de existirem novos descobertos. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 171.

177 – 1742, Março, 30, Vila Boa – CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre a aplicação da lei determinando a avaliação dos escravos penhorados. Anexo: 2 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 2, D. 177.

254 – 1744, Agosto 23, Santos – CARTA do [governador e capitão-general de São Paulo], D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V], sobre os autos de devassa tirados pelo ouvidor-geral das Minas de Goiás, [Manuel Antunes da Fonseca], acerca dos danos causados pelos índios nos distritos de Natividade, Remédios, Terras Novas e Paranã, e ressaltando que para livrarem os moradores das Minas de Goiás das vexações dos índios, se deve assisti-los com o sertanista António Pires de Campos com os seus bororós. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 3, D. 254.

315 – 1746, Maio, 22, Meiaponte – CARTA do ouvidor-geral das Minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei [D. João V], remetendo lista dos oficiais da Justiça, Fazenda e Governança, provimentos, tempo de posse e donativos do ano de 1746 na comarca de Goiás. Anexo: 2 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 4, D. 315.

334 – 1747, Abril, 12, Vila Boa – CARTA do intendente e provedor da Fazenda Real das Minas de Goiás, Manuel Caetano Homem de Macedo, ao rei [D. João V], sobre os direitos das passagens dos rios, entre eles o rio Grande, das Velhas e Corumbá, do distrito da comarca de Goiás, concedidos ao [descobridor das Minas de Goiás] coronel Bartolomeu Bueno da Silva e acerca de se lançarem pregões na forma do Regimento para as passagens dos rios que ficaram fora da mercê concedida ao referido descobridor. Anexos: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 4, D. 334.

353 – [ant. 1748, Abril, 5, Goiás] – REQUERIMENTO do alferes Manuel da Costa Pereira, ao rei [D. João V], solicitando confirmação da carta de sesmaria nas Minas de Goiás, na região do arraial de Meiaponte. Anexo: 3 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 5, D. 353.

595 – 1753, Setembro, 8, Vila Boa – CARTA do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao rei [D. José], [D. José], em resposta à provisão sobre a prisão e confisco de bens feitos a António José do Prado, comboeiro do Maranhão, culpado de conduzir ouro de Paracatú para em Goiás se fundir livre do quinto. Anexo: 1 doc. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 9, D. 595.

644 – 1754, Junho, 16, São Félix – OFÍCIO do [governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos], D. Marcos de Noronha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real], remetendo mapa da remessa do ouro do quinto de 1753, com o rendimento dos confiscos, das escovilhas de 1752

e 1753 e os donativos dos ofícios. Anexo: 7 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 10, D. 644.

740 – 1755, Abril, 15, Vila Boa – OFÍCIO do secretário do governo de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a descoberta das minas de Goiás; sua povoação; o caráter dos primeiros mineiros e profissionais liberais; os governos civil e eclesiástico e os problemas nela existentes. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 12, D. 740.

892 – 1758, Abril, 30, Vila Boa – CARTA do ouvidor-geral de Goiás, António da Cunha Sotomaior, ao rei [D. José], remetendo relação dos lugares e povoações da capitania de Goiás, as distâncias que existem de umas às outras e a descrição dos rios que banham as povoações, para se formar uma carta topográfica de todo o Brasil, evidenciando-se os sertões. Obs.: Consta desta relação os seguintes arraiais com seus distritos: Meiaponte, Santa Luzia, Flores do Paranã, Senhora dos Remédios, Natividade, Barra da Palma, São Félix, Traíras e Pilar. Ver AHU_ACL_CART_008, D. 868. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892.

903 – [ant. 1758, Agosto, 17, Goiás] – REQUERIMENTO do guarda-mor Agostinho Pinheiro Caldas, ao rei [D. José], solicitando confirmação da carta de sesmaria no distrito de São José do Tocantins, junto ao córrego Fundo que faz barra no rio Maranhão, capitania de Goiás. Anexo: 2 docs. AHU-Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 903.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – PARÁ

1260 – 1732, Maio, 12, Caminho das Povoações – OFÍCIO de Manuel da Costa Madureira para o [governador e] capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, sobre o povoamento da capitania do Pará. AHU_ACL_CU_013, Cx. 13, D. 1260.

1653 – 1735, Agosto, 21, Belém do Pará – CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Matias da Costa e Sousa, para o rei [D. João V], remetendo a lista da carga do navio "Santa Teresa e São João Baptista", que partiu de Belém do Pará com destino ao Reino. AHU_ACL_CU_013, Cx. 18, D. 1653.

2177 – 1740, Abril, 26, Belém do Pará - PROVISÃO (cópia) do rei (D. João V) para Luís Pora de Morais e Castro, ordenando que leve à presença do reverendo vigário-geral do Bispado do Pará, os índios que, por ordem do ouvidor-geral juiz privativo ds liberdades lhe foram entregues, para serem ouvidos no Tribunal da Junta de Missões. AHU_ACL_CU_013, Cx. 23, D. 2177.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – SÃO PAULO

1104 – **1735, Dezembro, 10, Lisboa Ocidental –** PARECER do Conselho Ultramarino, sobre ser conveniente a criação ou mudança do governo de São Paulo, para as minas de Goiás , a criação de vilas, e a abertura do caminho para as minas do Cuiabá. Como nas Minas Gerais se estabeleceu por capitação, a cobrança dos quintos, é preciso que nas outras minas se faça o mesmo, por isso manda-se ao governador (e capitão-general da capitania de São Paulo), conde de Sarzedas, (Antônio Luís de Távora), que passe às minas do Goiás, para estabelecer a referida

capitação, e para fundar as vilas. Ao mesmo tempo, irá para São Paulo, um novo governador, para governar a capitania e as minas do Cuiabá, até que o referido conde de Sarzedas volte da sua missão. Para assistir a este conde, parece ao Conselho que o capitão Manuel de Barros Guedes deve passar ao Goiás, pela picada de São Romão, comarca do Rio das Velhas. Também será conveniente que vá às minas, Martinho de Mendonça de Pina e Proença para que, com o seu parecer e o do intendente das mesmas minas, Gregório Dias da Silva possa a dito conde tomar resolução conveniente. Anexo: 2 pareceres, carta. AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 11, doc. 1104. **AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 11, D. 1104.**

OUTROS DOCUMENTOS

CALDEIRA, J. (Org.). **Brasil:** a história contada por quem viu. São Paulo: Mameluco, 2008 (trecho do documento “Apologia dos paulistas”).

Carta ao padre provincial do Brasil, 1654. In VIEIRA, A. **Cartas do Brasil.** Organização e introdução João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003; VIEIRA, A. **Cartas.** Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997; LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo III. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

ZUZARTE, Teotónio José. Fl. 1769. Diário da navegação do rio Tieté, rio Grande Paraná e rio Gatemy: em que se da relação, de todas as cousas mais notaveis destes rios, seu curso [e] su distancia / Escripto pelo Sargento Mór, Theotonio José Luzarte [1831?] F. 31cm. (http://purl.pt/23596/4/cod-754_PDF/cod-754_PDF_24_C-R0150/cod-754-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. (Acessado em 26/03/2014)

Notícia – 1ª Prática que dá o P. M.e Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão-Pará. In TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1981.

ANÔNIMO. **Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauhi.** Documento original depositado no arquivo da Torre do Tombo sob a referência: PT/TT/MSBR/0022, com data sugerida dos últimos anos do século XVIII.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. **Capítulos de história colonial.** www.terra.com.br/virtualbooks, 2002.

AB’SABER, A. “Fundamentos geográficos da história brasileira”. In HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1985.

ADONIAS, I. **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do quinto centenário da morte do infante Dom Henrique.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1960.

APOLINÁRIO, J. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão** – as práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII. Tese de doutoramento, UFPE, Recife, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Normas técnicas para a transcrição e edição de documentos manuscritos. http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf (acessado em 21.03.2015).

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, pp. 127-147, 2002.

ARTIAGA, Z. **História de Goiás.** Goiânia: Estado de Goiás, 1961.

AZEVEDO, F. F. dos S. **Annuario histórico, geographico *e* descriptivo do estado de Goyaz para 1910.** Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BERREDO, B. P. de. Regimento pelo qual o Governador Bernardo Pereira de Berredo mandou descobrir o curso do rio Tocantins, 1717. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 46, parte 1, p. 177-181, 1883.

BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil.** Brasília: Codeplan; Goiânia: UCG, 1988.

_____. **História da terra e do homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador. Brasília: Verano Editora, 2000.

_____. **História de Niquelândia:** do Julgado de Traíras ao Lago de Serra da Mesa. Brasília: Verano Editora, 2002.

BICALLHO, M. F. e FERLINI, V. L. A. (orgs.) ***Modos de Governar***: **ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005**.

BLACK, J. **Mapas e história:** construindo imagens do passado. Bauru-SP: Edusc, 2005.

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII.** São Paulo: Tese de doutoramento, 2007. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-13052010-090028/pt-br.php (Acessado em 20/04/2013)

BORGES, G. A. "Entre a diplomacia e a cartografia: o "Tratado" de Francisco de Seixas e a soberania portuguesa na América". In MOTTA, M.; SERRÃO, J. V. e MACHADO, M. **Em terras lusas:** conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo-SP: Editora Horizonte, 2013.

BOXER, C. R. **O Império marítimo português.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. **Caderno da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia.** Brasília: MMA, 2006.

_____. **Divisão hidrográfica nacional.** http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/6333F3D1/DivisHidrogNac_luizduboc1.pdf - acessado em 26/04/2014

BRASIL, V. e GANDARA, G. S. **Cidades, rios e patrimônio:** memórias e identidades beiradeiras. Goiânia: PUC-Goiás, 2010.

BULCÃO, C. **Padre Antônio Vieira:** um esboço biográfico. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 2008.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CABRAL, L. M. M. (Coord.). **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica.** Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

CARDIM, P. e MIRANDA, S. M. "A expansão da coroa portuguesa e o estudo político dos territórios". In FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. de F. **O Brasil colonial:** 1580-1720. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARDOSO, A. e CHAMBOULEYRON, R. **Cidades e vilas da Amazônia colonial.** Revista Estudos Amazônicos, Vol. IV, n.2, p.37-51, 2009.

CARRARA, A. A. **Contribuição para a história agrária de Minas Gerais** – séculos XVIII e XIX. In http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Hist%C3%B3ria-Agr%C3%A1ria-de-Minas-Gerais.pdf (acessado em 18/02/2015).

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, M. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CINTRA, J. P. e FURTADO, J. F. **A *Carte de l'Amérique Meridionale* de Bourguignon D'Anville:** eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 31, n. 62, pp. 273-316, 2011.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas.** Tomo I. Imprensa NACIONAL. Casa da Moeda. Lisboa, 2009.

COSTA, A. **Sistemas fiscais no Império:** o caso do ouro do Brasil, 1725-1777. Tese de doutoramento em História Econômica e Social, Universidade de Lisboa, 2013.

DAHER, A. Narrativas quinhentistas sobre o Brasil e os brasis. In FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. de F. **O Brasil colonial:** 1500-1580. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DAMATTA, R. "Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações". In BOURG, D. (dir.) **Os Sentimentos da Natureza.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ÉLIS, B. **A vida são as sobras.** Goiânia: Kelps, 2000.

_____ "Ontem, como hoje, como amanhã, como depois". In **Caminhos dos Gerais (contos).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FARES, J. A. **Viagens e cartografias em Paul Zumthor:** (re)leituras. Londrina: GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, número 5 – jan-jul de 2008, pp.20-33.

FARGE, A. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, M. R. **As bandeiras do Paraupava.** São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas:** 1825 a 1829. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1977.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam:** o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Tese de doutorado, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2006.

FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d'el rei:** espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III.** Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. de F. **O Brasil colonial:** 1580-1720. V.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **O Brasil colonial:** 1720-1821. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANÇA, J. M. C. e RAMINELLI, R. **Andanças pelo Brasil colonial:** catálogo comentado (1503-1808). São Paulo: Unesp, 2009.

FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; DRUMMOND, J. A. e TAVARES, G. G. **História ambiental:** fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Graramond, 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004 (http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf - acessado em 28/12/2013).

FURTADO, J. F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e novas práticas letradas. In FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. de F. **O Brasil colonial:** 1720-1821. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Oráculos da geografia iluminista:** Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **Homens de negócio:** a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba… Cidades-beira.** Brasília: Universidade de Brasília – UnB, Tese de doutoramento, 2008.

GANDAVO, P. de M. **Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIDON, N. e ARNAUD, B. **The chronology of New Word:** two faces o of one reality. Word Archeology, 23 (2): 167-168.

HESPANHA, A. M. **História de Portugal moderno político e institucional.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

_____. **Monções.** São Paulo: Brasiliense, 1989a.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira.** A Época Colonial. Do Descobrimento a expansão territorial. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1989b.

_____. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P. (orgs). **Textos em representações sociais.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

KANTOR, I. **Cartografia e diplomacia:** usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.17. n.2. p.39-61 Jul-Dez 2009.

_____, I. **Mapas em trânsito:** projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). Araucária, vol. 12, núm. 24, 2010, pp. 110-123 Universidad de Sevilla – Espana.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, Tomos II, III e IV, 2006.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios:** natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15 – UnB, 1999.

LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002.

MAGALHÃES, J. R. **Labirintos brasileiros.** São Paulo: Alameda, 2011.

MARQUES, M. S. **Cartografia antiga:** tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2001.

MATOS, R. J. C. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.** Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

MELLO, C. F. P. de. **Forças militares no Brasil colonial:** corpos auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MENDES, U. C. **Sesmarias:** uma dádiva do rei. Revista Semina (9(1):13-21). Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 1988.

MORALES, W. F. **Um estudo de arqueologia regional no médio curso do rio Tocantins, TO, Planalto Central Brasileiro.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17:69-97, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais.** Investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MOTTA, M.; SERRÃO, J. V. e MACHADO, M. **Em terras lusas:** conflitos e fronteiras no Império Português. Vinhedo-SP: Editora Horizonte, 2013.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa** – características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V.1, N.3, 2º semestre/1996.

NORONHA, J. M. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, J. P. de e FREIRA, C. A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC, 2006.

OLIVEIRA, J. P. "Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica". In FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. de F. **O Brasil colonial:** 1443-1580. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OLIVEIRA, M. de F. **Cidades ribeirinhas do rio Tocantins:** identidades e fronteiras. Tese de doutorado, Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, 2007.

PALACIN, L. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás** – O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: UFG/São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PALACIN, L. e MORAES, M. A. de S. **História de Goiás.** Goiânia: UCG, 2001.

PÉCORA, A. e CARDOSO, A. **Uma arte perdida nos trópicos:** a epistolografia jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (séculos XVII-XVIII). Revista Estudos Amazônicos, Vol. VIII, Nº 2 (pp.1-22) 2012.

PEDLEY, M. S. **O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII.** Varia História, Belo Horizonte, vol.23: p.15-29, Jan/Jun 2007.

RAVENA, N. e MARIN, R. E. A. **A teia de relações entre índios e missionários:** a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia colonial. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 29, N.50, p. 395-420, Mai/Ago, 2013.

REVEL, J. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos-SP: Claraluz, 2005.

ROCHA, L. M. (Org.). **Atlas Histórico:** Goiás Pré-Colonial e Colonial. Goiânia: Cecab, 2001.

ROCHA Jr, D. A.; VIEIRA Jr, W. e CARDOSO, R. C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

ROMEIRO, A. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALLHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) ***Modos de Governar*: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005**.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado.** Brasília: Editora UnB, 2007.

SÊGA, R. A. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici.** Anos 90, Porto Alegre, n.13, julho de 2000.

SILVA, F. C. T. *"Conquista e colonização da América Portuguesa – O Brasil Colônia – 1500/1750"* in LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVA, M. M. F. **Kilômetro zero, caminhos antigos: estradas modernas, rodovias cariocas, irradiação rodoviária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Of. Tip. São Benedicto, 1934.

SILVA. O. B. **Breve história do Tocantins e de sua gente:** uma luta secular. Brasília: Solo Editores, 1996.

SOUZA, B. J. **Dicionário da terra e da gente do Brasil:** onomástica geral da geografia brasileira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

SOUZA, L. M. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

SOUZA, L. M. e BICALHO. M. F. B. **1680 – 1720: O Império deste mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAUNAY, A. E. **Relatos sertanistas.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1981.

TODOROV T. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1982.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília:** estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VARNHAGEM, A. **História geral do Brazil.** Rio de Janeiro, (2 tomos) 1857.

VIEIRA, A. **Cartas do Brasil.** São Paulo: Hedra, 2003.

APÊNDICES

DERROTA DO RIO SÃO FRANCISCO (AHU-GOIÁS 0008) Transcrição[35]

[FOLHA 1] Derrota do Rio de São Francisco pelo Urocuya a sima the as minas dos Goyazes em 734.

Estando eu José da Costa Diogo, e Joaquim Barbosa e outros mais camaradas em o Rio de Sam Francisco para Seguirmos viagem para as minas do Serro do Frio com alguns cavalos carregados. Se divulgou que o caminho das minas dos Goyazes estava desimpedido para q pudece entrar tudo o que quisessem vindo do Rio de São Francisco ou de outra qualquer parte, pagando contagens como era costume nas mais minas, e parecendo-nos que nas minas dos Goyazes poderíamos fazer melhor negócio do q nas do Serro do Frio, nos resolve mos a seguir para aquelas e deixar estas, e seguindo com effeito nossa derrota debaixo da boa fee da liberdade passamos o rio de São Francisco em 20 de junho do dito anno de [1]734.

Aos 22 fomos dormir à Fazenda do Acary, que fica na beira do Rio de São Francisco na Barra do Rio Urocuya aonde topamos huns homens que vinham das ditas minas dos Goyazes e nos disserão que depois da sua partida se havia de publicar o Decreto de Sua Magestade em que concedia o Caminho franco.

Aos 4 de julho chegamos à Fazenda do Fáz tudo, ultima fazenda das povoações antigas. Aquy nesta fazenda se aparta hua estrada para as povoações do Paranan e outra para as minas dos Goyazes.

Aos [FOLHA 2A] Aos 8 de julho chegamos à Fazenda de Santa Rosa, primeira fazenda das povoações novas, a onde achamos huns passageiros que vinhão dos Goyazes e nos dicerão que havia licença para entrar tudo por tempo de três mezes, que tinha tido seu princípio por dia de São João e com esta no tícia seguimos com mais brevidade nossa derrota.

Aos 9 de julho chegamos ao cítio dos Bezerras ao qual vem sahir hua estrada que vem do Rio de São Francisco da Villa de São Romão pelo Rio Paracatu asima; outra que vem do Rio das (Velhas), e para dizer melhor da sua barra. E outra que

---

[35] Transcrição revista a partir da obra: D. A. ROCHA Jr.; W. VIEIRA Jr. e R. C. CARDOSO. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

vem das Minas Geraes buscando o Rio do Abayté. Todas estas estradas se ajuntão no cítio dos Bezerras, e fazem estrada Real para as minas dos Goyazes.

Aos 10 do dito chegamos a lagoa Fea; he este lago muito grande, e soturna e verte agoas para a estrada que vem de São Paulo; desta lagoa piquena distância ficam as prin cipais cabeceyras do Rio dos Tocantins, chamado lá Maranhão.

Aos 17 dias de julho chegamos ao cítio chamado dos Macacos três dias de distância do Arraial das Meyaponte, em que demoramos três dias; em os quaes passou por aly hua tropa que vinha dos Goyazes e nos dice que já o caminho estava outra vez impedido e que verdade esta tinha estada franca, mas que fora tão somente por 10 dias contados da publicação; os concidera o Regente Antônio de Souza Basto, contra o Decreto de Sua Magestade.

[FOLHA 2B] E diceraõ mais que pello Decreto ordenava Sua Ma gestade que se restituísse tudo o quanto se tivesse confiscado athe a publicação daquelle, e que da tal publicação em diante se comfiscasse crias o que viesse pello tal caminho e que os passageiros que adiante hião, se hião queixando do Regente, por haver desviado dez dias, e contra a forma do rezoluto no Decreto de Sua Magestade o que foy causa de se abalar muito grande número de gente Com boa fee da qual muito fora confiscada e vendonos nós já tão perto das ditas minas, com perda de dez cavallos e parte das cargas que nelles hião, sem comodidade para continuar a derrota para outra parte nos resolvemos a continuar para diante dispostos à fortuna.

Aos 24 de julho, com 31 dias de viagem a fomos seguindo e dormir ao cítio de Miguel Ribeiro, desviado do Arrayal da Meyaponte, 5 légoas no caminho que vay para o Arrayal do Maranhão, aonde demos descanso aos cavalos alguns dias.

Serião quinze ou vinte de agosto quando chegamos ao Arrayal do Maranhão e pondo as cargas em caza de Antônio da Rocha Nunes e de Bento Marques Chavasca, nos retiramos para hua rossa e passados alguns dias nos mudamos para o Arrayal não estando ahy o Regente Antônio de Sousa Basto, que andava em descubrimento, tudo estava acomodado.

[FOLHA 3A] Nos princípios do mês de septembro chegou o Regente do seu descoberto e depois de 20 dias da sua chegada a aquele Arrayal dos Maranhão, deu princípios aos confiscos pela minha fazenda e de meus companheiros que tínhamos em caza de Antônio da Rocha Nunes e de Bento Marques Chavasca, queria vallor de 750 oytavas de ouro das quaes me pertencião 600, do que quasy nada apareceu. Em praça para se rematar como he o estillo o porque dirá o Regente, a seus

officiais, confiscando juntamente no mesmo tempo a fazenda dos ditos Antônio da Rocha, e Bento Marques Chavasca e prendendo-os tambem soltando-os ao depois com perdimento de sua fazenda; e foy logo continuando outros confiscos com várias peçoas entre as quaes foy hum João Pereira homem de cor honesto morador no Rio de São Francisco e a outro seu companheiro estes dous confiscados, importaria o confisco 900 oytavas de ouro em fazenda e ouro do que também pouco apareceu na praça João Rodriguez Mendes foy confiscado em vallor de 600 8.as [oitavas] de ouro, metade minhas pela sociedade que tinha com o dito deyxando o dito João Rodriquez aleijado deytado em hua rede e fez muitos outros confiscos semelhantes a estes; e vendosse os homens derotados cada hum tratou de procurar sua vida.

Entre os quaes fuy eu hum delles, como algum tempo tive exercio de minerar, me determiney de continuallo, para o que procurey camaradas que [FOLHA 3B] Me acompanhassem a fazer algum descobrimento de ouro e com effeito achando sete camaradas e quatro escravos, três meus e hum dos camaradas nos rezolvemos, com duas canoas, ferramentas, mantimentos e o mais necessário que comprey tudo a custa de minha fazenda a seguir viage pello Rio dos Tocantins a baixo em rezão de melhor comodidade para a condução dos mantimentos e mais equipagens, precizos para o descuberto desejado das populosas minas de ouro do mesmo Rio dos Tocantins.

Roteiro das fazendas que há no caminho que vay do Rio de São Francisco para as Minas dos Goyazes athe o Arrayal da Meyaponte.

A 1ª fazenda que fica na Barra do Rio Urocuya, na beira do Rio de São Francisco, se chama o Acary. Deste Sítio às Frechas 3 Legoas[;] Dahy a Cachoeyra 2 ditos[;] Dahy ao Campo Grande 3 [;] Dahy a São Francisco 3 [;] Dahy a Estiva 4 [;] Dahy ao Capão 5 [;] Dahy a Santiago 3 [;] Dahy a Cana Brava 12 [;] Dahy a fazenda da Serra de Sima 5 [;] [FOLHA 4A] Dahy a fazenda de Faz tudo 5 Légoas

Aquy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.

Do Faz tudo ao Ribeirão de São João 5 [;] Dahy a Santa Rosa 7 [;] Dahy aos Bezerras 5

Aquy a estas fazendas em sahir mais tres estradas, hua de São Romão pello Paracatu asima; outra da Barra do Rio das Velha; outra das Minas Geraes que busca o Abayté.

Dos Bezerras a Lagoa Fea 4 [;] Dahy a Bandeyrinha 4 [;] Dahy a João da Costa 4 [;] Dahy ao Monteiro 2 [;] Dahy ao Sobradinho 3 [;] Dahy às Três barras 3 [;] Dahy aos Macacos 7 [;] Dahy ao Ribeirão da Area 5 [;] Dahy ao Corumbá que não está povoado 5 [;] Dahy ao Arrayal da Meyaponte 3 [;] Deste Arrayal ao dos Goyazes de cavallos carregados 10 dias[;] Dos Goyazes ao descoberto dos Corichaz 14 dias[;] Do Arrayal da Meyaponte ao do Maranhão 8 dias[;] Do Arrayal do Maranhão aos Corichaz 8 dias[;]

[FOLHA 4B] Do Arrayal do Maranhão à campanha dos Tocantins 8 dias [;] Da campanha dos Tocantins ao Paranan, fazendas de gado [Estrada nova riscado] 6 dias [;] Da campanha dos Tocantins por outra estrada também nova as terras novas fazendas de gado 8 dias.

No anno de 1732, sahiu hua bandeyra de 50 pessoas, entre brancos e escravos em descobrimento de ouro e athé 9bro [novembro] de 1734 não houve mais notícia della por onde se julgava perdia ou derrotada do gentio.

DERROTA DO RIO TOCANTINS (AHU-GOIÁS 0012) Transcrição

[FOLHA 1] 12 – [post. 1735, Janeiro, 23] ROTEIRO (cópia) da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará. AHU – Goiás AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 12.

[FOLHA 2] - [1] 734 – Derrota do Rio dos Tocantins

[FOLHA 3] Copea da derrota que fiz pello Rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará.

Aos dous de Novembro do anno de 1734// party do Arrayal de Santo Antônio do Campo, chamado lá Maranhão. Deste Arrayal duas legoas me embarquey com alguns camaradas em hua canoa navegando o Rio abayxo; teríamos andado meya legoa, quando sahimos ao Rio das Almas, ficandonos á parte esquerda. Tem este Rio das Almas suas cabeceyras no Arrayal da meyaponte; e o do Maranhas as suas perto da lagoa fea do caminho que vem do Rio de São Francisco; e depois destes Rios se unirem ambos e dous toma o nome Tocantins; e por antonomazia o Rio Rico. Navegamos este dia com bom sucesso, passando alguas cachoeyras, e Intaypadas ; e nos viemos arrancar [arranchar] a hum citio chamado os cocaes, aonde achamos os outros camaradas esperando por nós, tendo feyto o seu caminho por terra por não caberem na canoa; este dia andariamos pela fantezia seis legoas. Neste citio nos demoramos alguns dias a deligenciar outra canoa, e logo que a achamos seguimos nossa derrota, todos juntos.

Aos dois dias de viagem passamos quatro cachoeyras, e chegando a outra mayor nos arranchamos da parte de sima deyxando a passagem para o seguinte dia; andariamos seis legoas. Chamão a esta cachoeyra o Salto.

Aos 3 dias de viagem andariamos hua legoa e nos arranchamos por causa de muita chuva em hua Ilha piquena que fazia o redemunho de hua cachoeyra que passamos

[FOLHA 4A]

Aos 4 dias de viagem passamos muitas cachoeyras, e Intaypadas, fazendo em alguas experiencia achamos boas faisqueiras de ouro; e viemonos arranchar em hua coroa no meyo do Rio á vista de hum morro grande. Andariamos 6/ legoas.

Aos 5// dias de viagem tendo andado duas legoas achamos dous morros de campo muito chegados ao rio, hu de hua parte, outro de outra. Tem aquy suas cachoeyras com que passamos as canoas á mão. A mayor tem tres canaes, e

passamos pelo da mão direita. Por esta paragem tambem achamos ouro em alguns Riachos e Intaypadas, aonde nos podiamos arranchar. Andamos este dia 3 legoas.

Aos 6// dias de viagem passamos muitas cachoeyras a quem puz o nome as cancellas, por serem muitas; viemonos arranchar em hu cotovello do Rio, tendo andado 5 legoas.

Aos 7 dias de viagem passamos huá cachoeyra á mão, e nos arranchamos á parte direita, tendo ando tres legoas.

Aos 8 dias de viagem achamos huá Serra grande muy chegada ao Rio e junto della hua Rossa velha aonde o gentio lavrava mantimento; e junto della hu Ribeirão grande com boa formação de ouro que entendo Ser o primeyro da campanha dos Tocantins. E deste hua legoa achamos outro Ribeirão mayor da mesma parte direita, com boas mostras de ouro em o qual fizemos experiencia, e demos hum socavão que não pudemos chegar á piçarra por vir o Ribeirão com auga do monte e nos impedir o serviço. Este Ribeyro também entendo Ser da campanha dos Tocantins. Andariamos athe esta paragem 7/ legoas.

Aos 9 dias de viagem andamos todo o dia por entre [FOLHA 4B] Entre huas serras grandes que vinhão acompanhando o rio de hua e outra parte, sendo tudo lageado por beira delle. Tem alguás correntezas e cachoeyras mas bons canaes; nove legoas teríamos andado quando achamos húa Ilha de pedras com suas arvores, e perto della faz o Rio hú cotovello para a parte esquerda; no qual nos arranchamos.

Aos 10 dias de viagem abayxo deste cotovello huá Legoa grande está outro cotovello, no qual nos vimos muito arriscados por causa de hum Redemunho que fazia no estreito do mesmo cotovello, e foy com tanta forsa que nos encostou á parte esquerda em huas pedras metendonos o bordo da canoa debayxo da agoa, e ficando meya della Se tornou a endireitar, e para a vedar portamos em terra. Perto deste estreito está outro semelhante, que em ambos he preciso passar as canoas á mão. Abayxo destes estreitos fica hú Ribeyrão á parte Direyta, que he o 3.°, e o ultimo da campanha dos Tocantins, por quanto me Dicerão de certeza que em todos estes Ribeiros e suas vertentes havia ouro em abundancia em toda a campanha, asy nomeada. O Ribeyrão na Barra tinha boas desposiçoens, mas por vir com agoa do monte se não pode fazer experiencia. Pernoytamos em huá canoa no meyo do Rio aonde no desmonte achamos alguas faíscas de ouro andaríamos tres legoas.

Aos 11 dias de viagem do Rancho a huá legoa, estava hum Riacho, e junto delle hum Ribeirão grande, ambos a parte direita estão estes perto de hum Recife de pedras brancas de huá e outra parte. Tem pella parte de baixo, da mão direita hua Bahia grande. Mais abayxo tem hú Riacho com muita pedra na barra; logo nos arranchamos tendo andado 8 legoas.

Aos 12 [chamadeira] [FOLHA 5A] Aos 12 dias de viagem passamos alguas Intaypadas e defronte de hú Ribeirão que achamos a parte esquerda, nos arranchamos, tendo andado 3 legoas.

Aos 13 dias de viagem, passamos hú Riacho á parte esquerda, e nos viemos arranchar em hua grande correnteza, na barra de hú Rio que vem da parte direita. Andamos 3 legoas.

Aos 14// dias de viagem, logo no fim da correnteza, estava hum Riacho à parte esquerda 5 legoas teriamos andado, quando achamos hua Intaypada muito comprida, e junto della nos arranchamos á parte esquerda, em a qual demos hú Sucavão, e achamos muito boa pista de ouro, estávamos de animo de fazer aly alguá demora, mas amanheceu-nos no Seguinte dia o Rio com 8 palmos de altura de Agoa de cheyas cobrindonos o Serviço a que tinhamos dado principio. Fica esta Intaypada defronte de hum morro que está da parte direyta, muito aguçado; a que puzemos o nome o Pico. Andariamos 5 legoas.

Aos 15 dias de viagem andariamos 6 legoas de Rio bom, e nos arranchamos á parte esquerda, no mato.

Aos 16// dias dias de viagem teriamos andado 3 legoas quando avistamos hua cachoeyra, e hindo chegando ao pée della, olhamos para a parte direita; e vimos estar huá caza de sobrado ainda por acabar, e hum Rossado feito de pouco tempo, e nelle hú curral principiado junto da casa. Cauzounos novidade ao principio, por Ser couza que não esperavamos em Semelhante paragem. Logo a nosso Rumor acudiu a Gente que nella habitava, admirados tambem de nos verem; e como entre alguns negros vicemos tres brancos; movidos da vontade que tinhamos de saber que Gente habitava naquelle citio, indireytamos as canoas para o porto da caza, a donde nos vierão Receber. [FOLHA 5B] Os moradores della movidos da vontade que tinhão de saber da nossa derrota pello tal Rio, e depois de acomodados em sua casa lhe dey parte de tudo o que tinha passado, dizendo lhe que andavamos em deligencia de algum descuberto de ouro que fosse capaz de nos arrancharmos e depois de satisfeitos, nos derão parte em como o certão em que habitavão se

chamava as terras novas que tinhão dado obediencia á cidade do Gram Pará, e erão Regidos pello Capitão Manuel da Costa Madureyra por parte deste que para isso lhe tinha mandado o governador da mesma cidade e nos dicerão que logo abayxo desta fazenda ficava a barra do Rio Pernatinga, e que sete legoas por ella a sima vinha fazer barra hum Rio chamado a Palma, e que na forquilha dos dois Rios tinhão elles sua Igreja chamada Sam Feliz. Que as fazendas daquelle certão estavão pella beira dos dous Rios e seus meyos, também nos dicerão mais andando em decubrimento forão dar á campanha dos Tocantins adonde acharão o capitão Carlos Marinho com outros companheiros; que tinhão vindo proverse da matalotagens de carnes, e farinhas, e que Serião daly a dita campanha 8 ou 10 dias, e que na volta que fizerão cortando Certõens forão dar ás Povoaçõens do Paranan que ficão nas cabeceiras da Pernatinga, das quaes os habitantes das terras novas ainda não tinhão nottícia por terem entre meyo huás serras grandes que as devide, e serão de huas a outras 8/ dias de viagem, e não terem mais breve comunicação he com aRiscado, muito Gentio que todos os dias saltea huas e outras Povoaçoens, e não tem os habitantes lugar de povoarem fazendas á sua vontade pello grande risco que correm em andarem ceparados; e que a primeira ves que veyo o Gentio as Povoaçoens do Paranan matara alguá gente, e furtara duas crianças, macho e femea. E quando os moradores das terras novas se quizerão vir embora requererão-os do Paranan ao Padre José Pires, capellão das terras novas, que [FOLHA 6A] junto hia com seus freguezes, que na Quaresma seguinte lhe (de 735) fosse administrar os sacramentos; e que desse parte ao governador do Pará para que mandasse tomar posse da terra, e dar algum socorro para meterem de paz, ou fazerem afugentar a muita Gentilidade que por aquellas partes habitava.

Estivemos nesta fazenda de São José, aonde estivemos alguns dias doentes, e nos foy precizo mandar ás Povoaçoens antigas buscar galinhas cuja deligência fes Manoel Velho de Camargo Regente desta fazenda; e nellas deu parte ao Sargento mór Lourenco da Rocha Pita, e ao Padre José Pires da nossa chegada; e vindo estes adonde nós estavamos, nos disserão que o Capitam mor Manoel da Costa Madureira estava no Rio preto, pedindonos quizessemos trazer cartas para o Governador do Pará, e para o Reverendo cabbildo no cazo que seguissemos o Rio abayxo. Eu lhe disse que o meu distino não era chegar ao Pará, que era buscar ouro, mas que no caso que sucedece decer abayxo serião entregues as cartas; e tirando eu novas informaçoens, me dicerão, que estavão athe aquelle tempo nas

terras novas, e Paranan, perto de 200 fazendas povoadas, e se andava em discuberto de ouro; porem que (se) não tivessem algum ajutorio para correrem, ou meterem de paz o dito Gentio, que brutemente Se despovoaria tudo, por ser naquellas partes a gentilidade em grande número, e elles poucos, ceparados; e impossibilitados para se poderem defender, Tambem disserão que tinhão noticia que do Pará se tinha expedido huá Tropa, havia hum anno pellos Tocantins a sima, derigida ao tal effeito, mas que the o prezente não tinha chegado que devia de seguir outro rumo, ou tornado para traz.

Com 17 dias de viagem partimos da fazenda de São José já com milhoras da doença com que aly chagamos; e a vista [chamadeira] [FOLHA 6B] E á vista da fazenda passamos pella Barra da Pernatinga, que fica á parte direita, passamos alguás Intaypadas, teriamos andado Sete legoas, quando chegamos a huá Ilha de mato, teria meyo 4º de legoa, e logo abayxo della á parte direita hindo chegando os moradores de duas moradas de cazas que aly estavão, nos receberão alguns tiros de espingarda o que nos correspondemos em demonstração de alegria; e denos hospedarem em suas cazas, e entre varias couzas em que praticamos, me dice hum delles chamado Pedro Gração de Barros, que em certo tempo mandando elle por varias vezes vaquejar as Egoas para o Curral, de todas ellas aparecião defronte da parte de alem do Rio Seis cavalos que ao Rinchar dos Pays de Egoas acudião á beyra do Rio; o que visto por varias vezes; deu parte aos seus vizinhos para que juntandosse fossem correr o campo para examinar que cavallos erão aquelles que aparecião em partes inhabitaveis; e em companhia do Padre José Pires e o Sargento mor Lourenço da Rocha Pita passarão o Rio á outra parte doze cavaleiros armados, e correndo o campo, em distância de cinco legoas á Roda, não acharão mais que hú cavalo dos 6/ que se tinhão avistado, e vierão no conhecimento de serem cavallos de Paulistas; e como não achacem mais nada se recolherão corridos do gentio depois de se lhe acabar a polvora e chumbo que levarão; e o dito Gentio os seguio athe a beyra do Rio; aonde se demou todo hú dia dando brados, ou urros espantaveis; e como eu lhe dicesse ao tal [FOLHA 7A] Homem que da mia parte havia sahido huá tropa havia dous annos, com 50 peçoas, e não havia notticia alguá della, julgou, serião os cavallos della, e que a teria o gentio desbaratado, e comido os outros cavallos. Tem estes moradores aquy estado dous e tres dias metidos na caza forte, por estarem cituados do Gentio. Dice mais que se não tivesse alguá destruição o gentio se havia de mudar para a Pernatinga deixando a fazenda

despovoada, para ser mais bem servido dos seus vizinhos. Todas estas informaçoens nos intimidarão de tal sorte que estivemos em termos de não continu ar a derrota, mas discorrendo todo hum dia nesta materia, nos resolvemos a continualla, entendendo não haveria Gentio de canoa pello Rio abayxo; e que quando o encontrassemos nos meteriamos ao meyo do Rio.

Aos 18 dias de viagem nos despedimos dos moradores, e nos embarcamos nas nossas canoas, e continuamos nossa derrota; logo á vista da fazenda passamos huá Ilha que terá mea legoa, abayxo desta á parte esquerda está hum Riacho, e desta huá legoa está o Rio tomado de hu Recife de pedras, mas com bom canal. Passamos mais alguás Intaypadas; e quatro legoas distante da Fazenda achamos hua cachoeyra muito grande com muitas Ilhas; gastamos meyo dia a buscar canal, e passado a parte mais perigoza nos arranchamos, tendo andado quatro legoas; chamamos a esta cachoeyra o tropeço.

Aos [chamadeira] [FOLHA 7B] Aos 19 dias de viagem, passamos alguas Intaypadas, e teriamos andado huá legoa quando ouvimos huns grandes gritos aprestados, de homens e mulheres, e tomando conhecimento do que era vimos sete canoas cheyas de gentio, que navegavão o Rio a sima, e a grandes vozes chamavão pellos que hião por terra cassando; ao que elles acudirão com toda a brevidade; e depois de metidos todos em suas canoas, as voltarão pella correnteza do Rio abayxo, e em breve tempo os perdemos de vista; e postos nos todos em concideraçõens do que faziamos, se hiriamos para adiante, se tornariamos para traz, houve entre nos grandes duvidas; e ainda que tornando para tras correriamos mais risco por ter parte da cachoeyra, e nos ser preciso costear a terra, a donde o gentio nos podia fazer grande damno em alguá emboscada, muito a seu salvo; e em fim nos resolvemos a seguir para diante, alguns mais por forsa, do que por vontade. deste citio quatro legoas mais abayxo, achamos hum Rio á parte esquerda e dentro delle vimos huá canoa com dous tapuyas que ente[nde]mos estavão de vigia. Chamamos a este Rio, Rio da Canabrava; fomonos arranchar abayxo de fronte de huas barreiras altas que estão á mão esquerda a que chamamos a Boa vista; andariamos [quatro?] legoas.

Aos 20// dias de viagem partimos de madrugada; das Barreiras abayxo mea legoa fica hu Ribeyram a que chamamos da boa vista; deste para baixo tres legoas e meya, está huá Intaypada e junto della huá Ilha [FOLHA 8A] e desta huá legoa grande está outra Ilha, á vista desta Ilha faz barra hum rio grande á parte direita; a

que chamamos o Rio grande; da barra delle se avista huá Serra Redonda com outras ao pe de sy, e junto dellas faz huá grande cachoeira; e nella saye hum Riacho que vem da mesma serra. Abaixo desta cachoeyra huá legoa nos arranchamos em huá Ilha pequena, tendo ando andado 8 legoas.

Aos 21 dias de viagem, depois de termos andado tres legoas, achamos hú Rio á parte esquerda que pella fantezia intendemos Ser o Rio dos Corucház e abayxo do tal Rio faz huá Ilha grande; passamos alguás Intaypadas, e nos arranchamos em huá Ilha, tendo andado 8 legoas.

Aos 22// tendo andado mea legoa, achamos hum Rio á parte direita; que faz barra defronte de hua Ilha, que fica mais encostada á parte esquerda; e logo faz o Rio hú grande cordão de pedras, por cauza de huá grande cachoeyra passamos por hú canal da parte esquerda, chamamos a esta cachoeyra Carreira comprida. Passamos mais duas coroas de area, e cascalho, e junto da 2ª, da parte esquerda está hú Ribeyrão com muito cascalho, e no desmonte achamos ter boa faisqueyra de ouro chamamos a este Ribeyrão da Agoa Suja; abayxo tinha outro à mão direita. Passado elle nos arranchamos da mesma parte tendo andado sete legoas.

Aos 23// do Rancho huá legoa á parte [FOLHA 8B] Esquerda está hum Rio á que chamamos Rio dos Mangues, e logo delle huá piquena distancia da mesma parte, estavão sete jangadas feitas de Burity em que o Gentio passa de huá para outra parte; abayxo destas tem da mesma parte hú Ribeyrão; e deste duas legoas abayxo está hum Rio a que chamamos Rio de Santa Luzia ; fica este á vista de huá Serra grande, e comprida, chegada muito aos Tocantins e fica esta á mão direyta; na ponta della nos arranchamos, tendo andado 7 legoas.

Aos 24// viemos sempre costeando a Serra e passamos duas Intaypadas; e logo está huá Ilha pequena e da parte esquerda huns morros os quaes vão acompanhando o Rio. A Serra verte de sy bastantes Ribeiros. Viemonos arranchar na barra de hum Ribeirão que (fica) Saye de hum boqueyrão que faz a Serra. Estive na barra delle dous dias em os quais fis algua experiencia dando varios sucavoens, e em todos achey demonstraçoens de ouro com grandeza, e mandey por alguns camaradas fazer tambem deligencia e experiencia por alguns Riachos que por aly ficavão perto dos quaes vierão muito satisfeytos, e querendo fazer após alguá demora me foy precizo Retirarme por cauza do muito Gentio que sobre mim vinha. Acompanha esta Serra 6 legoas o Rio muito abundante de agoas, e boas formaçoens de ouro. Tem toda esta distancia 6 cachoeyras. As duas primeiras lhe

chamamos cocaes, a 3ª cachoeyra do Gentio, aonde achamos vestigios de haverem estado, pouco havia aly arranchado. Abayxo desta estava quantidade de Jangadas a que não pude fazer a conta, logo está a 4ª [FOLHA 9A] Cachoeyra a que chamamos a cachoeyra de Maquinés; á 5ª chamamos cachoeyra das Marés, e a 6ª que fica na barra do Ribeyrão em que estivemos se chama cachoeyra grande. Serão 6// legoas de distância do Rancho passado he esta cachoeyra.

Aos 25// tendo andado mea legoa, passa o Rio por dous canaes piquenos, e logo se ajunta todo fazendo hu estreito comprido, abayxo delle em huá piquena Ilha achamos grande número de Rasto de gentio que no mesmo instante tinhão Sahido della tendo dormido nella, e ainda lhe ouvimos os gritos de huá e de outra parte. Para bayxo he o Rio Limpo; e nelle achamos hum Rio á parte esquerda; deste mea legoa está outro á parte direita a que chamamos os cocaes; e deste alguá distancia está outro Ribeyrão á parte esquerda, e nos viemos arranchar tendo andado 8 legoas.

Aos 26// do Rancho duas legoas piquenas está hum Ribeirão á parte esquerda, e tem huá capoeyra na barra com boas formações de ouro. Deste Ribeyrão 5// legoas está huá Ilhota no meyo do Rio. Desta mea legoa está hu Rio grande a que chamamos Rio do Sono. Abayxo delle nos arranchamos tendo andado 8 legoas.

Aos 27// não achey de que possa dar Relação mais do que achar hua canoa encostada á parte direita já velha mas muito bem lavrada, e parecia couza de branco, andariamos 8 legoas, e nos arranchamos.

Aos 28// Desviado do Riacho 3 legoas [FOLHA 9B] Está hum Riacho á parte esquerda, e abayxo delle á mão direyta estavão incostadas quantidade de Jangadas; e perto dellas hú [?] Riacho á parte direyta; e logo está huá Ilha no meyo do Rio, e em terra quantidade de Jangadas da mesma parte direita a donde o Gentio estava dando excecivos gritos, e nos viemos arranchar á parte esquerda tendo andado dez legoas.

Aos 29// Desviado do Rancho huá legoa estava hum Ribeyrão á parte esquerda a diante delle alguá distancia estava hú Rio a mão direita, e abayxo logo estavão encostadas mais de 400 jangadas, huas novas, e outras velhas; e logo a diante estava hum Ribeirão á parte esquerda, e a direita dous com pouca distancia hum do outro; e tendo andado dez legoas, nos arranchamos.

Aos 30// Deste Rancho duas legoas fica hum Rio á parte direita com boa formação de ouro mas não fizemos cazo delle, e a mão esquerda avistamos huas Serras altas que mostrão ao longe Serem vermelhas, das quaes sayem quantidade de Ribeyros, todos com boa formação, e tomando a barra do mayor Saltamos em terra e mandey dar hú sucavão no Riacho, em o qual se achou ouro, e mais dentro dey outro, e no em tanto mandey quatro camaradas, e dous escravos correr a campanha, no que gastamos quatro dias e no fim dos quaes me requererão os camaradas fizessemos caza forte em que nos arranchassemos porque tinhamos minas permanentes em toda a campanha. E eu a quem tambem [FOLHA 10A] Não tinhão descontentado, pella experiencia que tinha feito nos socavoens que dey, convim no parecer dos mais. A primeira diligencia que fis foy largar fogo ao campo, e logo na parte mais conveniente levantey huá cruz em Louvor da Senhora Santa Anna , em parte donde pudesse vigiar as canoas; mas toda a deligencia foy baldada, que como o Gentio viesse a reconhecer o fogo se ajuntou, e nos foy preciso largar o rancho, largando nelle alguns arteficios, por cauza da brevidade com que nos retiramos os quais forão duas bateyas, hum almocafre, e huá alavanca, e dous machados, e hum facão, e alguns trastes miudos; e nos metemos ao meyo do Rio ao tempo que o Gentio chegava a beira delle dando urros que fazia tremer a terra, largando frechas, a que respondemos com alguns tiros, mas de parte, a parte sem nenhum effeito, por cauza da distancia, e nos Seguirão meya legoa pella beyra do Rio Sempre gritando, e viemos pernoytar em huá Ilha que terá de comprido meya legoa, e tres desviada das Minas de Santa Anna.

Aos 31// Nos vemos acompanhando as Serras, de huá e outra parte; mas abundantes de Riacahos; teriamos andado quatro legoas, e achamos hú Ribeyrão á parte esquerda, que saye de huns morros muito altos, e da parte direita tem huá praya de cascalho muito comprida, desta huá legoa estão grandes Serras, de huá, e outra parte; Viemos durmir em huá Ilha grande que terá legoa, e mea de comprido, a que puzemos o nome Ilha do Morro vermelho, o qual fica á mão direyta; [FOLHA 10B] Andariamos 9 legoas

Aos 32// Desta Ilha duas legoas tem suas pedras no meyo do Rio, logo está huá Ilha que tem hum boqueyrão a mão direita. Abayxo desta estão duas. Tem por esta paragem muitas pedras, mas os canaes são francos e bons. Adiante tem suas Ilhas, huas grandes, outras pequenas, e passado huá cacheyra que achamos, nos arranchamos, tendo andado 8 legoas.

Aos 33// Passamos muita Intaypada; abayxo duas legoas esta huá Ilha, e mais abayxo duas encostadas á parte direyta, e tem por este citio muitas cachoeyras, e Intaypadas que hé nescessário sentido e experiencia; adiante mais tem huá cachoeyra Ruim, e ao pé della da parte direita saye hu Ribeyrão. Logo nos arranchamos tendo andado 7 legoas.

Aos 34// Abayxo do Riacho meya legoa, está a ponta de huá Ilha e pegado nella outro maior e no meyo do Rio outra piquena, e junto della huá Intaypada muito comprida. Desta aparece huá Ilha, e tem huá cachoeyra e, mais abayxo esta outra Ilha que terá legoa e meya, e tem outra cachoeyra, ambas tem seus canaes á mão esquerda. Logo nos arranchamos, tendo andado 4 legoas.

Aos [chamadeira] [FOLHA 11A] Aos 35// Andariamos 5 legoas de Rio bom sem ter de que dar relação.

Aos 36 Achamos o Rio bom com suas Ilhas, coroas, e prayas muito grandes, e nos arranchamos tendo andado sete legoas.

Aos 37// Tendo andado meya legoa vimos á parte esquerda huá fumaça de fogo e huá canoa encostada em terra, e imaginando nós que seria gente branca gritamos, logo vimos que a fumaça se levantava pello ares, pello qual conhecemos que era Tapuya bravo; passado algum espaço de tempo, vimos que a canoa nos seguia, com tres peçoas dentro; esperamos que chegassem mais perto, e tanto que nos reconhecerão desconfiarão, e querião tomar terra, o que eu lhe empedy, fazendo-lhe sinal que chegasse, ao que elles obedecerão, com bastante receo, mostrando os arcos desarmados, e as frechas com as pontas para baxo; fazendo-lhe eu tambem os mesmos sinaes com as armas, asenando-lhe que chegassem á canoa, elles não quizerão, e atravessarão para huá grande praya que esta á mão direyta, e mandando eu tomar terra mais abaixo, saltey em terra com alguns camaradas, e armas, tanto que os Tapuyas nos virão em terra correrão para onde nós estavamos; e tanto que Reconhecerão as armas se tornavão a Retirar. Chamey por elles, e mandey as armas para as canoas; elles se chegarão perto de nós, mostrando os arcos desarmados, e lansando as frechas ao chão, dando a entender nos não querião offender; mandey [FOLHA 11B] Buscar hum maço de missanga, e lho mandey dar, o que elles agradecerão, dando em agradecimento meyo massame de frechas, e depois de estarmos bastante tempo com elles sem lhe entendermos palavra alguá seguimos nossa derrota. Tinhão estes Tapuyas batoque no beiço de bayxo, e no de sima e nas orelhas huns buracos redondos em que traziaõ huas

taboynhas encayxadas que lhe faria parecer as orelhas muito grandes; o cabello cortado pello alto da cabeça deyxando huns cabellos compridos de huá e outra parte os quaes atavão por bayxo da barba. Erão estes de estatura alta e bem fornidos. Por esta paragem há muitas Ilhas, coroas, e Prayas, e andariamos 8/ legoas. Esta noyte andamos à toa, e andariamos 6 legoas, das quaes não poço dar rellação alguá.

Aos 38// Dias de viagem seria meya hora de sol achamos huá Ilha á parte direita e huá grande ensiada a parte esquerda aonde sahia hum Rio muito grande que chamão o Rio da Aragoaya, abayxo deste Rio está o Rio cercado de pedras, passada a primeira Intaypada está hu Ribeirão a mão direita; e em distância de duas legoas e meya [tudo?] [Ilhas?] cachoeyras, e Intaypadas, e no fim se avista huá Ilha com sua praya grande, e antes de chegar á Ilha á parte esquerda, está hum Arrayal de cazas no mato, alguás bem feytas o qual não tomamos por não ver nelle gente e nos arrancharmos na Ilha aonde achamos vestigios de se pescarem Tartarugas; e nos parecia ter aly assistido gente branca. Defronte da Ilha da parte esquerda fica o Rio dos Taquanhunas, andamos 5 legoas; tive ao depois noticia que o Arrayal que aly se achava feito, o fizera [FOLHA 12A] A tropa que do Pará havia mandado o Governador daquelle Estado pello Rio a sima; por que foy por primeiro cabo o thenente coronel Luis Porates, e em segundo Belchior Mendes neste lugar meterão de paz huá Aldeya de 600 arcos, que induzida ao depois dos Tapuya manso que na tropa largou fogo á sua Aldeya que estava pello mato dentro e se alzentou.

Aos 39// Dias de viagem achamos o Rio bom com Ilhas e coroas, e em distancia de 5 legoas achamos huas pedras grandes encostadas á mão direita; e mais abaxo achamos hu Recife de pedras que toma o Rio todo, mas tem seu canal franco; e em huá Ilha que mais abaxo está nos arranchamos, tendo andado 7 legoas.

Aos 40 Dias de viagem seguimos hum canal da parte direita por correntezas Remanços, e cachoeyras perigozas; Depois de termos andado algúa distancia achamos huá Ilha a qual nos ficou a parte direita, andaríamos 6 legoas de Ruim caminho, e passado elle andamos hua legoa de Rio bom, no fim do qual achamos huá cachoeyra muito grande, fomos costando a terra pella parte direyta aonde achamos huá canoa allagada só com a popa de fora amarrada com sipós, huns novos, outros velhos, e saltando em terra seguimos huá picada que achamos, e depois de havermos andado distância de tres tiros de espingarda, achamos duas canoas em terra desbaratadas do gentio; e tornando ás nossas canoas as fomos

passando á mão por hum canal piqueno e nos arranchamos em huá Ilha defronte de um Arrayal de casas [FOLHA 12B] O qual tomamos, e nelle achamos quantidade de farinha já convanida, e ainda nos valemos de alguá, tal, e qual pella nescecidade que della tinhamos, andariamos athe esta paragem 7/ legoas.

Aos 41// Principiamos nossa derrota trazendo as canoas á mão por hum piqueno braço; e quando quezemos meter remos se nos virou huá das canoas e perdemos tudo o que nella traziamos, escapando só a gente que a governava, e nos arranchamos aly para tornar ao Arrayal segunda ves a provernos de farinha.

Aos 42// viamos sempre costeando a terra pela parte direita, e entrando por hum braço piqueno que tem seus saltos e cachoeyras, em que passamos á mão descarregadas as canoas. Terá esta cachoeira grande de comprido duas legoas, Aqui chamão a Itaboca, e no fim do canal piqueno, á parte direita, em huá ensiada avistamos huá rancharia no mato, e junto della huá cruz, e defronte em hua coroa, outra cruz, e nos arranchamos mais abaxo tendo andado tres legoas.

Aos 43// de viagem passamos muita correnteza e cachoeiras, e remanços perigosos, que no fim de 6/ legoas se acabarão ficando huá grande praya á mão esquerda, aqui chamão praya grande, e nos vimos arranchar na volta de hum braço para a parte esquerda; andamos 7/ legoas.

Aos 44// passamos na volta deste braço huá Intaypada, e demos em hum Rio bom de Ilhas e coroas; [FOLHA 13A] Andariamos 8/ legoas.

Aos 45// continuou-se o mesmo Rio de Ilhas, e Prayas, e teriamos andado 5// legoas, achamos á parte direira huás barreiras muito altas com seu mato; e abaxo dellas hua legoa nos arranchamos, tendo andado seis legoas; ficamos essa noyte confusos por ver que o Rio vazou muito a boca da noite e pella mea noite tornou a encher. Pella manhã erguemos nossa derrota, e vimos no conhecimento de que era maré.

Aos 46// tendo andado 3// legoas, avistamos huá caza junto do Rio, e chegando perto vimos huá cruz; a qual salvamos com alguns tiros de Espingarda, motivo por que se auzentou a gente que na dita caza se achava para huá Rossa, a dar parte ao dono della, que logo veyo, e nos recebeo com grande amor e caridade hospedando-nos conforme as suas posses lhe permitirão; cujo homem se chama Gregorio Francisco, e depois de passarmos o dia, informados da terra em que estavamos nos veyo conduzir na sua canoa athe a Villa do Camutá, que serão quinze legoas de distancia

Demoramo-nos na Villa do Camutá alguns dias para descansar do trabalho da viagem, e logo seguimos para a cidade de Bellem do Gram Pará a donde chegamos a 23 de Janeiro de 1735; e nos fomos aprezentar ao Governador daquelle Estado dando-lhe parte de nossa derota, dizendo-lhe nos queriamos, com ajuda sua, fortalecer para tornar a voltar para os descubertos que tinhamos feyto; o que elle duvidou por não ter ordem de Sua Magestade para expedir tropa pello Rio dos Tocantins a sima, passados alguns dias lhe tornamos a fallar, pedindo-lhe licença para nos retirarmos [FOLHA 13B] Retirarmos para o Maranhão, e dahy para as Terras novas para chegarmos ás Minas para nellas nos fortalecermos de mais poder para tornarmos para os descobrimentos que tinhamos feito, o que elle, não só nos não concedeu, mas nos demorou athe a chegada dos Navios, em os quaes esperava sucessor, ou ordem para poder mandar a tropa pellos Tocantins a sima, e a nós por guias della; e como lhe não foram ordens, não teve effeyto a dita expedição, nem nós fomos deferidos com a licença que pediamos, antes impedida por elle a nossa liberdade the a partida do primeyro Navio que daquelle Estado partice; me violentou a fazer viagem nelle para este Reyno para vir dar testemunho daquelle descuberto que eu e meus camaradas tinhamos feyto das Minas de ouro do Rio dos Tocantins.